



# ENTRE VERNACULAR E POLÍTICO

O gesto de construir paisagem em Rio Branco, Acre

Pedro Augusto Queiroz de Souza





UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

PEDRO AUGUSTO QUEIROZ DE SOUZA

**ENTRE VERNACULAR E POLÍTICO:  
O gesto de construir paisagem em Rio Branco, Acre**

Recife  
2021

PEDRO AUGUSTO QUEIROZ DE SOUZA

**ENTRE VERNACULAR E POLÍTICO:  
O gesto de construir paisagem em Rio Branco, Acre**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Conservação Integrada

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras

Recife

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Lílian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

S729e Souza, Pedro Augusto Queiroz de  
Entre vernacular e político: o gesto de construir paisagem em Rio Branco,  
Acre / Pedro Augusto Queiroz de Souza. – Recife, 2021.  
211f.: il.fig.

Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro.  
Coorientadora: Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro  
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Urbano, 2021.

Inclui referências.

1. Desenvolvimento Urbano. 2. Paisagem - Acre. 3. Paisagem vernacular  
- Acre. 4. Paisagem política – Acre I. Ribeiro, Ana Rita Sá Carneiro  
(Orientadora). II. Veras, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti (Coorientadora)  
III. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2021-227)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

**Pedro Augusto Queiroz de Souza**

**“ENTRE VERNACULAR E POLÍTICO  
O gesto de construir paisagem em Rio Branco, Acre.”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 20/08/2021.

**Banca Examinadora**

Participação via Videoconferência

---

Profa. Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras (coorientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Renata Campello Cabral (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Prof. Paulo José Lisboa Nobre (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ao Acre, aos acreanos e aos não-acreanos que lá nunca estiveram. Aos povos originários, muitas vezes apagados e silenciados. À minha mãe, Marisa, por ter me guiado até aqui.

## AGRADECIMENTOS

A motivação desta pesquisa nasceu ainda na graduação, antes mesmo de cogitar realizá-la. A faculdade de arquitetura e urbanismo nos permite olhar a cidade sob outra ótica, passando a questionar o que nos circunda. Assim, agradeço a todos os professores que construíram o conhecimento que hoje carrego e que foi indispensável para chegar até aqui. Agradeço aos ex-presidentes Lula e Dilma, por galgarem caminhos para uma universidade pública acessível e de qualidade para todas as pessoas. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio na concessão de bolsa de mestrado, mesmo neste momento crítico de desmonte da ciência que o país atravessa.

Em especial, agradeço às minhas orientadoras Ana Rita Sá Carneiro e Lúcia Veras por terem me proporcionado redescobrir a paisagem de uma maneira sensível. Por toda a atenção, apoio, compreensão, conselhos e esforço ao se adaptarem às condicionantes que surgiram no meio do caminho em decorrência do distanciamento social causado pela pandemia.

A todos os funcionários do MDU, sobretudo aos professores que compõem o corpo docente, por terem despertado em mim o senso crítico para a leitura. Ao Laboratório da Paisagem e a todos os pesquisadores que muito contribuíram durante as discussões e orientações em grupo. Aos amigos da turma M40, em particular, à Danielle Leal, Hugo Dantas, Jéssica Melo, Mariana Rossin, Matheus Lira, Natália Piason e Thamires Barros, por todo o apoio, pelas trocas, conselhos e bons momentos durante esses dois anos. Aos amigos da vida espalhados pelo Brasil, principalmente aos de Rio Branco e Aracaju, por todo apoio emocional neste momento tão solitário que é a escrita de uma dissertação, sobretudo durante um período atípico em que o contato físico foi impossibilitado. Camilla Folador, Anny Rose Lessa, Mariana Santos, Gustavo Tomás, Matheus Villegas, Ynaê Cavalcante, Lucas Luan, Ana Cláudia Andrade, Eron Neto, Luís Rocha, Hugo Lima, Raphael Moreirah, William Alves. Meu sincero obrigado.

A Márcio de Carvalho e Ana Lúcia Reis Costa pela acolhida e incentivo sobre a escolha do tema, sempre disponíveis a ajudar quando ainda construía os primeiros degraus da dissertação. A todos os meus familiares que se fizeram presente nos últimos anos, mesmo que distante fisicamente. Agradeço especialmente à minha mãe, Marisa, minha maior inspiração e meu apoio em toda e qualquer situação e desafio.

## RESUMO

A cidade de Rio Branco - capital do estado do Acre – vem sendo inventada e reinventada ao longo dos anos, seja nos literatos e trabalhos científicos ao reproduzirem a narrativa da “história oficial” institucionalizada, seja na sua paisagem por meio das intervenções urbanas de motivação política que acontecem desde meados do século XX em busca da suposta “modernidade”. A partir dos anos 2000 emerge o discurso por parte do Governo Estadual com intenção de fomentar certa identidade cultural e sentimento de pertencimento da população que estariam materializados em uma paisagem idealizada de caráter cenográfico para legitimar um legado político no centro histórico com vistas ao reconhecimento patrimonial. Pesquisas históricas revelam que outros tipos arquitetônicos formavam uma paisagem primitiva ou vernacular que ainda resiste ao tempo. Então, quais seriam, de fato, os atributos da paisagem acreana? A abordagem teórica da pesquisa parte da discussão da própria palavra paisagem e seus múltiplos significados para chegar aos conceitos-chave de duas modalidades paisagísticas coexistentes que permeiam o trabalho: a paisagem vernacular e a paisagem política, cunhados principalmente por John B. Jackson e Jean-Marc Besse. Assim, tem-se como objetivo verificar a legitimidade dos atributos da paisagem política defendida pelo Estado na atual proposta de tombamento, em contraponto aos atributos da paisagem vernacular negligenciados. Para isso, a metodologia desenvolvida partiu da historiografia cultural, estruturada na forma de pesquisa documental, tendo como suporte material mapas, fotografias e legislações urbanas que tangenciam a preservação do patrimônio cultural. Neste percurso, com o apoio de teóricos da fotografia como Boris Kossoy, Erwin Panofsky, Ana Maria Mauad e Zita Possamai, foi realizada a análise iconográfica do álbum fotográfico “*Encontro da História do Acre – Estado 50 Anos*” para identificar, entre os descritores icônicos, que paisagem se sobressai no imaginário social enquanto representação da cidade de Rio Branco. Por fim, pretende-se mapear onde e quando Rio Branco e o Acre se inseriram na política patrimonial nacional do IPHAN para, daí, tendo como parâmetro o inventário elaborado pelo IPHAN/AC em 2011, verificar o que pretende ser preservado enquanto patrimônio cultural da cidade.

**Palavras-chave:** Paisagem; Paisagem Vernacular; Paisagem Política; Acre; Rio Branco; Centro Histórico.

## ABSTRACT

Rio Branco - capital of the state of Acre - has been invented and reinvented over the years, whether in literary and scientific works by reproducing the narrative of institutionalized "official history", or in its urban landscape through the politically motivated urban interventions that took place since the mid-twentieth century looking for the supposed "modernity". From the 2000s onwards, the State Government's discourse emerged with the intention of fostering a certain cultural identity and a sense of belonging among the population, which would be materialized in an idealized scenic landscape to legitimize a political legacy in the historic center seeking the heritage recognition. Historical research reveals that other architectural types formed a primitive or vernacular landscape that still stands the test of time. So, what are, in fact, the attributes of Acre's landscape? The theoretical approach of the research starts from the discussion of the word landscape itself and its multiple meanings to reach the key concepts of two coexisting landscape modalities that permeate the work: the vernacular landscape and the political landscape, created mainly by John B. Jackson and Jean-Marc Besse. Thus, the objective of this work is to verify the legitimacy of the attributes of the political landscape defended by the State in the current listing proposal, in contrast to the neglected attributes of the vernacular landscape. For this, the developed methodology started from cultural historiography, structured in the form of documental research, with material supports such as maps, photographs and urban legislation that approaches the preservation of cultural heritage. Along this path, with the support of photography theorists such as Boris Kossoy, Erwin Panofsky, Ana Maria Mauad and Zita Possamai, an iconographic analysis of the photographic album "*Encontro da História do Acre – Estado 50 Anos*" was carried out to identify, among the iconic descriptors, which landscape stands out in the social imagination as a representation of the city of Rio Branco. Finally, it is intended to map where and when Rio Branco and Acre were included in IPHAN's national heritage policy, and from there, using the inventory prepared by IPHAN/AC in 2011, verifying what is intended to be preserved as cultural heritage of the city.

**Keywords:** Landscape; Vernacular Landscape; Political Landscape; Acre; Rio Branco; Historic Center.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FEM	Fundação Elias Mansour
FGB	Fundação Garibaldi Brasil
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN/AC	Superintendência Regional do IPHAN no Acre
PACH	Plano de Ação para as Cidades Históricas
PAC-CH	Programa de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas
DPHC	Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da FEM
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
GI	Grade Interpretativa
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
SNPC	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
CEPHC	Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural
ZPHC	Zonas de Preservação Histórico-Cultural
AEIHC	Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural
AEIA	Áreas de Especial Interesse Ambiental
ZIHC	Zonas de Interesse Histórico e Cultural
APP	Áreas de Proteção Permanente
ALEAC	Assembleia Legislativa do Acre

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1	A PAISAGEM CONDUZINDO UM MÉTODO	17
1.2	O FOTÓGRAFO E O ÁLBUM	27
<b>2</b>	<b>CONSTRUINDO UM OLHAR PAISAGÍSTICO</b>	<b>30</b>
2.1	PANORAMA EPISTEMOLÓGICO DA PAISAGEM: IMPLICAÇÕES NA MANEIRA DE VER O MUNDO	30
2.2	A PAISAGEM ENTRE VERNACULAR E POLÍTICA: MODALIDADES PAISAGÍSTICAS SOBREPOSTAS E COEXISTENTES	40
<b>3</b>	<b>A PAISAGEM DE RIO BRANCO ENTRE VERNACULAR E POLÍTICA</b>	<b>46</b>
3.1	A PAISAGEM VERNACULAR	46
3.2	A PAISAGEM POLÍTICA: UMA CONSTANTE NA HISTÓRIA DA CIDADE	70
3.2.1	Novas abordagens, velhas intenções: a paisagem política no invólucro da “acrianidade”	77
3.2.2	A paisagem política nas publicações oficiais e na propaganda governamental	98
<b>4</b>	<b>ANÁLISE ICONOGRÁFICA DO ÁLBUM “ENCONTRO DA HISTÓRIA DO ACRE - ESTADO 50 ANOS”</b>	<b>104</b>
4.1	O ÁLBUM NÃO FOTOGRAFADO: CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	120
<b>5</b>	<b>O IPHAN/AC E AS OUTRAS INSTÂNCIAS LOCAIS: CONFLITOS NA PROTEÇÃO DA PAISAGEM</b>	<b>125</b>
5.1	A INSERÇÃO DO ACRE NA POLÍTICA PATRIMONIAL NACIONAL: O PLANO DE AÇÃO PARA AS CIDADES HISTÓRICAS - PACH	126
5.2	INTENÇÕES DE ESTUDOS PARA A PROTEÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE RIO BRANCO	131
5.3	BREVE HISTÓRICO SOBRE A LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL MUNICIPAL	139

5.4	AS INTENÇÕES DE TOMBAMENTO NO ÂMBITO ESTADUAL: O QUE PRETENDE SER PROTEGIDO ENQUANTO PATRIMÔNIO?	147
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMO PROTEGER ESSA PAISAGEM ACREANA?</b>	<b>156</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>160</b>
	<b>APÊNDICE A – FOTOGRAFIA E FOTOCOLAGENS</b>	<b>168</b>
	<b>APÊNDICE B – GRADES INTERPRETATIVAS FOTOGRÁFICAS</b>	<b>169</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De maneira geral, a história difundida sobre Rio Branco segue a lógica da história oficial que se baseia no mito de origem da cidade ou, nas palavras de Chauí<sup>1</sup>, no “mito fundador” que “impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal”.

O historiador acreano Gerson Albuquerque<sup>2</sup> comenta que “tudo é causa e consequência” nessa narrativa criada baseada na fundação da cidade enquanto seringal e na sua consequente evolução linear até o título de capital do Estado do Acre, sem conflitos, adversidades ou resistências. Narrativa esta que elegeu seus “heróis” apoiada em fragmentos selecionados dos principais eventos históricos ocorridos. Tal “origem” ou “marco fundador” inicial da cidade, segundo o autor da tese, segue uma espécie de “lógica histórica metafísica”<sup>3</sup>.

Esta espécie de linha cronológica oficial foi, parcial ou inteiramente, replicada inúmeras vezes nos escritos de diferentes historiadores e também em alguns literatos. Segundo Carneiro<sup>4</sup>, no caso acreano, cujo território “[...] já era ocupado por dezenas de tribos indígenas, a estratégia foi criar uma narrativa a partir da chegada dos nordestinos à região, fazendo *evaporar* daquele local todo patrimônio histórico das comunidades nativas” seguindo uma “[...] ‘ordem natural’ de uma escrita da história da Amazônia acreana que apagou a multiplicidade cultural, linguística, ambiental, étnica e social dessa região [...]”<sup>5</sup> com viés amazonialista<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> CHAUI, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 6.

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Uma certa cidade na Amazônia acreana**. Tese de Livre Docência. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA). Universidade Federal do Acre. Rio Branco: UFAC, 2019, p. 31.

<sup>3</sup> Segundo Albuquerque, o marco inicial é a “fundação” do seringal Volta da Empreza, na margem direita do rio Acre pelo seringalista Neutel Maia, em 1882, que passa a categoria de vila (Vila Rio Branco) em 1904 e que segue, assim, uma “evolução linear ‘modernizadora’ → → → mais e mais evolução e mais e mais “modernidade” modernizando a modernização até os tempos presentes” (ALBUQUERQUE, 2019, p. 32).

<sup>4</sup> CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O discurso fundador do Acre: heroísmo e patriotismo no último oeste**. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Identidade) - Programa de Mestrado em Letras, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008, p. 60. Mesmo que não existisse uma delimitação da Região Nordeste do Brasil entre meados do século XIX e início dos XX, o termo “nordestinos” foi bastante utilizado na literatura sobre a Amazônia Acreana.

<sup>5</sup> ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. História e Historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e as lógicas do progresso. *In: Revista Tropos*, v.1, n.4, dez. 2015, p. 3. Disponível via: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/342>. Acesso em 10 de ago. de 2019.

<sup>6</sup> *Id.*, 2016. Albuquerque define em outro ensaio o neologismo “Amazonialismo” como: “um conjunto de ‘conhecimentos’ ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a ‘Amazônia’, produzindo-a como um lugar no mundo da expansão dos impérios e do imperialismo: uma ‘Amazônia’ ou a ‘Amazônia’, grafada pela escrita de distintos viajantes desde o advento da ‘modernidade’ [...]” como, por exemplo, Euclides da Cunha.

Assim, alicerçado na Revolução Acreana, o mito fundador foi construído em torno da narrativa histórica da conquista do território acreano ao Brasil que antes pertencia, de fato, aos bolivianos e peruanos e fora ocupado e conquistado pelo homem branco, em sua maioria migrantes vindos da atual Região Nordeste do país, na passagem do século XIX para o século XX<sup>7</sup>. As publicações lidas como clássicas sobre a história acreana formaram assim uma espécie de base teórica referencial cujo marco temporal ecoa em diversos escritos sobre a formação histórica da Amazônia acreana.

No estado de conhecimento de sua tese sobre a formação territorial e urbana do Acre, Carvalho<sup>8</sup> constatou que escritos sobre o tema “[...] são, praticamente, pioneiros diante da escassez de conhecimento analítico e que, por tal condição protagonista, tornam-se expressivas contribuições, além da própria densidade do conteúdo”. Segundo o autor da tese, as narrativas empregadas por textos consagrados como Tocantins (1952; 1960; 1961; 1962; 1976; 1992), Guerra (1951; 1955), B. Meira (1964), Marins (1976), Rancy (1992) e Costa (1998) [...] “embora elucidem diversas questões, não ultrapassam o limite cronológico fundador do espaço acreano nas ideias da anexação e constituição do Território Federal”<sup>9</sup>.

A partir das publicações supracitadas, e com o aval do caráter científico que carregam, as produções acadêmicas posteriores parecem ainda não ter superado tal narrativa. Entretanto, alguns trabalhos mais recentes vão contra o fluxo desta narrativa histórica oficial, na intenção de desmistificar o mito de origem do Acre e, conseqüentemente, da capital Rio Branco<sup>10</sup>.

Aproximando mais ao foco da presente dissertação, percebe-se que ainda são escassos os trabalhos com temáticas voltadas para arquitetura, espaço urbano e paisagem para a compreensão do Acre e da cidade de Rio Branco. Carvalho chama a atenção ainda para a peculiaridade dos objetos e objetivos abordados em cada uma das pesquisas realizadas<sup>11</sup>. Uma publicação bastante conhecida é o estudo de Soad Franca (2009) a partir de sua dissertação de

---

<sup>7</sup> MORAIS, Maria de Jesus. "**Acreanidade**": invenção e reinvenção da identidade acreana. Tese (Doutorado em Geografia) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

<sup>8</sup> CARVALHO, Márcio Rodrigo Coêlho de. **Entre o Uwa'kürü e o Acre**: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020, p. 30.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> Nessa linha destaca-se Carneiro (2015, 2016a, 2016), os trabalhos de Bezerra (2006) e Silva (2013).

<sup>11</sup> Dentre as pesquisas citadas na tese de Carvalho (2020), algumas tangenciam a temática da presente dissertação. Sabe-se do desenvolvimento da dissertação de mestrado de Leonardo Neder de Faro Freire, iniciada em 2019 com o título provisório *Entre Margens e Modos na Urbe Amazônica: Modos de Produção Espontânea e Planejada do Espaço Urbano nas Margens do País, da Região, dos Rios e da Cidade, em Rio Branco - Acre*. Há uma recente publicação de Josélia Alves do livro que tem origem em sua tese, denominado *Quando a rua vira rio: vulnerabilidade socioambiental urbana* (2017). A arquiteta e urbanista Soad Farias Franca desenvolveu a tese de doutorado, entre 2009 e 2013, com o título *Padrões ribeirinhos de ocupação – cidades amazônicas e Rio Branco*.

mestrado, assim como a tese de Campos (2004). Anterior a sua tese, Márcio de Carvalho tem publicações de alguns artigos sobre a arquitetura acreana e os planos urbanos de Rio Branco<sup>12</sup>, tal como o artigo de Costa e Amorim (2007).

Tem-se a também recente tese de doutorado de Brugnara (2021) em que a autora investiga as práticas socioespaciais contemporâneas de comunidades tradicionais, especialmente as ayahuasqueiras<sup>13</sup>, a partir de uma compreensão sistêmica com origem na vida amazônica dos povos tradicionais e do hibridismo cultural catalisado pela colonização. A autora, ainda que não sejam os seus objetivos, aborda a configuração físico-espacial do Acre em tempos pretéritos nas análises da fluidez das fronteiras e das constantes transformações do meio ambiente físico e a partir dos encontros de diversos grupos sociais. Acrescenta-se também a estes a Monografia de Especialização desenvolvida por Fabiana Raggi de Sá (2007) sobre o Art Déco em Rio Branco e a dissertação de mestrado de Sérgio Souza (2002) desenvolvida na UFPE, posteriormente publicada como livro, sobre o governador Hugo Carneiro e sua utopia da modernidade.

Dentro deste âmbito, um dos mais importantes e mais citados livros sobre arquitetura no Acre é o *Madeira que cupim não rói: Xapuri em arquitetura 1913-1945* de Costa (2010). Além de alguns trabalhos que tratam especificamente de algum edifício isolado<sup>14</sup>, estes escritos são, praticamente, os únicos existentes no campo da Arquitetura e Urbanismo, especialmente ligados a Cultura e História sobre o Acre.

Quando buscamos pesquisas e publicações no âmbito da paisagem e do patrimônio cultural, foco principal da presente dissertação, a escassez de material se torna ainda maior. Mais voltados para a conservação da paisagem tem-se conhecimento do artigo de Daniel Klein (2013), que faz uma análise narrativa/visual sobre Rio Branco entre os anos 1903 e 1930 e a importância da preservação de sua paisagem, como também o artigo de Alda Ferreira (2016), este último fruto de um recorte da sua dissertação sobre a produção do paisagista Haruyoshi Ono no Brasil em que inclui projetos em Rio Branco. Existe ainda a monografia de Andrade<sup>15</sup> que, provavelmente por ser um trabalho de economia, percebe-se algumas lacunas teóricas

---

<sup>12</sup> CARVALHO (2018a); CARVALHO (2018b); CARVALHO (2013).

<sup>13</sup> Ayahuasca é uma bebida, um chá sacramental de origem indígena produzida a partir da decocção de duas plantas nativas da Floresta Amazônica, cujo uso não indígena é praticado sobretudo pelo Centro de Iluminação Cristã Luz Universal Alto Santo (de onde se originou a denominada Doutrina do Santo Daime) (IPHAN, c2014).

<sup>14</sup> Sobre estes tem-se duas dissertações, ambas sobre o Palácio Rio Branco: LIMA (2011) e VIANA (2011).

<sup>15</sup> ANDRADE, Alex Moreira. **Patrimônio Ambiental e Cultural do Estado do Acre: A Economia do Meio Ambiente como ferramenta de análise de bens ambientais e culturais**. Monografia de Bacharelado. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

sobre a abordagem do patrimônio, além do que não aborda o centro histórico da capital, objeto empírico desta dissertação.

Provavelmente o estudo com maior foco sobre a conservação patrimonial no Acre, sobretudo do centro histórico de Rio Branco, seja o artigo de Carvalho que compõe a publicação do IPHAN “*Patrimônio: Práticas e Reflexões – Patrimônio e Políticas Públicas*”. O autor do artigo salienta que:

[...] os estudos em desenvolvimento para o tombamento, em nível nacional, da referida área se deparam com os desafios impostos a partir dos efeitos (e falta deles) das políticas públicas comumente empregadas na realidade local. A despeito dos avanços das ações governamentais no Acre sobre o patrimônio cultural, o atual cenário impõe grandes obstáculos. Seja numa dimensão político-administrativa, seja pelos instrumentos jurídicos de proteção – como as alterações drásticas de legislações que desfavorecem a salvaguarda do patrimônio cultural – seja pela ausência de estudos aprofundados sobre os valores patrimoniais, seja pelas ações gentrificadoras que resultaram num pastiche alheio à cultura local<sup>16</sup>.

Já Morais<sup>17</sup> tem como foco de sua tese o discurso da “Acreanidade”, termo criado pelo Governo Estadual entre 1999-2006 para denominar certa identidade acreana<sup>18</sup>. Segundo a autora da tese, na construção da acreanidade “tanto os eventos históricos locais foram re-significados quanto o próprio povo acreano” com intenção de elevar a autoestima da população, que na maioria das vezes teve sua história narrada como um povo esquecido e marginalizado em relação a nação pelos literários, para justificar e legitimar o “discurso florestânico<sup>19</sup>”. A discussão do termo na tese se faz pelo viés geográfico das identidades territoriais e é abordada nas dimensões histórica e geográfica. A primeira é ancorada em uma memória coletiva, que também é construída, na qual foram encadeados pela história oficial os três eventos históricos citados: A Revolução Acreana, Movimento dos Autonomistas e o Movimento Social dos índios e seringueiros no Acre<sup>20</sup>. Já a dimensão geográfica, Morais conta que é ancorada em “espaços

<sup>16</sup> CARVALHO, Márcio Rodrigo Coêlho de. Área central histórica da cidade de Rio Branco: o desafio da proposição do tombamento em nível nacional a partir das políticas públicas locais. **Patrimônio e políticas públicas**. In: Anais da V Oficina de Pesquisa / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-geral de Documentação e Pesquisa. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016, p. 135.

<sup>17</sup> MORAIS, 2008.

<sup>18</sup> Segundo a autora da tese, a criação do termo foi pautada na ressignificação de três eventos históricos principais: a Revolução Acreana, o Movimento dos Autonomistas e a trajetória de índios e seringueiros na luta pela permanência das florestas contra o agronegócio, inserida como novos símbolos identitários, com maior destaque para o primeiro evento.

<sup>19</sup> MORAIS, *op. cit.*, p. 281. Florestania, segundo Albuquerque (2019, p. 29) é um “Neologismo utilizado de modo geral para se referir à “conquista” ou “dádiva” da cidadania para as populações que viviam nas florestas da Amazônia acreana. Diz de termo inicialmente sonhado por alguns poetas e, posteriormente, incorporado como “política de governo” ou peça de publicidade do governo do estado do Acre, entre os anos 1999 a 2010, quando foi sendo gradualmente desaparecido do vocabulário oficial.”

<sup>20</sup> Cabe salientar que com manipulação da memória coletiva na narrativa histórica oficial, o índio é inserido também como combatente da Revolução Acreana, equiparado aos seringueiros e seringalistas “[...] como se juntos

de referência identitária”<sup>21</sup>, apoiada na teoria de Poche, que foram pontos específicos e estrategicamente escolhidos para validar o discurso da florestania. Nas palavras da autora:

No período de 1999 a 2006, a Fundação Cultural Elias Mansour realizou investimentos nos espaços destinados à memória acreana, recuperou paisagens culturais, mudou a toponímia de alguns lugares, homenageou algumas “personalidades históricas”, criou novos “lugares de memória” em conformidade com a resignificação da identidade acreana e conseguiu trazer para Rio Branco uma coordenação sub-regional do IPHAN<sup>22</sup>.

Morais elenca três “corredores culturais” no centro histórico da cidade que foram escolhidos pelo poder público para serem reformados com a intenção de materialização da ideia do resgate ao passado em busca da chamada “acrianidade”<sup>23</sup>. Porém, o estudo não se aprofunda em críticas ou argumentações sobre as questões patrimoniais ou até mesmo sobre que bases ou referências projetuais. Estas intervenções foram realizadas, totalmente alheias à cultura local, expressando uma motivação puramente política na tentativa de criar novos “Cartões-postais” na cidade.

A partir deste panorama é possível perceber que a maioria dos escritos são frutos da perspectiva textual de regionalistas e naturalistas datados da primeira metade do século XX, que foram sendo absorvidos por seus leitores como fatos históricos, sendo reverenciados de modo incontestado em obras contemporâneas. Assim, bem como alguns autores aqui citados que navegam no contrafluxo da perspectiva da história oficial, a presente dissertação pretende elucidar aspectos apagados ou ofuscados do modo de viver, construir e habitar que compõem a paisagem da Amazônia acreana, sobretudo no centro histórico da capital Rio Branco, que resiste até hoje, diante da constante e controversa busca pelo “moderno” nas intervenções políticas que aconteceram e acontecem na cidade.

A presente pesquisa propõe-se a investigar a paisagem de Rio Branco e o problema de pesquisa deriva das intervenções urbanas governamentais na área central da cidade nos anos 2000 realizados com intenção do resgate a uma memória coletiva idealizada com viés político em detrimento da paisagem vernacular preexistente do lugar. Assim, tendo como comparativo o inventário do centro histórico de Rio Branco elaborado pelo IPHAN/AC em 2011, pretende-se verificar o os rebatimentos na proposição de tombamento em curso na escala estadual. O recorte espacial está delimitado pelos bairros que margeiam o Rio Acre: Centro, Base, Seis de

---

tivessem lutado pela incorporação do Acre que lhes tirou os seus territórios” (MORAIS, 2008, p. 273) para justificar o ditado de ser o Acre o Estado que lutou para ser brasileiro.

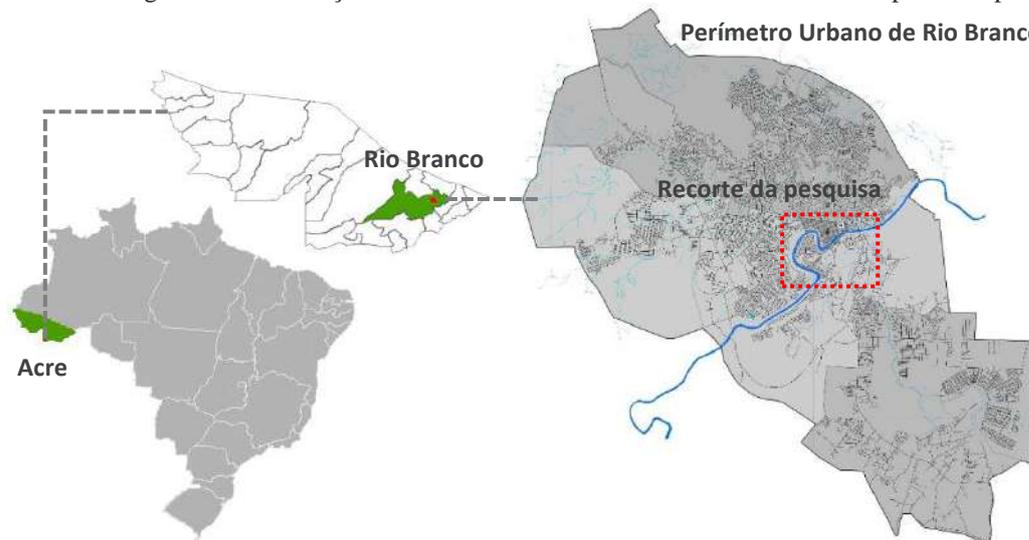
<sup>21</sup> MORAIS, 2008, p. 54.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 220.

<sup>23</sup> *Ibidem.*

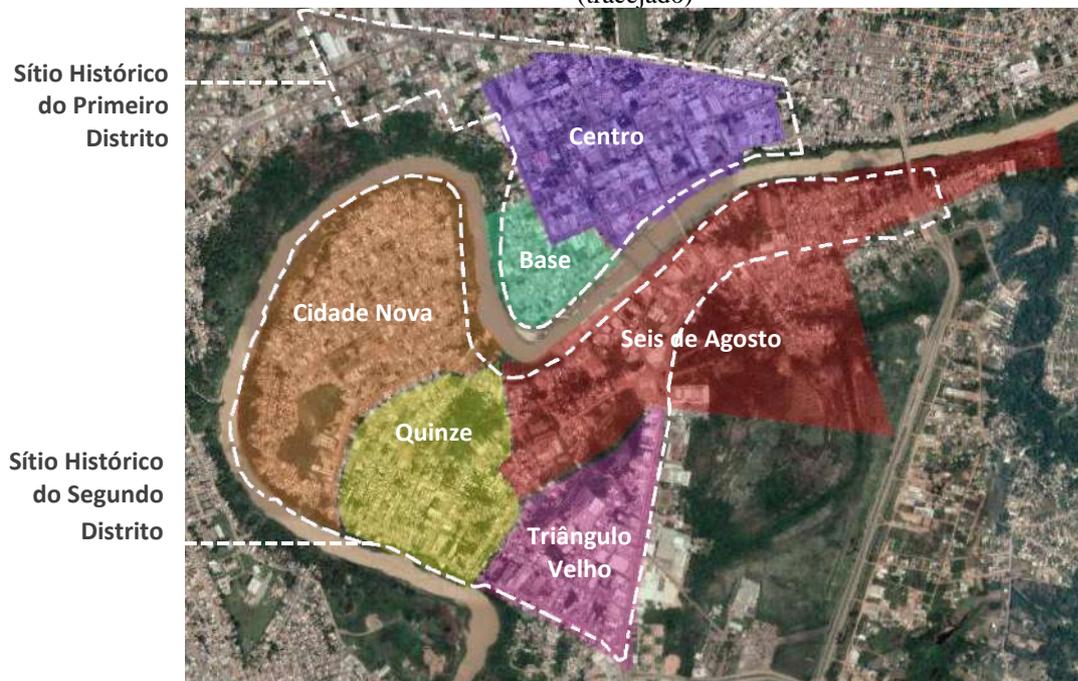
Agosto, Cidade Nova, Quinze e Triângulo Velho (Figuras 1 e 2). Esta área correspondente aos bairros citados pretendia ser tombada como o Sítio Histórico, dividida entre Primeiro e Segundo Distritos, mas teve o polígono extinto pelo Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural (CEPHC), fato a ser aprofundado no capítulo 4.

Figura 1 – Localização do Perímetro Urbano de Rio Branco e recorte espacial da pesquisa



Fonte: SILVA, S. S., Morello, T., Anderson, L., Brown, F., Melo, A.W.F., adaptado pelo autor

Figura 2 – Recorte espacial da Pesquisa. Bairros Centro, Base, Cidade Nova, Quinze, Seis de Agosto e Triângulo Velho e polígonos extintos dos Sítios Históricos do Primeiro e Segundo Distritos (tracejado)



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor.

Em síntese, o Capítulo 1 corresponde ao estado da arte da pesquisa, onde foram mapeados os trabalhos e publicações que tangenciam o tema da dissertação. O Capítulo 2 pretende fazer um apanhado teórico sobre os múltiplos conceitos da palavra “paisagem” no ocidente, buscando seus significados mais pretéritos, anteriores ao renascimento, com foco para as noções de paisagem vernacular e paisagem política. O Capítulo 3 permeia a historiografia da cidade de Rio Branco, com ênfase na formação da paisagem urbana e o Capítulo 4 visita as questões da legislação patrimonial, com intenção de verificar que paisagem vem sendo valorada no decorrer dos anos e o que pretende ser protegida enquanto patrimônio cultural na cidade.

### 1.1 A PAISAGEM CONDUNZINDO UM MÉTODO

Além da polissemia que a paisagem expressa, ela também apresenta diversas formas de abordagem, a depender do campo de estudo em que se faz presente. Neste trabalho a principal fonte de pesquisa para realização das leituras da paisagem urbana são as fotografias. Mais especificamente as imagens fotográficas provenientes da modalidade difundida a partir do final do século XIX e início do século XX, mas que são utilizadas até hoje, por meio da produção de panoramas e vistas da cidade vendidos ou publicados, principalmente em álbuns, conhecidas como “vistas urbanas”. O filtro de análise das fotografias está baseado nas noções teóricas de Jackson (1984) e Besse (2014) relativos à paisagem vernacular, que seria uma paisagem da pequena escala, espontânea, efêmera e de constante adaptação do homem ao meio, e à paisagem política, a da grande escala, monumentalidade, presença de grandes marcos construídos e fruto de um planejamento prévio baseado em um arquétipo ideal.

Optou-se por este instrumento como parte da metodologia da pesquisa tendo em vista as invenções e reinvenções às quais o Acre e a cidade de Rio Branco passaram no decorrer dos anos nas célebres publicações textuais baseadas na história oficial, como constatou-se anteriormente no estado da arte da pesquisa. Fato este que vem refletindo e influenciando definição dos critérios de preservação na cidade na esfera estadual e, conseqüentemente, na falta de preservação de sua paisagem urbana, que inclui a paisagem vernacular. O que pode exemplificar bem as palavras de Choay ao ressaltar que:

A fotografia contribui [...] para a semantização do monumento-sinal. Com efeito, é cada vez mais pela mediação de sua imagem, por sua circulação e difusão, na imprensa, na televisão e no cinema, que esses sinais se dirigem às sociedades contemporâneas. Eles só constituem signos quando metamorfoseados em imagens, em réplicas sem peso, nas quais se acumula seu valor simbólico [...] <sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 5 ed. Estação Liberdade: UNESP. São Paulo, 2006. p, 22.

O corpus documental para a aplicação da metodologia corresponde à produção do fotógrafo Américo de Mello, conhecido por suas fotos da cidade de Rio Branco, no Álbum fotográfico *Encontro da História do Acre – Estado 50 anos*<sup>25</sup>. Este álbum revela fotografias a partir da década de 1960, período em que o Acre foi elevado de Território Federal para a categoria de Estado (1962), até a primeira década dos anos 2000, período em que ocorreram as reformas urbanas no centro histórico de Rio Branco realizadas na gestão do Governo da Floresta.

Segundo Possamai<sup>26</sup>, o álbum fotográfico, ao selecionar e reunir determinadas imagens fotográficas remete à coleção e à narrativa, ambas ligadas à memória. A autora salienta que, no álbum fotográfico, como em qualquer coleção, é estabelecida uma escolha arbitrada pelo seu autor. “Assim, o álbum fotográfico configura uma seleção de determinadas imagens, entre tantas outras vistas por aquele que o elaborou, e, dessa forma, implica sempre determinado olhar”<sup>27</sup>. Nas palavras de Possamai:

Esse viés não é ingênuo ou aleatório, pois segue critérios, ideias ou intenções, pautadas, por sua vez, pelo imaginário social da época em que foi produzido. Assim como a imagem fotográfica é elaborada pelo seu autor, o fotógrafo, de acordo com sua visão de mundo e conforme as concepções de toda ordem que o norteiam, da mesma maneira opera-se com a reunião de imagens selecionadas pelo autor do álbum. Deve-se ressaltar que o autor, nesse caso, e diferentemente do ato fotográfico que é executado única e exclusivamente apenas por um indivíduo, pode ser uma ou várias pessoas, uma instituição, um grupo, uma família. Assim, o imaginário social interfere tanto na criação das imagens fotográficas, como na concepção da coleção que resultou no álbum fotográfico. No outro extremo, o da recepção, o álbum e as imagens nele contidas contribuem para a construção e veiculação de um determinado imaginário, neste caso, lançando mão da visualidade como elemento central. [...] No caso do álbum de vistas urbanas, essa intencionalidade é ainda mais flagrante pela impossibilidade de ser alcançada em uma única representação fotográfica a dimensão colossal do espaço urbano. Assim, as imagens fotográficas ao elaborarem uma representação reduzida do gigantismo urbano, e ao estarem dispostas em um álbum, realçam essa idéia de continuidade, jogando com a ilusão de dar a ver a cidade em sua totalidade e em sua unidade espacial, inexoravelmente rompida pelo ato fotográfico<sup>28</sup>.

Com essa compreensão sobre a fonte documental escolhida, esta etapa pretende verificar, entre a vernacular e política, qual paisagem foi o objeto principal das lentes neste período para a identificação da cidade de Rio Branco e como isso vem possivelmente refletindo nas proposições de proteção patrimonial.

<sup>25</sup> MELLO, Américo de. **Encontro da História do Acre – Estado 50 Anos**. Edição especial de aniversário de 50 anos Acre Estado. Print Gráfica: Rio Branco, 2012.

<sup>26</sup> POSSAMAI, Zita Rosane. **Narrativas fotográficas sobre a cidade**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n° 53, p. 55-90, 2007.

<sup>27</sup> POSSAMAI, 2007, p. 55 apud LE ROUX, 1991.

<sup>28</sup> *Ibid.* p. 56-57 (grifos nossos).

Tem-se em mente que a construção deste processo metodológico poderia contar com a inclusão das percepções das pessoas que vivenciam diretamente (e são) a paisagem em questão, agregando informações em nível mais subjetivo e pessoal do aporte fenomenológico, já que a paisagem é também “uma entidade relacional que envolve toda a nossa sensibilidade”<sup>29</sup>. No entanto, o desafio que se enfrenta a pesquisa é justamente acessar os diferentes atributos por meio dos rastros fixados nas representações fotográficas, como uma porta para o imaginário social de épocas passadas que pode revelar nuances simbólicas da paisagem, assim como as escolhas de determinados recortes de paisagens e a inserção ou não do vernacular como parte das vistas urbanas de Rio Branco, dados importantes para definir qualitativamente que paisagem deve ser preservada. Além disso, a pandemia do COVID-19 nos fez eliminar qualquer possibilidade de desenvolver algum método que propusesse contato com a população local.

Nesse sentido, o conjunto de imagens selecionado parte da intenção de confrontar certos consensos atribuídos a mensagem da imagem à condição de “ilustração” do que é descrito nos textos que, segundo Albuquerque<sup>30</sup>, na maioria das vezes não guarda nenhuma relação com as mesmas ou narram coisas distintas e até mesmo antagônicas da imagem. Atenta-se também para a questão de, ao trabalhar com a fotografia enquanto fonte de pesquisa histórica, faz-se necessário pontuar que esta não é nem “espelho do real”, como era considerada na imprensa e no senso comum no final do século XIX, nem simplesmente uma “transformação do real” entendida como redução e distorção desse real, como se denunciou no século XX a falsa neutralidade da mensagem fotográfica, como comenta Dubois<sup>31</sup>. O pensamento do autor se alinha mais com a terceira concepção por ele abordada: a fotografia é um índice, ou um traço do real, pois ela guardaria um elo físico com o seu referente empírico. Nas palavras de Dubois:

A foto não é apenas uma imagem (o produto de uma técnica e de uma ação, o resultado de um fazer e de um saber-fazer, uma representação de papel que se olha simplesmente em sua clausura de objeto finito), é também, em primeiro lugar, um verdadeiro ato icônico, uma imagem, se quisermos, mas em trabalho, algo que não se pode conceber fora de suas circunstâncias, fora do jogo que a anima sem comprová-la literalmente: algo que é, portanto, ao mesmo tempo e consubstancialmente, uma imagem-ato, estando compreendido que esse "ato" não se limita trivialmente apenas ao gesto da produção propriamente dita da imagem (o gesto da "tomada"), mas inclui também o ato de sua recepção e de sua contemplação. A fotografia, em suma, - como inseparável de toda a sua enunciação, como experiência de imagem, como objeto totalmente pragmático<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> BERQUE, Augustin. Paisagem, Meio e História. IN: **Paisagem Textos 2**. Tradução: Vladimir Bartolini. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013, p. 31-42.

<sup>30</sup> ALBUQUERQUE, 2019.

<sup>31</sup> DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 2. ed. Campinas: Papyrus Editora, 1998. p. 26.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 15.

Boris Kossoy<sup>33</sup> salienta a importância da distinção clara entre uma história *da* fotografia e uma história *através* da fotografia, esta última escolhida como um dos caminhos para a realização da presente pesquisa, uma vez que “A partir do conteúdo documental que encerram, as fotografias que retratam diferentes aspectos da vida passada [...] submetidas à um prévio exame técnico-iconográfico e interpretativo prestam definitivamente para a recuperação das informações”. Dessa forma, para o autor, as imagens com reconhecido valor documentário são importantes para variadas áreas de estudo, pois representam um conhecimento da cena passada e, portanto, “[...] uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e de seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto *instrumento* de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica”<sup>34</sup>, investigação à qual se propõe este trabalho na busca dos atributos da paisagem acreana.

Segundo Ana Maria Mauad<sup>35</sup>, em suas diversas modalidades, as fotografias guardam na sua superfície sensível a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Para Mauad, as fotografias:

Um dia já foram memória presente, ou narrativa, próxima àqueles que as consumiam, possuíam, guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos produtores ou donos, aqueles que as estudam como história entram em contato com esse presente/passado e os investem de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática a ser estudada. Nisso reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas<sup>36</sup>.

Deve-se, portanto, entender que a imagem fotográfica é um meio pelo qual visualizamos “microcenários do passado”<sup>37</sup>, por isso ela não tem a capacidade de reunir todo o conteúdo do passado em si, deve-se atentar sempre ao seu processo de construção, porque a imagem fotográfica é um documento criado e construído.

É necessário o suporte de outras fontes para que as análises, exames ou leituras sejam bem sucedidas e atinjam sua finalidade. Assim, segundo Kossoy<sup>38</sup>, durante as análises as imagens precisam ser, constantemente, alimentadas de informações iconográficas (necessárias aos estudos comparativos) e das informações escritas de diferentes naturezas contidas nos

---

<sup>33</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p. 59.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v. 13, nº 1. p. 133-174. Jan-Jun, 2005.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 172 (grifo nosso).

<sup>37</sup> KOSSOY, *op. cit.*, p. 82.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

arquivos oficiais e particulares, periódicos da época, literatura, crônicas, história e nas ciências vizinhas. Para a presente dissertação, esta documentação também será problematizada e filtrada enquanto suporte para a interpretação das fontes fotográficas. Nesse sentido, a abordagem das imagens fotográficas na historiografia requer uma delimitação inicial de um corpus visual que configure uma série extensa e homogênea que, por sua vez, permitirá relações entre as imagens que a compõem. Como afirma Ana Maria Mauad:

[...] a fotografia – para ser utilizada como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo – deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias do conjunto de imagens que se escolheu analisar<sup>39</sup>.

As séries, ressalta Mauad<sup>40</sup>, devem obedecer a um critério único de seleção, evitando-se misturar fotografias de diferentes procedências. Segundo a autora, fotografias de revistas ilustradas, de álbuns, de relatórios ou cartões postais, por exemplo, não deveriam misturar-se entre si, devendo ser analisadas dentro de seus conjuntos próprios, embora relações entre as mesmas possam vir a ser estabelecidas. Ulpiano de Meneses acrescenta que:

A solução está em definir a unidade, a plataforma de articulação, o eixo de desenvolvimento numa *problemática histórica* proposta pela pesquisa e não na tipologia documental de que ela se alimentará. As séries iconográficas (porque é com séries que se deve procurar trabalhar, ainda que se possam ter imagens singulares que funcionem como pontos de condensação de séries ideais) não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade<sup>41</sup>.

Em outras palavras, estes elementos de pesquisa, ou seja, as fotografias, não são apenas documentos, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade e, por isso, faz-se necessária a formulação de “**problemas históricos**”, para serem encaminhados e resolvidos por intermédio de fontes visuais, associadas a quaisquer outras fontes pertinentes<sup>42</sup>. Assim, neste trabalho, os “**problemas históricos**”<sup>43</sup> serão observados sob a ótica de teóricos como Jackson (1984) e Besse (2014), com foco na tensão entre duas concepções e práticas paisagísticas, ora concorrentes ora superpostas, mas coexistentes: a **paisagem vernacular** e a **paisagem política**. Porém, como apoio teórico, primeiramente faz-se necessário perpassar o conceito e os múltiplos significados da própria palavra paisagem (*landscape*) na história e como isso moldou o olhar

---

<sup>39</sup> MAUAD, 1995, p. 143.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 11-36, 2003, p. 27 (grifos nossos).

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 28

<sup>43</sup> *Ibidem*.

moderno provocando a desassociação entre o sujeito e o objeto, ou seja, entre o observador e a paisagem, objetivando este olhar ao anseio de intervenção, com apoio teórico de Olwig (2002, 2005), Berque (2013), Maderuelo (2006), Mitchell (2002) e Warnke (2009).

### **Etapa 1. Historiografia:**

Partindo do princípio de que a noção de **paisagem vernacular** nos fornece o reconhecimento dos atributos que estão sendo negligenciados pelo poder público enquanto testemunho de uma época passada, no Capítulo 3 a análise partirá da abordagem que tangencia a História Cultural. Assim, os trabalhos já realizados sobre Rio Branco e o Acre que vão contra o fluxo da dita história oficial<sup>44</sup> servirão de guia, bem como os registros documentais disponíveis nas instituições de pesquisa locais na intenção de verificar a relação “cidade/floresta/rio”, como Albuquerque<sup>45</sup> refere-se à cidade de Rio Branco.

### **Etapa 2. Interpretação dos Projetos Políticos:**

Ainda no Capítulo 3 a noção de **paisagem política** permeará a análise das intervenções realizadas por parte do Governo Estadual no sítio histórico em questão nos anos 2000, correspondente ao Eixo do Palácio Rio Branco, Calçadão da Gameleira e entorno do “Novo Mercado Velho”, entendendo estes enquanto gesto político de construir paisagem. Desse modo, percebe-se a necessidade de analisar o núcleo histórico criado como espaço político baseado em ações que “[...] vislumbraram, acima de um investimento na infraestrutura e na ‘estética’ da paisagem urbana, o discurso político dos gestores daquela época, ancorado no resgate identitário e na promoção da autoestima dos acreanos”<sup>46</sup>. Para a presente dissertação pretendíamos analisar as pranchas dos projetos de intervenção no centro histórico, porém, no decorrer da pesquisa constatou-se, como reforça Carvalho, que:

[...] informações sobre o processo de intervenção, a partir de estudos pré-projetuais, de estudos históricos, de danos e patologias, dos ofícios tradicionais, de prospecção, bem como os documentos pós-projetuais, como livro de memória de obras, relatório fotográfico da obra, dossiês, ou até mesmo publicação, praticamente inexistem. Como também inexistem os jogos de pranchas e outros desenhos técnicos da proposição de intervenção, ou registro da opção teórico-metodológica, à luz da Teoria do Restauro, do autor da obra para justificar sua ideia<sup>47</sup>.

<sup>44</sup> Principalmente os trabalhos de Carvalho (2013, 2016, 2020), Klein (2013), Costa (2002, 2007, 2011), Albuquerque (2019) e Brugnara (2018).

<sup>45</sup> ALBUQUERQUE, 2019.

<sup>46</sup> CARVALHO, 2016, p. 144.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 147 (grifo nosso).

Não tivemos sucesso no contato com órgãos públicos em busca dos arquivos, tampouco com os profissionais envolvidos nos projetos, pois todos alegaram não ter nenhum tipo de registro, mesmo se tratando de projetos relativamente recentes, tendo em vista que foram desenvolvidos a partir do ano 2000. Nos parece uma omissão, como se a história devesse permanecer aprisionada no tempo, cristalizada e intocável, configurando-se como um indicador de certo receio e desconforto que o acontecimento causa entre os envolvidos. Diante destas limitações, nos propomos a analisar as intervenções por meio de comparações entre fotografias de antes, durante e depois das obras, baseado, também, à uma perspectiva da História Cultural com apoio das Cartas Patrimoniais como a Carta de Atenas, Carta de Veneza e a Declaração de Xi'an, na intenção de revelar a falsa narrativa histórica criada.

Outro foco desta etapa foi a realização de um levantamento das publicações que partem do próprio Governo do Estado que tratam as intervenções como “Cartão-Postal” da cidade, fato que parece refletir diretamente qual paisagem está sendo valorada como patrimônio cultural e passível de proteção.

### **Etapa 3. Análise Iconográfica**

No Capítulo 4, seguindo as recomendações de Mauad (1990; 1996; 2015) para quem pretende utilizar fontes fotográficas, o primeiro passo para a análise iconográfica constitui-se na delimitação do estudo em séries definidas de imagens que possam compor conjuntos homogêneos por meio de um critério único de seleção. Para Panofsky<sup>48</sup> “[...] a seleção do material para observação e exame é predeterminada, até certo ponto, por uma teoria ou por uma concepção histórica genérica”, no caso desta pesquisa, pelas noções teóricas de **paisagem vernacular** e **paisagem política**. A partir desta delimitação, fez-se necessário aprofundar a leitura de autores que trabalham com a relação entre a fotografia e cidade para amadurecimento da metodologia. Zita Possamai sugere que:

A análise das imagens fotográficas, como de outras fontes visuais, deveria levar em conta a diferenciação entre forma e conteúdo, ou seja, as escolhas técnicas e estéticas realizadas pelo fotógrafo [...] e os motivos fotografados – paisagens, pessoas, ruas e avenidas, festas, acontecimentos<sup>49</sup>.

O segundo passo desta etapa configura-se, então, como a definição dos critérios de análise. Optou-se por utilizar a categoria elencada por Kossoy dos **elementos icônicos**,

<sup>48</sup> PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 1991, p. 26-27.

<sup>49</sup> POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos**. (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p. 107.

provenientes da utilização da **análise iconográfica**. Os **elementos icônicos** dizem respeito ao conteúdo imagético da paisagem, ou seja, “a determinação dos elementos [...] que compõem o *registro visual*, o conteúdo da representação”<sup>50</sup>. Assim, a **análise iconográfica** “tem o intuito de detalhar sistematicamente e inventariar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos [...]; o aspecto literal e descritivo prevalece [...]”. Já a **análise iconológica**, segundo o autor, seria complementar a análise iconográfica, e se propõe a ser uma leitura das entrelinhas para resgatar, na medida do possível, a situação que envolveu o documento (a fotografia) e que o originou, buscando uma desmontagem das condições de sua produção que resultou na representação em estudo, buscando “a reconstituição do processo que gerou o *artefato* [...]”<sup>51</sup>, na intenção de averiguar o contexto da produção da imagem, quem é o autor e também se foi por espontânea vontade do fotógrafo ou encomenda de terceiros. Para essa apreensão na metodologia aqui prevista, será adotado a nomenclatura de “**descritores icônicos**”, cunhada por Lima e Carvalho<sup>52</sup>, que dizem respeito justamente aos elementos visuais que compõem a imagem fotográfica, juntamente aos **descritores formais**, relacionados a identificação da modalidade fotográfica e abrangência visual adotada pelo autor: aérea, vista panorâmica, vista parcial ou vista pontual.

Devido à escassez de informações sobre os critérios de produção dos documentos fotográficos escolhidos e tendo em vista o foco da pesquisa, optou-se por priorizar a **análise iconográfica** na busca dos **descritores icônicos**, sem desconsiderar a abordagem iconológica, podendo esta estar diluída no corpo da dissertação fazendo relações com as análises iconográficas, principalmente em relação às legendas das fotografias e o percurso de produção e motivação destas. Como comentado no início deste tópico, a série fotográfica escolhida para a análise da paisagem corresponde a produção do fotógrafo Américo de Mello no Álbum fotográfico *Encontro da História do Acre – Estado 50 anos*, que tem recorte temporal entre a década de 1960, período em que o Acre foi elevado de Território Federal para a categoria de Estado (1962) e a primeira década dos anos 2000, período em que ocorreram as reformas urbanas no centro histórico de Rio Branco realizadas na gestão do Governo da Floresta.

Definida a série fotográfica e as categorias de análise, o terceiro passo corresponde ao desenvolvimento de uma **grade interpretativa** (Figura 3), procedimento sugerido por autores que trabalham a temática como LIMA e CARVALHO (1997), MAUAD (1990; 1996, 2015),

---

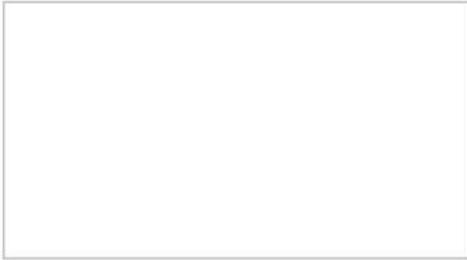
<sup>50</sup> KOSSOY, 2002, p. 107.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo**. Álbuns de São Paulo (1887-1954). São Paulo: Mercado de Letras, 1997.

POSSAMAI (2005), com as devidas adaptações necessárias ao problema da pesquisa. Assim, a grade foi composta a partir do diálogo entre as séries fotográficas escolhidas e os **problemas históricos**<sup>53</sup> a serem investigados, nesse caso a tensão entre as duas modalidades paisagísticas. Assim será possível identificar por meio dos **descritores icônicos** correspondentes à noção de **paisagem vernacular** e **paisagem política**<sup>54</sup>, que paisagem se sobressai enquanto representação da cidade de Rio Branco.

Figura 3 – Modelo de Grade Interpretativa fotográfica

IDENTIFICAÇÃO: 00/41   Data da fotografia: SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM "Encontro da História do Acre – Estado 50 anos" Legenda do álbum:			
			
<b>ANÁLISE ICONOGRÁFICA</b>			
<b>DESCRITORES FORMAIS</b>			
LOCAÇÃO	<input type="checkbox"/> MEIO URBANO	<input type="checkbox"/> MEIO RURAL	<input type="checkbox"/> MEIO RURURBANO
MODALIDADE FOTOGRÁFICA	<input type="checkbox"/> AÉREA	<input type="checkbox"/> PANORÂMICA	<input type="checkbox"/> VISTA PARCIAL <input type="checkbox"/> VISTA PONTUAL
<b>DESCRITORES ICÔNICOS</b>			
<b>DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES</b>		<b>DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS</b>	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

Fonte: Do autor, 2021.

<sup>53</sup> MENESES, 2003.

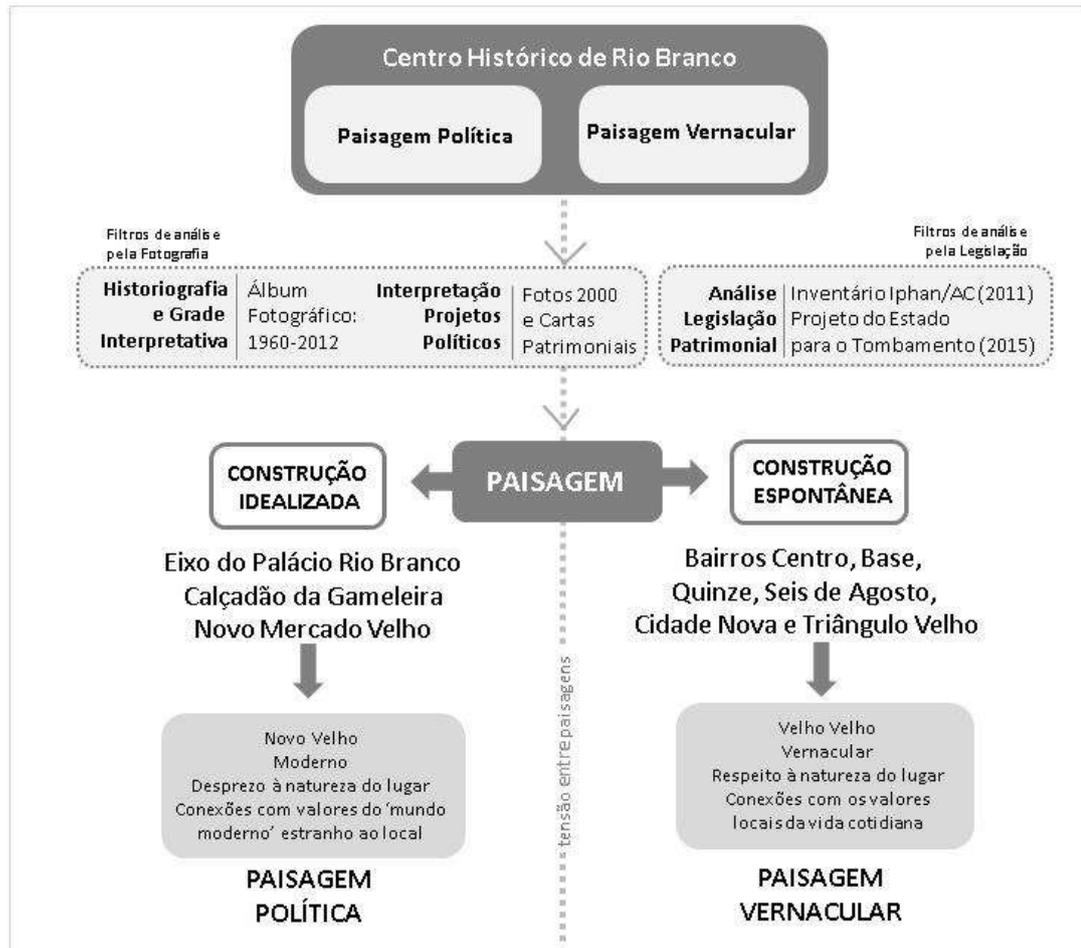
<sup>54</sup> JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the Vernacular Landscape**. Yale University, 1984.

Para a apreensão e preenchimento dos descritores icônicos na Grade Interpretativa levou-se em consideração quanto cada aspecto da paisagem ocupa na área da imagem fotográfica, ou seja, quais elementos, entre os aspectos vernaculares ou políticos, se sobressaem visualmente. Assim, os aspectos mais voltados à Rio Branco anterior aos planos modernizadores, relacionados à ligação das pessoas com o rio Acre e de formas de construir e habitar mais modestas foram relacionados às noções de paisagem vernacular e os aspectos de monumentalidade e ordenamento do espaço, relacionados à noção de paisagem política. As grandes interpretativas que embasaram a análise das fotografias e as reflexões propostas estão disponíveis no Apêndice B do presente trabalho.

#### **Etapa 4. Análise das ações e da Legislação Patrimonial:**

No Capítulo 4 da dissertação pretende-se cruzar os descritores icônicos - nesta etapa entendidos como **atributos da paisagem** - investigados nas etapas anteriores e analisar quais deles estão sendo considerados nas proposições de proteção patrimonial local. Para isso, faz-se necessária a verificação das delimitações de perímetros de proteção patrimonial existentes no centro histórico de Rio Branco, análise dos estudos já realizados sobre a área, como o Inventário do Centro Histórico de Rio Branco realizado pelo IPHAN/AC entre 2011 e 2012, e do processo de tombamento estadual de edificações isoladas e conjuntos nesta mesma área ainda em curso, aberto em 2015 por iniciativa do Governo Estadual, representado pela Fundação de Cultura Fundação Elias Mansour - FEM. Assim, serão verificadas as confluências e divergências de tais proposições em relação aos estudos já realizados pelo IPHAN/AC sobre a área central da cidade e aos resultados desta pesquisa. Desse diálogo será possível verificar a base sobre a qual o poder público está tomando suas decisões de preservação da área em questão.

Figura 4 – Esquema-desenho do processo metodológico e dos procedimentos adotados para análise da paisagem de Rio Branco e os rebatimentos nas políticas patrimoniais em curso



Fonte: Do autor, 2021.

## 1.2 O FOTÓGRAFO E O ÁLBUM

Segundo Marcos Vinícius das Neves<sup>55</sup>, “Américo de Mello foi um dos milhares de cearenses que vieram para o Acre fazer a Amazônia, como se dizia na época. Escapou de ser arigó, porque chegou em 1955, dez anos após o fim da Guerra”<sup>56</sup>. Além disso, Américo era letrado, um enfermeiro que carregava grande quantidade de remédios dos mais variados tipos. “Definitivamente não tinha vindo pra cortar seringa como outros cearenses, soldados da

<sup>55</sup> Como foi visto na introdução do presente trabalho, Marcos Vinícius foi o escolhido para ser o “historiador oficial” durante do Governo da Floresta, inicialmente no mandato de Jorge Viana e permaneceu até o mandato de seu irmão, Tião Viana.

<sup>56</sup> MELLO, Américo de. **Encontro da História do Acre – Estado 50 anos**. 1 ed. Print Gráfica. Rio Branco, 2012, p. 69.

borracha que o antecederam”<sup>57</sup>. Porém, não foi na enfermagem que Antônio de Mello construiu sua história no Acre e, segundo Neves, “Tampouco se notabilizou como personagem político, mesmo sendo um dos fundadores da UDN [União Democrática Nacional] no antigo Território Federal”<sup>58</sup>:

Numa dessas reviravoltas com que o destino costuma nos brincar, na época da eleição de José Augusto de Araújo<sup>59</sup>, Américo de Mello retornou a fotografia, que já praticava em sua terra natal e não parou mais. Desde então retratou todos os governos acreanos. Mas não só. Américo se tornou privilegiado registrador da cidade de Rio Branco durante as imensas transformações das últimas quatro décadas.

Para Neves, “[...] com sua arte, feita de luz e sombras, Américo registrou como poucos a história do Acre. Melhor, seria mais justo dizer que, com suas mais de cinquenta mil fotos, Américo de Mello se tornou a própria história do Acre”<sup>60</sup>. Nas palavras de Valmir Ribeiro, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre no período de publicação do álbum, logo “[...] Américo de Mello passou a ser um sustentáculo da imprensa acreana, tendo logo ascendido a nível nacional, a membro da Associação de Imprensa do Estado, a membro da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Brasil e repórter das revistas: Placar, Momento, Integração e outras”<sup>61</sup>. Consagrou-se ainda como repórter fotográfico esportivo quando fotografou autoridades do esporte nacional e internacional, chegando a fotografar a seleção brasileira rumo à copa do México em 1970.

Em Manaus – AM, Américo de Mello fundou a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Brasil. Dentre vários méritos, diplomas, certificados e comendas, não menos importantes, Américo de Mello foi diplomado com título de Honra do Mérito como jornalista destaque na comunidade acreana em 1968 e foi agraciado com o Trevo da Amizade dos Bandeirantes do Brasil, em São Paulo, no ano de 1971, comenda invejável na época. Neste ano, iniciou-se pela imprensa escrita e falada do Estado do Acre, com o título de Jornalista do Ano de 1971. Em 1975 recebeu o diploma pela destacada participação na II Convenção Nacional de Dirigentes Classistas realizada em São Paulo. E mais, pelo seu conceito, experiência e competência, Américo de Mello foi incumbido a fazer as coberturas como repórter fotográfico, para a imprensa local e nacional, em todas as visitas de Presidentes da República no Estado do Acre, acompanhando-os, inclusive, em comitivas presidenciais em alguns países da América Latina<sup>62</sup>.

---

<sup>57</sup> MELLO, 2012.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

<sup>59</sup> *Ibidem*. José Augusto de Araújo foi historiador, geógrafo brasileiro. Foi também o primeiro governador eleito pelo voto popular após a criação do Estado do Acre, entre os anos 1963 e 1964. Teve seu mandato cassado nos primeiros dias da Ditadura Militar instaurada no país em 1964, decisão esta que só veio a ser revogada em 2014 (MARCEL, 2014.)

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 70.

<sup>62</sup> *Ibidem*.

Em 2012 é publicado o documento escolhido para a análise da paisagem no presente trabalho, o Álbum fotográfico “*Encontro da História do Acre – Estado 50 anos*”. O álbum tem como recorte temporal das fotografias o período entre a década de 1960 – década em que o Acre foi elevado de Território Federal para a categoria de Estado (1962) - e a primeira década dos anos 2000, período em que ocorreram as reformas urbanas no centro histórico de Rio Branco realizadas na gestão do Governo da Floresta, que teve a frente inicialmente o Governador Jorge Viana<sup>63</sup>. O álbum deriva de uma seleção de fotografias de uma exposição do fotógrafo Américo de Mello realizada entre 2007 e 2008<sup>64</sup>, quando aconteceu a publicação da primeira versão deste álbum. O título previsto para a primeira edição do álbum, à princípio, seria “Encontro da História do Acre Estado: de José Augusto a Tião Viana<sup>65</sup>, [...] alterado para Encontro da História do Acre-Estado, 46 anos”<sup>66</sup>.

Os recursos para a publicação do álbum foram buscados junto ao poder municipal e ao Estado, por meio da Fundação Garibaldi Brasil - FGB e Fundação Cultural Elias Mansour – FEM. “Os respectivos presidentes das fundações, Daniel Zen e Marcus Vinícius deram total apoio ao projeto”<sup>67</sup> que foi relançado no ano de 2012 em comemoração ao aniversário de 50 anos do Estado do Acre e serviu como documento para a pesquisa proposta. Os textos (legendas) têm autoria de Cléber Borges, jornalista e ex-repórter do jornal *A Gazeta do Acre*, e de Enilson Amorim, acreano, historiador e escritor com ênfase no folclore amazônico, membro da Academia Acreana de Letras – AAL, e ex-chargista, caricaturista e diagramador nos jornais acreanos *O Rio Branco* e *A Tribuna*. Questiona-se aqui o que estaria por trás do olhar do fotógrafo. É provável que, estando Américo de Mello ligado ao governo no registro dos fatos políticos, tenha havido uma influência do poder público para a seleção das fotografias, visto que este financiou a publicação.

No capítulo seguinte trataremos dos múltiplos conceitos da palavra “paisagem” e como eles moldaram a maneira de ver o mundo, principalmente no ocidente.

---

<sup>63</sup> Jorge Viana foi prefeito de Rio Branco entre 1993 e 1996 e teve dois mandatos como governador do Estado do Acre. O primeiro entre 1999 e 2002 e o segundo entre 2003 e 2006, este último que corresponde ao período das maiores reformas urbanas que sofre o Centro Histórico de Rio Branco.

<sup>64</sup> O título da exposição era “Encontro com a História do Acre Estado de José Augusto a Jorge Viana (em fotos)”, salientando os feitos políticos como principais fatores para se construir a paisagem e a história da cidade e do Estado.

<sup>65</sup> Tião Viana, irmão de Jorge Viana, foi governador do Acre entre 2011 e 2019.

<sup>66</sup> MELLO, 2012, p. 2.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

## 2 CONSTRUINDO UM OLHAR PAISAGÍSTICO

O foco deste capítulo é aprofundar a teoria da ideia central que motivou e permeia todo o trabalho: a paisagem. Compartilha-se aqui da reflexão de Lúcia Veras de que “Pensar a paisagem a partir de uma conceituação parece ser um caminho que desconsidera o entendimento de suas origens mais pretéritas, que antecedem uma compreensão enquadrada apenas no plano da razão e da explicação”<sup>68</sup>. Assim, o viés da paisagem a ser abordado na dissertação está atrelado ao cotidiano do lugar ou, como aponta Jackson, à “**paisagem cotidiana**”<sup>69</sup>, ou, para Besse, a paisagem relacionada ao “**mundo vivido, ao mundo da vida comum, o mundo cotidiano**”<sup>70</sup>. Nas palavras de Veras “[...] as **paisagens ordinárias**, reveladoras da cultura local da vida vivida, inclusive aquelas com qualidades mínimas e degradadas”<sup>71</sup>.

É preciso ter em mente que a palavra “paisagem” como é conhecida no senso comum tem origem moderna e, por isso, deve ser tratada com certo cuidado quando a encontramos em textos, transcrições ou traduções anteriores ao século XVII, principalmente em seu uso contemporâneo<sup>72</sup>. Nesse sentido, buscamos aqui, primeiramente, voltar às origens mais pretéritas da palavra na intenção de progredir na compreensão da paisagem enquanto categoria do pensamento e como esse fenômeno influenciou a maneira de ver o mundo. Para isso recorreremos as proposições de autores como Berque (2013), Maderuelo (2006), Olwig (2002, 2005) e Mitchell (2002). Assim, a investigação converge para o aprofundamento das duas modalidades paisagísticas às quais a dissertação aborda com maior destaque para a compreensão da construção da paisagem de Rio Branco: as noções de paisagem política e paisagem vernacular baseados nos apontamentos de Jackson (1984) e Besse (2014), com apoio de outros autores como Warnke (2009).

### 2.1 PANORAMA EPISTEMOLÓGICO DA PAISAGEM: IMPLICAÇÕES NA MANEIRA DE VER O MUNDO

---

<sup>68</sup> VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem-postal**: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014, p. 73 (grifo nosso).

<sup>69</sup> “*everyday landscape*”. HENDERSON, George L. What (else) We Talk about When We Talk about Landscape: For a Return to the Social Imagination. In: WILSON, Chris (Ed.) e GROTH, Paul (Ed.). **Everyday America**: cultural landscape studies after J. B. Jackson. University of California Press. California, 2003, p. 180 (grifo e tradução nossos).

<sup>70</sup> BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 135 (grifo nosso).

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 132-133.

<sup>72</sup> MADERUELO, Javier. **El paisaje – Génesis de un concepto**. 2 ed. Abada Editores. Madri, 2006.

Segundo Yanci Ladeira Maria<sup>73</sup>, a palavra paisagem tem suas origens marcadas em contextos sócio-históricos que revelam um olhar geográfico, seja para as formas terrestres – sua fisiografia natural e social –, seja como uma forma de organização político-administrativa territorial. Muitos autores se debruçaram a buscar tais origens, alguns mais voltados à produção e manifestação paisagística da China no século IV e outros – a maior parte deles –, focados na realidade da Europa por volta final do século XV e início do XVI atreladas às revoluções tecnológicas que ocorriam neste período.

Maderuelo<sup>74</sup> afirma que a palavra “paisagem” à qual conhecemos hoje tem duas raízes linguísticas diferentes: uma germânica, que dará origem a termos como *landschaft* (alemão), *landskip* (holandês) e *landscape* (inglês), e outra de matriz latina de onde derivam palavras como *paesaggio* (italiano), *paysage* (francês), *paisaje* (espanhol) e paisagem (português). Essas duas raízes denotam não somente uma diferença gramatical, mas, “de acordo com os diferentes hábitos linguísticos de duas áreas geográficas, a dos países do norte e a dos países do sul [...] correspondem também a dois modos distintos de entender, ver e representar o mundo”<sup>75</sup>. Esta realidade fica ainda mais evidente quando se comparam conceitos entre o Ocidente e o Oriente, principalmente a China, como será exposto mais adiante.

De acordo com Keneth Olwig, o termo “*land*” tem raízes antigas que remetem à Idade Média e era considerada uma unidade geográfica, no sentido de posse da terra, que podem se unir para dar origem a uma unidade maior<sup>76</sup>. O autor afirma que:

Esta unidade maior, também chamada de “*land*” [terra], pode ostentar não apenas costumes e valores morais, mas também regras de comportamento que destes derivam e que são julgados por pessoas responsáveis locais nos espaços públicos ou no tribunal. O povo tem orgulho dos costumes, tradições, festas e festivais de sua terra, pois todas desempenham um papel importante em seu senso de identidade<sup>77</sup>

Já o termo “*scape*” – que constitui a segunda parte da palavra *landscape* – é uma variante do verbo em inglês “*to shape*”, que significa modificar, criar, moldar. Assim, nas palavras de Olwig, a paisagem, em seu significado mais antigo “É uma terra moldada por um

---

<sup>73</sup> MARIA, Yanci Ladeira. **Paisagem: cultura-natureza em perspectiva. Uma abordagem trajetiva do conceito de paisagem.** Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

<sup>74</sup> MADERUELO, 2006, p. 24.

<sup>75</sup> *Ibidem.* (tradução nossa).

<sup>76</sup> OLWIG, Kenneth Robert. **Representation and alienation in the political land-scape.** *cultural geographies*, SAGE Publications, 2005, 12 (1), pp.19-40. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00572145>>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

<sup>77</sup> OLWIG, Kenneth Robert. **Landscape, nature and the body politic – from Britain’s Renaissance to America’s new world.** The University of Wisconsin Press. Madison, 2002, posição 143.

povo, suas instituições e costumes”<sup>78</sup>. Alinhando-se ao pensamento de Olwig, Maderuelo adiciona ainda que, em certo modo, o termo *land* está ligado a ideia de propriedade do solo estendendo-se, posteriormente, para noções de país, domínio, zona ou reino, assim, *landscape* seria para o autor o “aspecto de um território ou as características que o definem como modelo ou como país”<sup>79</sup>.

Por outro lado, como nos lembra John B. Jackson, a definição da palavra paisagem (*landscape*) mais encontrada nos dicionários, é muito antiga e foi elaborada pelos artistas plásticos do período renascentista, que diziam ser paisagem uma “extensão de território que o olhar alcança em um relance”<sup>80</sup>, geralmente atrelada a um olhar do alto de algum lugar. No entanto, para Vieira<sup>81</sup>, tal definição parece insuficiente em dar conta da paisagem, principalmente pelo fato de que nos estudos com foco nesta temática destaca-se uma diversidade disciplinar de abordagens: desde a pintura de paisagens e do paisagismo, extrapolando para a geografia, ecologia, história, antropologia, os estudos sobre a fotografia e o cinema, a literatura e o turismo.

Nas palavras de Vieira, “De tão amplo que é o tema, o uso do termo extrapolou os territórios desses saberes e hoje o vocábulo transformou-se numa metáfora, quando se quer situar, como num panorama, qualquer assunto sobre o qual se queira discorrer”<sup>82</sup>. Assim, segundo Jackson<sup>83</sup>, a palavra paisagem (*landscape*) passou a ser utilizada metaforicamente na língua inglesa em resenhas críticas, principalmente no sentido de dar conta de uma totalidade de um determinado fenômeno, com significado que se aproxima de “atmosfera”, ou “cenário”, a exemplo, de termos como: “landscape of dreams” e “political/social landscape”. Este último que poderia ser traduzido como “cenário ou panorama político/social” de alguma determinada conferência, cidade, estado ou país. Porém, Jackson afirma que não deveríamos utilizar a palavra paisagem nesses casos, ou seja, para descrever nosso mundo particular, pois, para ele “uma paisagem é uma realidade concreta e compartilhada tridimensionalmente”<sup>84</sup>. Na visão de Jackson, a percepção da paisagem só existe porque há uma realidade empírica e objetiva que a torna possível<sup>85</sup>.

<sup>78</sup> OLWIG, 2002, posição 148 (tradução nossa).

<sup>79</sup> MADERUELO, 2006, p. 25 (tradução nossa).

<sup>80</sup> JACKSON, 1984, p. 3.

<sup>81</sup> VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Topografias Imaginárias: A paisagem política do Brasil Holandês em Frans Post, 1637-1669**. Tese de Doutorado – Universidade de Leiden, 2010.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 59.

<sup>83</sup> JACKSON, *op. cit.*

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 5 (tradução nossa)

<sup>85</sup> *Ibidem.*

Augustin Berque<sup>86</sup> comenta que na história da humanidade, somente duas civilizações apresentavam noções de paisagem enquanto tal: a China, que teria sido a primeira civilização paisagística, a partir do século IV da nossa era e, mil e duzentos anos mais tarde, a Europa, a partir do século XVI. Percebe-se, no entanto, uma enorme diferença entre essas duas civilizações em suas interpretações e manifestações.

Berque dedica boa parte de sua produção científica à compreensão da paisagem na cultura oriental e descreve bem como aparece o interesse estético pela paisagem na China antiga, em que os poetas desempenharam um papel fundamental. O autor busca relacionar o objetivo e subjetivo no conceito de paisagem no oriente, propondo que o sentido do termo foi obliterado no mundo ocidental e que, ao retornarmos às suas origens, anteriores às concepções do Renascimento, poderemos retomar também esta relação mais direta entre homem e meio. Afinal, a “paisagem à chinesa jamais veio a ser, portanto, morfologia do ambiente. Ela sempre associou intimamente o homem à natureza”<sup>87</sup>. Mais do que a morfologia ou a pintura de paisagem, “na China, a paisagem se enraíza na religião e na moral”<sup>88</sup>.

Leitor de Berque, Javier Maderuelo afirma que existiu na China um período referente à Dinastia Han (206 a.c. – 220 d.c.), - quase que cronologicamente paralelo ao período do Império Romano no Ocidente - que foi um dos mais valorados na historiografia chinesa, já que nele foram alcançadas as maiores conquistas sociais, políticas e culturais da nação, da mesma forma como Império Romano é valorado e referenciado na cultura ocidental, seja no âmbito da arte, da arquitetura ou da organização sociopolítica<sup>89</sup>. Com a queda da dinastia Han em 220 d.c. e a conseqüente descentralização do poder político imperial na China, somadas a desconfiança gerada pelas batalhas civis neste período, o sentimento de coletividade anterior ficou enfraquecido, propiciando o auge do Taoísmo<sup>90</sup> em resposta à crise nacional em curso, convertendo-se na religião autóctone a salvação individual e desencadeando a prática do “retiro na natureza”<sup>91</sup> que, segundo Maderuelo, deu origem ao descobrimento da paisagem como tal. Durante esta prática de retiro, “Em sua solidão, estes eremitas se desprenderam das constrições do pensamento moral e político do confucionismo, para começar a considerar a beleza da

---

<sup>86</sup> BERQUE, Augustin. Paisagem, Meio e História. In: **Paisagem Textos 2**. Tradução: Vladimir Bartolini. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013, p. 31-42.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 37

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 35

<sup>89</sup> MADERUELO, 2006.

<sup>90</sup> O Taoísmo é uma filosofia de vida e uma religião Chinesa milenar, em que o homem deve conviver em harmonia com a natureza, pois entende-se que ele faz parte dela. Segundo Maderuelo (2002), os ideais do Taoísmo remetem mais a harmonia com a natureza do que a ordem social.

<sup>91</sup> MADERUELO, *op.cit.*

natureza em si mesma”<sup>92</sup>. Ao mesmo tempo, essa prática favoreceu uma criatividade intensa em novas manifestações de arte, com destaque para a caligrafia. Na interpretação de Veras:

Os elementos da natureza, formadores de uma morfologia vista como singular nas paisagens chinesas, estavam relacionados com as práticas espirituais e morais desenvolvidas nos lugares. A importância dessas paisagens estaria então mais relacionada aos valores culturais do que aos físicos, ainda que os últimos fascinasse pela forma qualquer observador, por expressar os valores culturais. Na China taoista, o ser humano era a própria paisagem e sua importância o inspirava a buscar sua permanência sustentável, através do respeito pela grandiosidade da obra divina. Enquanto no Ocidente a paisagem nasceu de uma cisão com o espírito religioso, no Oriente a paisagem se enraíza na religião e na moral<sup>93</sup>.

A *Hua shanshui xu* (Introdução à pintura de paisagem), de Zong Bing (375-443), começa por colocar que “o Santo carrega consigo o Tao. O sábio purifica seu coração e saboreia os fenômenos. Quanto às montanhas e às águas, mesmo possuindo uma forma material, elas tendem ao espiritual”<sup>94</sup>. “As montanhas e as águas”, que corresponde em mandarim a *Shanshui*, é o termo chinês mais utilizado, entre muitos outros, para se dizer “paisagem”. Nas palavras de Berque, a pintura jamais revelou, portanto, todas as formas do ambiente. “Ao contrário, foi preciso antes fazer sentir a “intenção” (*yi*) da paisagem – em outras palavras, pintar em grandes traços –, “deixando brancos” (*yubai*) para convidar a imaginação do espectador a entrar na obra”<sup>95</sup>.

Percebe-se, portanto que, na China, a paisagem sempre foi mais que o aspecto externo do ambiente, revelando uma relação intrínseca entre o sujeito e o objeto, manifestando-se antes na palavra do que em representação pictórica, sendo esta última apenas um dos seus vetores<sup>96</sup> que evoca sempre outros modos como os diversos gêneros literários, os ritos de celebração dos altos lugares paisagísticos, os jardins, etc.

Já na Europa, segundo Berque, a paisagem é indissociável da modernidade, esta última definida por ele como “uma certa visão de mundo, cujos princípios foram estabelecidos no século XVII e cujos efeitos se estenderam, aos poucos, a todas as nossas práticas sociais, mais ou menos tardiamente, conforme os domínios”<sup>97</sup>. Desde o século XV, um certo olhar sobre o mundo se instaurou na Europa. Um olhar que, para Berque<sup>98</sup>, “toma distância em relação às coisas, que a examina (isto é, as mede) e a institui pouco a pouco em um ambiente objetivo,

<sup>92</sup> MADERUELO, 2006, p. 20 (tradução nossa).

<sup>93</sup> VERAS, 2014, p. 92.

<sup>94</sup> BERQUE, 2013, p. 7

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 8

<sup>96</sup> *Ibidem.*

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>98</sup> BERQUE, *op. cit.*, p. 37.

abstraído e sujeito”. A descoberta da paisagem na Europa demonstra, assim, um importante papel na modernidade, configurando-se como uma forma simbólica da emergência do mundo moderno, objetivado sob o olhar deste sujeito<sup>99</sup>. No entanto, “[...] até onde podemos sustentar uma posição teórica que reduzisse a paisagem a ser apenas um discurso, uma imagem, um olhar, ou uma representação?”, questiona Jean-Marc Besse: “Como dar conta, por exemplo, nessa perspectiva, dos objetos, das atividades, ou das realizações artísticas [...] que se desenvolvem em escala territorial?”<sup>100</sup>

Nessa direção, Kenneth R. Olwig<sup>101</sup> se propõe a fazer um estudo histórico da produção de imagens paisagísticas como espaço de construção política do estado moderno, tratando da interligação de significados entre paisagem e natureza e as maneiras como eles têm sido usados para definir o corpo político de uma nação, Estado ou sociedade, pretendendo superar o discurso da paisagem surgido durante o Renascimento. Assim, a originalidade de sua contribuição está em usar a palavra-chave “paisagem” fazendo uma discussão etimológica para refratar todas as outras, restaurando para nós a riqueza - a herança lexicológica - desta palavra, que ao ouvido moderno soa tão modesta, abrindo uma nova maneira de entender quem somos e como devemos viver<sup>102</sup>.

Jackson<sup>103</sup>, afirma que o termo “*landscape*” e sua introdução (ou reintrodução) na língua inglesa, não significava a vista de um lugar em si, mas uma pintura deste. Segundo Olwig, a pintura de paisagem enquanto gênero artístico de fato emergiu no século XVI, mas não a paisagem na sua essência conceitual, enquanto entidade política, pois, na virada para o século XVI, o termo já estava presente no discurso europeu há muito tempo<sup>104</sup>. Assim, “A afirmação de que o ‘assunto principal’ da pintura de paisagem era o ‘cenário natural’ desviava a atenção das conotações de carga política da paisagem no discurso artístico e político do século XVI”<sup>105</sup>.

Neste período da emergência da paisagem na Europa do século XVI, o primeiro tema da pintura de paisagem não era o “cenário natural”, costumavam retratar a vida pública e o habitar local. Assim, percebe-se que a paisagem enquanto ideal político, mesmo que na

---

<sup>99</sup> BERQUE, 2013.

<sup>100</sup> BESSE, 2014, p. 26.

<sup>101</sup> OLWIG, 2002.

<sup>102</sup> *Ibidem*.

<sup>103</sup> JACKSON, 1984.

<sup>104</sup> OLWIG, *op. cit.*

<sup>105</sup> “The assertion that landscape painting’s ‘primary subject matter’ was ‘natural scenery’ diverts attention from the politically charged connotations of landscape in the artistic and political discourse of the sixteenth century” OLWIG, 2002, posição 335 (tradução nossa).

representação artística, focava mais no que a intervenção política e suas determinadas leis conceberam como cultura para retratar uma realidade local, focando menos na questão artística do Renascimento<sup>106</sup>. Segundo Olwig “O tema de tais pinturas está, portanto, mais próximo do significado da paisagem como uma área de atividade do governo, como no termo ‘**paisagem política**’”<sup>107</sup>. No entanto, mesmo com essa carga político-conceitual que a paisagem inicialmente carrega em sua essência, para Olwig, “[...] a ideia de cenário natural tornou-se tão firmemente ligada à paisagem que muitos aparentemente assumem que a paisagem é inerentemente pictórica e que seu tema principal, desde o início tem sido o cenário natural”<sup>108</sup>.

De acordo com Olwig, Yi-Fu Tuan descreve como “tensa” a relação entre o sentido de paisagem e país como “lugar” e “regime político” – Tuan usa a palavra “domínio” – e a relação entre paisagem como cenário<sup>109</sup>. Para Tuan, a “Paisagem engloba, portanto, significados que pertencem a dois discursos diferentes: o da política e da economia e o da estética.”. Nesse sentido, se olharmos para a definição de paisagem (*landscape*) no dicionário americano Merriam-Webster, por exemplo, é possível perceber que a definição de paisagem não é única, ela expressa significados múltiplos que “podem assumir uma relação tensa entre si”<sup>110</sup>. O referido dicionário nos dá como origem do termo “*landscape*” a palavra holandesa “*landschap*”, de “*land*” + o sufixo *-schap* (cognato de *-ship*)<sup>111</sup> e diz que o primeiro uso da palavra conhecido no inglês moderno data de 1598. A definição da palavra no dicionário consta como:

land·scape: 1a: a picture representing a view of natural scenery; b: the art of depicting such scenery. 2a: the landforms of a region in the aggregate; b: a portion of territory that can be viewed at one time from one place; c: a particular area of activity: SCENE (political landscape); 3 obsolete: VISTA, PROSPECT<sup>112</sup>.

<sup>106</sup> OLWIG, 2002.

<sup>107</sup> “The subject matter of such paintings is thus closer to the meaning of landscape as a polity’s area of activity, as in the term ‘political landscape’”. OLWIG, 2002, posição 346 (tradução nossa).

<sup>108</sup> “Yet somehow the idea of natural scenery has become so firmly attached to landscape that many apparently assume that landscape is inherently pictorial and that its primary subject, from the beginning, has been natural scenery. Olwig, Kenneth Robert. *Landscape, Nature, and the Body Politic*. University of Wisconsin Press. Edição do Kindle”. *Ibid.*, posição 341 (tradução nossa).

<sup>109</sup> *Ibid.*, posição 4743 (tradução nossa).

<sup>110</sup> TUAN, 1978, p. 366 apud OLWIG, 2002, posição 4743 (tradução nossa).

<sup>111</sup> Segundo Olwig (2005), *-scape* é equivalente ao sufixo inglês *-ship*. No entanto, este último gera uma abstração, como por exemplo numa situação de uma relação entre amigos, camaradas ou companheiros em uma sala. Mesmo ambos sendo pessoas reais, entre eles compartilha-se algo abstrato e difícil de definir: uma “*friendship*” ou “*fellowship*” (amizade, companheirismo). O sufixo *-ship* designa, assim, algo sendo mostrado, exibido, ou a incorporação de uma qualidade ou estado de ser, neste caso o de um amigo, camarada ou companheiro. “*-ship*”, portanto, designa a “natureza”, “estado” ou “constituição” abstrata de algo. Outro exemplo que também pode ser citado é o termo “*citizenship*” (cidadania).

<sup>112</sup> LANDSCAPE. In: MERRIAN-WEBSTER, Dicionário Online de inglês. Springfield, 2020. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/landscape>>. Acesso em: 1 de novembro de 2020.

É possível observar que, ao lado dos significados de paisagem enquanto cenário, a definição também inclui significados não pictóricos como no item 2a da citação acima que diz ser a paisagem “as formas de relevo de uma região no agregado”. No dicionário a paisagem também é definida em termos semelhantes aos de região delimitada como "uma área particular de atividade", exemplificada pelo termo "paisagem política", usado na forma de metáfora, como comentado anteriormente. Nas palavras de Olwig, “Esta área de atividade é uma ‘cena’ no sentido de ser ‘o lugar de uma ocorrência ou ação’ ao invés de uma vista panorâmica”<sup>113</sup>. Ao se referir às tradições comunais de origem germânica na Dinamarca, Olwig afirmou que a paisagem política, entendida como *Landschaft*, era o corpo político de uma determinada comunidade. De dentro desse quadro, a noção de lugar era definida não fisicamente, mas socialmente:

Uma *Landschaft* era mais do que um lugar; ela expressava a própria ideia de representação política como manifestada no corpo político de uma determinada comunidade. A *Landschaft* enquanto lugar, era assim definida não fisicamente, mas socialmente, como o lugar de um regime político. A manifestação física desse lugar era um reflexo das leis comuns que definiam este regime na forma de uma paisagem política<sup>114</sup>.

Olwig acrescenta ainda que a política, ou o regime político de um território, além disso, encontrou expressão concreta no ambiente físico em que este regime acontece, moldado sob a governança de suas leis, assim:

A forma do ambiente material da terra refletia a condição da política que a formou. A terra não foi apenas ‘construída’ como um governo por meio da lei, mas também materialmente construída por meio de práticas consuetudinárias regulamentadas por lei. [...] A face material da terra refletia a face social da política da paisagem [...]. O ambiente físico era um reflexo da paisagem política. Esta reflexão sugere a metáfora do espelho como meio de representar a ideia de comunidade política perante a lei<sup>115</sup>.

A definição de *Landschaft* adquiriu vários aspectos, entre eles o de “condições de um território, seu caráter, suas tradições ou costumes, de organização dos elementos no território”<sup>116</sup>, e passou a ser a própria definição da paisagem, que futuramente viria a ser o que hoje conhece-se como “*landscape*”.

<sup>113</sup> OLWIG, 2002, posição 4760 (tradução nossa).

<sup>114</sup> *Ibid.*, posição 633-639 (tradução e grifos nossos).

<sup>115</sup> *Ibid.*, posição 858-863 (tradução nossa).

<sup>116</sup> “Another way of putting this might be to say that the law of the land must be in accordance with the *Landschaft*, or, to use the Danish spelling, the *landskab*. *Landskab* in this context would have meant (1) conditions in a land, its character (*beskaffenhed*), its traditions or (1) conditions in a land, its character (*beskaffenhed*), its traditions or customs; (2) the organization of things in a land; and (3) the *landskab* district”. OLWIG, 2002, posição 793-798.

W. J. T. Mitchell vai de encontro ao pensamento de Olwig e Maderuelo fornecendo um olhar diferente do convencional - que hegemonicamente atribui o nascimento da paisagem na Europa atrelado a técnica da pintura de paisagem -, sugerindo a mudança da categoria do termo "*landscape*" de um substantivo para um verbo, de forma que pensemos a paisagem não como um objeto a ser visto ou um texto a ser lido, mas como um processo pelo qual as identidades sociais e subjetivas são formadas<sup>117</sup>.

Para Mitchell, é muito claro que as paisagens podem ser decifradas como decifram-se sistemas textuais, pois “As características naturais como árvores, pedras, água, animais e moradias podem ser lidos como símbolos em alegorias religiosas, psicológicas ou políticas [...]”<sup>118</sup>; e visa, assim, absorver tais abordagens em um modelo mais abrangente para questionar não apenas o que a paisagem “é” ou o que ela significa, mas o que ela faz e de que forma ela funciona como uma prática cultural. Para Mitchell, a “Paisagem [...] não significa ou apenas simboliza relações de poder; ela é um instrumento de poder cultural, talvez até mesmo um agente de poder que é (ou frequentemente se apresenta como) independente das intenções humanas”<sup>119</sup>. O autor adiciona ainda que:

A paisagem como meio cultural tem um papel duplo em relação a algo como a ideologia: ela naturaliza uma construção cultural e social, representando um mundo artificial como se fosse simplesmente dado e inevitável, e também torna essa representação operacional ao interpelar seu observador em alguma relação mais ou menos determinada com o fato de ser a vista e o sítio. Assim, a paisagem (seja urbana ou rural, artificial ou natural) sempre nos acolhe como espaço, como ambiente, como aquilo dentro do qual “nós” (figurados como “as figuras” na paisagem) nos encontramos ou nos perdemos<sup>120</sup>.

Nesse sentido, na percepção de Besse, “o conceito de paisagem modifica-se inevitavelmente, bem como o questionário ao qual é submetido”<sup>121</sup>. Assim, ao questionarmos a paisagem, mesmo tendo ciência de suas abordagens mais subjetivas no campo teórico,

É possível introduzir algumas nuances a uma abordagem puramente “representacional” da paisagem, ou até procurar enriquecê-la, mostrando que uma

<sup>117</sup> MITCHELL, W. J. T., **Landscape and Power**. 2 ed. The University of Chicago Press: Chicago, 2002.

<sup>118</sup> “Natural features such as trees, stones, water, animals, and dwellings can be read as symbols in religious, psychological, or political allegories [...]”. MITCHELL, 2002, p. 1 (tradução nossa).

<sup>119</sup> “Landscape, we suggest, doesn't merely signify or symbolize power relations; it is an instrument of cultural power, perhaps even an agent of power that is (or frequently represents itself as) independent of human intentions”. *Ibid.*, p. 1-2 (tradução e grifo nossos).

<sup>120</sup> “Landscape as a cultural medium thus has double role with respect to something like ideology: it naturalizes a cultural and social construction, representing an artificial world as if it were simply given and inevitable, and it also makes that representation operational by interpellating its beholder in some more or less determinate relation to its givenness as sight and site. Thus, landscape (whether urban or rural, artificial or natural) always greets us as space, as environment, as that within which “we” (figured as “the figures” in the landscape) find-or lose-ourselves”. MITCHELL, 2002, p. 2 (tradução nossa).

<sup>121</sup> BESSE, 2014., p. 26.

interrogação sobre a construção cultural das paisagens também deve levar em conta a dimensão de objetividade prática da paisagem, isto é, a sua parte irredutivelmente material e, sobretudo, espacial<sup>122</sup>.

Como abordado no começo deste tópico, a própria etimologia da palavra paisagem (*landscape*) nos possibilita observá-la por essa perspectiva. Segundo Besse, quando se trata de uma paisagem projetada intencionalmente, mesmo que ela possa ser considerada, com razão, um veículo do imaginário ou a expressão concentrada de um conjunto de afetos, embora traduza de forma acordada um sistema de ideias ou de desejos, ela também é um espaço físico, produzido, cuidado. Assim, seguindo essa forma de abordagem, a paisagem pode ser apreendida, também, como um território produzido e praticado pelas sociedades humanas, por motivos que são, ao mesmo tempo, econômicos, políticos e culturais:

Efetivamente, nessa perspectiva o valor paisagístico de um lugar não é considerado unicamente do ponto de vista estético (embora também o seja), é considerado mais em relação com a soma das experimentações, dos costumes, das práticas desenvolvidos por um grupo humano nesse lugar. [...] A paisagem seria como um tipo de geografia objetiva, uma escrita na superfície da terra, produto nem sempre consciente nem intencional (mas também pode ser) das atividades humanas<sup>123</sup>.

Dessa forma, é possível afirmar que “Toda paisagem é cultural, porque, ao se relacionar com o meio ambiente, a pessoa realiza um gesto que está associado ou entranhado na sua forma de viver, ou seja, à cultura”<sup>124</sup>. Esta afirmação expõe a compreensão de que para além de poder “[...] ser vista por sua excepcionalidade artística, histórica e estética”, a paisagem também pode ser apreendida como sendo “[...] um produto da vida vivida, do senso comum que a constrói no seu cotidiano e partilha os seus valores localmente”<sup>125</sup>. Segundo Besse:

Toda paisagem, de um modo que lhe é próprio, é relativa a um projeto social, mesmo que esse projeto não seja ‘consciente’, mesmo se for a tradução inconsciente da organização de uma vida social. Consequentemente, aquele que pretende estudar as paisagens tem como tarefa primeira e essencial ler e interpretar as formas e as dinâmicas paisagísticas para aprender nelas algo do projeto da sociedade que produziu essas paisagens. [...] Nesse sentido, as distinções que costumam ser feitas entre a paisagem comum, que seria produzida inconscientemente por uma coletividade humana, e a paisagem intencional, que seria conscientemente projetada pelos profissionais, assim como as distinções entre a construção civil e a arquitetura da paisagem, são distinções que deixam de ser tão rígidas: pois, em todos os casos, e em todos os níveis, o objetivo é a organização de um espaço que possa responder a necessidades humanas<sup>126</sup>.

<sup>122</sup> BESSE, 2014, p. 26.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 27-28.

<sup>124</sup> SÁ CARNEIRO, Ana Rita e SILVA, Aline de Figueroa. Paisagem Urbana Histórica. IV: LACERDA, Norma e ZANCHETI, Sílvio Mendes (orgs). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 293.

<sup>125</sup> VERAS, 2014, p. 133 (grifo nosso).

<sup>126</sup> BESSE, *op. cit.*, p. 32-33 (grifos nossos).

A “paisagem comum”, ao qual Besse comenta, pode ser lida como a forma **vernacular** de construir paisagem, assim como a “paisagem intencional” pode ser lida como o **gesto político** no fazer paisagem. Essas práticas paisagísticas serão os conceitos-guia para a metodologia da presente pesquisa, como instrumentos que possibilitarão a leitura e a interpretação da paisagem da cidade de Rio Branco, fruto do projeto da sociedade em estudo, que será o tópico abordado a seguir.

## 2.2 A PAISAGEM ENTRE VERNACULAR E POLÍTICA: MODALIDADES PAISAGÍSTICAS SOBREPOSTAS E COEXISTENTES

Segundo Jean-Marc Besse, ao separar-se o sujeito da paisagem em decorrência das revoluções tecnológicas, o olhar de longe e de cima proporcionado para a paisagem vem às vezes acompanhado de um senso de relatividade das coisas humanas e pode, inversamente, engendrar um sentimento de potência e uma vontade de dominação sobre esta. Assim, “Vista do céu, a superfície da Terra torna-se como um *playground* para a imaginação e a vontade humanas”<sup>127</sup>, suscitando um desejo de intervenção. Estabeleceu-se no século XX, portanto, uma cultura visual da altura e de ação e organização sobre o espaço que o pensa, e também o representa, na forma do plano em que a vista a partir do avião seria um elemento construtivo da implantação de certo pensamento do espaço e da paisagem urbana<sup>128</sup>.

Em síntese, segundo Berque<sup>129</sup>, a modernidade foi uma utopia em que se pretendeu substituir a unidade real do mundo ambiente por meio de uma ruptura sistemática de todos os laços que davam corpo à paisagem pré-existente, perdendo assim todas as ligações que constituíam a sua essência, até a relação entre o edifício e o solo. Mais precisamente, para Besse<sup>130</sup>, a paisagem na modernidade “[...] serviu ideologicamente para “naturalizar” a dimensão desigual das relações sociais, ocultando a realidade dos processos históricos e conflitantes que a produziram”. Ainda segundo Besse, três características suplementares foram acrescidas a esta cultura paisagística capitalista:

[...] é uma cultura que coloca o olho e a visão no centro do processo de percepção da paisagem, em detrimento dos outros sentidos; é uma cultura principalmente europeia, ocidental, branca, em detrimento de outros modelos culturais de relação com a paisagem; enfim, é uma cultura essencialmente masculina.<sup>131</sup>

---

<sup>127</sup> BESSE, 2014, p. 103.

<sup>128</sup> *Ibidem*.

<sup>129</sup> BERQUE, 2013.

<sup>130</sup> BESSE, *op. cit.*, p. 106.

<sup>131</sup> *Ibid.*, p. 106.

Besse<sup>132</sup> afirma ainda que “A paisagem é, antes de tudo, um espaço submetido a uma vontade de controle, visual e estratégico”. Alinhado a esse pensamento, Jackson<sup>133</sup> argumenta que a paisagem não pode ser considerada apenas como uma característica natural do ambiente, ela é também “[...] um espaço artificial, um sistema de espaços criado pelo homem sobreposto na face da terra, que funciona não de acordo com leis naturais, mas para servir alguma comunidade”. Portanto, para Jackson<sup>134</sup>, não é uma coincidência que muitas dessas paisagens construídas que têm como premissa a vontade de controle visual e estratégico aconteceram durante o século XVII, período em que também estavam sendo projetados os maiores jardins e parques e os mais magníficos complexos de cidade e comenta ainda que:

Uma taxonomia pedante e limitante nos persuadiu de que não há nada em comum entre o que costumava ser chamado de engenharia civil e arquitetura da paisagem, mas, na verdade, numa perspectiva mais abrangente, suas realizações mais bem sucedidas têm resultados idênticos. As duas profissões podem trabalhar para clientes diferentes, mas as duas reorganizam o espaço para necessidades humanas, as duas produzem obras de arte no sentido mais verdadeiro do termo<sup>135</sup>.

Em resumo às observações supracitadas, Besse<sup>136</sup> - leitor de Jackson (1984) e inspirado por sua obra - argumenta que não há dúvidas de que a paisagem da modernidade, pelo menos segundo a definição explanada de “vista do alto sobre um território”, é uma montagem ideológico-política. Assim, podemos perceber que “a história propriamente política da paisagem pode ser caracterizada, de forma esquemática, por uma tensão entre duas concepções e duas práticas concorrentes, ao mesmo tempo da comunidade política e da paisagem”<sup>137</sup>. De um lado tem-se uma concepção cenográfica da paisagem, que acompanha e expressa, talvez, o estabelecimento da concepção “moderna” do Estado como entidade racional e suporte de uma ação geral e, do outro, uma concepção da paisagem, contida como local de vida de uma comunidade, ligada aos recursos que o meio proporciona e à sua sobrevivência.

---

<sup>132</sup> BESSE, 2014, p. 107.

<sup>133</sup> JACKSON, 1984, p. 8.

<sup>134</sup> *Ibidem*.

<sup>135</sup> “A narrow and pedantic taxonomy has persuaded us that there is little or nothing in common between what used to be called civil engineering and Garden or landscape architecture, but in fact from a historical perspective their more successful accomplishments are identical in result”. *The two professions may work for different patrons, but they both reorganize space for human needs, both produce works of art in the truest sense of the term*. *Ibid.* p. 8 (tradução nossa). O que Jackson suscita é que obras e construções na paisagem urbana podem ser equiparadas ao fazer paisagístico do projeto de uma praça, parque ou jardim, por exemplo, pois ambas visam reorganizar o espaço em função de necessidades humanas. Assim, entendendo essa similaridade poderemos, também, compreender melhor a paisagem construída.

<sup>136</sup> BESSE, *op. cit.*

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 114.

Este contraste pode ser visualizado na distinção bastante consistente estabelecida por Jackson<sup>138</sup>, entre o que ele próprio chama de **paisagem política** e **paisagem vernacular**. No entanto, Besse<sup>139</sup> ressalta a teoria de Jackson ao argumentar que o político e o vernacular na paisagem devem ser compreendidos como modalidades paisagísticas coexistentes e que se superpõem, às vezes, no mesmo local. Não se deve, portanto, marcar essa distinção de maneira brusca e definitiva, fazendo dela uma alternativa de caráter absoluto, pois são, na verdade, “dois aspectos da mesma paisagem e do mesmo território, dois aspectos contemporâneos, mas que não utilizam os mesmos ritmos espaciais e temporais, por exemplo”<sup>140</sup>. Sugerindo a ideia da paisagem enquanto expressão formal que pode ser lida nos tipos edificados. Dessa forma o verdadeiro desafio historiográfico e epistemológico estaria “mais que em opô-los, em aprender a reconhecê-los e a lê-los em sua coexistência, ou seja, em sua unidade e sua diferença”<sup>141</sup>.

Apesar da coexistência, Jackson salienta que uma modalidade sempre se sobressairá em relação a outra e, assim, enumera alguns elementos do que ele chama de **paisagem política**, que seria:=

[...] a paisagem que evoluiu em partes da experiência e do design, para atender a algumas necessidades de homens e mulheres sob o disfarce político. Os elementos políticos que tenho em mente são coisas como muros e fronteiras, estradas e monumentos e espaços públicos; estes têm um papel definido a desempenhar na paisagem. Eles existem para garantir ordem, segurança e continuidade e para dar aos cidadãos um status visível. Eles servem para nos lembrar de nossos direitos e obrigações e de nossa história<sup>142</sup>.

Os elementos da paisagem política geralmente são os que toda sociedade provavelmente valoriza, possivelmente por conta da sua monumentalidade e grande escala, e toda paisagem, qualquer que seja sua “aparência”, conterà algum(uns) deles<sup>143</sup>, assim como comenta Martin Warnke que “Muitas das atrações paisagísticas de hoje já foram instalações militares”<sup>144</sup>, até mesmo os “*boulevards*”, palavra que deriva do alemão “*Bollwerk*”, cognato

---

<sup>138</sup> JACKSON, 1984.

<sup>139</sup> BESSE, 2014.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 115.

<sup>141</sup> *Ibidem*.

<sup>142</sup> JACKSON, *op. cit.*, p. 12. A paisagem política segundo Jackson sugere, assim, uma ideia de ordem para suprir anseios de um poder central e pode ser interpretada também como uma falsa ideia de "progresso" ao negar as pré-existências para legitimar um ideal político.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

<sup>144</sup> WARNKE, Martin. **Political Landscape: the Art History of Europe**. Reaktion Books: Londres, 1994.

do inglês “*bulwark*”, que significa baluarte<sup>145</sup>. Jackson<sup>146</sup> elenca como exemplos deste tipo de paisagem: a Grécia clássica, a Roma republicana e a França do século XVII, citando também a China antiga, o Japão, os países comunistas. Segundo Besse<sup>147</sup>, é o caso também do Peru pré-colombiano, aplicando-se também à antiga Pérsia e, em graus diferentes, a todos os países.

A própria paisagem norte-americana como foi apresentada no século XIX é um exemplo claro de uma paisagem política. Um famoso exemplo a ser citado é a grade territorial imposta nos Estados Unidos no século XIX. Uma trama ortogonal utilizada para dividir os estados, que eram, segundo Jackson<sup>148</sup>, “imensos espaços retangulares que não tinham relação alguma com a topografia e com a população”. Besse afirma que, no caso americano “o projeto político é explícito: trata-se efetivamente de fundar territorialmente um objetivo e uma conduta políticos, de criar as condições de uma identidade política por meio de um gesto territorial”<sup>149</sup>.

A **paisagem política** seria então o resultado das ações de um poder central, correspondendo à realização de um arquétipo de um ideal social, religioso e moral, tornando visível o poder que ela carrega através de lugares capazes de manifestá-la, como monumentos, praças públicas e jardins<sup>150</sup>. É a paisagem da grande escala, que manifesta visões de poder e das grandes obras que pretendem organizar, estruturar e delimitar o território por meio de fronteiras visíveis e teoricamente invioláveis<sup>151</sup>.

Para melhor compreensão da noção de paisagem política, e pra confrontar tal aspecto Jackson argumenta sobre a “**paisagem vernacular**”. Nas palavras de Besse, os dois “tipos de paisagem” em questão correspondem, na verdade, a “tipos-ideais”, ou seja, “essas expressões designam paisagens determinadas, concretas, é verdade, mas também e, sobretudo, certo tipo de atividade paisagística, ou seja, certo tipo de ação do homem em relação ao seu ambiente no mundo”<sup>152</sup>. Precisamos, assim, reconhecer a função de cada um deles e também “precisamos compará-los, particularmente quando [...] estamos interessados na complexidade política da paisagem”<sup>153</sup>.

---

<sup>145</sup> Baluarte tem como significado: [Militar] Construção avançada de uma fortificação, com dois flancos e duas faces; bastião. [Por Extensão] Lugar completamente seguro; fortaleza impossível de ser tomada pela força. [Figurado] Princípios de base; o que pode ser utilizado como apoio ou auxílio; alicerce: baluarte da cultura. Etimologia (origem da palavra *baluarte*). Do francês boulevard (BALUARTE, 2020).

<sup>146</sup> JACKSON, 1984.

<sup>147</sup> BESSE, 2014.

<sup>148</sup> JACKSON, *op. cit.*, p. 14.

<sup>149</sup> BESSE, *op. cit.*, p. 117.

<sup>150</sup> *Ibidem*.

<sup>151</sup> *Ibidem*.

<sup>152</sup> BESSE, *op. cit.*, p. 119.

<sup>153</sup> JACKSON, *op. cit.*, p. 23.

Dessa forma, segundo Besse<sup>154</sup>, “percebemos no território mais uma coexistência, uma justaposição, e, às vezes, uma superposição desses dois sistemas, sem que haja sempre uma articulação entre eles”. Mas, para Jackson<sup>155</sup>, o contraste entre elas é claro: a paisagem vernacular seria como uma conquista, “socialmente falando, é o tipo de paisagem que nos mostra como as pessoas tentam encontrar um equilíbrio entre suas necessidades de conviver com as outras e a sua necessidade de se ajustar ao meio para viver”. Jackson<sup>156</sup> comenta ainda que não é fácil perceber e entender as características essenciais de uma paisagem vernacular, mas nos dá três elementos norteadores de onde encontrá-la e como se caracteriza.

Primeiramente, a principal marca da paisagem vernacular seria a ausência de grandes marcos políticos e de espaços muito definidos, não havendo também grandes marcos materiais como monumentos<sup>157</sup>. Na interpretação de Besse<sup>158</sup>, “a paisagem vernacular é flutuante e incerta como um terreno baldio. Evolui à distância ou à margem dos grandes eixos visíveis do poder, mas, ao mesmo tempo, faz acordos com ele”, apresentando caráter de espaço residual.

A segunda característica diz respeito a escala, não no sentido de escala gráfica, mas no sentido paisagístico da palavra, que diz respeito ao pequeno porte. A paisagem vernacular é provável que seja “mais humilde, modesta e difícil de se encontrar”<sup>159</sup>. Assim como seus espaços não precedem de um desenho formal, também não apresentam caráter de permanência.

A terceira característica da paisagem vernacular é o que podemos chamar de característica temporal. Ou seja, enquanto a paisagem política se impõe como ruptura temporal para a realização de um arquétipo de uma identidade política duradoura, a paisagem vernacular só alcança sua identidade no curso de sua existência, assim “nós só podemos identificar o que ela é, quando ela para de evoluir”<sup>160</sup>. Na interpretação de Besse<sup>161</sup>, a paisagem vernacular é mais caracterizada pela “noção de adaptação às circunstâncias. É mais uma paisagem de continuidade temporal. Estamos aí no universo do costume, mais do que do plano. Na fábrica ordinária da paisagem, mais que no projeto destinado a marcar a história futura”.

Podemos reconhecer que a paisagem vernacular não é uma paisagem estática, morta e fechada na tradição, ela evolui em função das nossas tentativas de viver em harmonia com meio

---

<sup>154</sup> BESSE, 2014, p. 119.

<sup>155</sup> JACKSON, 1984, p. 39.

<sup>156</sup> *Ibidem*.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

<sup>158</sup> BESSE, *op. cit.*, p. 125.

<sup>159</sup> JACKSON, *op. cit.*, p. 40.

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>161</sup> BESSE, *op. cit.*, p. 127.

natural<sup>162</sup>. A paisagem vernacular corresponderia, na verdade, a este modo de vida, de habitar progressivamente o mundo inscrevendo nele hábitos. Porém, Jackson<sup>163</sup> suscita que os hábitos e costumes têm também uma característica de mudança, não são intrínsecos e básicos da nossa existência, ou seja, “eles são adaptados, adquiridos, mas também descartados quando nos cansamos deles”. O que importa na habitação então é menos uma relação com o lugar em questão e mais uma maneira de ser<sup>164</sup>.

Em síntese, o que Jackson<sup>165</sup> fala que caracteriza, efetivamente, o vernacular na paisagem e é a chave para a sua compreensão são a sua mobilidade essencial e sua atualidade permanente “de forma involuntária e relutante, não como expressão de inquietação e improvisos, mas o ajuste interminável e paciente às circunstâncias”. O que, para Besse<sup>166</sup>, significa três coisas que se encadeiam:

[...] a elaboração vernacular da paisagem baseia-se no *costume*, ou seja, não em um conjunto de princípios absolutos que aplicaríamos, de maneira dedutiva, sobre o lugar, mas em um conjunto de hábitos, de *práticas*, de usos continuamente elaborados e ajustados em contato com o local, em uma relação de entendimento, no decurso do que poderíamos chamar de *conversa* com o local. “Costume”, “práticas”, “conversas”: estamos aqui no universo de uma racionalidade contextual (a tática, não a estratégica).

Segundo Besse<sup>167</sup>, “[...] a dimensão vernacular da paisagem mostra que a política não tem a última palavra sobre a identidade do lugar e que, de certa maneira, nesse ponto específico, o político é ultrapassado por práticas comuns e, no fundo, pela criatividade dessas práticas”. Nessa direção, a partir do aporte teórico abordado, o próximo capítulo apresenta uma compreensão da paisagem da cidade de Rio Branco verificando a coexistência entre estas duas práticas paisagísticas numa abordagem baseada na historiografia local que servirá de auxílio para as interpretações que se sucedem.

---

<sup>162</sup> BESSE, 2014.

<sup>163</sup> JACKSON, 1984, p. 91.

<sup>164</sup> BESSE, *op. cit.*

<sup>165</sup> JACKSON, *op. cit.*, p. 151.

<sup>166</sup> BESSE, *op. cit.*, p. 134.

<sup>167</sup> *Ibid.*, p. 132-133 (grifo nosso).

### 3 A PAISAGEM DE RIO BRANCO ENTRE VERNACULAR E POLÍTICA

Este capítulo tem como objetivo fazer um apanhado sobre a história de Rio Branco para além da histórica oficial, tendo como guia teórico as noções de paisagem vernacular e paisagem política.

#### 3.1 A PAISAGEM VERNACULAR

Como foi abordado no primeiro capítulo, o presente trabalho não corrobora com as concepções do Acre ter sido um território vazio até a chegada dos migrantes da atual região Nordeste do país. Trabalhos como os de Carvalho<sup>168</sup> e Brugnara<sup>169</sup> nos permitem reconhecer a ocupação anterior à condição geopolítica no que diz respeito ao litígio das demarcações das fronteiras até a anexação definitiva do atual Estado do Acre ao Brasil a partir do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Assim, parte-se do princípio de que a natureza foi indutora e definidora da territorialidade<sup>170</sup> das sociedades complexas e densas que se apresentavam nesse lugar<sup>171</sup>. Fazemos uso aqui das palavras de Carvalho, ao entender que é necessário “Pensar em homem na floresta, evidenciar a inter e transculturalidade, a paisagem não homogênea e muito fruto agenciado pelas populações originárias, resultante que não era vazio, nem inexistente, muito pelo contrário, era diversificada”<sup>172</sup>.

Uma das principais testemunhas físicas da pré-existência desses povos constantemente invisibilizados da história são os geoglifos<sup>173</sup>, que existem há pelo menos dois mil anos e estão em sua maioria próximos a capital Rio Branco. De acordo com Carvalho, “A relação dessas estruturas com a paisagem natural envoltória e a interpretação dos elementos da natureza como uma etnopaisagem e agência humana, entre tantas outras variáveis, são, atualmente, também levados em consideração nos métodos interpretativos dessas realidades pretéritas”<sup>174</sup>. Quando

---

<sup>168</sup> CARVALHO, 2020.

<sup>169</sup> BRUGNARA, 2018.

<sup>170</sup> Segundo Santos e Silveira (2013, p. 19 apud BRUGNARA, 2011, p. 63-64), “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra ‘territorialidade’ como sinônimo de ‘pertencer àquilo que nos pertence...’ esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, a idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”.

<sup>171</sup> CARVALHO, *op. cit.*

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 82

<sup>173</sup> Na definição de Ranzi e Aguiar, geoglifos são “[...] figuras geométricas de grande porte entalhadas no solo argiloso, antes mascaradas pelo dossel das grandes árvores” que, com a expansão da economia pecuária ficaram visíveis a voos de avião após as mudanças da fisionomia paisagística que substituiu a cobertura florestal pelas pastagens (2008, p. 57).

<sup>174</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 108.

a existência destes povos é reconhecida, é frequente o estabelecimento de um grau acentuado de inferioridade, assim como ao seu legado cultural, quase como se os categorizassem como sub-humanos<sup>175</sup>. Populações cuja existência estava impregnada de conhecimentos e práticas de engenharia e de ecossistema - ou poderíamos chamar paisagísticas - capazes de manipulação e manejo das adversidades naturais para uma convivência socioambiental equilibrada<sup>176</sup>. A partir da perspectiva da ecologia histórica e da arqueologia da paisagem<sup>177</sup>, na interpretação da relação entre homem e meio ambiente, associada a eminência dos geoglifos:

[...] faz dilatar a compreensão da ocupação amazônica pré-colonial para as áreas de interflúvio. Com isso, a ecologia e a geografia deterministas da vida dos povos originários dão lugar às modernas interpretações do meio ambiente como fruto de uma agência e manejo humanos. Logo, as paisagens do Acre são paisagens antropogênicas, ou etnopaisagens<sup>178</sup>.

Tendo em vista estas lacunas e silenciamentos, percebemos que as primeiras manifestações da concepção vernacular da paisagem no Acre e, conseqüentemente, em Rio Branco, parecem não ter lugar de destaque na historiografia. Mas sabe-se que, paralelo aos movimentos de tensão política durante as definições dos limites geográficos para posse da área do atual estado do Acre, havia uma outra atuação associada aos povos originários e tradicionais que ali viviam, alheios aos especulativos e projetivos pensamentos e ações. Brugnara elucida esta pauta ao escrever que:

[...] embora tenha sempre havido guerra por territórios, nem os índios, nem os caboclos mestiços, nem os extrativistas imigrantes reconheciam as fronteiras entre países, e essa é a própria essência da história do Acre. À expansão do território, por um lado, aparentemente o fluxo dominante, opunha-se discretamente a extensão de uma territorialidade<sup>179</sup>.

Esta afirmação nos faz perceber a fragilidade ou até mesmo inexistência destas fronteiras no território acreano, ou seja, um território que foi se conformando por espaços não muito bem definidos fisicamente ou politicamente, tal como são as principais características de uma paisagem vernacular, como discutido no Capítulo 2 deste trabalho.

---

<sup>175</sup> CARVALHO, 2020.

<sup>176</sup> AGUIAR, Rodrigo; RANZI, Alceu. **Geoglifos da Amazônia – Perspectiva aérea**. Florianópolis: Faculdades Energia, 2004.

<sup>177</sup> SCHAAN, Denise; BUENO, Miriam; RANZI, Alceu; BARBOSA, Antonia; SILVA, Arlan; CASAGRANDE, Edegar; RODRIGUES, Allana; DANTAS, Alessandra; RAMPANELLI, Ivandra. Construindo Paisagens Como Espaços Sociais: O Caso Dos Geoglifos Do Acre *In: Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 2010, São Paulo: SAB, V.23, M.1, pp. 30-41.

<sup>178</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 124 (grifo nosso).

<sup>179</sup> BRUGNARA, 2018, p. 143.

O espaço onde hoje está definido o Estado do Acre começa a se consolidar e apresentar incipientes características urbanas marcadas pela rusticidade - período ao qual Costa denomina de “paleourbano”<sup>180</sup> - a partir do processo de expansão da Revolução Industrial, o qual desencadeou a ocupação do território, que a princípio se fez supostamente sem nenhuma estratégia ou planificação<sup>181</sup>, atestando a sua característica de formação espontânea e vernacular. Segundo Costa, sendo “[...] fruto de uma ação expansionista humana, que delimitou ‘novas fronteiras’, possibilitando um envolvimento cultural de migrantes”<sup>182</sup>: os oriundos da atual região Nordeste do país (em maior número), os bolivianos, os sírios libaneses junto ao ‘nativo’ das diversas nações étnicas da região, registrando um espaço territorial com saberes diversos no final do século XIX e início do século XX.

Nesse contexto de múltipla cultura, a principal atribuição fundacional da cidade de Rio Branco está até hoje relacionada ao seringalista cearense Neutel Newton Maia que em 1882 teria fundado o Seringal Volta da Empresa (ou Empreza) configurando os primeiros arruamentos da futura capital, na margem direita do rio Acre<sup>183</sup>. Por outro lado, compartilha-se aqui da reflexão de Albuquerque que:

Uma cidade não se funda, pois não se funda o que se move, um organismo repleto de vida, um pulsar cotidiano de corpos, ilusões/desilusões, narrativas, (sobre)vivências. Uma cidade não é feita de fundações: é feita de muitos sentidos, sentimentos, afetos; é feita de sons, assobios, gestos; é feita da clara escuridão de todos os dias. Uma cidade é um rio assim como Rio Branco é o rio Acre e suas tantas florestas, com seus viventes que as vivem, as sonham, as narram. Rio Branco é feita de cisões, histórias descontinuas, começos/recomeços, instantes infinitos, conceitos, narrativas<sup>184</sup>.

Segundo Carvalho<sup>185</sup>, de fato, a constituição da atual capital do estado do Acre decorreu da formação de um entreposto comercial para controle e logística do escoamento da extração do látex ao longo do rio Acre, rumo aos portos de Belém e Manaus. Nesse sentido, “Data do último quartel do século XIX sua configuração inicial do espaço de trocas, controle e produção. Portanto, a sua edificação é simultânea a exploração das reservas naturais de seringueiras para a produção da borracha na Amazônia sul-ocidental brasileira”<sup>186</sup>. Assim, a era da borracha, iniciada em meados do século XIX, internaliza e ruraliza um espaço cuja ação de

---

<sup>180</sup> COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. **Desvendando a casa ver amazônica: A Anástilose Espacial em Núcleos de Seringais no Rio Acre, 1870 e 1910**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011, p. 40.

<sup>181</sup> *Ibidem*.

<sup>182</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>183</sup> GUERRA, 1951.

<sup>184</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 315.

<sup>185</sup> CARVALHO, 2020.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 332.

penetração da civilização industrial semeia a formação de uma cultura. Nas palavras de Costa<sup>187</sup>, se tornam espaços “paleourbanos”.

Para alguns historiadores, os barracões da borracha nos seringais podem ser vistos como testemunhos de um processo efêmero de ocupação de um território, outorgando-lhe um caráter particular<sup>188</sup>. “[...] Tudo no seringal estava montado em caráter temporário [...]”<sup>189</sup>. O imigrante do Nordeste não parecia ter ideia de permanência. Assim, diferente dos ciclos do café e do açúcar, essa particularidade ressalta a contradição de ocupação do território no Acre, cujo princípio se deu como algo transitório, ou temporário (efêmero), e que por fim resultou num processo histórico de ampliação dos limites brasileiros com a posse definitiva daquele espaço, hoje, a oeste do país, pelo Tratado de Petrópolis de 1903.

Segundo Costa, no contexto da Amazônia ocidental deste período, onde a forma de assentamento da população foi moldada pela civilização que vinha ocupar a floresta num *habitat*, não se seguia nenhuma regra urbanística a princípio, mas foi sendo consolidada uma lógica espacial de adaptação devido às condicionantes naturais<sup>190</sup>. A habitação inicial da colonização na região foi o *taperi*<sup>191</sup>, moradia do seringueiro, um modelo adaptado entre a maneira indígena de confeccionar seus abrigos locais e as novas necessidades de incorporação ao partido arquitetônico, com funções domésticas trazidas nas expectativas dos recém chegados. Segundo Carvalho:

Esta arquitetura erigida para a empresa seringalista no primeiro momento de ocupação, conforme se vê em registros fotográficos e nos relatos escritos, era vista como “rude”, “tosca” e “bruta” ainda em fins do século XIX. Palavras essas colonizadas e intencionalmente lançadas para inferiorizar a pré-existência diante da ausência do Estado ou de uma outra instituição que emanasse a ordem e a civilização no modo de construir e habitar. As edificações utilizavam essencialmente os elementos físicos da natureza transformados em materiais construtivos. As árvores e palmeiras abundantes ofereceram os mais variados tipos de madeiras utilizados em cobertura, fundações, vedações, pisos e mobília, por exemplo. Havia de igual fartura a oferta de palhas para as tramas diversas que construíam os telhados e os abrigos<sup>192</sup>.

Costa comenta que nos seringais haviam distinções sociais que podem ser reveladas pelas edificações, ao compararmos a moradia do seringalista, e as outras construções que se fizessem necessárias para o empreendimento do seringal, ao lado dos *taperis*, a moradia dos seringueiros (Figura 5).

---

<sup>187</sup> COSTA, 2011, p. 51.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> RANCY, 1992, p. 98 apud COSTA, 2011, p. 45.

<sup>190</sup> COSTA, *op. cit.*

<sup>191</sup> *Ibidem*.

<sup>192</sup> CARVALHO, 2010, p. 266-267 (grifos nossos).

Figura 5 - Seringal São Francisco de Iracema – da esquerda para a direita: barracão e *taperi*



Fonte: Álbum do Rio Acre 1906-1907.

De forma geral, a iconografia e os registros textuais da Rio Branco das primeiras duas décadas do século XX revelam uma imagem da cidade com presença quase hegemônica da madeira em suas construções e, ainda hoje, há um debate em aberto sobre qual a matriz da formação inicial da arquitetura local acreana, uma das principais características desta paisagem. Cândida<sup>193</sup> relaciona as origens desta arquitetura aos migrantes nordestinos e flexibilização da sua morada em relação ao novo ecossistema, adaptando e agregando valores culturais estranhos à sua tradição com os materiais da floresta ao modo de morar juntamente com influências indígenas. O *taperi* era, assim, o símbolo material do início dessa colonização. Weimer<sup>194</sup> comenta que essa arquitetura primitiva possivelmente tenha, também, influência da presença da população negra de ascendência africana no Brasil do fluxo de pessoas oriundas do atual Nordeste, e não essencial e unicamente indígena, sendo uma arquitetura de matriz afro-brasileira.

De acordo com Costa, um Seringal não era como uma estância de gado, fazenda de café, nem como um engenho de cana. A legislação não previu e a indústria fundou, o seringal era o resultado dos interesses do capital que conformou um *habitat*, onde estabeleceu posteriormente regras e procedimentos<sup>195</sup>. A estrutura do Barracão como núcleo e sede dos seringais é montada à beira dos principais rios de acesso<sup>196</sup>. Na visão de Euclides da Cunha, as características físicas da região acabaram por condicionar as características de assentamento e implantação dos seringais. Nas palavras do autor e viajante, “[...] o povoamento [...] ali, ajustando-se-lhes às margens, progrediu tão de improviso que determinou, em menos de

<sup>193</sup> Cf. OLIVEIRA, Marlúcia Cândida de. **A colocação e a casa do seringueiro**: exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia. Gráfica TJ/AC. Rio Branco, 2007.

<sup>194</sup> WEIMER, Günter. **Inter-relações Afro-brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

<sup>195</sup> COSTA, 2011.

<sup>196</sup> *Ibidem*.

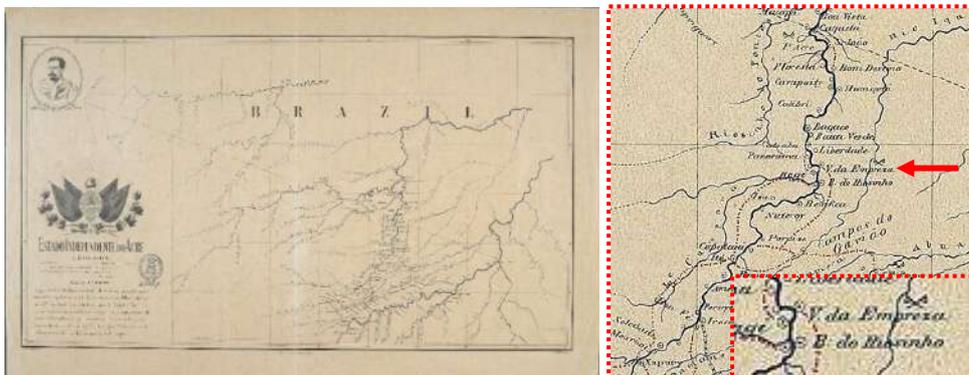
cinquenta anos, uma dilatação de fronteiras”<sup>197</sup>. Nas figuras 6 e 7 a seguir é possível ver essa relação entre a implantação dos seringais seguindo o curso dos rios Purus e Rio Acre, este último que corta o sítio histórico objeto de estudo do presente trabalho. Nas palavras de Euclides da Cunha: Cada curva do rio é ocupada por um seringal: “o povoamento não se expandia, estirava-se”<sup>198</sup>.

Figura 6 - Detalhe da Carta do Território Nacional do Acre e parte da Amazônia, 1905



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Acervo cartográfico, Rio de Janeiro. In: BRUGNARA, 2018.

Figura 7 - Mapa do Estado Independente do Acre e detalhe localizando o Seringal Empresa. Data: 1902



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal<sup>199</sup>.

Na figura 6 do Mapa do Estado Independente do Acre de 1902, com detalhe para o Rio Acre, podemos encontrar o Seringal Volta da Empresa, que viria a se tornar a capital Rio

<sup>197</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 3 ed. Porto: Livraria Chardron, de Léo & Irmão, Editores, 1909.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 140

<sup>199</sup> Mapa do Estado Independente do Acre. Autores: J.Plácido de Castro e A. Argollo. Co-autoria: Júlio Gaspar. Disponível em:

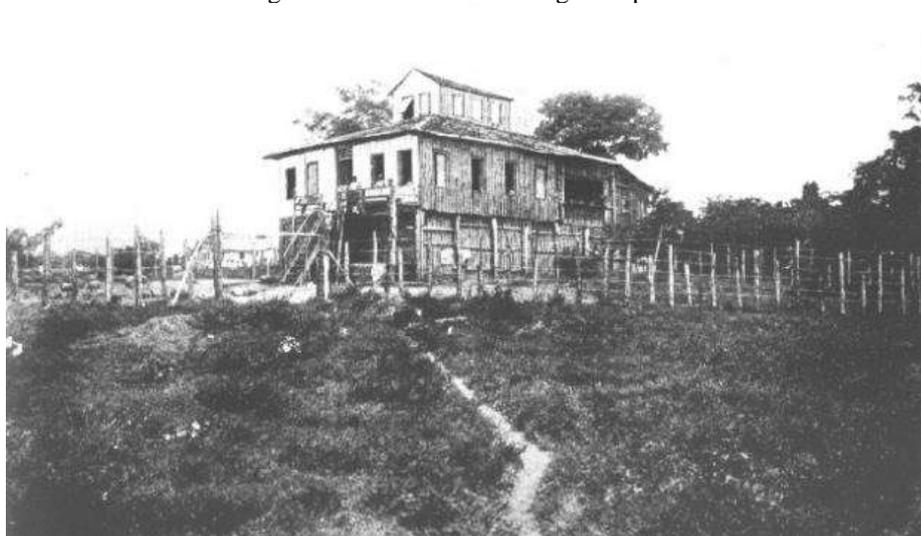
<<http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!454694~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

Branco futuramente nas margens do Rio Acre. Segundo Brugnara: Após a locação do barracão, a sede dos seringais,

[...] iam penetrando mata adentro desdobrando-se em inúmeras colocações de seringa até a formação de outros seringais, os chamados seringais de centro, ou de terra firme, à medida que também crescia exponencialmente a mão de obra imigrante. Do barracão embarcava-se diretamente a borracha para as casas exportadoras de Manaus e Belém, também proprietárias das embarcações que faziam o transporte das mercadorias. No barracão comercializava-se internamente a borracha produzida pelos seringueiros e os itens de sua primeira necessidade como querosene, pólvora, açúcar, carne enlatada, etc, vendidos pelo seringalista, dono do seringal<sup>200</sup>.

O barracão do Seringal Volta da Empresa foi o elemento físico-estruturador e o marco do processo de urbanização do que se tornaria a cidade de Rio Branco<sup>201</sup> (Figura 8).

Figura 8 – Barracão do Seringal Empreza



Fonte: Álbum do Rio Acre (1906-1907).

Além da exploração dos seringais e da atividade portuária de escoamento da produção do látex, houve também a instalação de casas comerciais no até então “Volta da Empresa”, sendo este então núcleo elevado à categoria de Vila em 22 de agosto de 1904, e em 07 de setembro desse mesmo ano foi designado como sede provisória do Departamento do Alto Acre, passando a ser denominada de Villa Rio Branco<sup>202</sup> (Figura 9).

<sup>200</sup> BRUGNARA, 2018, p. 100.

<sup>201</sup> *Ibidem*.

<sup>202</sup> CARVALHO, 2020.

Figura 9 - Formação inicial da Villa Rio Branco em 1904



Fonte: GUERRA, 1955. Adaptado pelo autor, 2021.

Na primeira fase de ocupação deste território que viria a ser Rio Branco, após a chegada do homem branco no início do século XX, a arquitetura, tanto civil como pública da então vila foi erguida semelhante às colocações rurais dos seringueiros, com linguagem simplificada no que tange aos cortes, acabamentos e serragens, utilizando a abundante matéria prima local como a palha nas coberturas e a madeira nas paredes (figuras 10 e 11), até mesmo pela dificuldade de acessos dos transportes fluviais à época<sup>203</sup>.

Figura 10 - Residência do Prefeito do Alto Acre na Villa Rio Branco



Fonte: Álbum do Rio Acre (1906-1907).

Figura 11 - Casas Comerciais na primeira rua da cidade



Fonte: Álbum do Rio Acre (1906-1907).

<sup>203</sup> CARVALHO, 2018b.

Percebe-se nas figuras supracitadas que, apesar da rusticidade, havia a preocupação de adequação às condicionantes locais com a suspensão da edificação em virtude dos alagamentos constantes e, possivelmente, da presença ainda muito frequente de animais silvestres convivendo no cotidiano. Apesar das limitações técnicas e materiais, esse “saber fazer” a gosto do improviso vai se consolidando enquanto modo de habitar na região. Esta rusticidade vai além das edificações, permeando também o transporte e o escoamento da produção da borracha. Os portos eram desprovidos de qualquer estrutura formal, sendo os artefatos e os processos de ancoragem das embarcações feitos também a gosto do improviso, numa relação vernacular com a paisagem (Figuras 12 e 13).

Figura 12 - Uma Balsa, transporte de borracha, em pleno verão



Fonte: Álbum do Rio Acre (1906-1907).

Figura 13 - Porto de desembarque da Vila Rio Branco



Fonte: Álbum do Rio Acre (1906-1907).

A curvatura acentuada desse trecho do rio fez com que a malha urbana ortogonal proposta nos primeiros projetos urbanísticos para a cidade fosse remodelada levando em conta a organicidade natural do sítio. Segundo Carvalho, “A ocupação ribeirinha imprimiu assim uma sua marca na cidade voltada para o rio, associada aos barrancos que têm em sua declividade elemento de passagem, subidas e descidas, além dos atracadouros e portos de toda a dinâmica fluvial conectada à terrestre”<sup>204</sup>.

Por volta da década de 1920, a arquitetura, antes efêmera, passa a ser fixada na paisagem, atrelada a consolidação da cidade de Rio Branco como uma área de escoamento da produção gomífera, e, posteriormente, como sede departamental do Território Federal na primeira década do século XX, juntamente com o "descobrimento" dos rios, das suas rotas e da sazonalidade da água e do aperfeiçoamento das embarcações que lá chegavam<sup>205</sup>. Assim, o habitar rústico e improvisado passa a expressar uma arquitetura mais elaborada com algum requinte nas fachadas, variações de arcos e demais aberturas que marcam o ritmo das esquadrias, a nova presença de sobrados, substituição da palha por telhas metálicas tipo onduladas e a introdução, mesmo que tímida, da telha de barro. Apresentam agora serragem melhor executada, acabamentos requintados conformando uma melhor geometrização das construções.

Ao analisar documentos que envolvem sócios das primeiras casas comerciais que se instalaram em Rio Branco, como a Casa N. Maia & Cia, Klein<sup>206</sup> revela certa homogeneidade nas tipologias arquitetônicas e na paisagem formada por casas que, além de conformarem um conjunto arquitetônico mais ou menos coeso, eram muito próximas umas das outras. Segundo relatos, tal proximidade infringia a privacidade, sendo afetada pelos olhares indiscretos, além de que quebravam os limites das propriedades, tendo em vista que as águas do telhado das casas vizinhas empossavam os terrenos limítrofes. Ao ler estes relatos, cujo tom é de indignação, mas origina-se de uma interpretação que provém de um olhar observador e participante do meio em se vivia, quase somos transportados para a capital acreana do início do século XX, como ilustra a Figura 14 da então Villa Rio Branco, atual Segundo Distrito da cidade onde se concentravam, em sua maioria, residências particulares e casas comerciais de proprietários sírio-libaneses.

---

<sup>204</sup> CARVALHO, 2020, p. 346.

<sup>205</sup> *Ibidem*.

<sup>206</sup> KLEIN, 2013.

Figura 14 - Vista parcial do Segundo Distrito de Rio Branco em 1912



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz. Adaptada pelo autor, 2021.

Num terceiro momento da estruturação arquitetônica e urbanística de Rio Branco observa-se a inserção de edificações não contíguas, uma nova tipologia avarandada de palacete ou "chalé" (Figuras 15 e 16), também de madeira, mas com uma linguagem arquitetônica mais requintada que vem para suprir a necessidade de uma classe mais abastada que se instalava na cidade, com um primeiro apelo de modernização e higienismo<sup>207</sup>. Desde o começo do século XX, existem relatos da importação de chalés da Europa os quais eram vendidos por catálogos (Figura 17) para a sociedade acreana e chegavam pré-fabricados dos portos de Belém e Manaus e aptos para montagem. Estas tipologias circulavam em várias partes da Amazônia à época e chegavam junto aos vapores<sup>208</sup> entre as pélas de borracha e mercadorias dos comerciantes aviadores<sup>209</sup>.

<sup>207</sup> CARVALHO, 2013.

<sup>208</sup> Nome dado aos barcos e navios que utilizavam o vapor como força propulsora (CARVALHO, 2020).

<sup>209</sup> COSTA, 2002; CARVALHO, 2020. "Casa Aviadora era um estabelecimento comercial que recebia a borracha e negociava a exportação, ao mesmo tempo em que fornecia produtos de alimentação, vestuário, objetos domésticos, etc., para os seringais. No início da exploração da borracha, se concentravam em Manaus e em Belém. Posteriormente, abriram outras nos assentamentos ribeirinhos acreanos que deram origem às cidades" (CARVALHO, 2020, p. 62). Os comerciantes aviadores eram os seus proprietários.

Figura 15 – Chalé de madeira na rua Floriano Peixoto, Rio Branco, 1948



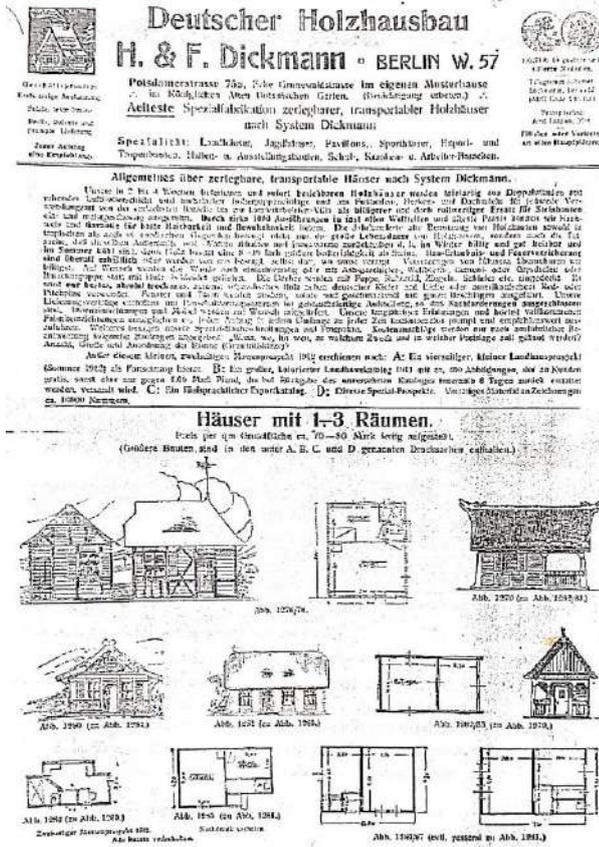
Fonte: Acervo DPHC.

Figura 16 – Possível tipologia de Chalé Importado, 1948.



Fonte: Acervo DPHC.

Figura 17 – Catálogo de apresentação de uma “casa chalé em madeira” de firma alemã



Fonte: COSTA, 2002.

Nas palavras de Carvalho, estas suntuosas edificações, ricas em adornos como brasões, guirlandas, rosáceas e lambrequins que coroam as quedas d’água em suas laterais e beirais “compõem [...] uma nova paisagem da cidade, de certa forma, aspirante a um cosmopolitismo e conectada às linguagens artísticas, arquitetônicas que o mundo europeu e estadunidense divulgava por meio de catálogos e exposições universais”. Segundo Carvalho<sup>210</sup>, não se tem a certeza de testemunhos ainda edificados desse tipo de construção, porém sabe-se que esses modelos importados influenciaram o ofício dos trabalhadores da construção civil local e as aspirações dos proprietários dos imóveis, conforme se observa nas Figuras 18 e 19 novos elementos na paisagem ao longo da margem do Rio Acre. Passa-se então a praticar um hibridismo entre os conhecimentos construtivos locais e as novas técnicas mais eruditas de demais fluxos culturais externos, produzindo chalés que absorvem algumas características dos palacetes mais requintados, ao qual Costa<sup>211</sup> denomina de arquitetura "cabocla" o resultado dessa associação.

<sup>210</sup> CARVALHO, 2013.  
<sup>211</sup> COSTA, 2011, p. 128.

Figura 18 - Casario da Rua Primeiro de Maio, expansão do primeiro arruamento de Rio Branco na primeira metade do século XX



Fonte: Acervo DPHC.

Figura 19 – Residências no Segundo Distrito da cidade durante enchente do Rio Acre. Primeira metade do século XX, por volta de 1912



Fonte: Acervo DPHC.

No entanto, nesse momento ainda se percebe a resistência do modo vernacular de construir a paisagem em contrapartida aos novos modos de fazer que surgiam. Nas palavras de Carvalho, “Ao mesmo tempo, permanecem as marcas caboclas, dos povos originários, do uso dos materiais locais e rústicos. As invenções arquitetônicas não conseguiam apagar a permanências das tradições”, como podemos verificar ao compararmos a antiga Sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre (Figura 20) e a edificação do Posto e alojamento de soldados no Distrito de Penápolis (Figura 21) em 1912, atual Primeiro Distrito de Rio Branco.

Figura 20 - Sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre, construída em 1908. Data: 1911-1913



Fonte: DPHC.

Figura 21 - Posto e alojamento de soldados no Distrito de Penápolis, 1912



Fonte: FIOCRUZ, 1992.

Para além do que vinha sendo construído enquanto edificação na paisagem de Rio Branco, compartilha-se aqui da perspectiva de Albuquerque na intenção de “[...] pontuar formas do viver/fazer/sonhar Rio Branco, esse objeto histórico narrado em múltiplos sentidos, cartografando itinerários, espaços/tempos, experiências, caminhos rizomáticos”<sup>212</sup>. Nessa direção, urge enfatizar que, se o foco da discussão é a cidade, esta somente pode ser pensada em um constante diálogo com a floresta e o rio, elementos estruturadores da paisagem da cidade. Para Albuquerque, o rio Acre, “Unidade de referência para milhares de pessoas, meio de transporte, fonte de alimento, lugar de vida e de morte [...] também pode ser considerado um elo de conexão ou limiar que insere diferentes seres entre cidades e florestas de uma parte das Amazônias”<sup>213</sup>. Esse “rio torto que não vê o mar”<sup>214</sup>, tecido por diferentes imaginários na literatura local tem o papel principal e permeia todas as fases da intervenção humana na paisagem. Até a construção das pontes que cruzam o rio Acre na década de 1970, a travessia entre as duas margens era feita exclusivamente por veículos fluviais, com presenças marcantes das catraias no cotidiano dos habitantes (Figuras 22 e 23).

<sup>212</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 165.

<sup>213</sup> *Ibidem*.

<sup>214</sup> Trecho da música “Rio Estranho” do cantor acreano Pia Vila.

Figura 22 – Catraias ancoradas no porto de passageiros no 2º Distrito de Rio Branco na década de 1970



Fonte: Álbum do Rio Acre (1906 – 1907).

Figura 23 – Catraias no porto do jabuti no Rio Acre. Ao fundo o 1º Distrito de Rio Branco. Data: 1949 e 1950



Fonte: Álbum do Rio Acre (1906 – 1907).

Por muito tempo, alimentou-se no imaginário popular de Rio Branco, que o solo natural não suportaria construções em alvenaria, causando uma resistência na população local para absorver a nova tecnologia que chegava, fato este evidenciado pela grande difusão da técnica construtiva em madeira, presença quase total na paisagem da cidade até a metade da década de 1920<sup>215</sup>. Costa comenta até da influência da reinterpretação da lenda da Cobra Grande no contexto amazônico, em que esta criatura supostamente abrigava a curva do rio Acre, próximo a Gameleira, de onde vinha a ameaçar as construções de alvenaria:

Na representação local, a cobra habitava o porão da Igreja Imaculada Conceição, localizada a margem do rio Acre, em frente a Rio Branco, e vez por outra saía para passear, provocando estragos e desmoronamentos no solo e consequentemente nas casas de alvenaria, que eram muito mais pesadas que as de madeira<sup>216</sup>.

No final da década de 1920, o poder público estadual resolve investir pesadamente nas intervenções urbanas da pré-existência, pois a paisagem vernacular que Rio Branco expressava na maior parte da cidade neste período era vista como atrasada e grotesca aos olhos estrangeiros. O principal representante nesse processo foi o Governador Hugo Carneiro, o maior propagandista da técnica da alvenaria que, segundo ele, projetaria o Acre para a civilização brasileira. Desde 1917 já havia sido sancionada lei que isentava o imposto predial por três anos para as casas construídas em alvenaria e lei que favorecia pelo mesmo prazo a isenção de impostos às olarias que estivessem estabelecidas ou que viessem a se estabelecer na cidade<sup>217</sup>.

<sup>215</sup> CARVALHO, Marcio Rodrigo Coêlho de. Arquitetura no/do território federal do Acre. In: **III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia**. Belém, 2018a.

<sup>216</sup> COSTA, 2002, p. 148.

<sup>217</sup> *Ibid.* Segundo Costa, estas leis foram divulgadas pelo Jornal “A Notícia” no dia 17 de março de 1918 em sua página 04 sob o título “Intendência de Rio Branco”. Fonte: Biblioteca Nacional.

No entanto, as construções em alvenaria só se tornaram protagonistas na paisagem de Rio Branco depois de 1950, demonstrando que a população não aceitou a situação imposta tão de imediato como se pretendia, permanecendo resistente até então, como será abordado no próximo subcapítulo.

Atualmente, Carvalho comenta que ainda é comum ver expressões do *taperi*, nos ambientes atualmente rurais e de floresta acreanos<sup>218</sup>. No ambiente urbano, foco desta dissertação, observa-se na produção popular da arquitetura nos bairros das cidades acreanas, sobretudo na capital, “[...] a herança secular do saber fazer das edificações e dos conhecimentos tradicionais, adaptados às necessidades contemporâneas que expressam a relação com as intempéries, os traços dos modelos importados, o conhecimento dos povos originários [...]”<sup>219</sup> somado aos conhecimentos dos ali vindos da atual região Nordeste, entre outros aspectos (Figuras 24 a 41).

Figura 24 – Casas no bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 25 - Casas no bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 26 - Casas no bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, 2012.

<sup>218</sup> CARVALHO, 2020.

<sup>219</sup> *Idem.*, 2013, p. 9.

Figura 27 - Casas no bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 28 - Casas no bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 29 - Casas no bairro Quinze



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 30 - Casa no bairro Quinze



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 31 – Edificação popular Vernacular frente ao Rio Acre no bairro da Base



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 32 – Conjunto de edificações populares no bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, 2012.

Também é possível verificar a presença de exemplares arquitetônicos que resistem no tempo, que expressam as características dos chalés do início do século XX e que foram incorporadas no modo de edificar e habitar popular no Acre, como pode ser observado nas figuras de número 30 a 38 a seguir.

Figura 33 – Centro Cultural Neném Sombra no bairro Quinze



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 34 – Casa de madeira em estilo “chalé” no bairro Quinze



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 35 - Casa de madeira com características dos “chalés” do início do século XX no bairro Quinze



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 36 – Bar “Barracão” no bairro Quinze



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 37 – Detalhe do Bar “Barracão” atualmente



Fonte: Do autor, 2019.

Figura 38 – Residência no bairro Quinze



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 39 – Conjunto de edificações no bairro Quinze que resguardam características dos chalés em madeira do início do século XX



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 40 – Edificação de madeira do século XX –  
Bairro da Base



Fonte: Do autor, 2019.

Figura 41 – Travessa Tarauacá – bairro da Base:  
Edificações que resguardam a linguagem dos  
chalés do séc. XX



Fonte: Google Street View, 2012.

Algumas edificações da década de 1940 também resistiram ao tempo e expressam a transição temporal entre o modo de construir vernacular em madeira para o início da utilização da alvenaria (Figuras 42, 43 e 44).

Figura 42 – Edificação de madeira da década de 1940 que preserva detalhes originais com destaque para o piso de ladrilho hidráulico na varanda



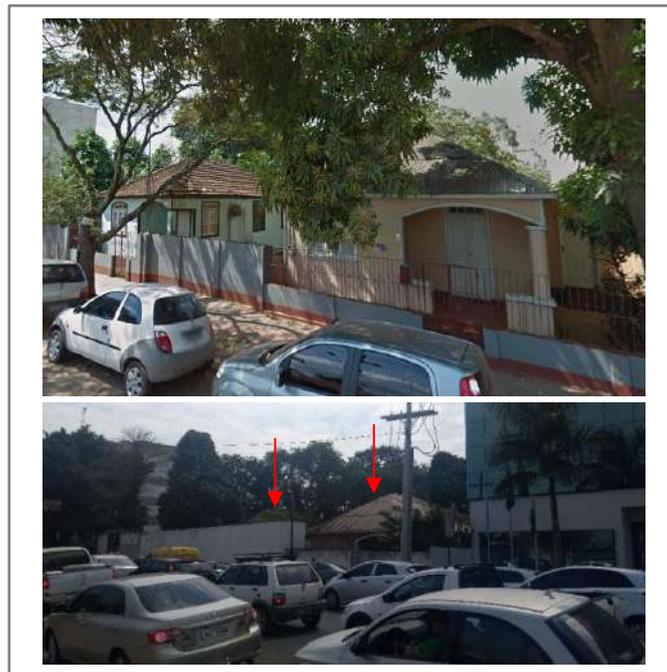
Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 43 – Edificação da década de 1940 bairro Centro. A primeira em 2012 e a segunda em 2019, obstruída visualmente por *outdoors*



Fonte: Google Street View, 2012; Do autor, 2019.

Figura 44 – Casarões de madeira da década de 1940 no bairro Centro. A primeira foto em 2012 e a segunda em 2019, obstruída visualmente após a construção de muro



Fonte: Google Street View, 2012; Do autor, 2019.

Em sua maioria, essas expressões arquitetônicas que sugerem o modo de vida vernacular são encontradas nos bairros do entorno da região central, que compõem o perímetro extinto correspondente aos Sítios Históricos do Primeiro e Segundo Distritos da cidade (Figura 45).

Figura 45 – Perímetro Extinto que delimitava a proposição de tombamento dos Sítio Históricos do Primeiro e Segundo Distritos (tracejado)



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor.

Tais bairros, como Seis de Agosto, Quinze, Base e Cidade Nova, são tratados no senso comum e no cotidiano da população como “periféricos”, apesar de geograficamente não estarem na periferia ou nas franjas da cidade formal, mas sim no entorno imediato do centro original da cidade. No entanto, levam o adjetivo de periférico por serem compostos em sua grande maioria por famílias de baixa renda. Ou seja, são periféricos não por sua “distância espacial”, mas por sua “distância social”<sup>220</sup>. No caso de Rio Branco:

[...] milhares de pessoas vivem semelhantes condições de “consumidores imaginários” habitando – e sendo habitadas – em moradias construídas da forma como é possível, entrançadas em labirínticos bairros que foram – e continuam – surgindo em diversas direções, tanto nas áreas alagáveis pelas cheias do rio Acre, quanto em áreas mais afastadas das margens desse rio, segregadas nos subúrbios da cidade<sup>221</sup>.

Boa parte das pessoas que residem atualmente nestes bairros são vindas do fluxo rural-urbano proveniente dos despejos que aconteceram na década de 1970 quando os “sulistas”<sup>222</sup> tomaram grande parte das terras dos seringais na zona rural para a plantação de pasto para o

<sup>220</sup> CARDIA, 2010, p. 21 apud ALBUQUERQUE, 2019, p. 154.

<sup>221</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 154.

<sup>222</sup> Como eram conhecidos os migrantes das Regiões Sul e Sudeste do país.

gado, fragmentando os laços afetivos que a vida no seringal proporcionava para os moradores que buscaram morada na cidade. Nas palavras de Albuquerque:

Em seu rastro, a floresta foi abrindo espaço para as grandes fazendas, o gado substituindo mulheres e homens, os campos sendo formados em meio a milhares de castanheiras mortas ou esterilizadas, a economia da borracha sendo substituída pela pecuária, a língua portuguesa (atravessada pelas línguas indígenas, andinas e africanas) sendo impactada por um novo vocabulário com seus sons, ritmos e sentidos conflitando com o universo mental, os valores e as culturas das populações de extrativistas; as cidades/florestas/rios alvejados por projetos desenvolvimentistas com perversos custos humanos e ambientais. [...] centenas de famílias de seringueiros (indígenas e não indígenas) foram alvejadas pela “roda do progresso” que, na retórica dos militares e seus aliados civis, tratava de “integrar” a Amazônia ao país. No caminho dessa “integração”, as trabalhadoras e os trabalhadores eram “removidos”, “deslocados” ou “saídos” do interior da floresta e obrigados migrar para o “lugar nenhum” dos “apátridas” desclassificados como seres humanos e como sujeitos de suas histórias e de seus destinos<sup>223</sup>.

Nesse sentido, segundo Brugnara, “A necessidade de sobrevivência dos imigrantes de outrora em um ambiente hostil resultou em uma característica marcante da cultura do habitar local: a solidariedade e o viver em comunidade, presente ainda hoje muito fortemente nas áreas rurais e nas cidades acreanas”<sup>224</sup>. Vale salientar que, nem todas as famílias deslocadas dos seringais e colônias para as cidades do Acre foram expulsas pela “pata do boi”, como se resume na história oficial, pois “[...] muitos subjetivaram o sonho de uma casa melhor, um emprego melhor, acesso à saúde e educação para os filhos, acesso aos bens culturais [...]”<sup>225</sup>, etc. De acordo com Albuquerque, muitas famílias oriundas da floresta já estavam em Rio Branco anteriormente, inclusive a própria família do historiador já residia na cidade, ou seja, “A floresta e seus seres já habitavam a cidade, fundidas na fluidez das águas do rio Acre, também lugar de trânsito de diversificados seres, mercadorias, ideias e palavras”<sup>226</sup>.

Como pôde ser observado, nestes bairros permanece uma escala de paisagem modesta ao decorrer das vias que são majoritariamente sem pavimentação, características de uma paisagem vernacular, não havendo também a presença de grandes marcos ou monumentos. A relação das edificações com a rua se dá de forma direta, sem muros ou barreiras muito bem definidos, favorecendo também as trocas e contato entre moradores que têm como principal meio de deslocamento o caminhar ou a bicicleta.

Permaneceram “hábitos” e “costumes”, que compõe o significado desta paisagem vernacular, como nos ensinou Besse (2014) no Capítulo 2 deste trabalho. Assim, além da

<sup>223</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 181.

<sup>224</sup> BRUGNARA, 2018, p. 53.

<sup>225</sup> ALBUQUERQUE, *op. cit.*, p. 188.

<sup>226</sup> *Ibidem*.

adequação que se observa entre esse modo de fazer e habitar na área em questão por meio de uma “conversa com o local”<sup>227</sup>, ou seja, com a natureza que tem como linha de força principal o rio, ainda é possível perceber as relações mais estreitas entre as pessoas e as águas do rio Acre no cotidiano dos moradores. Além da atividade da pesca, meio de sobrevivência de diversas famílias, mesmo com o advento das pontes construídas que fazem a ligação entre os dois distritos, as catraias ainda são um meio de transporte muito presentes na paisagem. Segundo depoimento de moradores, por se tratar de bairros tradicionais da cidade de Rio Branco, residem muitos idosos que preferem utilizar a embarcação para fazer a travessia<sup>228</sup> (Figuras 46, 47 e 48).

Figura 46 – Passageiros no Porto das catraias



Fonte: YouTube<sup>229</sup>.

Figura 47 - Acesso ao Porto das Catraias do bairro Quinze



Fonte: Google Street View, 2012.

Os portos das catraias, apesar da condição precária em que se encontram costumam ter sempre passageiros à espera do próximo catraieiro para seguir viagem em direção ao distrito oposto.

<sup>227</sup> BESSE, 2014, p. 134.

<sup>228</sup> Informações obtidas no vídeo “Seis de Agosto: história de amor entre um bairro e o rio”. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=L-rFaliUa6o>>. Acesso em 23 de abril de 2019.

<sup>229</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=L-rFaliUa6o>>. Acesso em 23 de abril de 2019.

Figura 48 - Porto das Catraias do bairro Quinze



Fonte: Portal G1 Acre<sup>230</sup>.

Nas palavras de Brugnara:

[...] para a mente local, são as relações e vínculos estabelecidos com o lugar por meio das práticas realizadas que interessam e valorizam cada pequena parte do lugar, seja a mata, uma edificação ou um caminho. O que importa aqui não são excepcionalidades estéticas, paisagísticas ou arquitetônicas. Há um conjunto composto por elementos materiais e imateriais, uma paisagem heterogênea que agrega heranças e mudanças espaciais. [...] Essa forma resultante é a expressão na paisagem de uma cultura originária da região. Um quadrinho da cultura amazônica dentro das tantas Amazônias. Nem monumental e nem excepcional, simples como a vida cotidiana de seus moradores<sup>231</sup>.

Nesse sentido, Brugnara conclui que o lugar reflete as orientações conceituais contemporâneas do IPHAN no que concerne ao reconhecimento do patrimônio nacional: “lugares portadores de referência para a identidade de grupos formadores da sociedade brasileira”<sup>232</sup>. No entanto, percebe-se que no caso da paisagem em estudo neste trabalho, esta não é tratada como passível de proteção nem nas políticas nacionais, tampouco na instância local, como será melhor aprofundado no próximo capítulo. Um dos focos desta dissertação é compreender entre os gestos políticos oficiais, as permanências e as práticas anteriores no modo de habitar esta paisagem que coexistiram e existem (resistem) até os dias atuais e como estão sendo consideradas no âmbito da política patrimonial local. No próximo subcapítulo abordaremos as ações políticas ou, como estamos aqui tratando, o “gesto político de construir paisagem” sobrepondo-se a paisagem vernacular da cidade de Rio Branco.

<sup>230</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/08/catraieiros-tem-queda-no-faturamento-com-seca-historica-do-rio-acre.html>>. Acesso em 23 de abril de 2020.

<sup>231</sup> BRUGNARA, 2018, p. 56 (grifos nossos).

<sup>232</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Normatização de cidades históricas** – orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília: IPHAN, 2011, p. 9.

### 3.2 A PAISAGEM POLÍTICA: UMA CONSTANTE NA HISTÓRIA DA CIDADE

Segundo Carvalho, após a incorporação do Acre ao Brasil em 17 de março de 1903, foi necessário organizá-lo territorial, política e administrativamente e o *status* de Território Federal, subordinado ao governo central, à época localizado no Rio de Janeiro, trazia desafios e novidades para a concepção e gestão<sup>233</sup>. O então Território foi dividido em três Departamentos por uma lógica militar de Defesa do território nacional, sendo Rio Branco a capital do Departamento do Alto Acre. A presença militar permaneceu também nas designações dos governantes de cada Intendência, Prefeitura e Departamento criado e nas práticas urbanísticas e arquitetônicas, sendo muitas obras advindas da Engenharia Militar<sup>234</sup>. Assim,

[...] as sedes departamentais receberam os primeiros planos urbanísticos que procuraram organizar, disciplinar e normatizar o uso, a ocupação e a intervenção no solo que se tornaria urbano, naquele ambiente inevitavelmente constituído por rios e florestas. Dos assentamentos eleitos, se configuravam previamente como vila de entreposto comercial, seringais, ou ocupações ribeirinhas de maneira geral. Sobreposto a esta realidade pré-existente, o pensamento e a prática militares se fizeram presentes para a organização físico-espacial daqueles assentamentos. Plantas e projetos contribuíram para a fundação oficial daqueles núcleos com ocupação remanescente da empresa gomífera e atividades outras a eles associadas<sup>235</sup>.

Nesse sentido, mais do que um projeto de uma nova e inventiva paisagem, os planos urbanísticos para o Acre “[...] nasceram, em muito, como instrumentos de controle urbanístico retificador, do disciplinamento das pré-existências”<sup>236</sup>. No entanto, “A periferialização, os modos de vida rural, ribeirinho, de seringais e de entrepostos comerciais, associados às práticas dos povos originários são permanências que coexistem [...]”<sup>237</sup>, ainda que buscassem o seu aniquilamento para a construção de uma cidade idealizada, oficial e formal, sob a aura da Defesa Nacional. Percebe-se a coexistência e o conflito de duas paisagens, uma por motivações políticas e outra vernacular pois, “Ainda que as projeções urbanas desejassem cidades modernas e em alvenaria, havia ali a inegável e cotidiana arte de edificar pelos conhecimentos, materiais e hábitos do habitar/especializar locais”<sup>238</sup>.

Existe ainda hoje um equivocado consenso que atribui a primeira iniciativa de ordenamento da paisagem de Rio Branco à criação da Villa Penápolis em 1909 por iniciativa do então prefeito Gabino Besouro, na margem esquerda do Rio Acre oposta à Villa Rio Branco

---

<sup>233</sup> CARVALHO, 2020.

<sup>234</sup> *Ibidem*.

<sup>235</sup> *Ibid.*, p. 296.

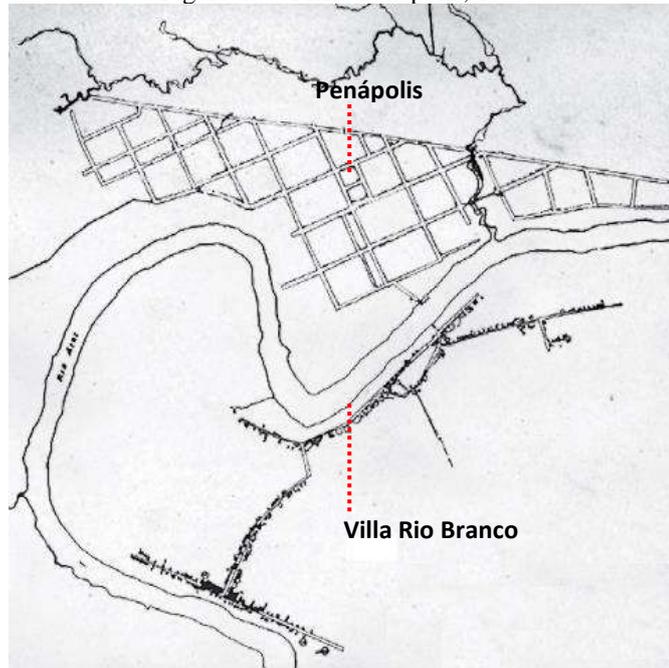
<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 300 (grifo nosso).

<sup>237</sup> *Ibidem* (grifo nosso).

<sup>238</sup> *Ibid.*, p. 301 (grifo nosso).

(Figura 49). Plano este que teve como premissa a transferência da sede do governo para a outra margem do rio por ter terras altas não alagáveis, com traçado planejado em ruas regulares e orientadas pelos pontos cardeais, a partir da margem esquerda do rio. Bem distinto, portanto, da Villa Rio Branco no lado posterior, cujo traçado era irregular e determinado pelo curso do rio e com presença marcante de igapós<sup>239</sup>.

Figura 49 – Plano Penápolis, 1909



Fonte: GUERRA, 1955. Adaptado pelo autor, 2021.

Grande parte dos trabalhos acadêmicos perpetua a narrativa do geógrafo do IBGE Antônio Teixeira Guerra<sup>240</sup>, numa perspectiva de evolução da cidade única e linear a partir da criação de Penápolis. No entanto, esta faz evaporar tantas outras tentativas de urbanização mal encaminhadas ou não concretizadas, interrupções e projetos de intervenção que ocorreram para além do perímetro delimitado pelo plano urbano Penápolis<sup>241</sup>. Segundo Carvalho, cabe destacar que, a princípio, o assentamento que deu origem à cidade:

[...] decorreu de uma série de condicionantes dialeticamente importantes: do ambiente rural relacionado à extração e comercialização da borracha, da precariedade das estruturas físicas das casas e das ruas em suas articulações com uma trama de varadouros que as ligavam às diversas propriedades e áreas de extração gomífera, bem como suas vinculações com os caminhos traçados pelos nativos ou pelos vizinhos

<sup>239</sup> É um termo oriundo do tupi antigo e significa "raízes d'água", através da junção dos termos 'y ("água") e *apó* ("raiz"). É um tipo de vegetação característico da floresta amazônica. Situa-se em terrenos baixos, ou seja, planos, ao longo de rios de águas negras e que são frequentemente inundados e que se mantêm alagadas mesmo durante a estiagem (NAVARRO, 2013).

<sup>240</sup> GUERRA, 1951.

<sup>241</sup> ALBUQUERQUE, 2019.

bolivianos envolvidos com a economia da pecuária. E, destaca-se, aquilo que é de maior relevância: a presença e o protagonismo das águas e das florestas<sup>242</sup>.

Nessa direção, como uma primeira intenção de projeto urbano para Rio Branco sabe-se da existência de um primeiro Plano Urbanístico proposto pelo político Acauã Ribeiro em 1906 (Figura 50), anterior a Penápolis, para a área correspondente a margem direita do Rio Acre, antiga Villa Rio Branco, atual Segundo Distrito da cidade. Como abordado no subcapítulo anterior, a paisagem da Villa Rio Branco apresentava construções singelas, “[...] em materiais e técnicas construtivas com soluções não perenes, configuraram paisagens rururbanas muito distantes do estereótipo do esplendor e da riqueza das urbes dos grandes portos amazônicos ou das metrópoles industriais especulares transatlânticas naquele contexto”<sup>243</sup>, como Belém e Manaus. Nesse sentido, a intenção do Plano Acauã Ribeiro era consolidação e melhoramento desta ocupação já existente na margem direita do Rio Acre. “A ideia era, portanto, a criação de uma ‘cidade moderna’ sobreposta ao assentamento remanescente de Empreza e Volta da Empreza que configurava naquele momento a Villa”<sup>244</sup>.

Figura 50 – Implantação do Plano Acauã Ribeiro



Fonte: RIBEIRO, 1906<sup>245</sup>.

<sup>242</sup> CARVALHO, 2020, p. 335.

<sup>243</sup> *Ibid.*, p. 337.

<sup>244</sup> *Ibid.*, p. 344.

<sup>245</sup> Planta da Villa Rio Branco. Autoria Engenheiro Jaime Coimbra. Sem escala. In: RIBEIRO, Acauã. **Relatório de Governo**. Rio Branco: 1906. Acervo do IPHAN-AC, Rio Branco-AC, Brasil.

Observa-se que, embora a grelha proposta fosse rigidamente ortogonal e quadrilátera, foram geradas outras formas de quarteirões ao acomodar-se ao sítio, trazendo como resultado algumas quadras triangulares, trapezoidais e pentagonais. Nesse caso, se evidencia ainda a pouca preocupação com a paisagem pré-existente e sua relação com as margens<sup>246</sup>. Em virtude da vulnerabilidade às cheias dos rios da área que pretendia ser implantado o Plano Acauã Ribeiro, este não foi executado. Em função disso, o Plano Penápolis pareceu mais adequado aos anseios do momento. Assim, “[...] vê-se uma necessidade de transformação daquele sítio pré-existente pelo ato inaugural da negação do estado imediatamente anterior e de ocupação”<sup>247</sup>. Podemos afirmar, como nas palavras de Carvalho que “Inventar o moderno em Rio Branco significava repudiar a sua pré-existência”<sup>248</sup>.

O principal expoente que deu continuação a esse percurso em busca do “moderno” em terras acreanas foi o engenheiro Hugo Carneiro, eleito governador do então Território Federal do Acre em 1927. Este que foi responsável pela construção das primeiras obras em alvenaria em Rio Branco, assim como pela criação de espaços públicos projetados, característica nova na paisagem da cidade à época. Diferente das grandes capitais brasileiras, que já vinham experimentando tendências modernistas a partir da década de 1930, em Rio Branco essa busca pela “modernidade” se deu, a princípio, por um revivalismo do estilo neoclássico em alvenaria, surgindo as primeiras construções em alvenaria na cidade: o Palácio do Governo, o Quartel da Polícia e o Mercado Público, alocados no novo plano Penápolis. Buscava-se, assim, uma atmosfera cosmopolita em consonância com as outras cidades como o Rio de Janeiro e Paris que passavam por uma tendência de modernização ao desenharem a paisagem urbana pela monumentalidade dos equipamentos urbanos<sup>249</sup> (Figuras 51 a 54).

Em meados do século XX, Manaus era referência para as outras cidades amazônicas, pois era uma capital que já apresentava ruas iluminadas por luz elétrica, haviam bondes transportando a população e as festas da elite manauara aconteciam no monumental Teatro Amazonas<sup>250</sup>. Nas palavras de Maria Luiza Ugarte Pinheiro, “[...] o surto urbanístico que marcou a virada do século XIX para o XX na Amazônia, projetando Belém e Manaus, instaurou e buscou consolidar um estilo de vida urbana, onde os referenciais estéticos vinculavam-se à chamada Belle Époque”<sup>251</sup>. Nesse sentido, população rio-branquense expressava um anseio em

---

<sup>246</sup> CARVALHO, 2020.

<sup>247</sup> *Ibid.*, p. 360.

<sup>248</sup> *Ibid.*, p. 346 (grifos nossos).

<sup>249</sup> SOUZA, 2018.

<sup>250</sup> KLEIN, 2013.

<sup>251</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007. Associação Nacional de História – ANPUH, p.

ter uma paisagem parecida com Manaus, seguindo as trilhas de Paris, a cidade luz, e do Rio de Janeiro, que estava demolindo seus cortiços<sup>252</sup>. “Tratava-se, portanto, de um movimento mais ou menos global, segundo o qual a urbanização deveria caminhar com as rédeas da civilização e higiene. Os barbarismos coloniais e as heranças de culturas materiais mais simples, baratas, dos interiores do Brasil deveriam ser abandonados”<sup>253</sup>.

Em Rio Branco, por outro lado, seus barracões não eram sólidos, mas frágeis e o acesso não era fácil. Para chegar ali, “[...] só mesmo percorrendo os varadouros<sup>254</sup> da floresta ou navegando pelo rio Acre”. Além disso, a cidade localiza-se no meio da floresta, “[...] plasmada em um ambiente que misturava a paisagem rural dos seringais em seu entorno com uma urbe precária”<sup>255</sup>. Segundo Klein:

Havia uma simbiose entre o meio ambiente e as construções, notado quando, por exemplo, o rio Acre às vezes espraiava-se pelas ruas nas alagações ou os matos tomavam de conta das ruelas e praças. [...] Então, os marcos fundadores da capital do Acre enquanto urbe amazônica não foram os mesmos que se aplicaram a Manaus, Belém ou Porto Velho. Essas três capitais da região tiveram seus cenários urbanos dominados por grandes obras do ciclo da borracha tais como palácios, ricas casas de seringalistas e até estradas de ferro, como o caso da Madeira Mamoré<sup>256</sup>.

Para Klein, “A riqueza de Rio Branco nas suas origens está justamente na sua especificidade, na singularidade das suas simples casas de madeira, que nos falam desse tempo em que ela fazia parte das margens da era de ouro da borracha”<sup>257</sup>. Ou seja, na sua paisagem vernacular.

No Relatório de Governo, Hugo Carneiro enaltecia a importância das novas edificações em alvenaria, que apontavam para a perspectiva do Acre do futuro, “moderno” e livre das construções em madeira e de tradições tidas como “primitivas”, como no trecho: “[...]”

---

2. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20Luiza%20Ugarte%20Pinheiro.pdf>>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

<sup>252</sup> KLEIN, 2013.

<sup>253</sup> *Ibid.*, p. 173.

<sup>254</sup> *Ibid.*, p. 174. “[...] espécie de trilhas que abreviam as distâncias, geralmente vastas do meio da mata densa ou das áreas alagadas, desmatadas pela força das águas” (UCHÔA, 2017, p. 329). Segundo Uchôa (2014, p. 2-3) “Os varadouros de várzea são estradas trilhadas sob as copas das árvores de igapós alagados: são uma invenção ribeirinha concebida para ganhar tempo e para conectar o rio ao lago, unir o barracão às colocações. Os varadouros de terra-firme foram concebidos para permitir o acesso do extrativista às seringueiras e demais espécies arbóreas da floresta de onde se colhem os frutos no período das secas, garantindo a subsistência e a convivência na região. Ambos são trilhas que possibilitam percorrer os costumes e práticas concebidos pelos povos da floresta. Nestes percursos, presencia-se toda a exuberância da natureza, com a sua sociodiversidade ímpar e sua mágica e estratégica habilidade de adaptação e reinvenção. Sejam de várzea ou terra-firme, os varadouros compõem uma rede de conexões para circular as vivências e os saberes tradicionais da floresta contribuindo com o compartilhamento de conhecimentos locais”.

<sup>255</sup> KLEIN, *op. cit.*, p. 174.

<sup>256</sup> *Ibid.*, p. 174-175.

<sup>257</sup> *Ibid.*, p. 175.

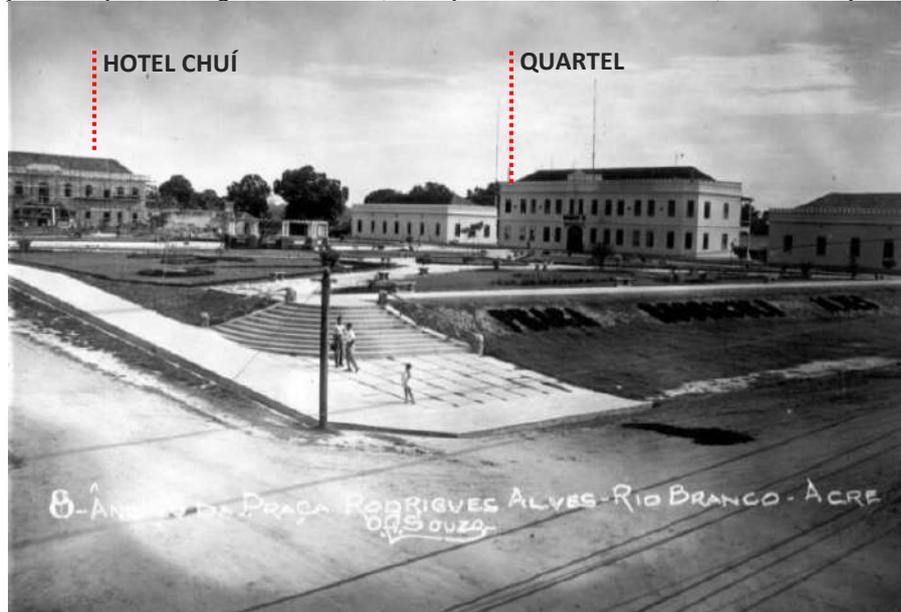
estamos a construir um Acre definitivo, um Acre em alvenaria, sem o caráter transitório das fundações adventícias. Um Acre que ficará, que resistirá a ação destruidora do tempo e a poeira da ruína de seu passado”<sup>258</sup>.

Figura 51 – Praça Eurico Gaspar Dutra, década de 1940, destaque para o Palácio do Governo ao fundo



Fonte: DPHC.

Figura 52 – Praça Rodrigues Alves (Atual praça da Revolução), década de 1940. Destaque para o Quartel da polícia e para o antigo Hotel Chuí (Atual prefeitura de Rio Branco) no lado esquerdo



Fonte: DPHC.

<sup>258</sup> CARNEIRO, Hugo. **Relatório Apresentado a Augusto Viana do Castello, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio Branco (AC):** Governo do Território do Acre, 1930, p. 75.

Figura 53 – Mercado Público de Rio Branco, inaugurado em 1929



Fonte: DPHC.

Figura 54 – Porto do Mercado Público de Rio Branco, década de 1970. Destaque para o mercado



Fonte: DPHC.

Esse processo “modernizador” perpassou outras figuras notáveis como Senador Guimard Santos, responsável pela construção de grandes obras a exemplo o primeiro aeroporto da cidade, que leva o nome de sua Esposa Lydia Hammes. Guimard Santos também foi responsável por redigir em 1957 a Proposta de Lei (PL) que elevaria o Território Federal do Acre a categoria de Estado em 1962. Hugo Carneiro e Guimard Santos tornaram-se heróis na propaganda política do Governo da Floresta a partir dos anos 2000, ao ponto de Guimard ser considerado “pai do Acre”<sup>259</sup> no processo de construção da “acrianidade” comentada no Capítulo 1 deste trabalho.

Nessa direção, os primeiros mandatos do Governo da Floresta também correspondem a um período de grandes intervenções urbanísticas e paisagísticas no Acre, sobretudo na capital Rio Branco. Tião Viana, último representante do Governo da Floresta a exercer o cargo (2011 – 2019), coloca os principais representantes de seu grupo político no mesmo patamar aos gerentes públicos do passado conhecidos como grandes interventores e que introduziram a ideia de “modernidade” em oposição ao “atraso” da paisagem vernacular da cidade:

Nas curvas e barrancos de nosso rio é possível visualizar o heroísmo dos desbravadores que, no fim do século XIX, avançaram pelas florestas e regiões inóspitas em busca de conquistar um local especial para todos os brasileiros. Foram muitas as lutas e conquistas até aqui. Diversas foram as pessoas que dedicaram suas vidas para que a nossa capital alcançasse o patamar de uma das cidades mais bonitas e promissoras da Amazônia. O prefeito Marcus Alexandre está a altura de grandes gestores, assim como foram Jorge Viana e Raimundo Angelim, que tiveram gestões marcadas por ousadia e compromisso, assim como nosso herói Plácido de Castro, que foi autor do primeiro Plano Diretor do município. Vivemos um momento novo [...] <sup>260</sup>.

<sup>259</sup> Jorge Viana, primeiro governador do Governo da Floresta, eleito em 1999, em entrevista ao jornalista Arison Jardim durante evento de lançamento do selo em homenagem aos 50 anos do Estado do Acre. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/correios-lanca-selo-especial-em-homenagem-ao-aniversario-de-50-anos-do-estado-do-acre/>. Acesso em: 28 de abril de 2021. Cf. CARNEIRO (2008).

<sup>260</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO; NEVES, Marcos Vinícius (org.). **A Rio Branco que vivemos**: registro histórico dos 100 anos de Prefeitura. Rio Branco, 2013, p. 166.

Nessa direção, no próximo tópico serão abordadas estas intervenções que aconteceram na área central histórica de Rio Branco entre 2002 e 2006 que se mostram como a concretização de uma paisagem idealizada pelo Governo da Floresta sob o discurso da sustentabilidade e reafirmação de uma identidade cultural acreana.

### 3.2.1 Novas abordagens, velhas intenções: a paisagem política no invólucro da “acreatividade”

No ano de 1999 um grupo de jovens que pretendia dar continuidade ao legado de luta de Chico Mendes ascende ao poder do Governo do Estado do Acre, renovando as esperanças dos povos da floresta, ameaçados desde a década de 1960 pelo agronegócio que se instalava no Estado, e também dos habitantes das áreas urbanas. O primeiro governador eleito foi o engenheiro florestal Jorge Viana (PT) e, com esse evento, funda-se um período denominado pelo próprio grupo político como “Governo da Floresta”, entre janeiro de 1999 e janeiro de 2007<sup>261</sup>. Castelo<sup>262</sup> nos lembra que:

[...] essa mudança no quadro político acreano aconteceu graças a uma ampla coalizão de doze partidos, das mais variadas orientações ideológicas, incluindo o PSDB, à época arquirrival do PT em âmbito nacional. Jorge Viana se elegeu em uma coligação compostas por PT, PSDB, PC do B, PDT, PSB, PPS, PV, PMN, PTB, PL, PSL e PT do B. Este conjunto de Partidos haviam se unido numa frente denominada “Frente Popular do Acre – FPA”.

Após a posse de Viana surgem várias iniciativas governamentais consideradas pelos próprios gestores como “modernizadoras” na cidade que, segundo o discurso da época, relacionavam-se com a introdução de um novo modelo econômico que representaria uma alternativa para o desenvolvimento do Estado<sup>263</sup>. Nesse processo, Castelo chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento passou a aparecer adjetivado pela primeira vez como “desenvolvimento sustentável”, relacionado a uma “exploração inteligente” da floresta como vocação econômica<sup>264</sup>. Além das novas premissas econômicas no Estado, o grupo político pretendia dar uma nova feição para a capital que, assim como outros centros urbanos brasileiros, passaram por um período de degradação a partir de 1960. Assim, um dos pilares nesse processo foi a tentativa do resgate de certa identidade cultural acreana com a realização obras urbanas de

<sup>261</sup> CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a “florestania” e outras histórias. *Nera*, São Paulo, v. 23, n. 51, pp. 117-132, jan./abr. 2020.

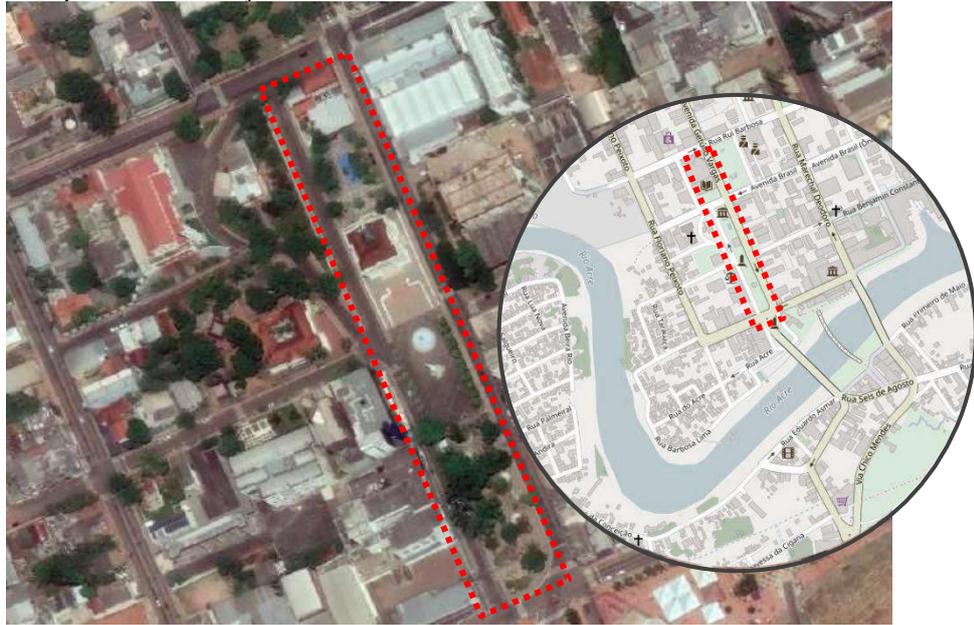
<sup>262</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>263</sup> *Ibidem.*

<sup>264</sup> *Ibidem.*



Mapa 02 – Localização do Corredor Cultural 01 – Eixo do Palácio Rio Branco



Fonte: Open Street Map. Adaptado pelo autor.

Nesta ocasião a edificação foi restaurada em 2002 para abrigar um museu com salas de exposições fixas sobre a história da cidade<sup>267</sup>. Juntamente ao palácio, seu entorno também sofreu intervenções. O antigo jardim do palácio (Figuras 55 e 56) já havia sido reformado na gestão anterior ao Governo da Floresta na década de 1990 e, portanto, já não tinha mais as características originais. O jardim passou então a ser uma praça pública, chamada de Praça dos Seringueiros.

Figura 55 – Vista aérea do centro de Rio Branco na década de 1970. Destaque para o Palácio Rio Branco e seu jardim



Fonte: Acervo DPHC.

<sup>267</sup> Cf. LIMA (2011), PINTO (2014) e VIANA (2011).

Figura 56 – Vista do Palácio Rio Branco para o jardim aos fundos. Década de 1970



Fonte: Acervo DPHC.

Em 2004, juntamente ao palácio, a praça também foi reformada após a intervenção na década de 1990 e recebeu um projeto paisagístico com autoria de Haruyoshi Ono do atual Escritório de Paisagismo - Burle Marx. Ono propõe uma releitura do espelho d'água que havia no antigo jardim e uma nova paginação de piso que faz referência às pinturas indígenas, uma linguagem contemporânea que dialoga de forma respeitosa com o passado interligando o palácio com o também criado Memorial dos Autonomistas (Figuras 57 e 58).

Figura 57 – Palácio Rio Branco e Praça dos Seringueiros, antigo jardim do palácio, 2019



Fonte: Agência de notícias do Acre<sup>268</sup>.

Figura 58 – Praça dos Seringueiros e Museu dos Autonomistas ao fundo, 2008



Fonte: Blogspot.com<sup>269</sup>.

Segundo Ferreira<sup>270</sup>, posteriormente, outras praças da cidade foram reformadas pela Prefeitura de Rio Branco juntamente com o Governo do Estado, e a equipe responsável pelo

<sup>268</sup> Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/palacio-rio-branco-7/>>. Acesso em 17 de jun. de 2021.

<sup>269</sup> Disponível em: <<http://tripnorte.blogspot.com/2008/02/museu-dos-autonomistas.html>>. Acesso em 17 de jun. de 2021.

<sup>270</sup> FERREIRA, Alda de Azevedo. **A permanência da paisagem: os princípios de projeto paisagístico de Haruyoshi Ono.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.

paisagismo deu continuidade a essa proposta de pavimentação de Haruyoshi Ono, priorizando também o uso da vegetação nativa (Figuras 59 a 63).

Figura 59 – Praça dos Seringueiros



Fonte: Skyscrapercity.

Figura 60 – Praça da Biblioteca Central



Fonte: Skyscrapercity.

Figura 61 – Praça do “Novo Mercado Velho”



Fonte: Blog Senildo Melo<sup>271</sup>, adaptada pelo autor.

Figura 62 – Praça Eurico Gaspar Dutra



Fonte: Skyscrapercity.

Figura 63 – Parque da Maternidade



Fonte: Skyscrapercity.

<sup>271</sup> Disponível em: <<http://senildomelo.blogspot.com/2011/12/rio-branco-ac-em-uma-decada.html>>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

Além do processo de restauração que algumas edificações passaram, como foi o caso do Palácio Rio Branco, segundo Morais, “[...] também foi implementado pelo Governo da Floresta um conjunto de obras de ‘embelezamento urbano’, revelando um “urbanismo-marca” dessa gestão”<sup>272</sup>:

[...] Esse processo de embelezamento utiliza um conjunto de símbolos que não necessariamente existiram no Acre. Um deles foi a atmosfera de “belle époque” da fase “glamourosa” da borracha, encontrada principalmente nas cidades de Manaus e Belém no início do século XX. Os demais foram a iluminação dos sítios históricos feita com “postes republicanos”<sup>273</sup>.

Este é outro ponto importante a ser destacado no discurso da história oficial de Rio Branco e que também permeou o imaginário coletivo: a recorrente “[...] associação do processo econômico da borracha à ideia de alavanca de uma suposta opulência, pujança e riqueza nesse estado”<sup>274</sup>. Como já foi exposto anteriormente, Rio Branco formou-se como um entreposto comercial na cadeia de produção, circulação e consumo da borracha e a comunicação com o mercado externo se dava exclusivamente via Manaus e Belém, para onde escoava sua produção<sup>275</sup>. Ou seja, estas duas metrópoles amazônicas enriqueceram ou, pelos menos, deixaram vestígios materiais edificados mais opulentos devido à sua condição de partícipes da economia da borracha. Enquanto em Rio Branco, ao contrário, “[...] predominou a não-opulência material e os vestígios dessa economia no mercado local nos registros fotográficos até 1910 da capital acreana demonstram tratar-se de casas, barracões, bodegas e demais estruturas edificadas”<sup>276</sup>. Nessa direção, apesar do legado de respeito à paisagem deixado por Ono na Praça dos Seringueiros, na intervenção na Praça Povos da Floresta ao lado oposto do palácio foram mimetizados elementos como postes em estilo republicano de um passado que nunca existiu, como pode ser observado ao compararmos imagens fotográficas desta mesma praça nas décadas de 1950 e 1970 com a sua configuração atual (Figuras 64 a 67).

---

<sup>272</sup> MORAIS, 2008, p. 225.

<sup>273</sup> *Ibidem*.

<sup>274</sup> CARVALHO, 2020, p. 337.

<sup>275</sup> *Ibidem*.

<sup>276</sup> *Ibid.*, p. 337.

Figura 64 – Localização e vista da antiga Praça Eurico Gaspar Dutra, atual Praça Povos da Floresta



Fonte: Open Street Map adaptada pelo autor; Blogspot.com<sup>277</sup>.

Figura 65 – Antiga Praça Eurico Gaspar Dutra (Atual Praça Povos da Floresta), década de 1950



Fonte: IBGE.

Figura 66 – Antiga Praça Eurico Gaspar Dutra (Atual Praça Povos da Floresta), década de 1970



Fonte: Arquivo IBGE. Adaptada pelo autor.

Figura 67 – Antiga Praça Eurico Gaspar Dutra (Atual Praça Povos da Floresta), década de 1970

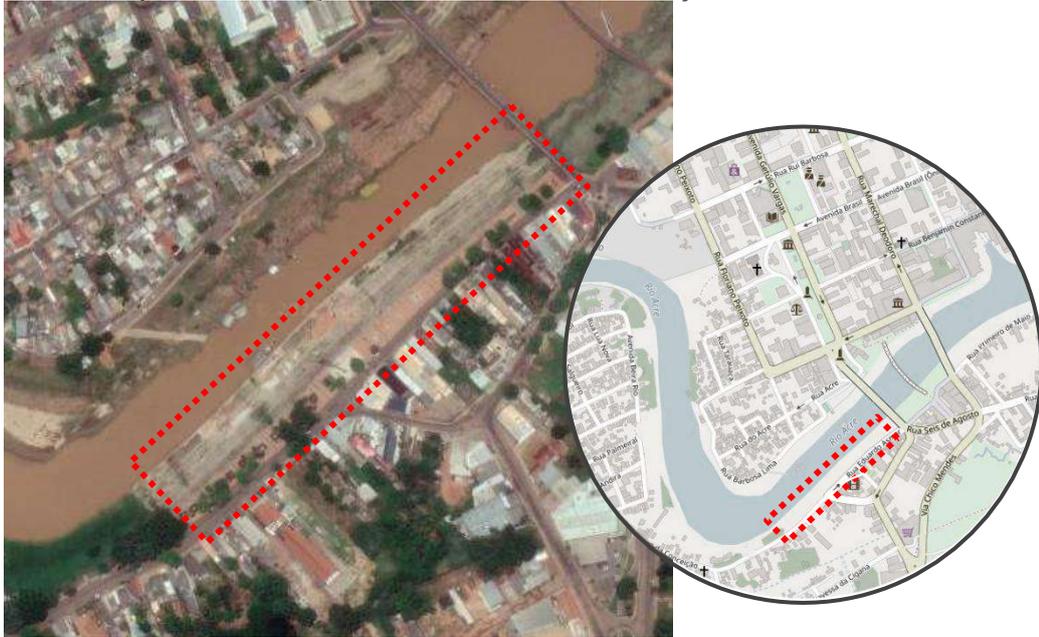


Fonte: Arquivo IBGE. Adaptada pelo autor.

<sup>277</sup> Disponível em: <[https://mochileirotur.blogspot.com/2018/07/descubra-o-brasil-rio-branco-acre\\_92.html](https://mochileirotur.blogspot.com/2018/07/descubra-o-brasil-rio-branco-acre_92.html)>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

Nos parece como se o poder público começasse a materializar a narrativa histórica criada para uma transição aos outros dois espaços reformados que sucedem a praça como o atual Calçadão da Gameleira (corredor cultural número 2), localizado na Rua Eduardo Assmar, que corresponde ao primeiro arruamento da cidade na Antiga Villa Rio Branco, margem direita do Rio Acre (Mapa 03).

Mapa 03 - Localização do Corredor Cultural 02 – Calçadão da Gameleira



Fonte: Open Street Map, adaptada pelo autor.

O Calçadão da Gameleira caracteriza-se atualmente como o principal cartão-postal da cidade. Nesta área foi imposta uma paisagem idealizada que não expressa características históricas vernaculares, mas sim características arquitetônicas dissonantes como platibandas recortadas e almofadadas com figuras geométricas em uma falsa linguagem arquitetônica Art Déco que tenta rememorar, nos anos 2000, a década de 1940, período de reformas na cidade durante o governo de Guimard Santos, além de algumas expressões que fazem referência a um “estilo colonial” que nunca existiu no Acre (Figuras 68 a 74).

Figura 68 – Edificações antes da intervenção, em 2000, e após intervenção, 2012



Fonte: Acervo FGB, adaptada pelo autor; Google Street View, 2012.

Figura 69 – Loja antes da intervenção, em 2000, e após intervenção, 2002



Fonte: Acervo FGB, adaptada pelo autor.

Figura 70 – Vista parcial do Calçadão da Gameleira antes da intervenção, 2000. Destaque para o Cine Teatro Recreio



Fonte: Acervo FGB.

Figura 71 – Edificações (fachadas) construídas em 2002 ao lado do Cine Teatro Recreio



Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 72 - Vista panorâmica do Segundo Distrito de Rio Branco, década de 1940. Destaque e detalhe aproximado para o Cine Teatro Recreio



Fonte: Acervo DPHC, adaptada pelo autor.

Figura 73 – Edificações antes da intervenção, em 2000, e após intervenção, 2002



Fonte: Acervo FGB, adaptada pelo autor; Google Street View, 2012.

Figura 74 - Edificações antes da intervenção, em 2000, e após intervenção, 2002



Fonte: Acervo FGB, adaptada pelo autor; Google Street View, 2012.

O resultado faz o observador com olhar mais atento visualizar uma mimetização de Centros Históricos de outras cidades brasileiras como Salvador, Recife e Olinda, consagradas como patrimônio cultural brasileiro. No caso deste conjunto não é possível distinguir entre o novo do antigo, passando a ser aceito e assimilado no senso comum enebriado pela narrativa construída que sempre foi a feição da primeira rua de Rio Branco. Esse processo praticamente impossibilitou o reconhecimento do velho núcleo da Villa Rio Branco, evidente na comparação dos panoramas nas Figuras de número 75 a 78 (ver em tamanho maior no Apêndice A).

Figura 75 – Primeiro arruamento da Villa Rio Branco vista a partir do outro lado do rio em 1912



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, *In*: Prefeitura de Rio Branco, 2013.

Figura 76 – Fotocolagem do Calçadão da Gameleira antes da intervenção, 2000



Fonte: Do autor, 2021.

Figura 77 – Fotocolagem do Calçadão da Gameleira após intervenção em 2002



Fonte: Do autor, 2021.

Figura 78 – Vista panorâmica do atual Calçadão da Gameleira a partir da margem oposta do rio Acre



Fonte: Do autor, 2019.

Para Eduryra Assef, arquiteta e autora do projeto do Calçadão da Gameleira, a intervenção trata-se de uma recriação, pois "restaurar seria como recuperar a partir do original, o que não é o caso, pois a maioria das casas sofreu influência da art-decô"<sup>278</sup>:

“Nós estamos fazendo alguma coisa que denomino de recriação. Por exemplo, o Comercial Madri, sabemos que era um casarão de madeira com arcos e lambrequins, com portas e janelas enormes, mas fica difícil recuperar dessa forma, então optamos pelo art-decô. Os únicos espaços de madeira são os que conseguiram conservar a originalidade, como a Casa da Basima, a lojinha do fotógrafo Lucimar Araújo, foto Araújo e a barbearia do pai do Enéas, seu Carneiro, explica”<sup>279</sup>.

Figura 79 – Únicas edificações vernaculares que resistiram ao tempo no Calçadão da Gameleira



Fonte: Flickr<sup>280</sup>.

De fato, além das três edificações de madeira citadas pela arquiteta que foram preservadas (Figura 79), ainda existiam algumas edificações que adquiriram características em linguagem Art Déco a partir da década de 1940 e que foram recuperadas. No entanto, a maioria delas são construções contemporâneas que foram adornadas com ornamentos que nunca existiram, bem como o posteamento em estilo republicano proposto. Nesse sentido, a intervenção no conjunto desconsidera completamente os documentos de contribuição internacional para a preservação de recursos patrimoniais culturais, como a consagrada Carta de Atenas de 1931 que enfatizava a importância da conservação das diferentes fases históricas de um local e Carta de Veneza que, na década de 1960, já traz a proposição do combate ao falso

<sup>278</sup> FARIAS, Rose; VICENTTI, Marcos - Rua da Frente: Eduardo Assmar está prestes a reviver sua história com a recuperação das 28 fachadas dos principais estabelecimentos. **Periódico Página 20**, Rio Branco, 18 jul. de 2002, p. 1.

<sup>279</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>280</sup> Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/106202862@N04/50875131168/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

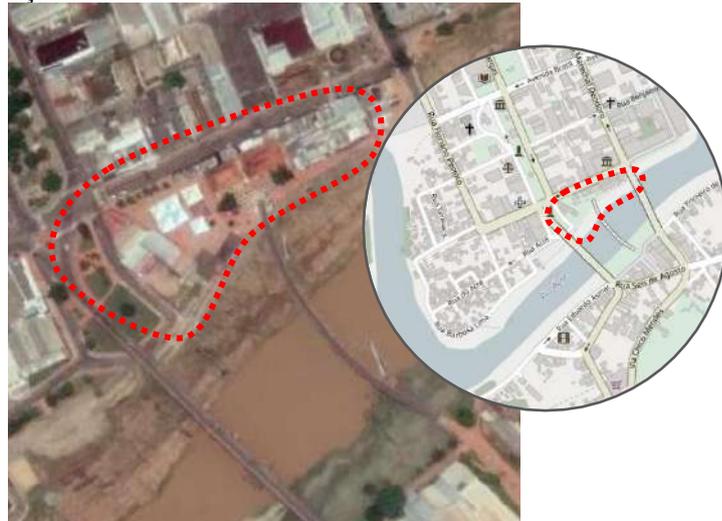
histórico e ao falso artístico na forma de pastiche<sup>281</sup>. Assim como a Declaração de Xi'an<sup>282</sup> de 2005 que sugere que:

Devem ser feitas avaliações do impacto ambiental de qualquer projeto que possa comportar um impacto sobre o significado das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio, assim como sobre seu entorno. O desenvolvimento dentro do entorno das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio deve contribuir para uma interpretação positiva de seu significado e de seu caráter peculiar.

Tais precauções devem ser tomados, pois o significado e o caráter peculiar de uma área de patrimônio cultural com escalas diferentes, como os edifícios, espaços isolados, cidades históricas, paisagens urbanas, rurais ou marinhas ou sítios arqueológicos advêm da percepção de seus valores sociais, espirituais, históricos, artísticos, estéticos, naturais, científicos ou de outra natureza cultural e também das relações características com seu meio cultural, físico, visual e espiritual<sup>283</sup>. Segundo a Declaração de Xian, “Estas relações podem resultar de um ato criativo, consciente e planejado, de uma crença espiritual, de acontecimentos históricos, do uso, ou de um processo cumulativo e orgânico, surgido através das tradições culturais ao longo do tempo”.<sup>284</sup>

O terceiro corredor de significância cultural que sofreu intervenção do Estado foi a antiga Praça da Bandeira, onde hoje encontra-se o mercado municipal construído no final da década de 1920 por motivação do então governador Hugo Carneiro (Mapa 04).

Mapa 04 - Localização do Corredor Cultural 03 – Entorno do Novo Mercado Velho



Fonte: Open Street Map, adaptada pelo autor.

<sup>281</sup> JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e ideias sobre conservação. *In*: CECI – Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

<sup>282</sup> Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do Patrimônio Cultural. Adotada em Xi'an, China, 21 de outubro de 2005. Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/Brasil, 2006, p. 03.

<sup>283</sup> *Ibidem*.

<sup>284</sup> *Ibid.* p. 02

A primeira medida de Hugo Carneiro ao assumir o poder no então Território Federal do Acre foi condenar o hábito das construções em madeira, caracterizadas como insalubres e de estética condenável em seu relatório de governo. Assim, termos como “pardieiro”, e outras expressões pejorativas classificavam o tipo de arquitetura que predominava na paisagem da cidade. Hugo Carneiro refere-se à antiga sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre, por exemplo, como um “velho barracão de madeira, o desconfortável pardieiro, ameaçadora ruína, desguarnecido de ferro, com o telheiro mal seguro, cumieira carcomida pela ação demolidora do tempo e do abandono [...]”<sup>285</sup>.

Figura 80 – Inauguração do Mercado Municipal de Rio Branco, capital do então Território Federal do Acre, no governo de Hugo Carneiro (1927-1930)



Fonte: Acervo do Mahdis/UFAC – Museu Universitário da Universidade Federal do Acre.

Nas palavras de Albuquerque<sup>286</sup>, a imagem fotográfica da inauguração do Mercado no final da década de 1920 (Figura 80) com uma parte da população riobranquense posando à sua frente:

[...] nos serve como uma espécie de referência para dialogarmos com as preocupações de Hugo Carneiro em produzir imagens da uma “vida civilizada”, domando “os sertões amazônicos” em ambientes “limpos”, “assépticos”, mas, também, com a produção, reprodução e difusão dessas imagens como signos de uma administração pública de realizações empenhadas em suprimir o “velho” e “tosco mundo primitivo e insalubre”<sup>287</sup>.

Com o passar dos anos, o próprio mercado e seu apelo higienista começaram a ser ofuscados na paisagem “[...] em um lento e significativo processo no qual a cidade ‘real’ foi

<sup>285</sup> CARNEIRO, 1930.

<sup>286</sup> ALBUQUERQUE, Gerson e GOETTERT, Jone Dari. Um mercado, uma cidade: memórias arquitetônicas, narrativas etnográficas e linguagens dos becos. In: ALBUQUERQUE, Gerson (org.) **Das margens**. 1 ed. Rio Branco: Nepan, 2016.

<sup>287</sup> *Ibid.*, p. 196.

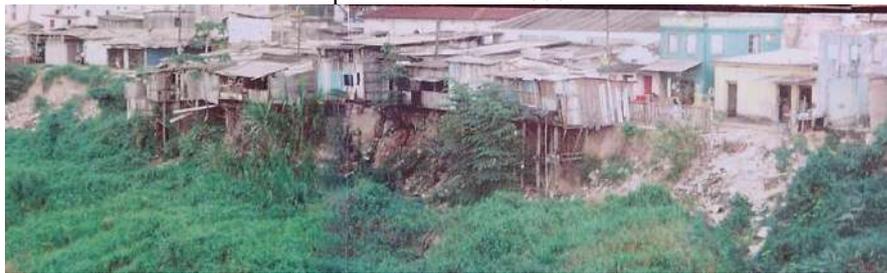
devorando a cidade ‘ideal’<sup>288</sup>, ou poderíamos chamar idealizada (Figura 53 e 54). Este marco da utopia da modernidade<sup>289</sup> construído por Hugo Carneiro foi sendo sufocado por pequenas barracas improvisadas de vendedores ambulantes, pensões, lojas, botecos e pequenos bordéis, “[...] entre outros espaços e estratégias de sobrevivência de centenas de famílias que passaram a se deslocar e a ser deslocadas para os arredores de Rio Branco, com maior intensidade a partir de 1960, expropriadas do interior da floresta<sup>290</sup> que, assim, foram “[...] construindo identidades/territorialidades nas práticas de trabalho, afazeres e no re-ordenamento do espaço público<sup>291</sup> (Figuras 81, 82 e 83).

Figura 81 – Vista parcial do Mercado municipal encoberto por novas construções improvisadas, década 1980



Fonte: Acervo DPHC.

Figura 82 – Vista do Mercado municipal encoberto por novas construções improvisadas por volta do ano 2000



Fonte: Acervo Altino Machado<sup>292</sup>.

<sup>288</sup> ALBUQUERQUE e GOETTERT, 2016, p. 196.

<sup>289</sup> SOUZA, 2002.

<sup>290</sup> ALBUQUERQUE e GOETTERT, *op. cit.*, p. 196.

<sup>291</sup> *Ibid.*, p. 195.

<sup>292</sup> Disponível em: <<http://www.altinomachado.com.br/2006/03/amor-pelo-acre.html>>. Acesso em 14 de março de 2021.

Figura 83 – Becos e corredores que configuravam a Praça da Bandeira no entorno do Mercado Municipal, 2004



Fonte: Acervo de Jones Dari Göettert. In: ALBUQUERQUE e GÖETTERT, 2016.

Entre o ano de 2004 e 2006, o poder público do Estado, em parceria com o Sebrae, decidiu intervir no Mercado e em seu entorno - espaço antes conhecido como Praça da Bandeira - com vistas a “revitalização” e “humanização” da área. Uma intervenção que, a partir do anúncio, se materializava na mente daqueles que ali desenvolviam suas práticas e estratégias de sobrevivência e passavam a temer ao despejo ou deslocamento compulsórios<sup>293</sup>. Nas palavras de Albuquerque, “[...] somente seria possível humanizar o que não fosse humano, ou seja, ratos, baratas, moscas [...] cachorros e gatos que compartilhavam os ambientes da praça com os seres humanos: decididamente não era esse o projeto estatal/privado”<sup>294</sup>. Segundo o historiador:

O que estava em curso era um “novo espetáculo” de intervenção governamental na vida de centenas de pessoas, deslocadas para locais distantes como parte inexorável do projeto de “racionalização” e interdição do espaço público, instituindo a “normalidade” e “coerência” frente à “desordem” que imperava na “doentia” e “caótica” Praça da Bandeira. Inevitavelmente, a transformação da arquitetura e o “novo” ordenamento espacial do mercado e da praça refletiram a lógica privatizante de seus mentores e a “humanização” foi mais trágica, pois, propiciou não apenas a eliminação de animais e bichos peçonhentos frente à impossibilidade de humanizá-los. No âmbito da racionalidade instrumental, desagregando as territorialidades da Praça da Bandeira sob a égide de um discurso neo-higienista, neo-sanitarista, neo-desenvolvimentista e neo-acreanista, o estado propiciou uma onda de “desmonte” das possibilidades [...] das famílias de trabalhadoras, trabalhadores e outros sujeitos sociais da cidade que ali viviam/sobreviviam<sup>295</sup>.

O mercado municipal foi rebatizado de “Novo Mercado Velho”, fazendo nos lembrar a frase de Karl Marx de que a história se repete “[...] a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”<sup>296</sup>. Ainda que a frase de Marx se refira ao contexto político da França do século

<sup>293</sup> ALBUQUERQUE e GOETTERT, 2016.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p. 209.

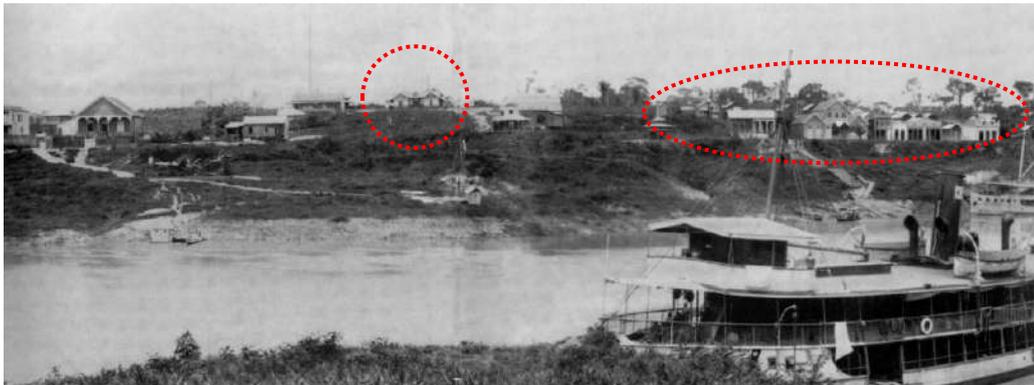
<sup>295</sup> *Ibidem.*

<sup>296</sup> MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélcio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

XIX, serve de reflexão para o gesto político na construção da paisagem de Rio Branco. Se no governo de Hugo Carneiro a intenção era uma nova paisagem urbana com ares modernos em relação à pré-existência das construções em madeira tidas como “primitivas”<sup>297</sup>, tomando como ideal um modelo estrangeiro de construção com linguagem que não tinha qualquer relação com o lugar, a “revitalização” proposta pelo Governo da Floresta liderada pelo Governador Jorge Viana, “[...] representou o apagamento e a exclusão de práticas sociais e do direito à cidade aos diferentes grupos humanos que ali se territorializavam”<sup>298</sup>.

Nas fotografias do começo do século XX é possível visualizar a feição da paisagem da frente d’água do Primeiro Distrito da cidade, onde hoje localiza-se o mercado municipal que sofreu intervenção. Tendo como referência a antiga sede da Prefeitura, que cedeu lugar ao Palácio Rio Branco, podemos observar o entorno imediato do mercado configurado por edificações vernaculares com telhado de duas águas ao lado direito das Figuras 84 e 85 a seguir.

Figura 84 – Vista panorâmica do Primeiro Distrito entre 1910-1920 (Frente d’água do atual Novo Mercado Velho). Destaque para a antiga sede da Prefeitura do Departamento do Alto Acre ainda em madeira e para o casario do entorno



Fonte: Acervo DPHC - FEM.

Figura 85 - Vista panorâmica do Primeiro Distrito, década de 1930. Destaque para o Palácio Rio Branco e para o mercado municipal já edificados



Fonte: Acervo DPHC - FEM.

<sup>297</sup> CARNEIRO, 1930.

<sup>298</sup> ALBUQUERQUE e GOETTERT, 2016, p. 210.

Ao eliminar as edificações em madeira que foram se estabelecendo no espaço ao longo dos anos, a proposta do Governo Estadual pretendia descortinar essa paisagem para que o edifício do mercado pudesse voltar a ter uma visada livre para o observador que estivesse localizado na margem oposta do rio, como nas imagens supracitadas, ou ao observador que transitasse pelas pontes entre os dois distritos. No entanto, após tais remoções de pessoas e edificações irregulares, é possível constatar que o entorno imediato não continha mais as características anteriores, como ilustrado na Figura 81. Estas cederam lugar para edificações de alvenaria contemporâneas sem valor histórico e cultural, como pode ser observado ao compararmos as figuras 86 e 87.

Figura 86 - Vista parcial do Primeiro Distrito de Rio Branco por volta de 1990, com edificações irregulares no entorno do mercado.



Fonte: Blog Senildo Melo<sup>299</sup>.

Figura 87 – Comparação da vista parcial do Primeiro Distrito de Rio Branco, entorno do Mercado Municipal, em 1910-1920 e em 2000



Figura 3: Acervo Altino Machado.

Diante destas constatações, o Governo Estadual propôs a construção de novas edificações no entorno do mercado que seria restaurado. Porém, mesmo se tratando de uma área histórica, a proposta não segue qualquer critério sugerido nas Cartas Patrimoniais, assim como aconteceu no caso do Calçadão da Gameleira mencionado anteriormente. O resultado disso é

<sup>299</sup> Disponível em: <<http://senildomelo.blogspot.com/2011/12/rio-branco-ac-em-uma-decada.html>>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

uma paisagem cenográfica, onde tentou-se recriar uma atmosfera boêmia a margem do Rio Acre de uma *Belle Époque* que nunca existiu no Acre.

A intervenção foi estruturadora no sentido de conter o desmoronamento do solo com a construção de barreiras de contenção. Por outro lado, seguindo a estética escolhida para o Calçadão da Gameleira, as edificações do entorno do mercado receberam fachadas com uma linguagem arquitetônica que tenta criar, ao gosto do pastiche e sem qualquer erudição, o Art Déco que começou a ser difundido no Acre a partir da década de 1940, mas que se materializa em uma linguagem arquitetônica que não tem qualquer ligação com o passado histórico do Acre (Figuras 88 a 91).

Figura 88 – Vista parcial da frente d’água do “Novo Mercado Velho” após obras de intervenção, 2006



Fonte: Página do ex-governador Jorge Viana no Flickr<sup>300</sup>.

---

<sup>300</sup> Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/jorgeviana/6145341588/in/album-72157627540693395/>>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Figura 89 – “Novo Mercado Novo” em 2006



Fonte: Página de Jorge Viana no Flickr.

Figura 91 – Da esquerda para a direita: o ex-prefeito Raimundo Angelim e o ex-governador Jorge Viana durante as obras no mercado municipal



Fonte: Acervo Altino Machado

Figura 90 – Fachadas de edificações construídas no entorno do “Novo Mercado Velho” ainda sem cobertura e paredes internas, atestando o caráter cenográfico



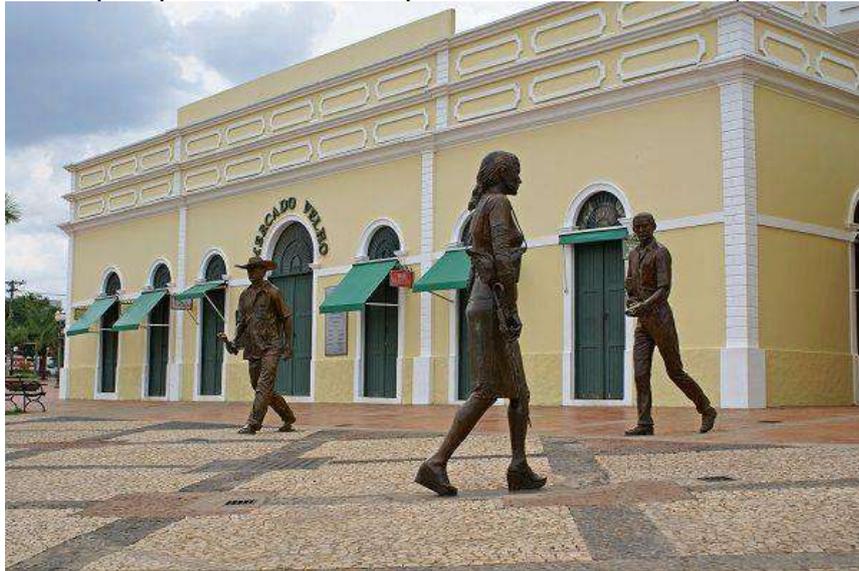
Fonte: Acervo Altino Machado

O gesto político passa a se concretizar na forma de uma paisagem idealizada com viés político, em contraste com a paisagem vernacular da cidade. Ao invés de priorizar a preservação do que ainda guarda características da paisagem vernacular, criou-se um arquétipo de um centro histórico que não condiz com o lugar que deixa suas marcas “civilizatórias” de ordenamento do espaço. As pessoas, o cotidiano e as relações sociais cederam lugar para estátuas de bronze gigantes que se dizem homenagear a população acreana e seu cotidiano local (Figura 92). Segundo Albuquerque e Goettert, quem hoje transita por esse “Novo Mercado Velho”:

não encontra os becos, as pessoas, as territorialidades que ali se expressavam, posto que, pulverizados pelo obsessivo discurso de modernidade, pertencem a outra ordem da vida e das práticas culturais. Uma ordem que se insurge como imagens efêmeras, intensas e velozes de um passado que se contrapõe à lógica de asséptico ponto turístico da cidade dos dias atuais<sup>301</sup>.

<sup>301</sup> ALBUQUERQUE e GOETTERT, 2016, p. 202.

Figura 92 – Fachada principal do mercado municipal de Rio Branco com a inserção de estátuas de bronze



Fonte: Página do Ministério do Turismo no Pinterest<sup>302</sup>.

Nesse mesmo período foi construída uma terceira ponte sobre o Rio Acre ligando os dois Distritos. A passarela Joaquim Macêdo, apesar de ter seu fluxo exclusivamente dedicado aos pedestres, foge completamente da escala do centro histórico de Rio Branco, caracterizando-se como um novo marco na paisagem e passou a se tornar um novo cartão-postal da cidade (Figura 93).

Figura 93 – Vista aérea da Passarela Joaquim Macedo em estrutura estaiada. Ao fundo a antiga Praça da Bandeira, atual espaço do “Novo Mercado Velho”



Fonte: Blog Senildo Melo<sup>303</sup>.

<sup>302</sup> Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/455074737320359022/>>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

<sup>303</sup> Disponível em: <<http://senildomelo.blogspot.com/2011/12/rio-branco-ac-em-uma-decada.html>>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

No tópico a seguir serão abordadas as publicações do Governo do Estado a partir das intervenções urbanas aqui mencionadas. O objetivo é analisar de que forma estas obras são descritas ao promover uma propaganda política.

### 3.2.2 A paisagem política nas publicações oficiais e na propaganda governamental

A culminância do apelo “natural” na narrativa oficial sobre Rio Branco acontece nas publicações oficiais do poder público local, como bem exemplifica o sistemático “*Álbum a Rio Branco que Vivemos: registro histórico de 100 anos de prefeitura*”<sup>304</sup> da Prefeitura de Rio Branco, publicado no ano de 2013 em comemoração ao centenário do órgão. O álbum em questão teve textos organizados pelo historiador carioca Marcus Vinícius Neves, conhecido como “contador oficial da história do Acre”, pinçado pelo “Governo da Floresta”<sup>305</sup> para contar e legitimar tal narrativa em suas publicações e eventos oficiais. Nesta “imodesta publicação”, para citar as palavras de Albuquerque, “Marcos Neves reinventa, torce e retorce como se fosse a narrativa de todos, ao sabor de seus propósitos e a serviço de seus mecenas e suseranos”<sup>306</sup>. O próprio título “A Rio Branco que vivemos” pode ser interpretado como um indicador dessa intenção de contar uma história hegemônica de todos e para todos, induzindo ser algo “natural” a sociedade riobranquense de forma geral. Marcos Vinícius Neves relata que no álbum de fotografias desta mesma publicação

[...] veremos as paisagens de nossa memória enquanto povo. Esse ser coletivo que é cada um e, ao mesmo tempo, todos nós. Afinal, nossas memórias de meninos foram muito mais preenchidas pelas ruas, praças e quintais onde crescemos, do que pelos grandes eventos repletos de significados e importância, segundo nos contam os livros de história<sup>307</sup>.

Mas afinal, que povo é esse? “nós”, quem? Na interpretação de Albuquerque<sup>308</sup>, apesar de seus marcantes apelos documental e estético, as fotografias contidas no álbum são de certa forma ignoradas ou deixadas em segundo plano. A única menção feita se dá por apressadas legendas que muitas das vezes são repetições das próprias legendas da catalogação dos arquivos

<sup>304</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO; NEVES, Marcos Vinícius Neves(org.). **A Rio Branco que vivemos:** registro histórico dos 100 anos de Prefeitura. Rio Branco, 2013. Disponível em: <[https://issuu.com/guedes\\_filho/docs/a\\_rio\\_branco\\_que\\_vivemos](https://issuu.com/guedes_filho/docs/a_rio_branco_que_vivemos)>. Acesso em: 19 de set. de 2020.

<sup>305</sup> Auto denominação do Poder Executivo do Estado de 1999 até 2007, ao qual esteve à frente o governador Jorge Viana (PT) por dois mandatos seguidos. Após o mandato de Viana, o Partido dos Trabalhadores continuou no poder até 2019, com um mandato de Binho Marques sucedido por mais dois mandatos de Tião Viana, irmão de Jorge Viana, que teve o governo rebatizado de “Novo Acre”.

<sup>306</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 84.

<sup>307</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013, p. 14.

<sup>308</sup> ALBUQUERQUE, *op. cit.*

do órgão onde foram coletadas. Precisamos salientar que a fotografia também cria discursos ou pode ser instrumento da legitimação destes, mas também podem ser fonte de um contra-argumento. Nesse caso, as fotografias são de certa forma desprezadas

[...] mesmo que na conservadora e equivocada condição de “auxiliar” do escriba no ato de produzir ou justapor narrativas de um contínuo da história, um contínuo da Rio Branco que segue uma linha reta, sem recuos ou interdições; contínuo na história da cidade, evoluindo progressivamente da Volta da Empreza ao “novo tempo”; contínuo que as fotografias tornam risível e insustentável. Porém, ao contrário do que imagina ou imaginava Neves – e seus “protetores” –, essas imagens fotográficas são impactantes índices da descontinuidade da história de Rio Branco, mesmo quando tomada no singular<sup>309</sup>.

Para Albuquerque as imagens são significantes que trazem seus referentes colados às costas, “em direção a tudo e contra tudo”, como afirmou Dubois<sup>310</sup>.

Referentes espectrais, indicando a fragilidade teórica da sistêmica e evolutiva história da “Rio Branco que vivemos”. Uma história que, em sua totalidade ou “globalidade”, é insustentável e, muito provavelmente, Marcos Neves soubesse disso, pois, no quinto e último capítulo de seu álbum, as fotografias analógicas – em preto e branco – são substituídas por bem tratadas e coloridas imagens digitais, quase todas, panorâmicas peças de propaganda a acompanhar um texto que muda de estilo e assume tom quase desesperado na tecitura dos feitos de cinco governantes e ex-governantes do município ou do estado, cognominados herdeiros de um passado hermeticamente fechado e responsáveis pela continuação da “saga” de uma “cidade que soube ser grande” e “com seus quintais, parques, ciclovias, praças e monumentos históricos nos enche de orgulho e aponta pro futuro”, nas conclusivas palavras de Neves, mais uma vez, evocando seu grupo social e político ou seus compromissos mundanos e necessidades de sobrevivência.

Dessa forma, a estrutura da publicação vai do “nada”, como salienta o próprio tópico intitulado “Antes o Acre não existia”, até a gestão do então “Governo da Floresta”, reforçando o mito de origem e narrando a “evolução” do “seringal à cidade dos novos tempos”, da sua “fundação” pelo seringalista Neutel Maia até a colorida e “revitalizada” Rio Branco do “Governo da Floresta” e segue a estrutura textual dividida em: A Rio Branco que vivemos nestes 100 anos; A cidade do futuro; Uma cidade da Amazônia; Introdução; De seringal a cidade - 1882/1912; A formação do município - 1913/1945; A expansão da cidade - 1946/1970; Tempos difíceis - 1971/1998; Novos tempos - 1999/2013 e finaliza com Mensagem do Governador.

Segundo Albuquerque, a “evolução” narrada na sucessão dos argumentos textuais e fotografias do álbum *A Rio Branco que Vivemos: registro histórico de 100 anos de prefeitura* é

<sup>309</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 89.

<sup>310</sup> DUBOIS, 1994, p. 26 apud ALBUQUERQUE, p. 89.

[...] marcada por uma linearidade sem rasuras, sem disputas e, à exceção de uma ou outra passagem do período classificado pelo autor como “tempos difíceis”, sem violências, sem sofrimentos, sem dores, sem exploração, sem sangue, sem levantes populares, sem fome, sem doenças, sem mortes. O que conta para Neves é a sequência de intendentess e prefeitos e seus “feitos em mandatos pela cidade”, seus esforços “modernizadores”, suas energias e presenças viris, cristãs, ocidentalizantes. Uma “linha do tempo” marcada pela lógica do “progresso”, “desenvolvimento” e “modernidade”, tão ao gosto desse historiador oficial, até culminar no tempo presente, o “novo tempo”<sup>311</sup> [...]

Este desfecho que o “historiador oficial” define como “novos tempos” coincide com o momento em que o projeto político do então Governo da Floresta, ao qual se vincula, esteve vigente. Para ele, esse foi o momento em que a cidade “recebeu uma série de ações de reestruturação em sua malha urbana e de revitalização de seu patrimônio histórico e paisagístico” e “experimentou transformações profundas que a tornaram uma das mais belas cidades brasileiras”<sup>312</sup>. Assim, para Albuquerque:

O partido com suas cores e símbolos amplamente difundidos por eficiente equipe de propagandistas, falava mais alto e a história do “Acre de antigamente” ia sendo ressignificada como a história do “Acre do presente”, seguindo a “saga da conquista” e do “épico” da tradição dos opressores e do “orgulho de ser acreano”<sup>313</sup>.

Outra publicação que revela essa intenção de legitimação é a peça institucional da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) intitulada *Caminhos do Acre*, publicada em 2016, com texto escrito por Vássia Silveira e Golby Pinto, ambas jornalistas vinculadas ao grupo político do Governo “Novo Acre”, correspondente ao primeiro mandato de Tião Viana (2011-2014) que sucede o Governo da Floresta (1999-2010). Logo no início do texto, um depoimento de Viana, como não poderia ser diferente, é marcado pelo enaltecimento dos “novos heróis”, ou seja, o grupo político do Governo da Floresta e seus respectivos sucessores até o presente momento.

Segundo o ex-governador, em 1999 iniciou-se “...esta grandiosa tarefa com o restabelecimento do estado de direito, do fortalecimento da identidade, da autoestima do povo acreano, bem como os ajustes e as normas que regulam a ação do Estado”<sup>314</sup>. Ao lado, tem-se o depoimento de Márcio Veríssimo, secretário de planejamento do Estado durante sete anos consecutivos (2011-2018), relatando que:

<sup>311</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 87.

<sup>312</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013, p. 139.

<sup>313</sup> ALBUQUERQUE, *op. cit.*, p. 88.

<sup>314</sup> SEPLAN, 2016, p. 5.

Nessa trajetória de 16 anos o Estado foi praticamente reconstruído, resgatando um sentimento de pertencimento no povo do Acre. Atitudes e lições aprendidas marcam os Caminhos do Acre, incorporando às obras e ações de governo, elementos pitorescos da cultura popular de homens e mulheres que habitam os meandros da floresta e as sinuosas curvas de nossos rios e igarapés. Assim surgem avenidas, fachadas, estádios, praças, teatros, museus e bibliotecas. Traços arquitetônicos que revelam a grandeza de nossa história. Símbolos como o hino e a bandeira, promovendo um profundo resgate da autoestima e do orgulho de ser acreano<sup>315</sup>.

A peça em questão tem características antológicas, em que a principal intenção parece ser rememorar e eternizar todos os principais feitos dos governos entre 1999 e 2016, ano referente a publicação. O texto afirma que

Há mais de uma década, o Acre vem experimentando mudanças significativas em sua economia, na infraestrutura de suas cidades e, sobretudo, nos serviços de saúde, educação e segurança que oferece à população. Frutos de um projeto político iniciado em 1999, os avanços alcançados pelo Estado nos últimos anos estão expressos em números, como os que mostram o aumento da arrecadação própria [...], e o aquecimento da economia local. Mas podem ser sentidos, também, ao olharmos as paisagens urbanas de cidades como Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Xapuri; ou, ainda, ao ouvirmos a fala mansa de quem sempre viveu na floresta e hoje tem orgulho de poder manter-se nela com mais dignidade e qualidade de vida<sup>316</sup>.

Chama atenção, sobretudo, o último capítulo intitulado “A Herança dos Varadouros” em que o foco é a divulgação das reformas urbanas realizadas na área central histórica da capital Rio Branco, sobretudo nas margens do Rio Acre, conformadas pelo Atual Calçadão da Gameleira (Rua Eduardo Assmar) e o conjunto do “Novo Mercado Velho”. Termos como “restauro” e “revitalização” se repetem ao longo do texto para justificar tais intervenções, como pode ser observado no trecho que argumenta sobre esse processo:

Desde 2002, os moradores e visitantes da capital acreana podem apreciar a beleza das fachadas da Rua Eduardo Assmar, no 2º Distrito de Rio Branco. Restauradas e limpas, elas ganharam cores alegres e hoje compõem um dos principais cartões postais da cidade. [...] Para completar as mudanças na paisagem do centro de Rio Branco, a partir da valorização de seus espaços históricos, o governo inaugurou em 2006 a reforma do antigo Mercado Velho. Construído originalmente em 1929, na margem esquerda do Rio Acre, o local abrigava há décadas armarinhos, pensões e bancas de profissionais como joalheiros, amoladores de facas, sapateiros e costureiras que resistiam ao tempo e ao abandono do lugar. Com as obras de reforma, restauração e revitalização do espaço, esses trabalhadores tiveram seus pontos comerciais valorizados e a capital acreana ganhou mais um belo cartão-postal: um local que mescla a beleza das linhas arquitetônicas do antigo prédio com a valorização das raízes desta cidade que nasceu voltada para o rio. As obras do Novo Mercado Velho alcançaram também as lojas comerciais localizadas ao longo da Avenida Epaminondas Jácome, no Primeiro Distrito. Elas tiveram suas fachadas restauradas (todas mantiveram a arquitetura original) e pintadas com cores como amarelo, rosa, azul, verde<sup>317</sup>.

<sup>315</sup> SEPLAN, 2016, p. 5 (grifos nossos).

<sup>316</sup> *Ibid.*, p. 10 (grifos nossos).

<sup>317</sup> *Ibid.*, p. 200 (grifos nossos).

No entanto, ao contrário do que prega o discurso, o que aconteceu de fato na maior parte das intervenções na área foi que se elegeu pontos estratégicos para “possíveis Cartões-Postais”, como o próprio texto salienta, onde criou-se um passado que nunca existiu que inebria a população ao qual passa a aceitar a paisagem cenário de caráter político como verdade. Nos parece como a manifestação do desejo de ter, como em outras cidades brasileiras, “um Sítio Histórico para chamar de seu”. Isso implicou na reprodução de uma paisagem que não corresponde com a realidade acreana, mas sim às cidades históricas reconhecidas como patrimônio a exemplo de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Olinda. Outra semelhança com as capitais citadas diverge do discurso. Como aconteceu no Pelourinho e no centro do Rio de Janeiro, ao contrário de valorizar os trabalhadores existentes, muitos foram expulsos de forma violenta em nome da “nova paisagem”.

Tem-se conhecimento também da publicação do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Estadual de Cultura Elias Mansour – FEM, intitulada *Um novo Mercado Velho*<sup>318</sup> que tem textos com autoria Elson Martins, jornalista acreano que trabalhou como correspondente no Acre do jornal O Estado de S. Paulo, acompanhando a saga de Chico Mendes, de 1975 até a morte do seringueiro, em 1988. Apesar do autor dos textos ter sido também o líder da equipe que produziu o jornal Varadouro, uma das mais importantes experiências da imprensa alternativa do país, suas palavras nesta publicação tem uma forte tendência a narrativa propagada pelo Governo da Floresta sobre a intervenção no mercado.

A primeira parte do livro contém fotografias do antigo mercado, de sua gente, seus becos e costumes, da sua paisagem do cotidiano, mas assume conotação negativa a estes quando o autor comenta que “[...] o Mercado e a Praça começaram a ser engolidos. Primeiro pelos seringalistas falidos e pelos funcionários públicos aposentados; depois, ex-seringueiros e por migrantes chegados de outras regiões”<sup>319</sup>. Ainda segundo o autor:

Ao mesmo tempo os costumes mudavam: a tradição acreana encolhia ou diluía-se em valores difusos, enquanto o Mercado e tudo em seu redor viravam um nicho de sobreviventes. Ou melhor: um refúgio de seringueiros, ribeirinhos, funcionários públicos aposentados e pequenos comerciantes que, aparentemente, não entenderam o que se passou. E nem perceberam a importância do que restou brilhando sob escombros<sup>320</sup>.

---

<sup>318</sup> MARTINS, Elson. **Um novo mercado velho**. FEM/Departamento de Patrimônio Histórico. Rio Branco, 2006.

<sup>319</sup> MARTINS, 2006, p. 27.

<sup>320</sup> *Ibid.*, p. 47.

Nas palavras de Martins<sup>321</sup>, “Era uma vez um velho e feio mercado [...]” que, após a intervenção urbana, “[...] renasce como moderno centro comercial sem perder seus valores histórico e social. O Acre permanece no Novo Mercado Velho como este álbum de fotografias pretende mostrar”. Sobre a resistência dos vendedores e frequentadores do lugar à esta intervenção, Martins comenta que “A desconfiança e o resmungo que surgiram no início transmutaram: o que existe agora, nos ajustes finais em todo o conjunto que se julgava perdido é a alegria de ver o tradicional ressurgir com sua boniteza antiga”<sup>322</sup>. E continua:

É como se o tempo voltasse com mais gente, mais cores, mais sonhos reconhecendo o valor da sobrevivência, ou da resistência cultural de um povo. Poucos se impacientaram e saíram fazendo algum tipo de acordo. Mas a maioria acreditou e ficou bem. Estão reabrindo as portas [...]. Está tudo novo, de novo, só que limpo e colorido [...]. Nasceu, de fato, um novo centro comercial, atraente, alegre, carregado de tradição e modernidade. O governador Jorge Viana repete o gesto de Hugo Carneiro, 77 anos depois: fazem a festa para entregar esplendorosa área de trabalho e lazer no centro de Rio Branco<sup>323</sup>.

No próximo capítulo analisamos de forma mais aprofundada uma destas publicações oficiais que abordam a história e a paisagem da cidade de Rio Branco: o Álbum fotográfico *Encontro da História do Acre – Estado 50 anos* na forma de análise iconográfica.

---

<sup>321</sup> MARTINS, 2006, p. 63.

<sup>322</sup> *Ibidem*.

<sup>323</sup> *Ibid.*, p. 63.

#### 4 ANÁLISE ICONOGRÁFICA DO ÁLBUM “ENCONTRO DA HISTÓRIA DO ACRE – ESTADO 50 ANOS”

O Álbum *Encontro da História do Acre – Estado 50 anos* foi escolhido como fonte principalmente por ter sido financiado pelo município e pelo Estado, como mencionado no tópico 1.2 da presente dissertação. Este documento conforma a **série fotográfica** escolhida para realização da **análise iconográfica** proposta por Kossoy (2012), aplicada na presente pesquisa por meio da **grade interpretativa** desenvolvida baseada nas produções de Lima e Carvalho (1997), Mauad (1990; 1996, 2015) e Possamai (2005), com as devidas adaptações necessárias ao problema da pesquisa. Assim, a grade foi composta a partir do diálogo entre as séries fotográficas escolhidas e os problemas históricos a serem investigados, nesse caso a tensão entre as duas modalidades paisagísticas: a **paisagem vernacular** e a **paisagem política**, conceitos de Jackson (1984), também utilizados por Besse (2014) abordados no Capítulo 2 da dissertação. O intuito desta etapa é verificar que paisagem se sobressai enquanto representação da cidade de Rio Branco, tendo em vista que as vistas urbanas e sua circulação dentro dos álbuns fotográficos contribuíram para o “[...] processo de auto-representação da sociedade burguesa fazendo com que a fotografia passasse a integrar o elenco de suportes aptos à formação e veiculação de seu imaginário social”<sup>324</sup>.

A grade interpretativa utilizada divide-se em duas partes: os dados obtidos a partir do álbum, ou seja, a própria imagem fotográfica e a legenda que nela consta, e a análise iconográfica, esta última subdividida entre **descritores formais** e **descritores icônicos**. Os descritores formais dividem-se em locação (meio urbano, rural ou rururbano) e modalidade fotográfica (aérea, panorâmica, vista parcial ou vista pontual). Já os descritores icônicos dividem-se em **descritores icônicos vernaculares** e **descritores icônicos políticos**, onde verifica-se os seguintes itens: presença ou ausência de marcos construídos; a escala da paisagem, se monumental ou modesta; a construção da paisagem, se planejada ou espontânea; o caráter físico da paisagem, se apresenta caráter efêmero ou de permanência; a característica temporal de ruptura ou continuidade.

Os descritores formais de locação auxiliarão na compreensão de que áreas da cidade os autores elencaram para serem fotografadas e difundidas como representação da cidade, se predominam áreas rurais ou urbanas. A modalidade fotográfica auxiliará na percepção de como essa paisagem foi retratada, entendendo as vistas aéreas e panorâmicas como perspectiva de um

---

<sup>324</sup> LIMA, 1991, p. 79-79 apud POSSAMAI, 2005, p. 25.

olhar objetivado e distante, proveniente da modernidade, e a vista parcial ou pontual como uma visão mais voltada à concepção vernacular de aproximação entre o observador e a paisagem.

Para a apreensão e preenchimento dos descritores icônicos na grade interpretativa levou-se em consideração quanto cada aspecto da paisagem ocupa na área da imagem fotográfica, ou seja, quais elementos, entre os aspectos vernaculares ou políticos, se sobressaem visualmente nas imagens, assim como o que a legenda aponta como o motivo de cada fotografia.

Após a aplicação das grades interpretativas nas fotografias (ver Apêndice B) foi possível visualizar que as características da paisagem vernacular aparecem timidamente nas primeiras fotografias do *Álbum Encontro da História do Acre – Estado 50 anos*. De um total de 41 fotografias de vistas urbanas da região central de Rio Branco que constam no álbum, é possível observar a presença vernacular nas primeiras 11, como pode ser observado no Quadro 01.

Quadro 01 – Grades interpretativas – G.I. de fotografias do *Álbum Encontro da História do Acre – Estado 50 anos* em que a paisagem vernacular foi registrada



Fonte: MELLO, 2012. Adaptado pelo autor, 2021

No Quadro 01, que mostra a coexistência entre as paisagens política e vernacular, a última aparece quase sempre em segundo plano. Com exceção das grades interpretativas nº 1, 2 e 3, os registros fotográficos ilustram algum fato político como a execução ou conclusão de alguma obra de caráter monumental, a exemplo da construção das pontes e de aterros sobre o Rio Acre. As próprias legendas destas fotografias impressas no álbum são indicadores dos motivos fotografados, onde o protagonismo se dá pela presença de alguma figura pública, como no caso das grades interpretativas 4 que, como consta na legenda, “Na ocasião, autoridades governamentais recepcionavam a comitiva do então Ministro do Trabalho [...]”<sup>325</sup>, e G.I. 5, que “Nesta foto, o presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Lourenço Portugal, e o então governador Jorge Kalume acompanham o desembarque da catraia do ministro do Primeiro Distrito de Rio Branco”<sup>326</sup> (Figura 94).

Figura 94 – Grades Interpretativas 04 e 05 (ver Apêndice B)

**IDENTIFICAÇÃO: 04/41 | Data da fotografia: Década de 1960**  
**SERIE FOTOGRAFICA: ALBUM "Encontro da História do Acre – Estado 50 anos"**

**Legenda do Álbum:** Década de 60. Pacábira que deu acesso de Segunda para a Primeira Distrito, localizada próxima ao rio, hoje fica a pouco mais de 30. Na ocasião, autoridades governamentais recepcionavam a comitiva do então Ministro do Trabalho, Américo de Mello.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRIPTORIOS FORMAS**

LOCALIZAÇÃO:  MEO URBANO  MEO RURAL  MEO SUBURBANO

HORIZONTALIDADE FOTOGRAFICA:  AVANÇADA  PARALELA  VISTA PISCINA  VISTA PONTUAL

**DESCRIPTORIOS ICONICOS**

DESCRIPTORIOS ICONICOS VERNACULARES	DESCRIPTORIOS ICONICOS POLITICOS
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO PORTELANDO ESTER	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTELANDO MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> ELABORADA ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> PLANILHA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>	
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 05/41 | Data da fotografia: Década de 1960**  
**SERIE FOTOGRAFICA: ALBUM "Encontro da História do Acre – Estado 50 anos"**

**Legenda do Álbum:** Nesta foto, o presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Lourenço Portugal, e o então governador Jorge Kalume acompanham o desembarque da catraia do ministro do Trabalho Américo de Mello.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRIPTORIOS FORMAS**

LOCALIZAÇÃO:  MEO URBANO  MEO RURAL  MEO SUBURBANO

HORIZONTALIDADE FOTOGRAFICA:  AVANÇADA  VISTA PISCINA  VISTA PONTUAL

**DESCRIPTORIOS ICONICOS**

DESCRIPTORIOS ICONICOS VERNACULARES	DESCRIPTORIOS ICONICOS POLITICOS
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>	
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO PORTELANDO ESTER	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTELANDO MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> ELABORADA ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> PLANILHA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> RUPTURA

Fonte: Do autor, 2021.

Esta intenção das fotografias supracitadas pode ser justificada pelo fato de Américo de Mello ter sido o fotógrafo eleito para registrar todos os governadores acreanos e possíveis visitas presidenciais ou de figuras importantes, como vimos no item 1.2 desta dissertação.

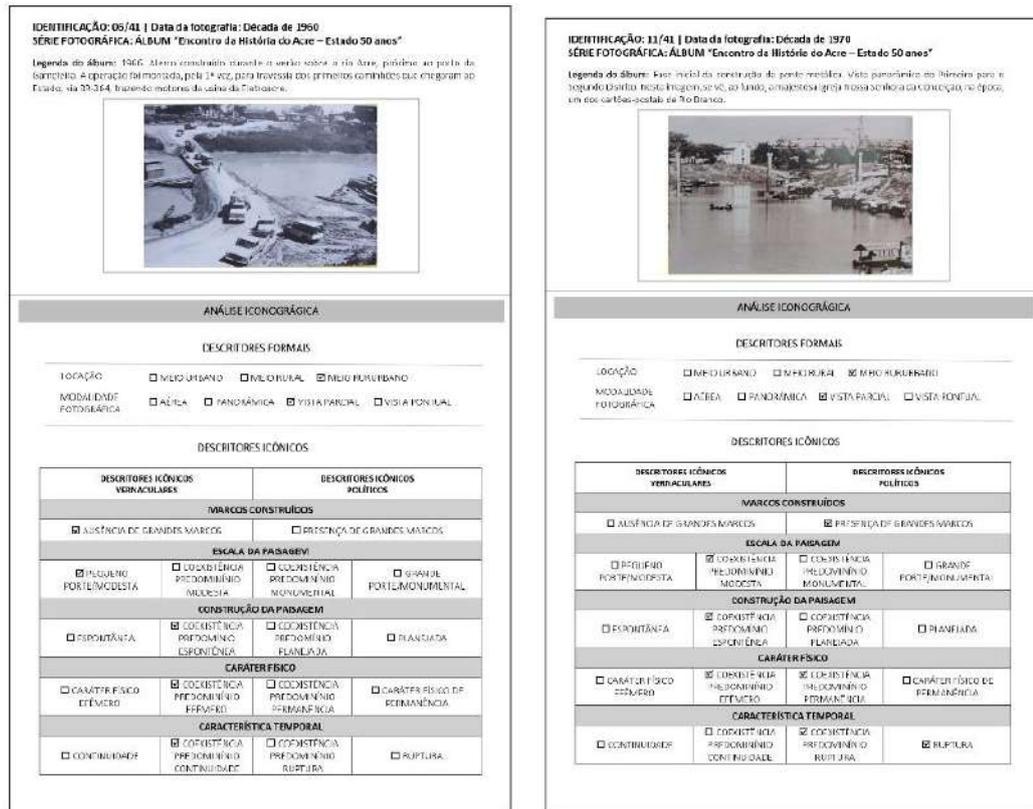
As legendas também elucidam os motivos de registro das obras monumentais, como no caso da G.I. de número 06 que retrata o “Aterro construído durante o verão sobre o rio Acre,

<sup>325</sup> MELLO, 2012, p. 12.

<sup>326</sup> *Ibid.*, p. 13.

próximo ao porto da Gameleira”<sup>327</sup> e das G.I.s número 07, 08 e 11 que retratam o “Início da construção da ponte metálica JK”<sup>328</sup>. Estas últimas que, por mais que registrem a presença vernacular das embarcações e de ocupação das margens dos rios pelas pessoas, o destaque na legenda se dá para a ponte e para “[...] a majestosa igreja Nossa Senhora da Conceição, na época, um dos cartões-postais de Rio Branco”<sup>329</sup> (Figura 95).

Figura 95 – Grades Interpretativas 06 e 11 (ver Apêndice B)



Fonte: Do autor, 2021.

Por outro lado, a Grade Interpretativa 09 registra a “Ponte Coronel Sebastião Dantas na fase final de sua construção”, mas também faz menção na legenda para o “[...] porto do Mercado Velho onde os ribeirinhos desembarcavam a produção de hortifrutigranjeiros da região”<sup>330</sup> (Figura 96).

<sup>327</sup> MELLO, 2012, p. 13.

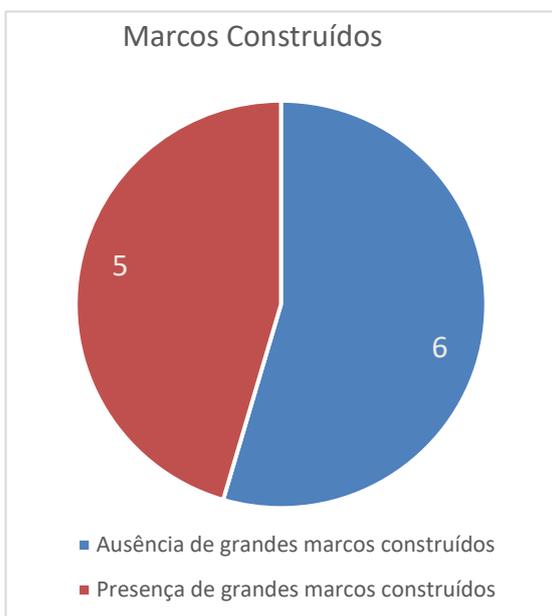
<sup>328</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>329</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>330</sup> *Ibid.*, p. 15.

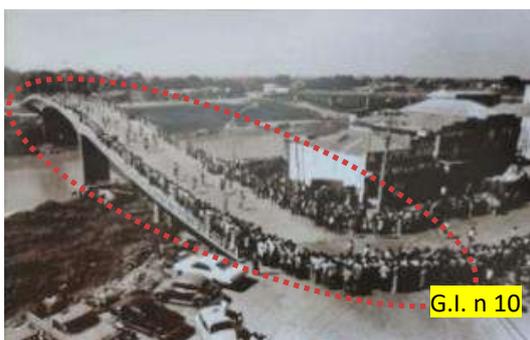
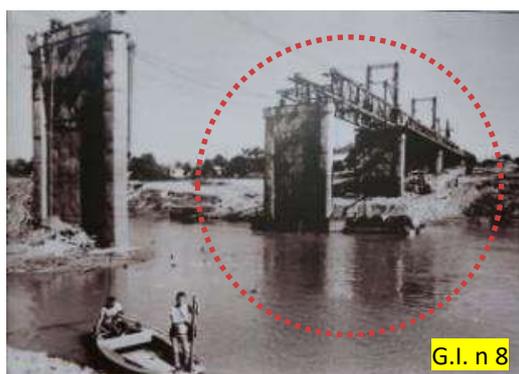
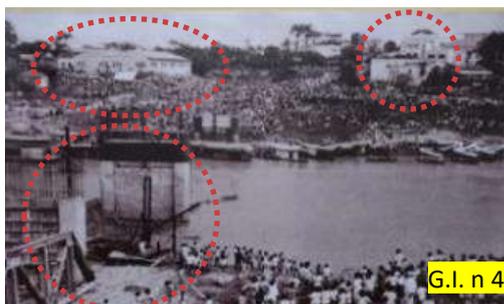


Gráfico 1 – Referente ao Quadro 01



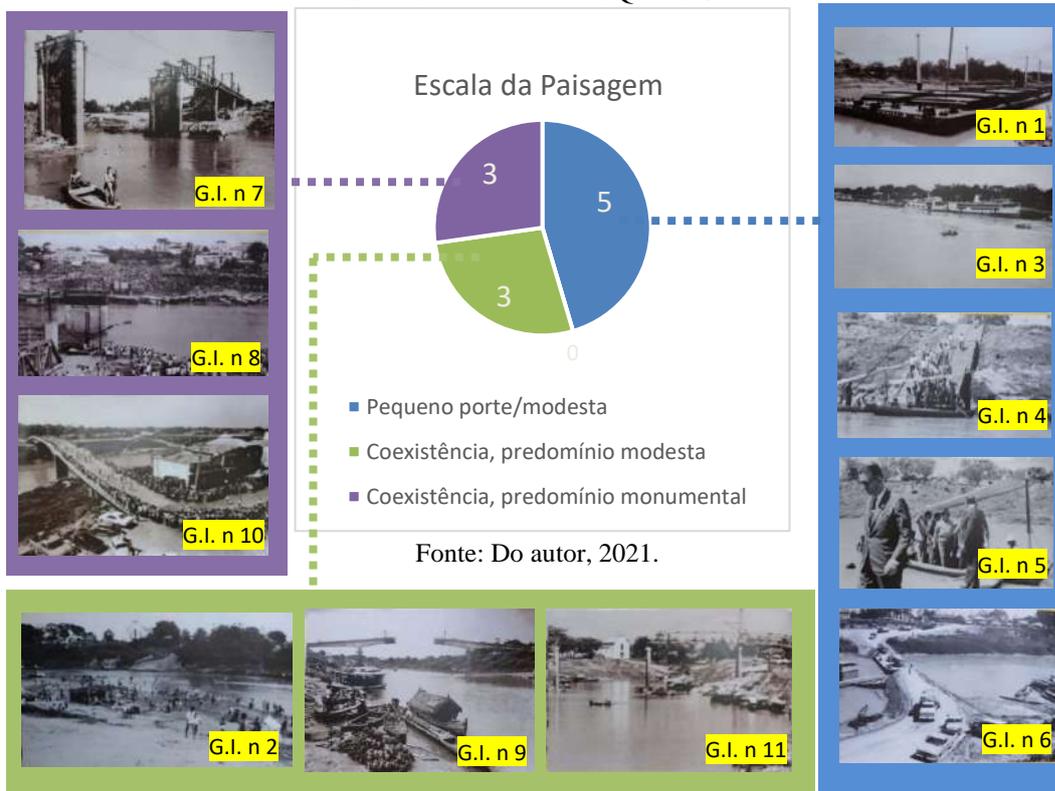
Fonte: Do autor, 2021

Fotografias das Grades Interpretativas que constam a presença de grandes marcos, com destaque para os marcos construídos



No Gráfico 2, sobre os descritores icônicos de Escala da Paisagem nas fotografias é possível observar a predominância da coexistência das duas escalas, modesta e monumental. Ou seja, a coexistência das duas práticas paisagísticas, vernacular e política.

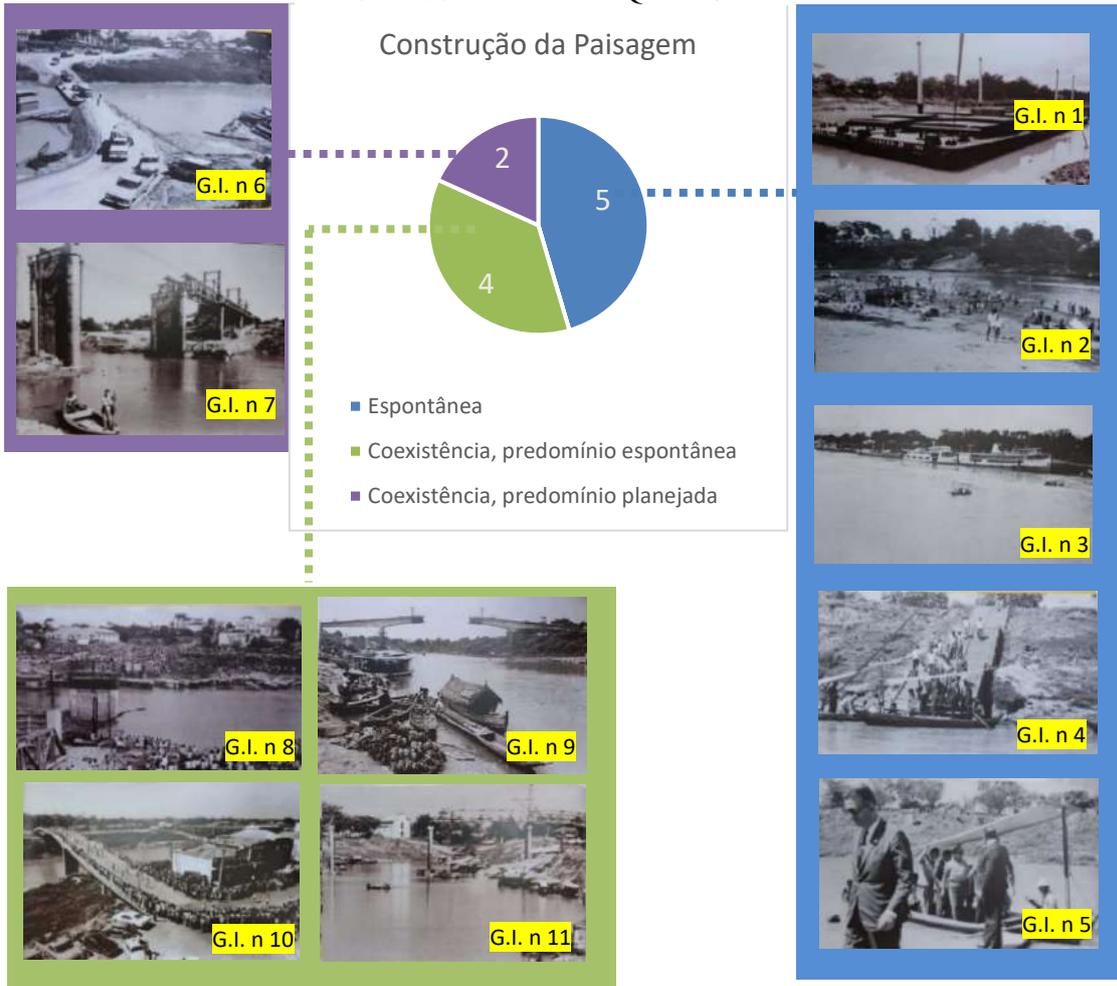
Gráfico 2 – Referente ao Quadro 01



Já nos quadros 3, 4 e 5 a seguir é possível visualizar essa coexistência nos descritores icônicos, respectivamente, referentes à Construção da Paisagem, se espontânea ou planejada, ao Caráter Físico da Paisagem, se efêmero ou de permanência e ao Caráter Temporal da Paisagem, se de continuidade ou de ruptura.

Gráfico 3 – Referente ao Quadro 01

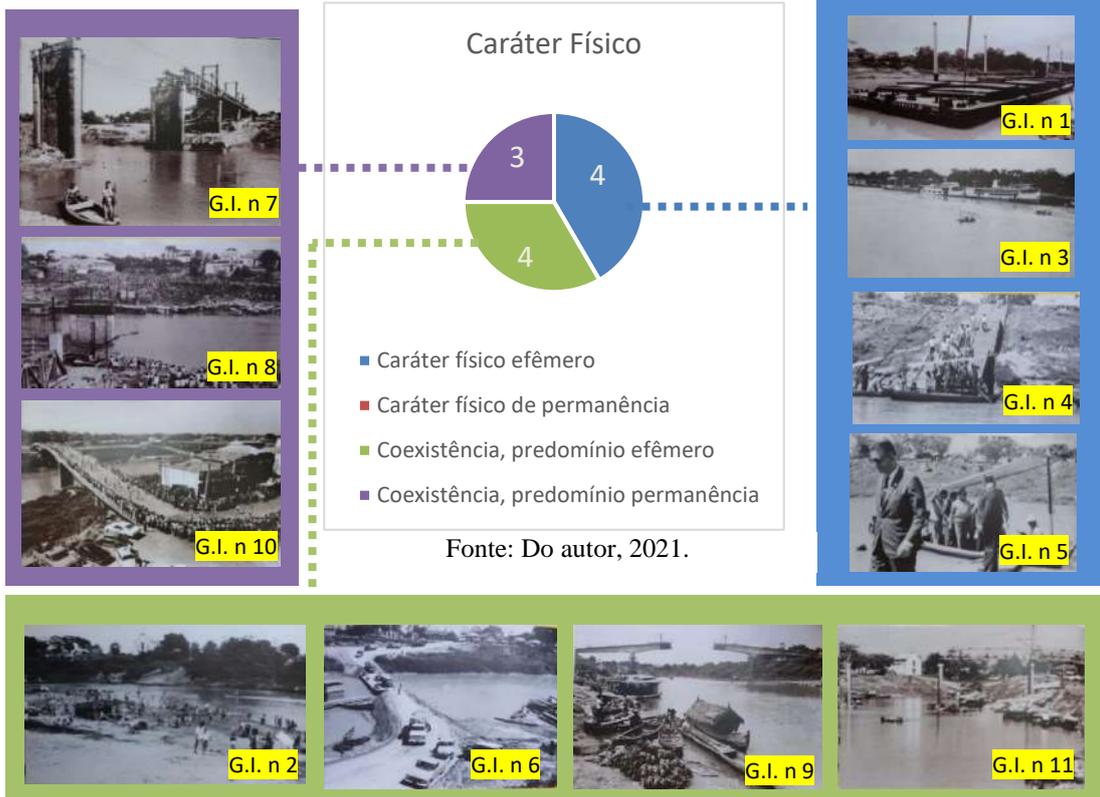
Construção da Paisagem



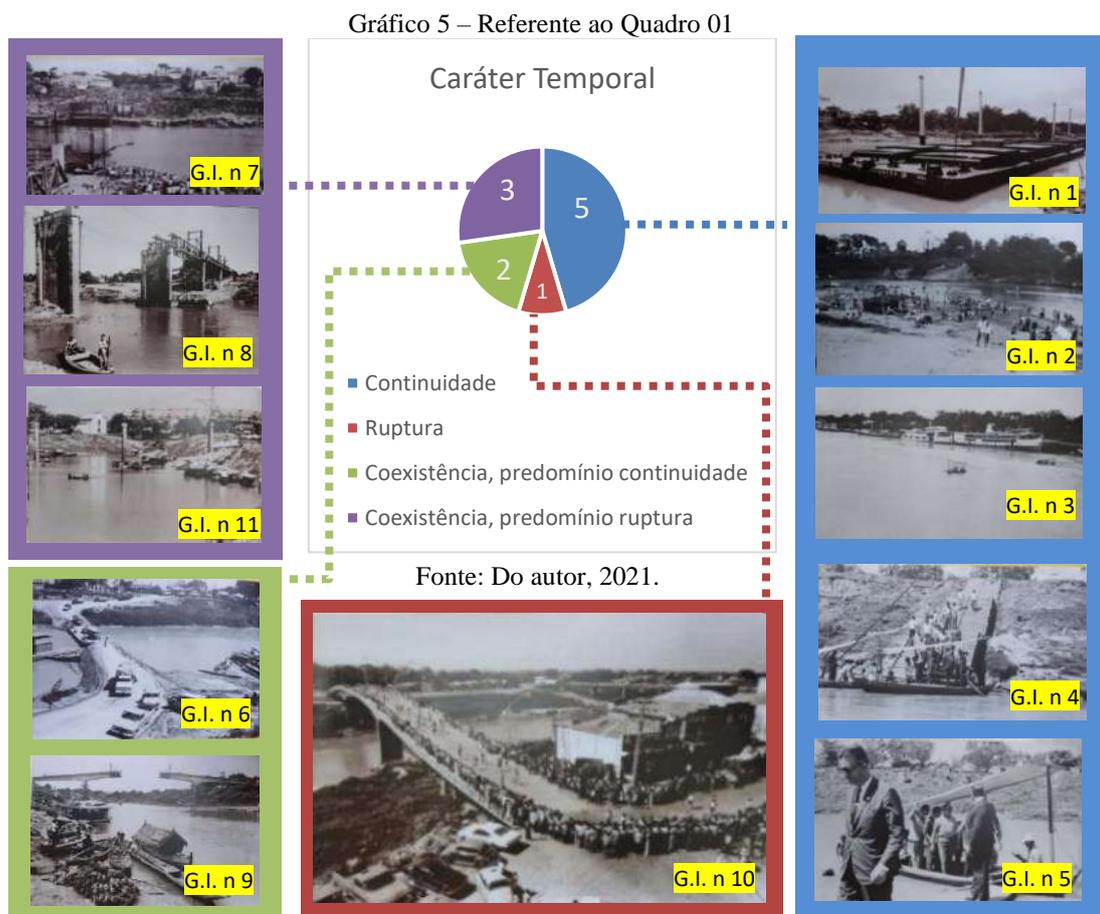
Fonte: Do autor, 2021.

Gráfico 4 – Referente ao Quadro 01

Caráter Físico



Fonte: Do autor, 2021.



Mesmo estando o vernacular em segundo plano na maioria das fotografias do no Quadro 01, foi possível visualizar estes vestígios da paisagem vernacular devido ao fato de que, entre os descritores formais (Tabela 1), as fotografias que o compõem apresentarem modalidade fotográfica de vista parcial ou vista pontual, que aproximam mais o fotógrafo ao que é fotografado, trazendo a percepção para a escala humana, diferente das fotografias panorâmicas e aéreas a serem apresentadas posteriormente. No entanto, as demais fotografias da série fotográfica que apresentam estas mesmas modalidades fotográficas, ou seja, vista parcial ou pontual, têm como foco exclusivo as edificações ou eixos de cunho monumental, sem a presença vernacular, como é possível verificar no Quadro 02.

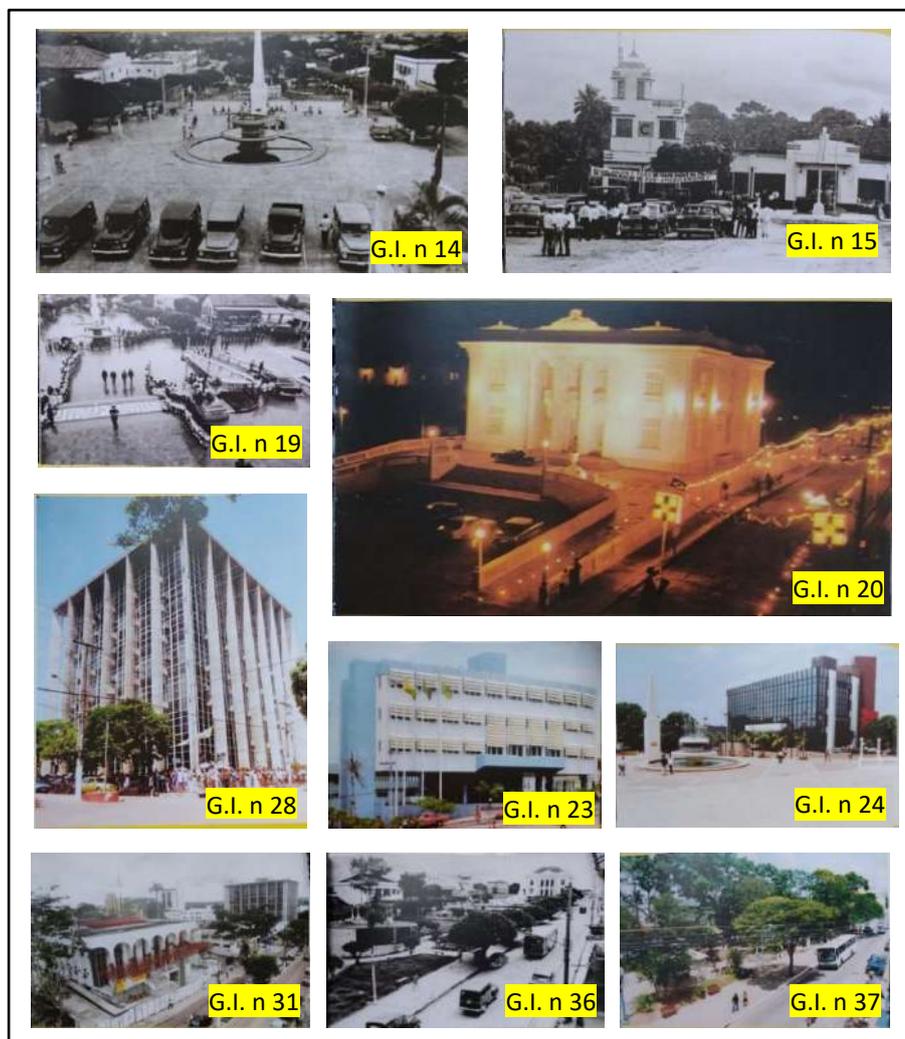
Tabela 1 – Descritores Formais da Grade Interpretativa

DESCRITORES FORMAIS		
LOCAÇÃO		
MEIO URBANO	MEIO RURAL	MEIO RURURBANO
MODALIDADE FOTOGRÁFICA		

AÉREA	VISTA PANORÂMICA	VISTA PARCIAL	VISTA PONTUAL
-------	------------------	---------------	---------------

Fonte: Do autor, 2021.

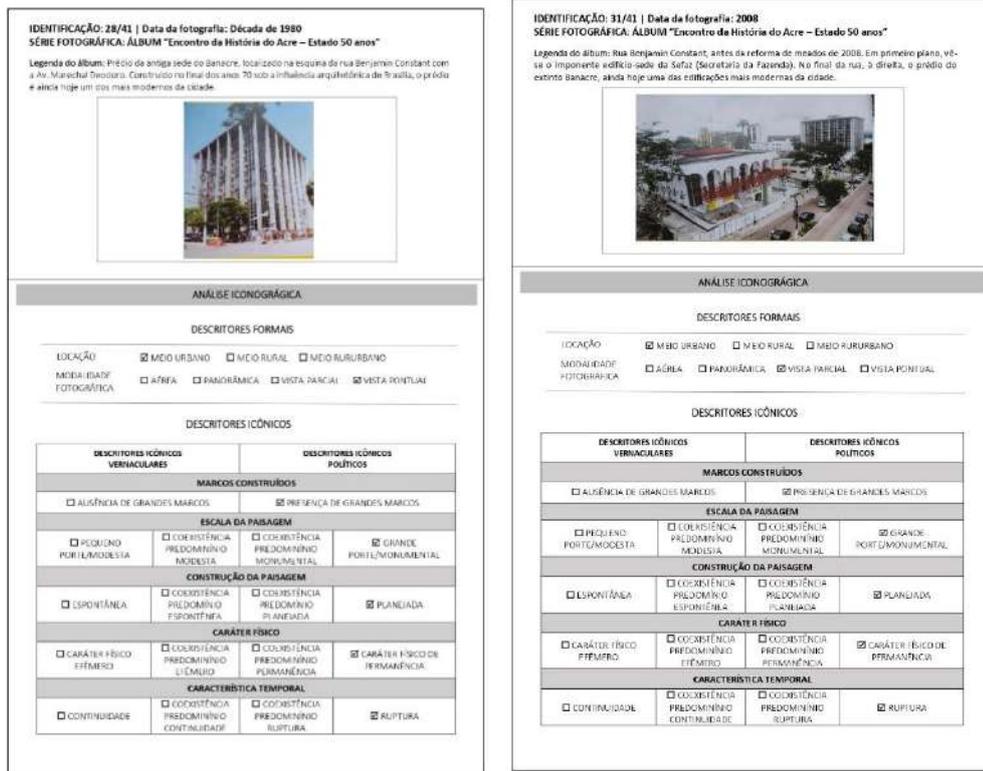
Quadro 02 – Grades Interpretativas com modalidade fotográfica de visa parcial e vista pontual



Fonte: MELLO, 2012. Adaptada pelo autor.

Percebe-se que as fotografias das Grades Interpretativas no Quadro 02 supracitado - que apresentam modalidade fotográfica de vista parcial ou pontual - dão destaque às principais obras que caracterizam a “modernização” da cidade de Rio Branco, como o principal símbolo do poder político, o Palácio Rio Branco, na G.I. n 20, e o eixo da praça à sua frente (G.I. n 14, G.I. n 19, G.I. n 36 e G.I. n 37), o Aeroporto Velho (G.I. n 15), a Assembleia Legislativa do Acre (ALEAC) em anos diferentes (G.I. n 23 e G.I. n 24), o prédio do antigo Banacre - Banco do Estado do Acre (G.I. n 28) e o prédio da Secretaria da Fazenda (G.I. n 31) (Figura 97).

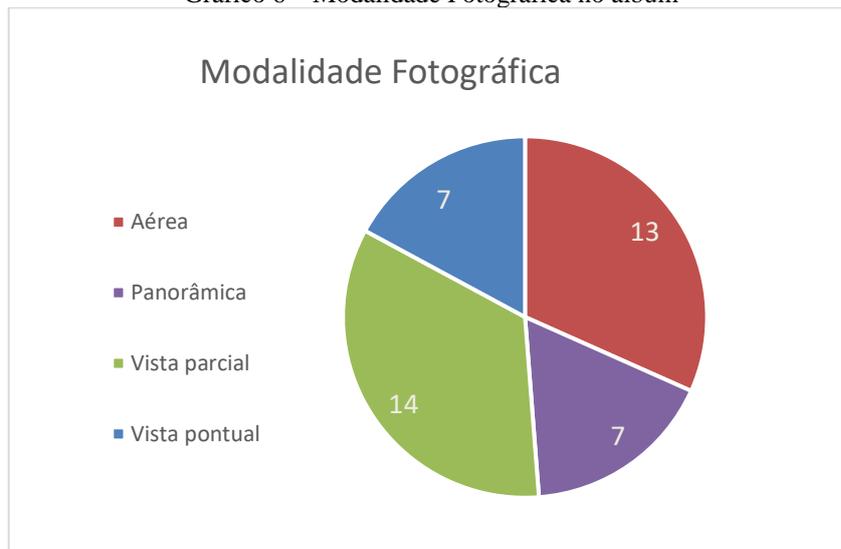
Figura 97 – Grades Interpretativas 28 e 31 (ver Apêndice B)



Fonte: Do autor, 2021.

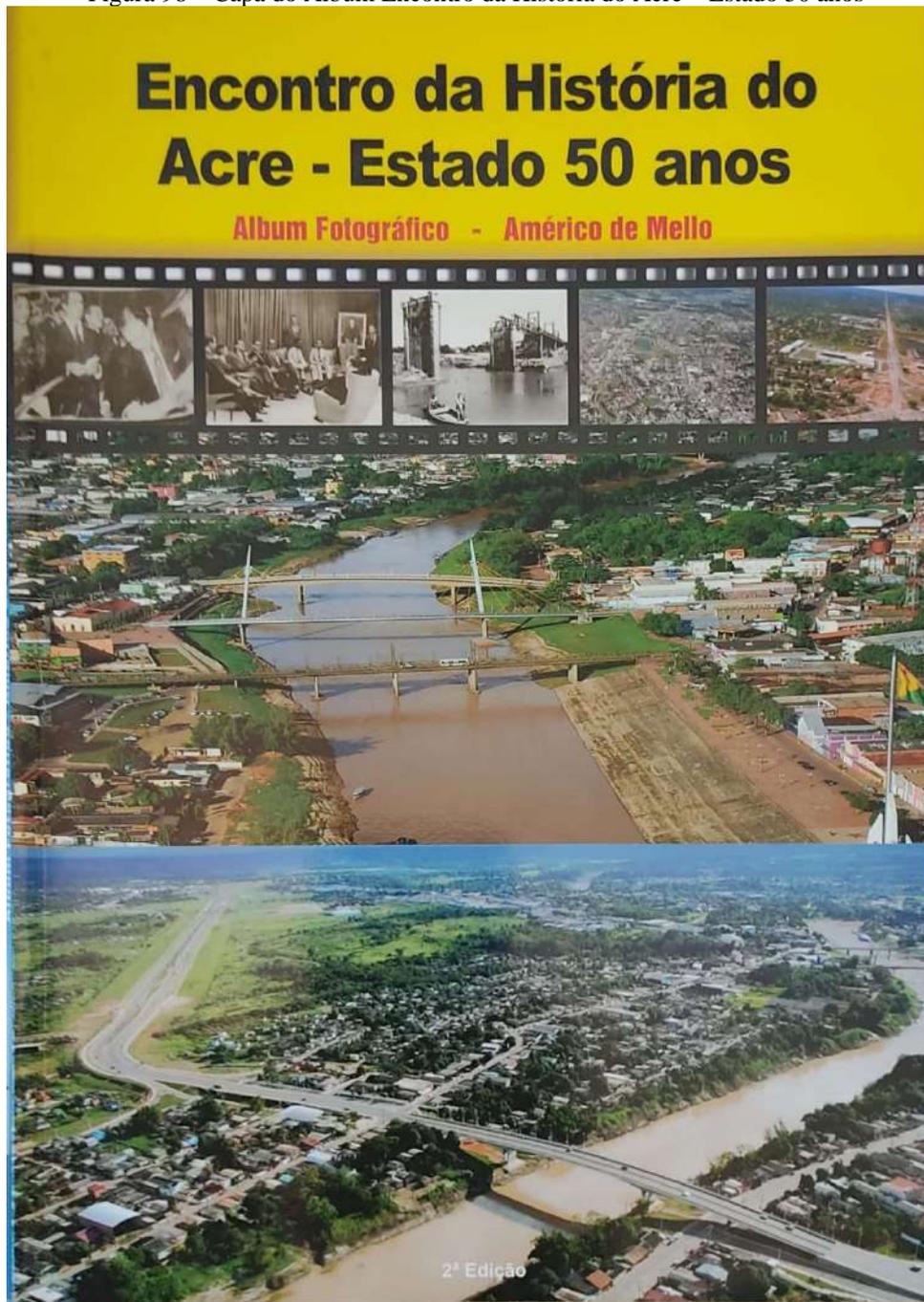
No álbum como um todo, além das fotografias de vista parcial, destacam-se também as fotos aéreas, que ilustram inclusive a capa (Figura 98). Do total de 41 fotografias, 13 delas são fotos aéreas, como pode ser visto no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Modalidade Fotográfica no álbum



Fonte: Do autor, 2021.

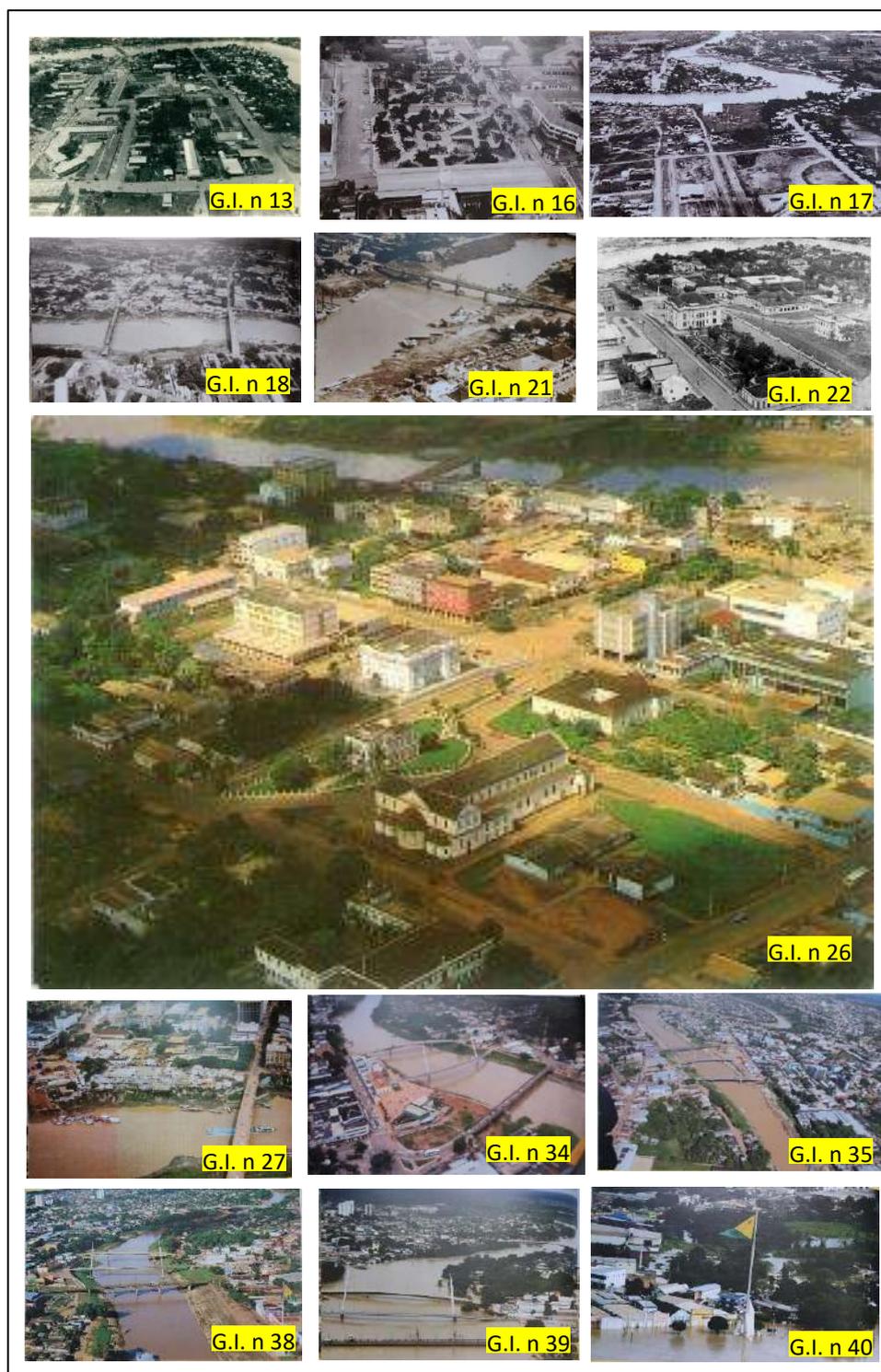
Figura 98 – Capa do Álbum Encontro da História do Acre – Estado 50 anos



Fonte: MELLO, 2012.

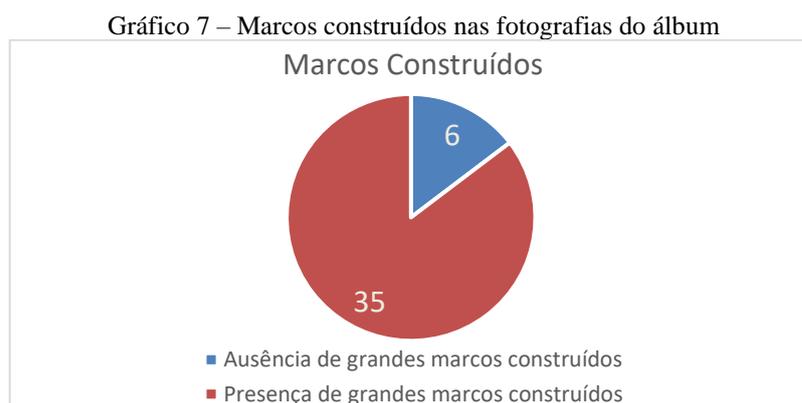
As fotos aéreas (Quadro 03) ilustram o que foi abordado no Capítulo 2 da dissertação sobre a noção de paisagem política por Besse (2014) e Jackson (1984) ao associar a visão a voos de pássaro ao anseio de intervenção e ordenamento do território. Esse olhar de longe e de cima que aparece no álbum reforça os grandes eixos e a paisagem criada pelo homem no espaço urbano de Rio Branco como pode ser visto nas grades interpretativas contidas no Quadro 03 a seguir:

Quadro 03 – Fotografias das Grades Interpretativas que apresentam modalidade fotográfica aérea



Fonte: MELLO, 2012. Adaptado pelo autor.

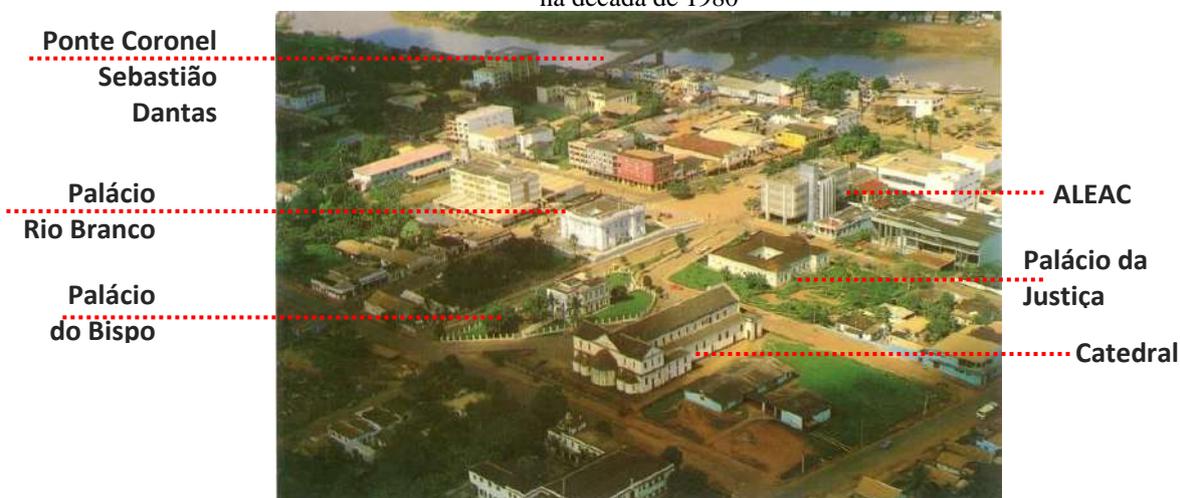
Nessa direção, é notável a prioridade dada na escolha das fotografias que compõem o álbum para as que registram as reformas urbanas a partir do projeto de paisagem política de Rio Branco iniciado no final da década de 1920 e que percorreu os anos criando grandes marcos que simbolizavam a “modernidade” na cidade. Do total de 41 fotografias da série fotográfica, 35 apresentam a presença de grandes **Marcos Construídos**, como pode ser observado no Gráfico 7 a seguir:



Fonte: Do autor, 2021.

Dentro do conjunto de marcos construídos, as pontes têm um maior destaque, como mostra o Quadro 03. Além das pontes, observa-se que nas vistas urbanas do álbum figuram também as principais edificações de cunho monumental construídas como o Palácio Rio Branco, a Catedral Nossa Senhora de Nazaré, a Assembleia Legislativa do Acre - ALEAC, o Palácio do Bispo, o Palácio da Justiça, edifícios estes que começavam a “[...] dar o tom de modernidade que a cidade possui hoje”, segundo a legenda da fotografia na grade interpretativa nº 26 (Figura 99).

Figura 99 – Fotografia da Grade Interpretativa nº 26. Vista aérea do centro de Rio Branco na década de 1980



Fonte: MELLO, 2012. Adaptada pelo autor.

É importante pontuar que nas fotografias do álbum a partir dos anos 2000, sobretudo as de modalidade fotográfica panorâmica, destacam-se, em sua maioria, as reformas urbanas realizadas no Centro Histórico pelo Governo da Floresta e seus marcos construídos como o grande mastro da bandeira acreana erguido no Calçadão da Gameleira e a paisagem de caráter cenográfico proveniente da intervenção nos conjuntos arquitetônicos da Gameleira e do entorno do Mercado Velho como pode ser observado no Quadro 04.

Quadro 04 – Fotografias das Grades Interpretativas que apresentam modalidade fotográfica panorâmica



Fonte: MELLO, 2021. Adaptado pelo autor.

A fotografia da grade interpretativa nº 30, por exemplo, trata este conjunto arquitetônico no entorno do “Novo Mercado Velho” que foi, em sua maior parte, recriado como “lojas em estilo colonial”<sup>331</sup>. Segundo a legenda da fotografia, “todo o conj. Arquitetônico surgiu para substituir um amontoado de barracos que havia no local”<sup>332</sup> (Figura 100). Verificasse assim uma contradição diante da comprovada inexistência de arquitetura colonial no Estado do Acre, até mesmo devido ao período em que o território começou a ser ocupado pelo homem branco a partir do final do século XIX e início do século XX, como abordado no Capítulo 1 do presente trabalho.

<sup>331</sup> MELLO, 2012, p. 46.

<sup>332</sup> *Ibidem*.

Figura 100 – Fotografia da Grade Interpretativa nº 30. Vista parcial da Rua Epaminondas Jácome e área livre ao lado do “Novo Mercado Velho” com vista para a Passarela Joaquim Macêdo

**IDENTIFICAÇÃO: 30/41 | Data da fotografia: 2007**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Praça da Bandeira, em 2007. De baixo para cima, a r. Epaminondas Jácome, lojas em estilo colonial, o paço e a moderníssima passarela gov. Joaquim Macedo. Todo o conj. Arquitetônico surgiu para substituir um amontoado de barracos que havia no local.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

Fonte: MELLO, 2012.

No tópico seguinte propomos uma reflexão sobre o que ficou de fora do olhar oficial para a paisagem de Rio Branco enquanto representação da cidade, ao qual intitulamos como “Álbum não fotografado”.

#### 4.1 O ÁLBUM NÃO FOTOGRAFADO: CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do contexto desenvolvido nos Capítulos 1, 2 e 3 foi possível perceber o apagamento da contribuição e influência das expressões culturais e do modo de vida vernacular anteriores a chegada do homem branco, e também do migrante do atual Nordeste, na construção da paisagem do que hoje se conhece como o Estado do Acre na narrativa oficial da história.

Desta constatação, verifica-se uma contradição nas intervenções urbanas em Rio Branco a partir dos anos 2000. Se por um lado o Governo da Floresta pretendia “resgatar” uma identidade acreana e dar continuidade a luta de Chico Mendes visando um desenvolvimento sustentável, por outro, as obras que acompanharam este discurso parecem dar prioridade às expressões estrangeiras no que diz respeito a arquitetura e ao modo de viver e habitar a cidade. Essa afirmação pode ser embasada pelo fato de que foram elegidos pontos estratégicos e de maior visibilidade ao observador, como nos casos do Eixo do Palácio Rio Branco, do Calçadão da Gameleira e do Entorno do “Novo Mercado Velho”, onde, além de enaltecer símbolos e marcos de poder como o Palácio e o Mercado, as novas construções propostas criam uma paisagem cenográfica de uma estética idealizada que não condiz com o lugar, onde a vontade política se sobressai aos preceitos técnicos para o que seria uma intervenção em um sítio histórico. Ao mesmo tempo em que expulsa a maior parte da população que já ocupava e vivia o espaço, numa lógica higienista, e que se justifica, ou tenta amenizar o gesto, nas publicações oficiais que retratam os processos de intervenção.

Nesse sentido, quando observamos estas publicações oficiais dos órgãos ligados ao Estado ou ao município sob um olhar crítico, constatamos que prevalece a mesma narrativa de continuidade linear da história que considera negativamente os aspectos que remetem a paisagem do passado, como a forma improvisada, ou vernacular, de habitar o espaço, tal como os primeiros governantes do Estado no século XX. A partir do Governo da Floresta, esta negação ao vernacular apresenta como alternativa o “novo”, “limpo”, “colorido” e asséptico aspecto que tomou o centro histórico da cidade, sobretudo no núcleo entre as duas margens do Rio Acre, reformadas sob influência de ideais, uma paisagem que não condiz com a realidade local. A partir dessa distinção marcada entre o antigo e o novo e da reprodução deste discurso nas publicações de cunho publicitário, as linhas de paisagem criadas nas margens do rio, e o próprio eixo monumental do Palácio Rio Branco, se tornaram, não por acaso, os principais cartões-postais de Rio Branco.

Esta visão se reflete no álbum fotográfico *Encontro com a História do Acre – Estado 50 anos*, como foi possível verificar na análise iconográfica realizada no item 3.3.3. O álbum

tem como foco principal as reformas urbanas “modernizadoras” que sofreu a cidade, sobretudo nas fotografias entre 1960 e 2000. Esta prioridade também segue quando analisamos as fotografias a partir de 2000, após as intervenções urbanas do período do Governo da Floresta. Estas últimas fotografias focam no “centro histórico revitalizado”, ou seja, na paisagem política construída, sem mencionar os aspectos vernaculares que permanecem no cotidiano e na imagem da cidade. Assim, não se sabe se vistas urbanas dos bairros que integram a região central da cidade não foram fotografadas, ou não foram consideradas pertinentes pelos idealizadores para compor o álbum que pretende fazer um panorama da história dos - até então - 50 anos do Estado, como sugere o próprio título. Propomos aqui a construção de um pequeno álbum que não foi fotografado, ou que supomos não contemplar a visão do que diz respeito a paisagem de Rio Branco para a história oficial e ao poder público nas Figuras de 101 a 111.

Figura 101 – Vista urbana do Bairro da Base



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 102 – Vista do Segundo Distrito de Rio Branco



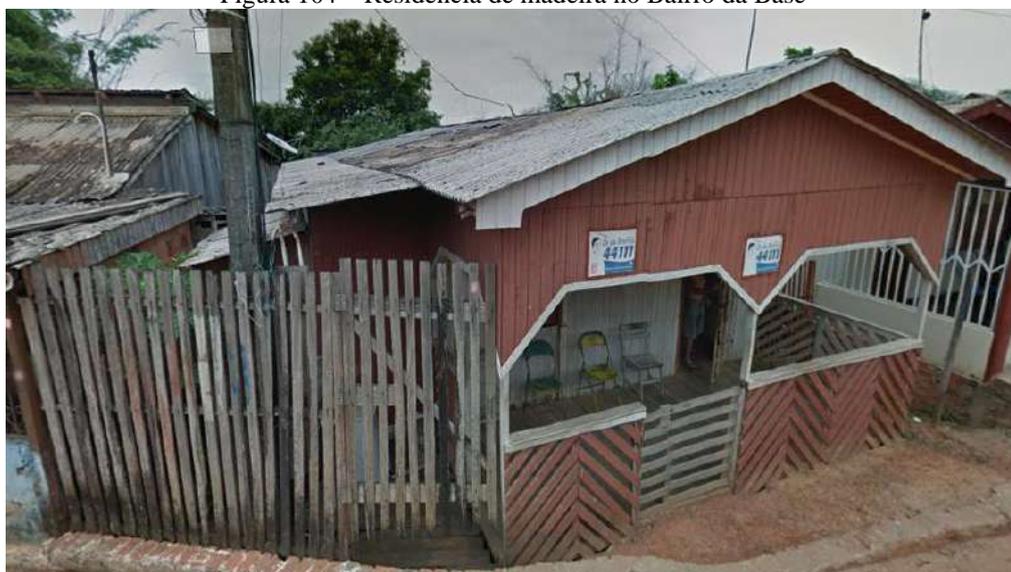
Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 103 – Vista Urbana do Bairro da Base



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 104 – Residência de madeira no Bairro da Base



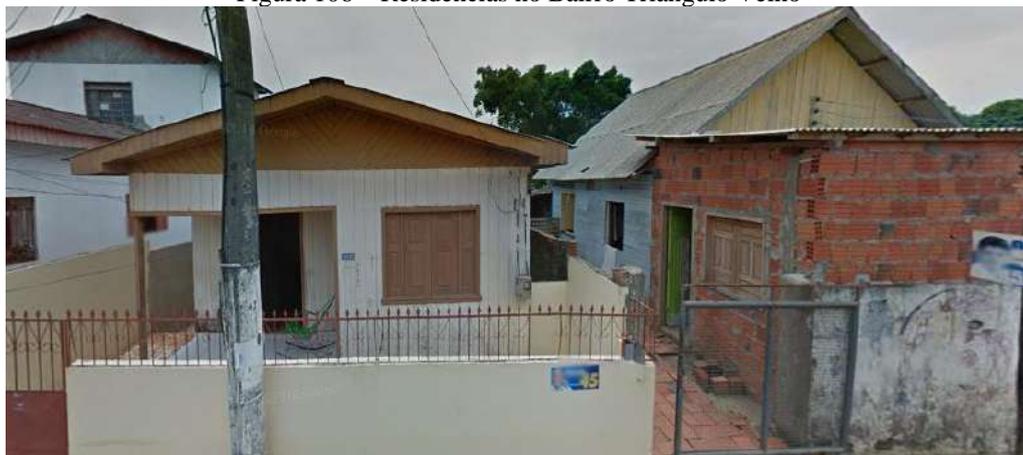
Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 105 – Residências no Bairro Triângulo Velho



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 106 – Residências no Bairro Triângulo Velho



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 107 – Residências no Bairro Triângulo Velho



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 108 – Residências no Bairro Triângulo Velho



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 109 – Vista urbana do Bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 110 – Residência no Bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

Figura 111 – Vista urbana do Bairro Seis de Agosto



Fonte: Google Street View, adaptado pelo autor.

No próximo capítulo abordamos as implicações deste processo de criação e recriação da história e da paisagem de Rio Branco na valoração do que deve ser preservado enquanto patrimônio, no âmbito da legislação e proposições de tombamento.

## 5 O IPHAN/AC E AS OUTRAS INSTÂNCIAS LOCAIS: CONFLITOS NA PROTEÇÃO DA PAISAGEM

Este capítulo faz um panorama que mapeia onde e quando o Acre se insere nas políticas patrimoniais nacionais criadas nas últimas décadas, como o Plano de Ação para Cidades Históricas - PACH, e a atuação da Superintendência do IPHAN no Acre - IPHAN/AC em prol da preservação do centro histórico de Rio Branco desde a criação do órgão em 2009, principalmente a realização do inventário do centro histórico de Rio Branco iniciado em 2011. Nessa direção, o objetivo ~~aqui~~ é relacionar estes estudos já realizados sobre a área com as iniciativas dos governos municipal e estadual que consideram a proteção patrimonial na cidade. Assim, serão expostos, respectivamente, os apontamentos voltados ao patrimônio propostos no Plano Diretor de Rio Branco na escala municipal e o processo de tombamento solicitado pela Fundação Estadual de Cultural Elias Mansour – FEM em 2015 que contempla a capital Rio Branco e ainda se encontra em andamento. Será verificado em que medida estão sendo considerados os estudos do IPHAN/AC já realizados e, tendo em vista as reformas urbanas realizadas na primeira década dos anos 2000 apontadas no Capítulo 3, se a paisagem vernacular de Rio Branco está sendo um fator importante para as decisões que estão sendo tomadas com vistas para a proteção patrimonial na cidade.

A Figura 112 a seguir pretende compilar todas as informações que serão ~~aqui~~ abordadas na forma de linha cronológica para facilitar a compreensão geral dos processos, desde a criação do CEPHC até o atual processo de tombamento fruto do convênio entre o Estado e o IPHAN/AC e a revisão do Plano Diretor de Rio Branco.

Figura 112 – Linha-síntese cronológica dos principais eventos abordados



Fonte: Do autor, 2021.

## 5.1 A INSERÇÃO DO ACRE NA POLÍTICA PATRIMONIAL NACIONAL: O PLANO DE AÇÃO PARA AS CIDADES HISTÓRICAS - PACH

Segundo Fonseca<sup>333</sup>, entre as décadas de 1950 e 1960 ocorreram grandes mudanças no modelo de desenvolvimento no Brasil, período em que se atrelou o nacionalismo aos valores de modernização. As consequências desse novo modelo repercutiram diretamente nos níveis econômicos e sociais devido à grande migração para as grandes capitais e valorização do solo urbano, passando o então SPHAN por um período de tensões na preservação de cidades históricas e nos centros históricos das grandes cidades. Diferente do que acontecia nas primeiras três décadas da atuação do SPHAN, em que se limitavam às questões culturais os motivos da preservação patrimonial, suscitou-se nesse período a necessidade de abranger também a esfera econômica na intenção de promover o interesse e participação do poder público<sup>334</sup>.

Um dos princípios dessa nova direção que o órgão se propunha a seguir era a sua descentralização, no intuito de uma colaboração supletiva dos Estados e Municípios em relação à esfera nacional. Assim, após a mudança do órgão de serviço (SPHAN) para a categoria de

<sup>333</sup> FONSECA, Marília Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. Editora UFRJ/Minc. IPHAN. Rio de Janeiro: 2005.

<sup>334</sup> *Ibidem*.

instituto (IPHAN) em 1970 e a criação do Ministério da Educação e Cultura em 1973, foram criadas algumas iniciativas como o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), voltado inicialmente para atender a nove estados do Norte e Nordeste, estendido ao Sudeste a partir de 1977<sup>335</sup>. Este programa veio suprir a falta de recursos do IPHAN, proporcionando, por outro lado, a criação de órgãos locais voltados a preservação patrimonial e a elaboração de legislações estaduais. No entanto, segundo Fonseca:

[...] as críticas dirigidas ao IPHAN não se limitavam a suas carências operacionais. Também em termos conceituais, a ênfase dada aos monumentos da cultura do colonizador tornava problemática, nos anos 70, uma identificação social mais abrangente com o patrimônio. Para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular<sup>336</sup>.

Márcia Sant'Anna<sup>337</sup> salienta que nos anos 80 surge a necessidade da mudança da noção de cidade-patrimônio para cidade-documento, identificando uma reelaboração do conceito de centro histórico. Assim, as áreas urbanas passíveis de proteção deixaram de ser selecionadas exclusivamente a partir de seus atributos estéticos, estilísticos e paisagísticos e passaram a ser escolhidas pela sua capacidade de conter elementos e informações sobre os processos históricos que conformaram a cidade<sup>338</sup>. Segundo Sant'Anna, neste período:

Os elementos que compõem o patrimônio urbano se estenderam, assim, para além das fachadas e dos volumes das edificações, atingindo as características do sítio físico, a trama viária, o macro e o microparcelamento, as formas tradicionais de ocupação do solo urbano e as relações estabelecidas entre o construído e o não construído. Áreas e setores urbanos, antes vistos como “feios”, heterogêneos e fragmentados, cuja proteção como patrimônio, até então, teria sido impensável, passaram a ser tombados e valorizados como documentos fundamentais para a memória urbana e social.<sup>339</sup>

A partir da Constituição de 1988, no que tange ao Patrimônio Cultural, passou-se a apontar a necessidade da promoção, pelo Poder Público em colaboração com a comunidade local, do incentivo ao conhecimento de bens e valores locais e punições para quem atentasse contra estes. A constituição, vigente até hoje, apresentou ainda um conceito mais plural de

---

<sup>335</sup> FONSECA, 2005.

<sup>336</sup> *Ibid.*, p. 162.

<sup>337</sup> SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Artístico e Nacional**. Brasília, n. 35, p. 139-155, 2017.

<sup>338</sup> *Ibidem*.

<sup>339</sup> *Ibid.*, p. 146.

patrimônio, emergindo a importância do patrimônio imaterial e dos bens portadores de referência identitária e à memória da sociedade, dando ainda maior relevância aos valores locais<sup>340</sup>. É nessa direção que, em meados da década de 1990, é implementado o Programa Monumenta (1996-2010), um passo a mais em direção à relevância da atuação das estâncias locais tendo em vista que a responsabilidade dos estudos a serem desenvolvidos para financiar os projetos, ficaria sob a responsabilidade dos municípios. Porém, segundo Sant’Anna, “[...] da mesma forma que o PCH, o Monumenta enfrentou grandes dificuldades pela falta de estrutura municipal adequada”<sup>341</sup>.

De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Patrimônio Material do IPHAN - DEPAM, a partir de 2006 a política institucional do órgão na proteção de cidades históricas percebeu a falta de relação entre os bens reconhecidos ao longo do território nacional.

A partir disso foi introduzida uma unidade temática a partir de inventários de conhecimento, com as linhas temáticas como ciclos econômicos, eventos históricos e ocupação territorial, para assim justificar a importância desses bens num panorama histórico nacional<sup>342</sup>. É nesse contexto que iremos localizar a cidade de Rio Branco (Figura 113), como parte do conjunto de cidades apontadas como prioritárias para a proteção de seus respectivos centros históricos, como pode ser observado no gráfico fornecido pelo DEPAM:

---

<sup>340</sup> LEAL, Sarah Floresta; MORAES, Fernanda Borges de. Rupturas da formulação à implementação das Políticas Públicas: aspectos do desenvolvimento local no PAC-CH. In: **Anais do XVII ENANPUR** - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 22 a 23 de maio de 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2119>> Acesso em: 02 de abril de 2019.

<sup>341</sup> SANT’ANNA, Márcia. A Herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. n. sér. v. 24. n. 1. p. 59-74, 2016.

<sup>342</sup> NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santos. **Faces da História**. Assis-SP, v. 3, nº 2, p. 194-212, jul.-dez. 2016.

Figura 113 - Cidades históricas prioritárias das ações de preservação do DEPAM. Destaque para a cidade de Rio Branco



Fonte: DEPAM/IPHAN, adaptado pelo autor.

No que tange o Estado do Acre, segundo Carvalho:

[...] os eixos temáticos traçados pelo Iphan se comunicam diretamente a partir da Bacia do Rio Amazonas, seja pelos eventos históricos no que se refere à Batalha da Borracha, seja na Ocupação Territorial pelo próprio Rio Amazonas e seus afluentes. Tudo isso tem uma reverberação na constituição da paisagem cultural, da geografia natural, dos caminhos históricos (vias fluviais), no processo econômico da borracha e, por conseguinte, na constituição dos conjuntos urbanos e rurais edificados e no modo de vida de forma geral<sup>343</sup>.

Assim, segundo Leal e Moares (2017), em 2009 foram iniciados no âmbito nacional o desenvolvimento de uma nova base para as políticas de preservação do patrimônio cultural, por iniciativa do próprio IPHAN, baseada nos Planos de Ação para Cidades Históricas - PACH. A elaboração dos PACHs fez parte da tentativa da implementação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural – SNPC, que tinha como objetivo implementar a gestão compartilhada do Patrimônio Cultural Brasileiro, visando a otimização de recursos humanos e financeiros para sua efetiva proteção. Além disso, o Sistema atuaria no desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio que regulamentaria princípios e regras para as ações de conservação, especialmente na coordenação das ações entre cidades, estados e Governo Federal e na criação de um sistema de financiamento que fortaleceria as instituições, estruturasse o sistema e consolidasse as execuções. Assim, entre 2010 e 2011, com vistas à construção do SNPC, o IPHAN estimulou e coordenou a elaboração do Planos de Ação para Cidades Históricas.

<sup>343</sup> CARVALHO, 2016, p. 138.

De acordo Leal e Moraes<sup>344</sup>, a elaboração dos planos era um processo aberto “[...] a todos os sítios e conjuntos urbanos tombados ou em processo de tombamento em nível federal, e/ou municípios com lugares registrados ou em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil, os quais somavam 188 no total” em que estava incluída a cidade de Rio Branco.

O PACH estabeleceu responsabilidades para cada ente envolvido: As Superintendências Regionais do IPHAN nos Estados seriam responsáveis por coordenar a elaboração do Plano e fornecer apoio às atividades de capacitação, difusão e participação da sociedade; IPHAN, Estados e Municípios deveriam designar equipe técnica para participar diretamente dos trabalhos de desenvolvimento dos Planos de Ação e garantir a integração intersetorial entre os órgãos da administração pública pertinentes; aos municípios caberia, com o apoio necessário, o compromisso pela realização de todas as etapas<sup>345</sup>. As atividades do PACH em Rio Branco foram iniciadas em 2010. Como comentado anteriormente, o plano de ação tinha como princípio a associação entre o planejamento urbano e regional e as questões de gestão pública em prol da preservação do patrimônio cultural alinhado ao desenvolvimento urbano, além da participação social no intuito de se desenvolver ações integradas e compartilhadas. Porém, de acordo com Márcio de Carvalho, técnico/arquiteto do IPHAN /AC entre 2010 e 2014, no caso de Rio Branco o Plano de Ação foi iniciado, mas não foi desenvolvido adequadamente:

A falta de apreensão do Pach por parte dos órgãos públicos envolvidos, a ausência do Governo do estado do Acre e o afastamento da Prefeitura Municipal de Rio Branco desse processo enfraqueceram a construção do que seria um produto inusitado e estruturador para as políticas do patrimônio cultural no Acre. Políticas, vale salientar, recentes e ainda a serem fortalecidas. Entre julho e dezembro de 2010, o Iphan/AC protagonizou a “construção do Pach” através de consultoria local contratada para atuar no acompanhamento da elaboração do Plano, mas assumiu a estruturação da maior parte de seu conteúdo. Torna-se clara a inobservância aos preceitos de elaboração do plano, confeccionado unilateralmente, quando, na verdade, deveria ser fruto de forças e agentes múltiplos em prol do patrimônio cultural no Acre. E essa força seria protagonizada pelo papel da Prefeitura de Rio Branco, já que se tratava do plano para essa cidade histórica, e coordenada pelo Iphan/AC, como agente promotor<sup>346</sup>.

O que seria uma grande e efetiva oportunidade de se pensar e agir conjuntamente nas questões do patrimônio cultural em Rio Branco, nas palavras de Carvalho<sup>347</sup>, “[...] atualmente

<sup>344</sup> LEAL e MORAES, 2017, p. 6.

<sup>345</sup> IPHAN. **Plano de Ação para as Cidades Históricas: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social**, 2009. Brasília: Ed. IPHAN, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/753>>. Acesso em: 28 de março de 2021.

<sup>346</sup> CARVALHO, 2016, p. 143.

<sup>347</sup> *Ibid.*, p. 143.

está arquivado e sem perspectivas de reinício, todavia à espera do despertar de uma reoxigenação dos ideais e das prioridades dos gestores públicos locais”.

Esta não adesão do município e Estado no desenvolvimento do Plano de Ação pode ter sido um dos motivos pelos quais a cidade de Rio Branco, e o Estado do Acre como um todo, não terem sido contemplados posteriormente no programa PAC – Cidades Históricas<sup>348</sup>, programa iniciado em 2013 pelo governo federal que pretendia incorporar a premissa dos Planos de Ação baseado nos conceitos de desenvolvimento local e social sustentável com protagonismo da participação social. Somado a este fator, Leal e Moraes<sup>349</sup> comentam que a análise da distribuição territorial dos municípios que foram de fato selecionados para o PAC – Cidades Históricas indica que a maioria se restringiu aos centros históricos tradicionalmente mais consagrados e de maior visibilidade, principalmente cidades de origem colonial e da ocupação inicial do território nacional, critério ao qual Rio Branco não se encaixava. O que “[...] nos permitiria supor que haveria a intenção de convergir as ações do PAC-CH para os centros históricos mais consagrados que, potencialmente, recebem um número maior de turistas”<sup>350</sup>.

Além disso, a lista das 425 ações selecionadas para o PAC – Cidades Históricas, divulgada em agosto de 2013, demonstra que a ampla maioria abrange ações voltadas para estruturas arquitetônicas, somando 80% do total de ações, em relação às ações voltadas para projetos urbanísticos (20% do total), em que menos de 1% das intervenções em estruturas arquitetônicas era dedicado para habitação e bens com caráter residencial. Ou seja, mais uma vez não converge para a realidade local de Rio Branco em que a expressão de sua paisagem vernacular se caracteriza justamente pelo modo de habitar e da relação com o meio, como discutido no Capítulo 3 deste trabalho. No entanto, o estudo desenvolvido no processo de elaboração do Plano de Ação em Rio Branco trouxe uma visão bastante amadurecida a época, tendo em vista as limitações da Superintendência do IPHAN/AC, bem como a indiferença das instâncias municipais e estaduais, o qual será melhor aprofundado no tópico seguinte.

## 5.2 INTENÇÕES DE ESTUDOS PARA A PROTEÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE RIO BRANCO

---

<sup>348</sup> O PAC – Cidades Históricas foi lançado inicialmente em 2009, mas só teve sua Chamada Pública para participação divulgada em 2013 e ficou restrita a 44 municípios.

<sup>349</sup> LEAL e MORAES, 2017.

<sup>350</sup> *Ibid.*, p. 11.

Somam-se quatro principais tentativas para efetivação dos estudos para uma possível proteção do centro histórico de Rio Branco ao longo dos anos. A ação mais antiga nasceu paralela a criação da própria Superintendência Estadual do IPHAN no Acre – IPHAN /AC em 2009, esta que antes fazia parte da 16ª Superintendência Regional de Rondônia/Acre (16ª SR – RO/AC). Tal ação foi iniciada através de uma licitação e de contratação de pessoa jurídica, realizada na então Superintendência Regional, e teve como vencedor o Iel – Instituto Euvaldo Lodi, núcleo regional de Rondônia que, por questões burocráticas junto ao contrato, teve a efetivação impossibilitada<sup>351</sup>. A segunda tentativa foi realizada a partir de setembro de 2010, na proposição do IPHAN /AC de assinar um Termo de Cooperação Técnica com os governos municipal de Rio Branco e estadual do Acre, representados, respectivamente, pela Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – FGB e Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM<sup>352</sup>. Porém, segundo Carvalho, por motivos de prioridades de agenda de cada fundação, tal proposição não foi celebrada e, conseqüentemente, não executada<sup>353</sup>.

O terceiro momento desses estudos está ancorado na produção própria do IPHAN/AC em 2011 para o Plano de Ação para as Cidades Históricas – PACH, comentado no tópico anterior, ao desenvolver, ainda que preliminarmente, versões de fichas próprias do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN – SICG basicamente contendo informações históricas locais da formação urbana de Rio Branco e a proposição de uma pré-setorização de escalas de proteção para esta mesma área<sup>354</sup>. Neste processo de inventário<sup>355</sup> estavam à frente do desenvolvimento das fichas uma Técnica/Historiadora e o Técnico/Arquiteto Márcio de Carvalho, com contribuição da consultora da UNESCO Anna Paula de Sousa e Silva na etapa da construção do Plano de Ação. Esta parceria teria como produtos de seu contrato a confecção de informações para a cidade histórica de Rio Branco. Segundo o técnico/arquiteto, “Tal versão preliminar perdurou durante todo o ano de 2011, com algumas revisões e amadurecimentos, pois a quarta proposição está alicerçada na contratação de pessoa jurídica para revisão do material produzido e complementação”<sup>356</sup>.

A quarta proposição deriva do amadurecimento da anterior. Segundo Carvalho<sup>357</sup>, em junho deste mesmo ano, com a visita do então Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM, Dalmo Vieira, ao Acre ocorreu a inclusão da cidade histórica

---

<sup>351</sup> CARVALHO, 2016.

<sup>352</sup> Conforme dados do Processo nº. 01423.000157/20120-15.

<sup>353</sup> CARVALHO, *op. cit.*

<sup>354</sup> *Ibidem.*

<sup>355</sup> IPHAN, 2011. Processo nº 01423.000107/2011-19.

<sup>356</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 138.

<sup>357</sup> *Ibidem.*

de Xapuri nesse processo licitatório e contratual de produtos e apenas em novembro de 2011, foi realizada uma nova licitação, a qual teve como vitoriosa a empresa Cult Consultoria para o desenvolvimento dos referidos estudos, os quais tiveram seus dossiês finais entregues em 2012, como consta no processo.

No ano de 2015 o Governo do Estado do Acre, tendo como interveniente a Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM, propõe um convênio com o IPHAN/AC<sup>358</sup> para o desenvolvimento de novos estudos arquitetônicos e urbanísticos que forneçam subsídios à definição de proteção de 41 bens em diversos municípios do Estado do Acre, não mais restrito apenas à Rio Branco e Xapuri<sup>359</sup>. Neste convênio o intuito é a aplicação da metodologia do IPHAN, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG/IPHAN, aos 41 bens selecionados pela FEM, propondo tombamento na escala estadual<sup>360</sup>. Este convênio foi executado a partir da contratação de nova pessoa jurídica terceirizada para a realização dos estudos, neste caso, a empresa URBANOCON – Consultas Urbanas, Assessoria e Gerenciamento de Projetos Ltda, do Rio de Janeiro.

Nessa direção, fez-se necessária uma investigação sobre o histórico da proteção patrimonial no Estado do Acre até chegar ao processo de tombamento de 2015 mencionado que segue em andamento para analisar quais critérios estão sendo levados em consideração para as proposições de proteção, tendo como parâmetro os estudos já realizados pelo IPHAN /AC no Centro Histórico de Rio Branco.

Sabe-se da existência do estudo realizado pelo IPHAN/AC em 2011, o inventário do Centro Histórico de Rio Branco, que foi amparado pela metodologia própria do IPHAN, o “Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG”, com apoio de outras técnicas e procedimentos sob o ponto de vista histórico, arquitetônico e urbanístico, sendo dividido em dois módulos, “Conhecimento” e “Gestão”, e teve intuito de realizar o levantamento de características crono-morfológicas e de aspectos históricos da área, tanto em pesquisas bibliográficas e documentais, bem como na observação e análise *in loco*. O terceiro módulo, o de “Cadastro”, foi realizado posteriormente pela empresa terceirizada contratada para o aprimoramento das informações levantadas.

---

<sup>358</sup> Desta vez sob nova gestão, não mais a gestão que esteve à frente dos estudos de inventário do Centro Histórico de Rio Branco realizados em 2011 comentados anteriormente.

<sup>359</sup> IPHAN, 2015. Informações obtidas no Processo de nº 01423.000453/2015-12.

<sup>360</sup> Mais especificamente, a aplicação da metodologia do SICG do IPHAN seria integral para 20 bens que ainda não constam estudos, e parcial para a complementação dos trabalhos sobre outros 21 bens que já haviam sido estudados anteriormente em 2011 pelo IPHAN/AC.

Associada a tais condições, a metodologia do inventário baseou-se na aplicação de procedimentos e técnicas que visavam a inserção da opinião e percepção da população local no processo de identificação e de gestão do Patrimônio Cultural no Centro Histórico de Rio Branco, como, por exemplo, a Legibilidade Urbana, por meio de mapas mentais e mapas falados baseados na teoria de Kevin Lynch (2011) e a Visão Serial de Gordon Cullen (2008), elaboração de fotografias, cartas, entrevistas, questionários, demais fontes orais, escritos memorialistas (poesia, música, prosa, etc.)<sup>361</sup>. O estudo baseou-se no conceito e metodologia de análise urbana de Unidade de Paisagem, utilizado por Aline Figueiroa Silva<sup>362</sup> na leitura do Bairro do Recife, para assim propor uma pré-setorização da área central histórica de Rio Branco, somadas a proposições de diretrizes com vistas para a sua efetiva preservação. A noção de paisagem apreendida neste estudo não pode ser compreendida somente como sinônimo de natureza, nem como o invólucro de algo, tão comumente empregado no senso comum. O estudo segue a linha de que:

[...] a paisagem é, destarte, o quadro natural e construído, resultante dos fatores condicionadores da natureza e da vontade criadora humana, transcendendo a noção de entorno. É, em princípio, a própria ambiência do bem, que se expressa através de formas físicas, melhor dizendo, as formas da paisagem, a qual passa a englobar, no entanto, o próprio objeto de tombamento, numa compreensão sistêmica<sup>363</sup>.

Essa visão sistêmica e, por conseguinte, complexa, é marcada no estudo pela coexistência de sua condição de unidade ao mesmo tempo em que ela também é uma unidade, com atributos homogêneos e coesos, dentro de um conjunto de paisagens, mas que não necessariamente formam uma totalidade. Estas noções, ainda que introdutórias, acerca da Unidade de Paisagem foram basilares e definidoras para o fortalecimento da proposição e da argumentação de cada assertiva a respeito da setorização propostas. Nas palavras do técnico/arquiteto a frente do estudo:

A força do Rio Acre na constituição da paisagem, a existência de espaços públicos livres, vegetação urbana, mercados públicos, temas e categorias de identificação do patrimônio cultural edificado e do patrimônio urbanístico, entre tantos outros

---

<sup>361</sup> IPHAN, 2011. Informação retirada do Inventário do Centro Histórico de Rio Branco e Xapuri - (SICG). Processo número: 01423.000107/2011-19.

<sup>362</sup> SILVA, Aline de Figueirôa. Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, Recife-PE. In: Iphan. **Patrimônio: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007.

<sup>363</sup> SILVA, 2007, p. 55

aspectos, foram identificados mapa a mapa e os resultados expõem a pluralidade e a multifacetada constituição do repertório cultural desse lugar<sup>364</sup>.

O Módulo de Conhecimento do estudo da referida área salienta que, no que se refere a malha urbana de Rio Branco, observa-se que o tecido existente é configurado por expansão a partir de sua constituição muito mais que por sobreposição, sendo assim pouco alterado durante os anos. Pouca alteração também caracteriza o parcelamento do solo urbano no sentido do interior das quadras. Já quanto à ambiência fica claro que há, nitidamente, dois territórios que se diferenciam pelas condições naturais e das intervenções urbanas sofridas ao longo dos anos (Figuras 114 e 115):

Do lado direito do Rio Acre, encontra-se a porção do segundo distrito, um terreno baixo sujeito a inundações sazonais e marcado por uma ocupação de edificações horizontais, inicialmente marcada pela espontaneidade da conformação do sítio urbano. Do outro lado, na margem esquerda do Rio Acre, está a porção conhecida como o primeiro distrito, originária de um desenho urbano do parcelamento do solo para expansão da cidade de Rio Branco. Em terreno de inclinação ascendente em relação ao rio, e, portanto, livre das inundações, instalou-se nesse sítio parte da cidade de forma planejada, numa malha ortogonal com criação de ruas, calçadas, praças e jardins que, junto às edificações cívicas e institucionais, conferem ao lugar um caráter de monumentalidade. São dois territórios contrastantes, porém que dialogam entre si que configuram a área central e histórica relacionada à origem da cidade de Rio Branco<sup>365</sup>.

---

<sup>364</sup> CARVALHO, 2016, p. 139.

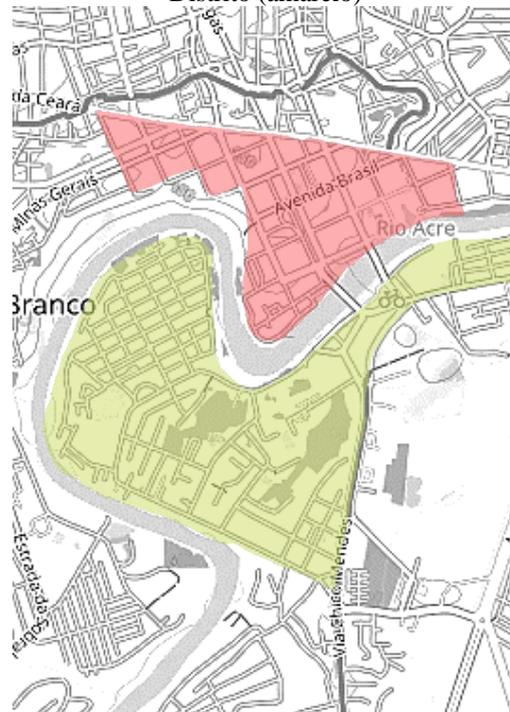
<sup>365</sup> IPHAN, 2011. Informação retirada do Inventário do Centro Histórico de Rio Branco e Xapuri - (SICG). Processo número: 01423.000107/2011-19.

Figura 114 – Planta Funcional da cidade de Rio Branco, Território Federal do Acre – 1953



Fonte: *In*: GUERRA, 2004.

Figura 115 – Mapa área central de Rio Branco Atualmente: destaque para o 1º Distrito (vermelho) e 2º Distrito (amarelo)



Fonte: Open Street Map, 2021.

Esta análise nos remete a coexistência da tensão entre as duas “modalidades paisagísticas”<sup>366</sup> trabalhadas no Capítulo 2 desta dissertação, ao observarmos, do lado direito do rio, uma ocupação espontânea, pautada na lógica da constante adaptação ao meio natural, de escala modesta e limites incertos e, do lado esquerdo, uma concepção planejada com traçado ortogonal, com a presença de monumentos construídos e com característica de permanência, ou seja, a paisagem vernacular e a paisagem política. No entanto, posterior à tendência modernizadora que o Brasil passou nas primeiras décadas do século XX, no caso de Rio Branco percebe-se a permanência do gesto político ainda nos anos 2000 na criação de um arquétipo, ou modelo idealizado com referência a outros centros históricos para a paisagem do centro histórico da cidade, mas dessa vez pautado no discurso da “acrianidade”, como abordado no Capítulo 3.

O estudo do IPHAN/AC para o inventário do centro histórico de Rio Branco realizado em 2011 deixa evidente a questão a respeito das intervenções urbanísticas realizadas pelo Estado entre 2002 e 2006 que alteraram sua ambiência com “[...] a criação de um ambiente cenográfico da paisagem urbana, limitado a apenas a recuperação de fachadas, de outras intervenções desprovida de critérios e reflexões acerca da restauração que resultaram no

<sup>366</sup> BESSE, 2014, p. 124.

pastiche e em outras situações de invenção das fachadas a um ‘estilo’ descontextualizado”<sup>367</sup>. Ou ainda com a sobreposição de novas fachadas cenográficas, tapando edificações que encontram em estado de arruinamento. Os técnicos responsáveis pelo estudo deixam claro que:

[...] Embora existam algumas poucas edificações que trazem traços ecléticos. neoromânicos, em art déco, até modernistas, a arquitetura mais representativa é a vernacular, principalmente a de madeira. É a que se faz singular e expressa o saber-fazer (edificar), a economia, a fusão de culturas desse lugar. Uma arquitetura popular, simples e genuína e é justamente onde reside a sua beleza e valor [...]. É o espaço construído e experienciado pelo clima local, pela sazonalidade dos rios e pela presença da fauna silvestre peçonhenta que obrigam a elevar a edificação do solo em palafitas, da abundância de madeiras, dos mestres tradicionais de carpina, marcenaria, sem maiores ofícios de artes integradas, desprovidas de adorno, do improvisado [...] pela relação, direta com o rio das comunidades ribeirinhas entre tantas outras questões que configuram a arquitetura local. Outros aspectos associados à produção arquitetônica ampliam os valores dos bens edificados na cidade de Rio Branco. A relação forte e estruturadora que há com os aspectos naturais na paisagem local. Sejam as paisagens-marco e marcos na paisagem: a exemplo da árvore da Gameleira, os rios, os igarapés, as áreas sujeitas à inundações, as áreas verdes, entre outros, apresentam peculiaridades à condição urbana<sup>368</sup>.

Outra característica destacada no estudo é que, além das atividades comuns aos centros urbanos brasileiros, como de transporte, comércio, serviços e atividades cívicas, no centro de Rio Branco ainda é possível presenciar atividades tradicionais quase que imutáveis ao tempo, como a presença de barcos tradicionais de pesca, de transporte de pessoas e de mercadorias, estaleiros, atracadouros e portos rudimentares nas margens do Rio Acre, expressões do cotidiano de Rio Branco. Outros aspectos pitorescos sob o ponto de vista urbanístico como as vielas, becos, ruas sem saída e as vias urbanas revestidas de tijoleiras cerâmicas configuram espaços urbanos distintos e com características próprias e marcantes. Segundo Carvalho<sup>369</sup>, o então Diretor do Depam no período de 2011, o arquiteto Dalmo Vieira, destacou a peculiaridade dos revestimentos das vias urbanas nas cidades acreanas em tijolos cerâmicos, levantando a hipótese da influência dos países que fazem fronteira com o estado do Acre, Bolívia e Peru, por possuírem, através da influência da colonização espanhola, tal prática na infraestrutura urbana, sugerindo tratar-se essa expressão urbanística como única no Brasil.

Em 2019 o IPHAN/AC digitalizou os arquivos do processo relativos ao inventário por solicitação do autor da presente dissertação. Apesar da riqueza de informações, a qualidade das imagens foi prejudicada, como pode ser observado nas fichas dos estudos de reconhecimento da área estudada (Figura 116).

<sup>367</sup> IPHAN, 2011. Informação retirada do Inventário do Centro Histórico de Rio Branco e Xapuri - SICG). Processo número: 01423.000107/2011-19.

<sup>368</sup> *Ibidem* (grifos nossos).

<sup>369</sup> CARVALHO, 2016.

Figura 116 – Fichas do estudo do Inventário do Centro Histórico de Rio Branco feito pelo IPHAN/AC

Ficha M202 – Caracterização dos setores  
MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Temático (Identificação da região estudada)  
**Região Norte, Acre, Rio Branco**

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)  
**Plano de Ação para as Cidades Históricas - PACH**

1.3. Identificação do Universal Objeto de Análise  
**Centro histórico de Rio Branco**

**SETOR 7** - Trata-se da área compreendida entre os bairros 6 de Agosto e Santa Teresinha. A sua ocupação é recente, datada a partir da década de 1970. O uso é predominantemente residencial e o traçado urbano é um misto entre orgânico e ortogonal, entre formal e informal. As edificações são em sua maioria de madeira, exemplares da arquitetura vernacular cabocla, simples e algumas em dois pavimentos. Normalmente são em pavilhões, com escadarias e varandas que elevam a edificação do solo. Poucas edificações se apresentam em alvenaria. A cobertura predomina a de duas águas, com telha ondulada metálica ou de fibrocimento.

**Problemas**

- Infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos precários;
- Área sujeita à transformação urbana por se tratar de uma área que sofre recentemente intervenções estruturadoras e que modificam a ambiência, o parcelamento do solo, entre outras transformações;
- Área sujeita à inundação;
- Área ocupada por população de baixa renda por "invasões".

**Potencialidades**

- Exemplares genuínos da arquitetura vernacular cabocla em madeira;
- Área cingida à área central de cidade;
- Uso predominantemente residencial que caracteriza uma ambiência e uma vida urbana de pedestres, de convivência e vizinhança. A área (entorno imediato) sem recentes intervenções estruturadoras que qualifiquem o lugar (abertura de vias, pavimentação, a construção de quarteirões, etc.);
- Pode ser definida como uma área de entorno e de amortização entre as áreas "patrimonializáveis" e demais áreas da cidade.



Figura 28 - Setor 7. Ambiência das ruas urbanas. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 29 - Setor 7. Arquitetura vernacular de madeira. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 30 - Setor 7. Ambiência do conjunto edificado. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 31 - Setor 7. Ambiência das ruas urbanas. Fonte: IPHAN/AC, 2010.

Ficha M202 – Caracterização dos setores  
MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Temático (Identificação da região estudada)  
**Região Norte, Acre, Rio Branco**

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)  
**Plano de Ação para as Cidades Históricas - PACH**

1.3. Identificação do Universal Objeto de Análise  
**Centro histórico de Rio Branco**

**SETOR 8** - O Setor 8 é formado pelo bairro da Base e parte do bairro do Papouco. É caracterizado pela arquitetura de origem vernacular cabocla. As edificações são predominantemente em madeira com cobertura em telha de fibrocimento ou metálica. A tipologia de edificação mais característica é a residencial. O traçado urbano é basicamente em linhas ortogonais de alinhamento. Há ruas sem saída, becos e vielas. Os lotes são pequenos e regulares e as construções apresentam um gabarito de apenas um pavimento (térreo). Há atividades de fluxo fluvial e terrestre no caso natural do rio e a sua margem é utilizada como atracadero de barcos e de edificações fluviais. Existem escadarias de acesso entre o rio e as vias urbanas terrestres.

**Problemas**

- Descaracterização dos exemplares da arquitetura pelo uso inadequado de materiais, técnicas e de elementos arquitetônicos dissociados do conjunto edificado;
- Pavimentação das vias em tijoleiras;
- Descaracterização da pavimentação de tijoleiras das vias e sobrecaptação de revestimento asfáltico;
- Área de ocupação informal na margem do rio Acre;
- Área sujeita à pressão imobiliária e às transformações urbanísticas das áreas centrais;
- Infraestrutura deficiente;
- Descaracterização do patrimônio edificado e da constituição urbanística;
- Área sujeita às inundações.

**Potencialidades**

- Exemplares genuínos da arquitetura vernacular cabocla de madeira;
- Pavimentação das vias em tipo cerâmico, adequado ao clima local, que conforma um ar agradável no lugar;
- Atividades tradicionais existentes no rio como transporte e lazer, por exemplo;
- Apego paisagístico das visadas integradas de paisagem ribeirinha.



Figura 32 - Setor 8. Atividades no caso natural do rio. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 33 - Setor 8. Viaduto. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 34 - Setor 8. Arquitetura vernacular cabocla. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 35 - Setor 8. Pavimentação asfáltica das ruas em tijoleiras. Fonte: IPHAN/AC, 2010.

Ficha M202 – Caracterização dos setores  
MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Temático (Identificação da região estudada)  
**Região Norte, Acre, Rio Branco**

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)  
**Plano de Ação para as Cidades Históricas - PACH**

1.3. Identificação do Universal Objeto de Análise  
**Centro histórico de Rio Branco**

**SETOR 9** - Esta setor se caracteriza pelo traçado orgânico, espontâneo que acompanhando a curvatura do curso do rio. É um assentamento na margem direita do Rio Acre na porção da cidade limitada pelo bairro da Cidade Nova. A sua ocupação é recente, a partir da década de 1970. É um logradouro com características nômades expressas por criação de animais de abito doméstico, pelos pomares de quintais e jardins, pelas pequenas plantações de subsistência da comunidade local. É uma área ocupada por população de baixa renda. A tipologia de atividades predominante é a do uso residencial. As casas são em madeira e apresentam características da arquitetura vernacular cabocla. O gabarito é predominantemente térreo e algumas variações das edificações em dois pavimentos.

**Problemas**

- Ocupação em área de interesse ambiental de mata ciliar, declividade acentuada e sujeita à inundação; APP;
- Área de risco social e geológico;
- Mata ciliar degradada;
- Instabilidade geológica do solo nas margens do Rio Acre;
- Área ocupada por população de baixa renda caracterizada pela precariedade de serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos;
- Área sujeita às transformações urbanas por se tratar de área cingida à área central.

**Potencialidades**

- Exemplares genuínos de arquitetura vernacular cabocla;
- Ambiência peculiar em relação à cidade, de caráter pitoresco, ruralista.



Figura 36 - Setor 9. Ambiência. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 37 - Setor 9. Ruas sem pavimentação. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 38 - Setor 9. Ambiência. Fonte: IPHAN/AC, 2010.

Ficha M202 – Caracterização dos setores  
MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Temático (Identificação da região estudada)  
**Região Norte, Acre, Rio Branco**

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)  
**Plano de Ação para as Cidades Históricas - PACH**

1.3. Identificação do Universal Objeto de Análise  
**Centro histórico de Rio Branco**

**SETOR 10** - Faz parte do núcleo original da cidade de Rio Branco e se situa entre partes dos bairros Quinze, Triângulo Velho e Cidade Nova. É composto basicamente por quatro eixos viários que estão diretamente ligados a formação inicial do que hoje é conhecido como o 2º distrito: Rua 24 de Janeiro, Rua Boulevard Augusto Montenegro, Rua Nossa Senhora da Conceição e Rua 15 de outubro. Conta com a maior parte do patrimônio edificado original e pouco alterado de relevante interesse patrimonial em todo o centro histórico. Possui em sua malha um traçado urbano orgânico espontâneo, com destaque ao traço e à influência Boulevard. As edificações apresentam-se em sua maioria térreas com algumas poucas em dois pavimentos. Os bens são representativos de uma arquitetura vernacular de madeira, além de outros exemplares em alvenaria. O setor é muito antigo as atividades são desativadas. Há comércio e serviços, além do uso residencial que evidencia, no trecho da Rua Boulevard Augusto Montenegro há espaços livres que se destacam de visadas do Rio Acre e possibilitam a comunicação entre o ambiente construído e o natural. Existe um fluxo de transporte fluvial entre os bairros Quinze e o Aeroporto Velho, com o deslocamento e a permeabilidade facilitada por essa prática tradicional.

**Problemas**

- Espaços públicos e edificações degradadas;
- Conjunto edificado de relevante interesse cultural em risco pela pressão, falta do uso, abandono e modificação para adequação aos novos usos;
- Área comercial e de serviços com dinâmica degradante principalmente nos seguintes eixos viários: Rua Boulevard Augusto Montenegro, Rua 24 de Janeiro e Rua Nossa Senhora da Conceição;
- Área desprovida de vegetação nos espaços públicos e privados.

**Potencialidades**

- Área de extremo valor histórico dada a ligação direta com a origem da cidade;
- Traçado urbano antigo preservado e concentração de bens arquitetônicos com a integridade e autenticidade, com as características morfológicas e tipológicas pouco afetadas e em alguns casos, conservadas;
- Apego paisagístico das visadas permeáveis em alguns trechos de percurso do Boulevard que descrevem a paisagem enclausurada pelo Rio Acre;
- O uso residencial das edificações na Rua 15 de outubro garante a permanência das estruturas físicas originais dos exemplares de relevante interesse cultural;
- Eixo de travessia fluvial de pedestre entre os bairros do Quinze e Aeroporto Velho.



Figura 39 - Setor 10. Rua Boulevard Augusto Montenegro. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 40 - Setor 10. Rua 15 de outubro. Fonte: IPHAN/AC, 2010.



Figura 41 - Setor 10. Rua 15 de outubro. Fonte: IPHAN/AC, 2010.

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), 2011.

Aproximando-se mais das questões patrimoniais, e também para fazer um comparativo com o estudo de inventário do IPHAN/AC, no próximo item será feito um breve histórico sobre a legislação neste âmbito na esfera estadual e municipal durante os anos para, assim, verificar as divergências e confluências das práticas institucionais em relação ao discurso oficial da “acrianidade”. Ou seja, apesar do “resgate” da identidade local que se pretendia na época, busca-se aqui investigar o que vem sendo considerado enquanto passível de proteção patrimonial e representante da cultura local.

### 5.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL MUNICIPAL

Comparadas às ações em prol da preservação patrimonial na maioria dos Estados brasileiros, as práticas institucionalizadas neste âmbito no Acre são muito recentes. Segundo Carvalho, “Datam do início da década de 1980 as primeiras solicitações ao IPHAN de tombamento de bens imóveis, bem como das declarações e aberturas de processos para tombamento pelo estado do Acre e pela prefeitura municipal de Rio Branco”<sup>370</sup>. Somente em 1999 vem a ser criado o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural (CEPHC)<sup>371</sup>. Pouco tempo após a criação do CEPHC, datam-se do ano de 2000 as primeiras portarias que visavam a criação de polígonos de proteção referentes à criação dos sítios históricos referentes ao 1º e 2º Distritos de Rio Branco, o que, nas palavras de Carvalho<sup>372</sup>, “significou o reconhecimento de uma expressiva porção territorial e a sua constituição física, a natural e a agenciada pelo homem, ligada diretamente à origem e à formação dessa cidade”, como pode ser observado no Mapa 05 a seguir.

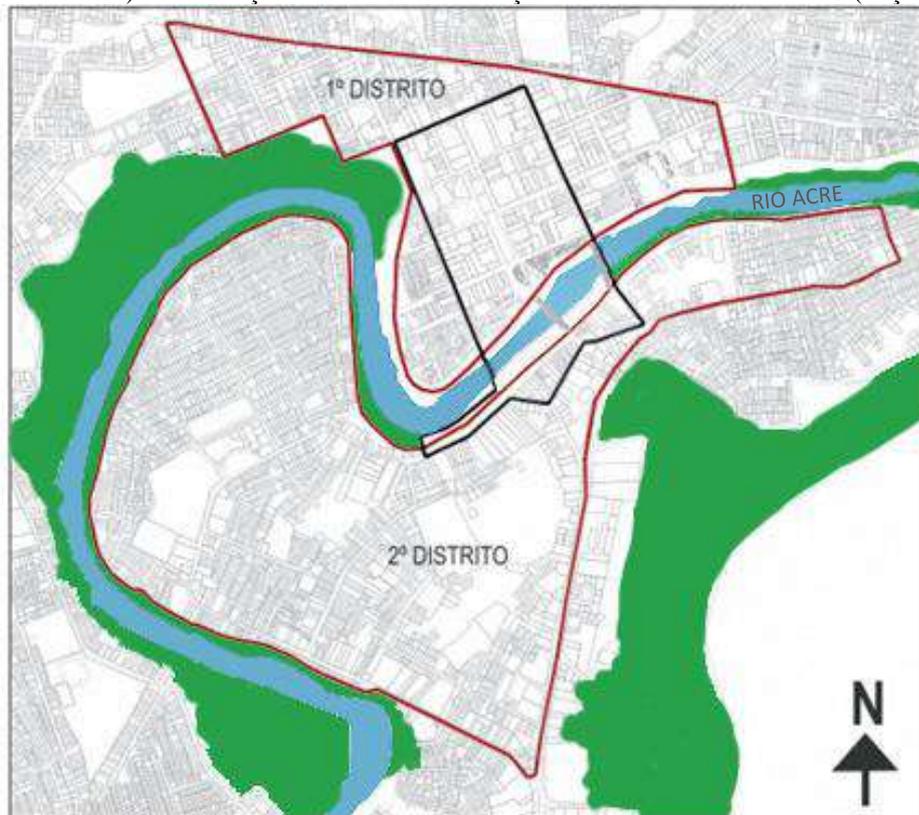
---

<sup>370</sup> CARAVALHO, 2016, p. 140.

<sup>371</sup> Segundo o Artigo 30 da Lei nº 1294/1999, que institui o conselho, deveriam integrá-lo: o Presidente da FEM, na condição de membro nato; o Chefe do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da FEM, na condição de membro nato; um representante da Secretaria de Estado de Educação; um representante do Departamento de Turismo da Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Turismo; um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA; um representante escolhido e indicado pelo conjunto das entidades representativas das nações indígenas do Acre; um representante escolhido e indicado pelo conjunto das entidades representativas do setor cultural artístico; um representante da Fundação Universidade Federal do Acre; um representante do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; e um representante do Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC.

<sup>372</sup> CARAVALHO, *op. cit.*, p. 140.

Mapa 05 – Mapa produzido no estudo do IPHAN/AC em parceria com o PAC-CH/UNESCO com base nas proposições estaduais de delimitação dos polígonos dos sítios históricos do 1º e 2º Distritos de Rio Branco (traçado vermelho) e delimitação da Zona de Preservação Histórico-Cultural – ZPHC (traçado preto)



Fonte: IPHAN, 2011. Colorida pelo autor, 2011.

Tais portarias perduraram por quase uma década. Porém, em 2010 foi publicada uma resolução deste mesmo conselho<sup>373</sup> que revogou as portarias que criavam os dois polígonos de proteção supracitados, extinguindo os processos de tombamento destas áreas, o que nos parece como divergências de ideias entre os membros do conselho. Em troca, esta resolução oficializou a abertura de processo para tombamento de 15 bens edificadas contidos no perímetro extinto, entre eles 2 conjuntos urbanos e 13 imóveis individuais. De acordo com a Planilha de bens tombados e em processo de tombamento no Estado do Acre da Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM, um destes imóveis, na Rua Benjamin Constant, já teria sido demolido e não conseguimos identificar. Assim, o Quadro 05 a seguir ilustra os bens elegidos para processo de tombamento após a revogação dos polígonos referentes aos sítios históricos do 1º e 2º Distritos.

<sup>373</sup> Resolução n.19/2010-CEPHC.

Quadro 05 – Bens eleitos para tombamento na Resolução n.19/2010-CEPHC

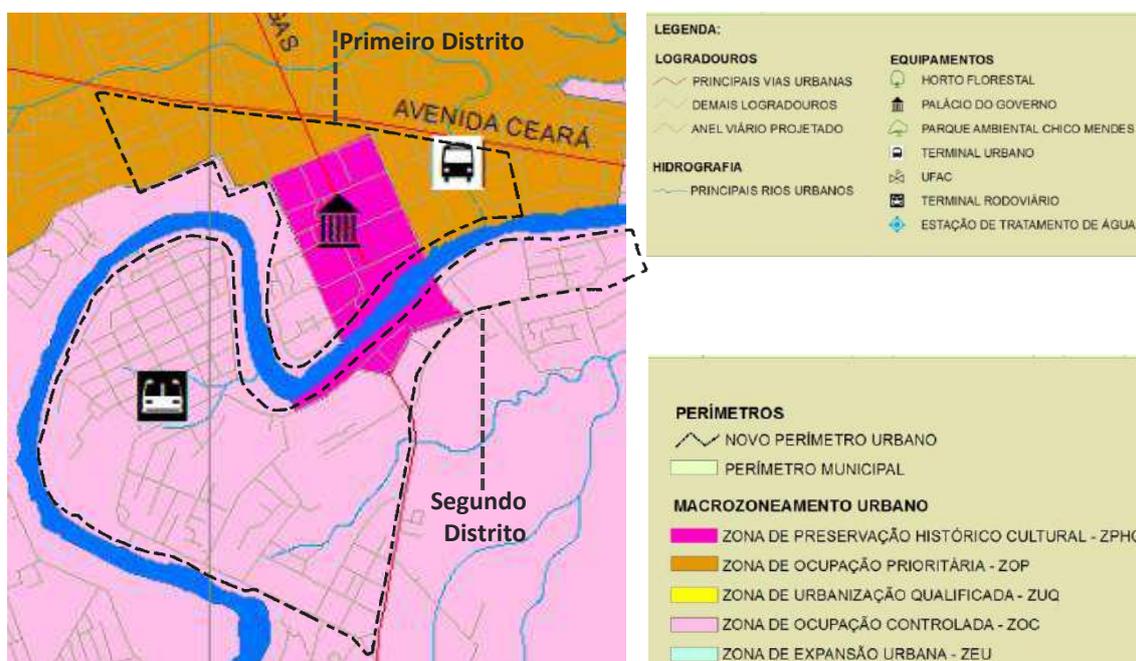
<b>Bens Isolados</b>		
		
Associação Tentamen	Árvore da Gameleira	Palácio do Bispo
		
Batalhão da Polícia Militar do Acre	Antiga SUCAM	Colégio Barão do Rio Branco
		
Sede social do Rio Branco Futebol Clube	Residência – Av. Brasil n 137	Residência Particular - Rua Acre
		
Residência - Rua N. S. da Conceição	Residência - Rua Eduardo Assmar	Residência – Rua 24 de Janeiro (foi incendiada)
		
		Residência – Rua Cunha Matos
<b>Conjuntos</b>		
		
Conjunto da Fachada da Rua Eduardo Assmar (Calçadão da Gameleira)	Conjunto arquitetônico do Entorno do “Novo Mercado Velho”	

Fonte: Do autor, baseado na Planilha de bens tombados e em processo de tombamento no Estado do Acre da Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM, atualizada em 2020.

Em paralelo a este processo, na escala municipal, o Plano Diretor Participativo de Rio Branco publicado pela primeira vez em 2006, propunha duas contribuições para a preservação do patrimônio cultural e da paisagem de Rio Branco: A primeira, a delimitação de uma Zona de Preservação Histórico-Cultural - ZPHC (Figura 116), correspondente ao núcleo inicial de formação da cidade dividido pelo Rio Acre. Segundo o Artigo 118 do Plano Diretor de 2006<sup>374</sup>:

A ZPHC corresponde ao território com edificações e ambiências de valor histórico e áreas com elevado valor cultural, sistema viário característico a ocupação original, com baixa capacidade de tráfego. **Parágrafo único.** Os principais objetivos da disciplina de uso e ocupação do solo e de utilização de instrumentos urbanísticos são: **I** - preservar, revitalizar e conservar o patrimônio histórico, paisagístico, ambiental e cultural; **II** - promover a identidade cultural; **III** - incentivar o uso artístico-cultural; **IV** - complementar a infra-estrutura existente.

Figura 116 – Delimitação das Zonas de Preservação Histórico-Cultural – ZPHC no Plano Diretor de 2006 e perímetros extintos dos Sítios Históricos do Primeiro e Segundo Distritos (tracejado)



Fonte: RIO BRANCO, 2006. Adaptado pelo autor, 2021.

Percebe-se que a área delimitada como ZPHC restringe-se em sua maior parcela ao lado do 1º Distrito da cidade, no lado esquerdo do Rio Acre, como um recorte do Plano Penápolis mencionado no Capítulo 3. Do 2º Distrito a delimitação contempla apenas a rua lindeira a margem do rio, área que sofreu as intervenções urbanas pelo Estado no ano de 2002 com as caráter cenográfico do centro histórico, correspondente ao atual Calçadão da Gameleira.

<sup>374</sup> RIO BRANCO. Lei nº 1611 de 27 de outubro de 2006. Aprova e Institui o novo Plano Diretor do Município de Rio Branco e dá outras providências. Capítulo II – Do zoneamento. Art. 118. Disponível em: <<http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/legislacao/plano-diretor/>>. Acesso em 10 de mar. de 2021.

A segunda contribuição do Plano Diretor de 2006 corresponde a identificação de Áreas de Especial Interesse em que, segundo o Artigo 195, foram instituídas nas seguintes categorias:

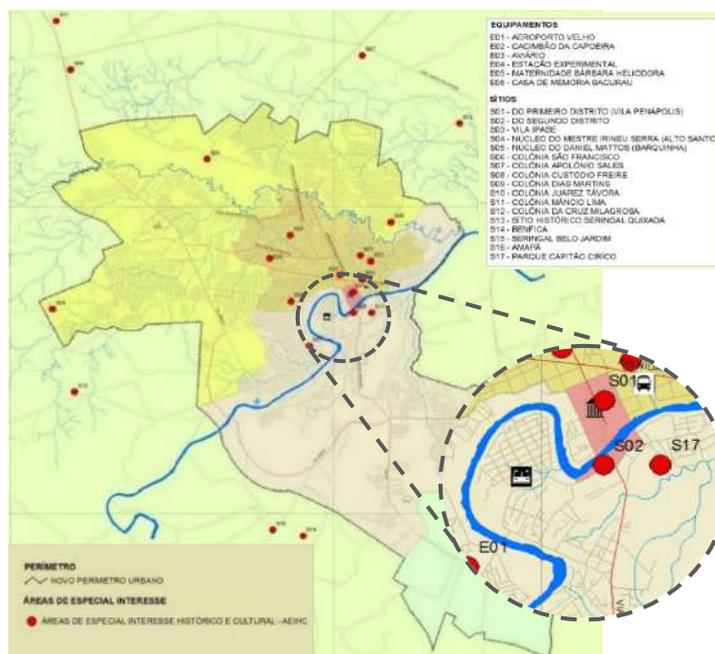
**I** - Áreas de Especial Interesse Ambiental - AEIA, destinadas à preservação ambiental;

**II** - Áreas de Especial Interesse Social - AEIS, destinadas à promoção pelo Poder Público de programas específicos de regularização fundiária e urbanização;

**III** - Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AEIHC, destinadas à implementação de planos e programas voltados à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos.

As Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural – AEIHC foram pontuadas por sítios e equipamentos dispersos e isolados, que também ultrapassam por vezes o limite da área central histórica de Rio Branco e se encontram espalhadas pelo território municipal, como pode ser visto na Figura 117.

Figura 117 - Mapa Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural – AEIHC em Rio Branco. Destaque para a área da região central da cidade



Fonte: RIO BRANCO, 2006. Adaptado pelo autor, 2021.

Em contrapartida, o referido Plano Diretor sofreu alterações em 2008 mostrando intenções desconexas em relação a preservação da área central histórica da cidade. Diferente da versão de 2006, que tinha parâmetros urbanísticos coerentes e que respeitavam a escala da paisagem da área, a versão de 2008 passou a permitir gabaritos de doze pavimentos, quando

antes o máximo era quatro<sup>375</sup>. Além disso, o coeficiente de aproveitamento passou a ser quatro, muito acima do que deveria ser proposto para uma área de valor histórico e cultural tendo em vista a sua preservação. Percebe-se claramente a instabilidade da vigência de cada proposição legal referida, sendo parte delas extinta sem quaisquer critérios claros. Além disso, segundo Carvalho<sup>376</sup>, o próprio Plano Diretor, “[...] instrumento maior de política urbana municipal, traz textualmente intenções plurais de funções sociais da propriedade e da cidade, do direito à cidade, do desenvolvimento sustentável, entre tantos outros princípios, que não se desdobram na prática da gestão [...]” na cidade.

O Plano Diretor de Rio Branco vem passando por processos de revisão desde 2015. Assim, a Zona de Preservação Histórico-Cultural – ZPHC passou a ser chamada de Zona de Interesse Histórico e Cultural<sup>377</sup> - ZIHC (Mapa 06). Abrangendo agora três polígonos: além da delimitação já prevista na versão de 2006 (na cor vermelha), foram incluídas as áreas em laranja, referentes a continuação do traçado urbanístico e paisagístico do Plano Penápolis, e em amarelo, referente ao Primeiro Arruamento da cidade/Plano Acauã Ribeiro. Observa-se ainda uma redução da área em relação aos polígonos extintos que definiam os sítios históricos do 1º e 2º Distritos, como pode ser visto na Mapa 06 a seguir. É importante enfatizar o fato de a delimitação de “Zona de Proteção Histórico-Cultural” passar a ser “Zona de Interesse Histórico e Cultural”, configurando um enfraquecimento do instrumento no que diz respeito a preservação. Vale observar ainda que as delimitações propostas nesta revisão não preveem áreas de amortecimento ou entorno em relação a área prevista como Zona de Interesse Histórico e Cultural.

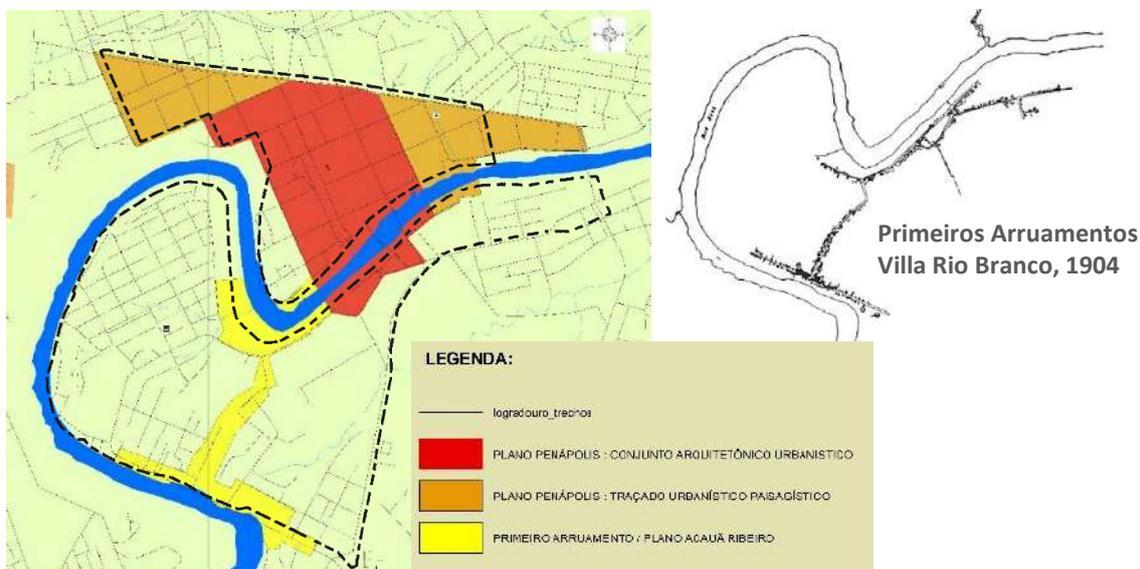
---

<sup>375</sup> CARVALHO, 2016.

<sup>376</sup> *Ibid.* p. 140.

<sup>377</sup> RIO BRANCO. Lei nº 2222 de 26 de dezembro de 2016. Aprova e institui a revisão do Plano Diretor do Município de Rio Branco e dá outras providências. Disponível em: <<http://portalcg.m.rriobranco.ac.gov.br/portal/legislacao/plano-diretor/>>. Acesso em 10 de mar. de 2021.

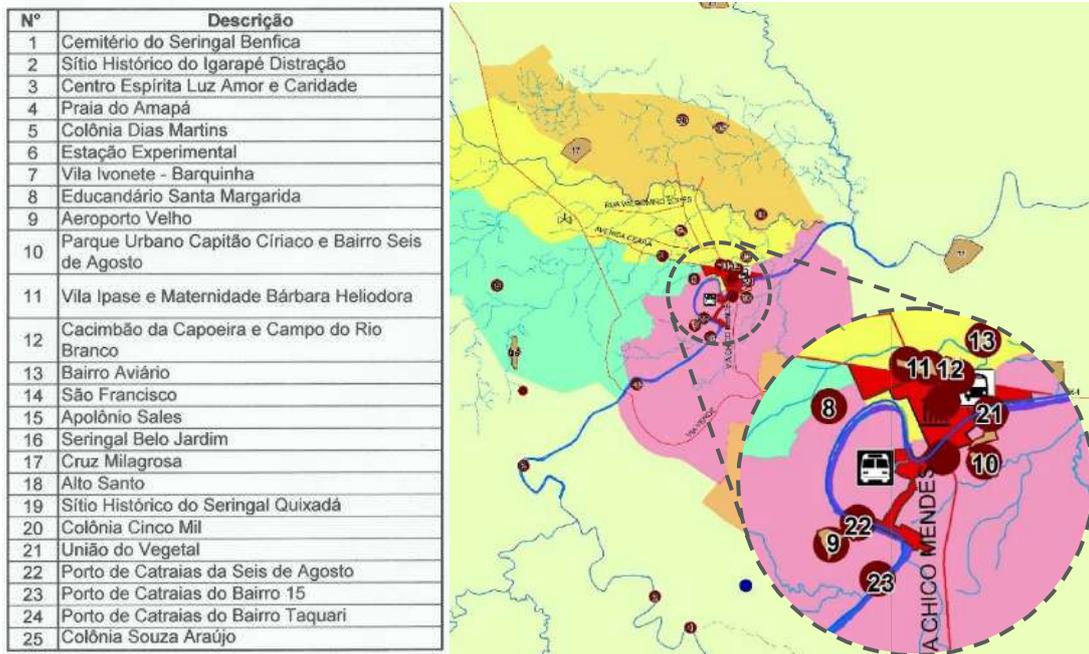
Mapa 06 – Mapa de delimitação da Zona de Interesse Histórico e Cultural de Rio Branco proposta na revisão do Plano Diretor de 2016 e sobreposição dos polígonos extintos dos sítios históricos do 1º e 2º Distritos (tracejado).



Fonte: RIO BRANCO, 2016. Adaptado pelo autor, 2021.

Com a extinção dos perímetros dos Sítios Históricos do 1º e 2º Distritos em 2010, atualmente não existe nenhum perímetro de tombamento no centro histórico de Rio Branco, apenas as proposições de Zonas de Interesse Histórico e Cultural supracitadas. Os estudos feitos pelo Iphan/AC em 2011 que serviram de base para esta última revisão do Plano Diretor parecem ter sido incorporados de forma mais efetiva nas proposições para as Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural – AEIHC, quando comparadas às proposições de 2006. Na proposição da atual revisão do Plano Diretor foram elencados quinze novos itens a serem preservados (Figura 112), entre equipamentos urbanos, bairros, sítios, aéreas relacionadas a práticas religiosas ligadas a Ayuaska e também os geoglifos espalhados pelo território acreano. No que tange a área central histórica, chama a atenção a inclusão dos portos de Catraias dos Bairros Seis de Agosto, Bairro 15, demonstrando uma intenção de proteção para além dos edifícios ilosados ou formação de conjuntos arquitetônicos, sugerindo a importância da proteção da paisagem vernacular da cidade de forma mais abrangente como nos mostra a Figura 118.

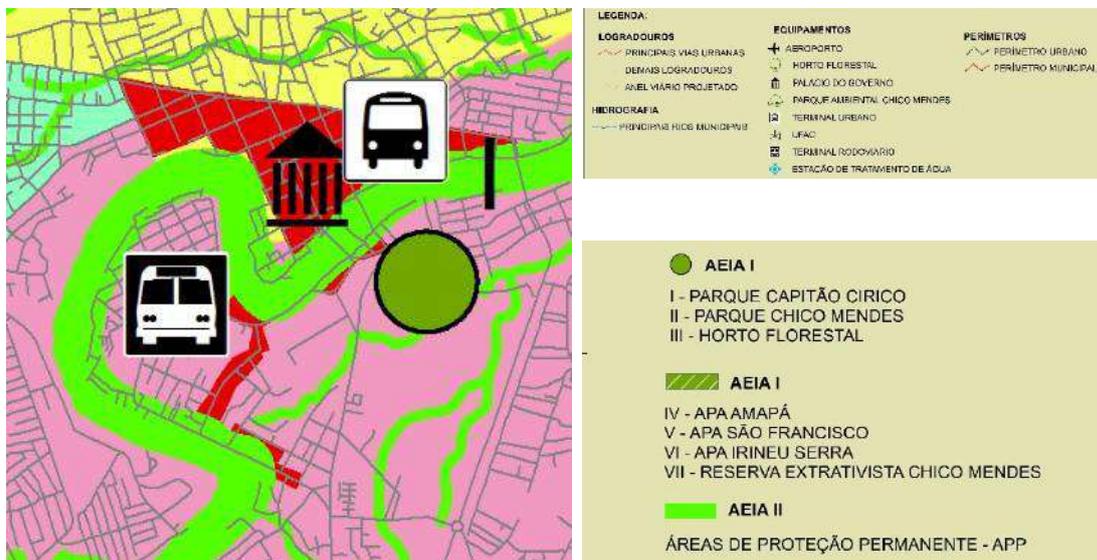
Figura 118 – Mapa de Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural propostas na revisão do Plano Diretor de 2016



Fonte: RIO BRANCO, 2016. Adaptado pelo autor, 2021

Já sobre as Áreas de Especial Interesse Ambiental – AEIA na área central de Rio Branco, o Plano Diretor delimitou o Parque Capitão Ciriaco e o próprio Rio Acre, este último enquanto Área de Proteção Permanente – APP (Figura 119).

Figura 119 – Mapa das Áreas de Especial Interesse Ambiental – AEIA na área central de Rio Branco propostas na revisão do Plano Diretor de 2016



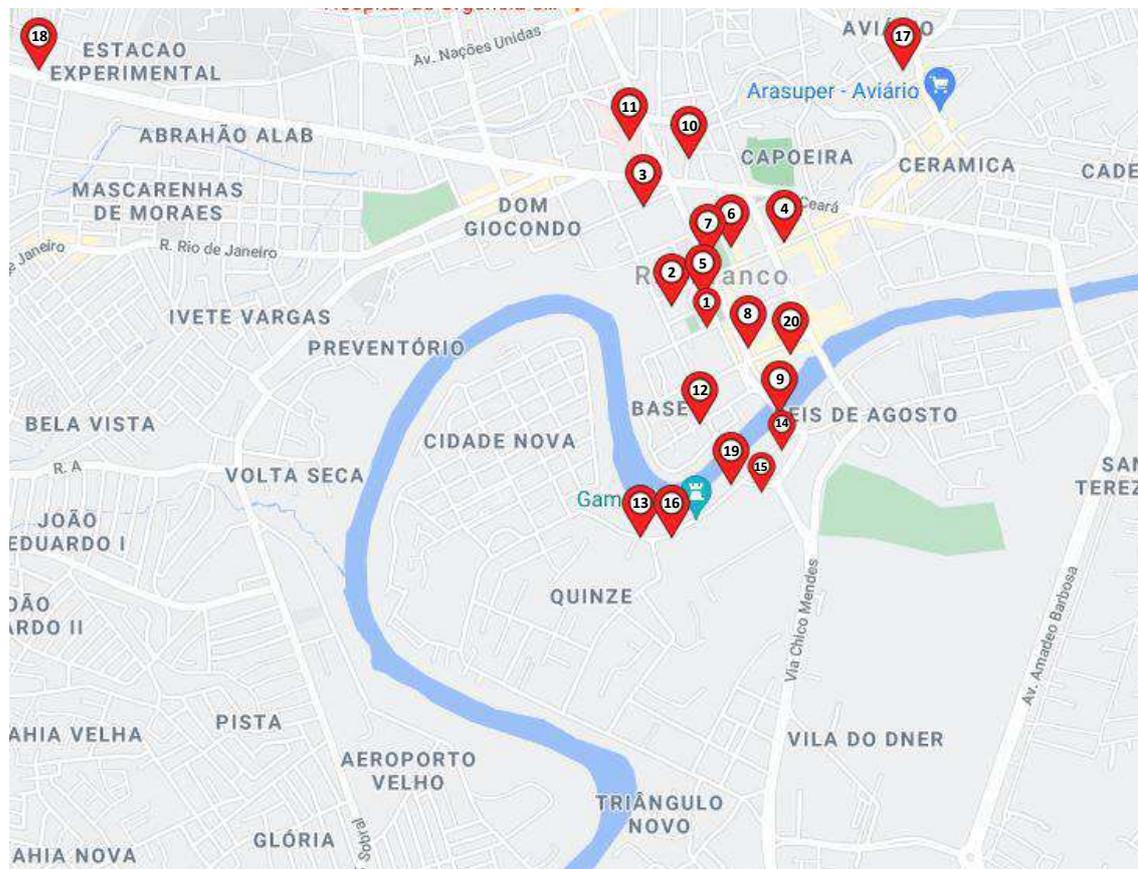
Fonte: RIO BRANCO, 2016. Adaptado pelo autor, 2021

Diante deste panorama, no tópico seguinte se analisa o processo de tombamento a nível estadual atualmente em curso para a área central histórica de Rio Branco solicitado pela Fundação Cultural do Estado, a Fundação Elias Mansour – FEM em 2015, como destacado na linha-síntese da Figura 100. Entre edificações isoladas e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, identificou-se quais critérios estão sendo levados em consideração para as proposições de proteção patrimonial.

#### 5.4 AS INTENÇÕES DE TOMBAMENTO NO ÂMBITO ESTADUAL: O QUE PRETENDE SER PROTEGIDO ENQUANTO PATRIMÔNIO?

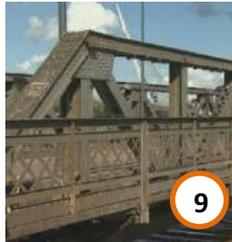
Como foi comentado no item 5.2 deste capítulo, no ano de 2015 o Governo do Estado, tendo como interveniente a Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM, propõe um convênio com o Iphan/AC para o desenvolvimento de novos estudos arquitetônicos e urbanísticos que forneçam subsídios à definição de instrumentos de proteção para um total de 41 bens em diversos municípios do Estado do Acre que já encontram-se em processo de tombamento na escala estadual, para aplicação da metodologia de inventário e gestão do sistema de inventário próprio do Iphan, o SICG/IPHAN. Este convênio foi executado a partir a contratação de nova pessoa jurídica terceirizada para a realização dos estudos, neste caso, a empresa URBANOCON – Consultas Urbanas, Assessoria e Gerenciamento de Projetos Ltda, do Rio de Janeiro, contratada em dezembro de 2018. Para a cidade de Rio Branco, foram identificados 20 bens, como pode ser observado no Mapa 07 e Quadro 06 a seguir:

Mapa 07 – Localização dos bens indicados para tombamento estadual



Fonte: Google Maps. Adaptado pelo autor.

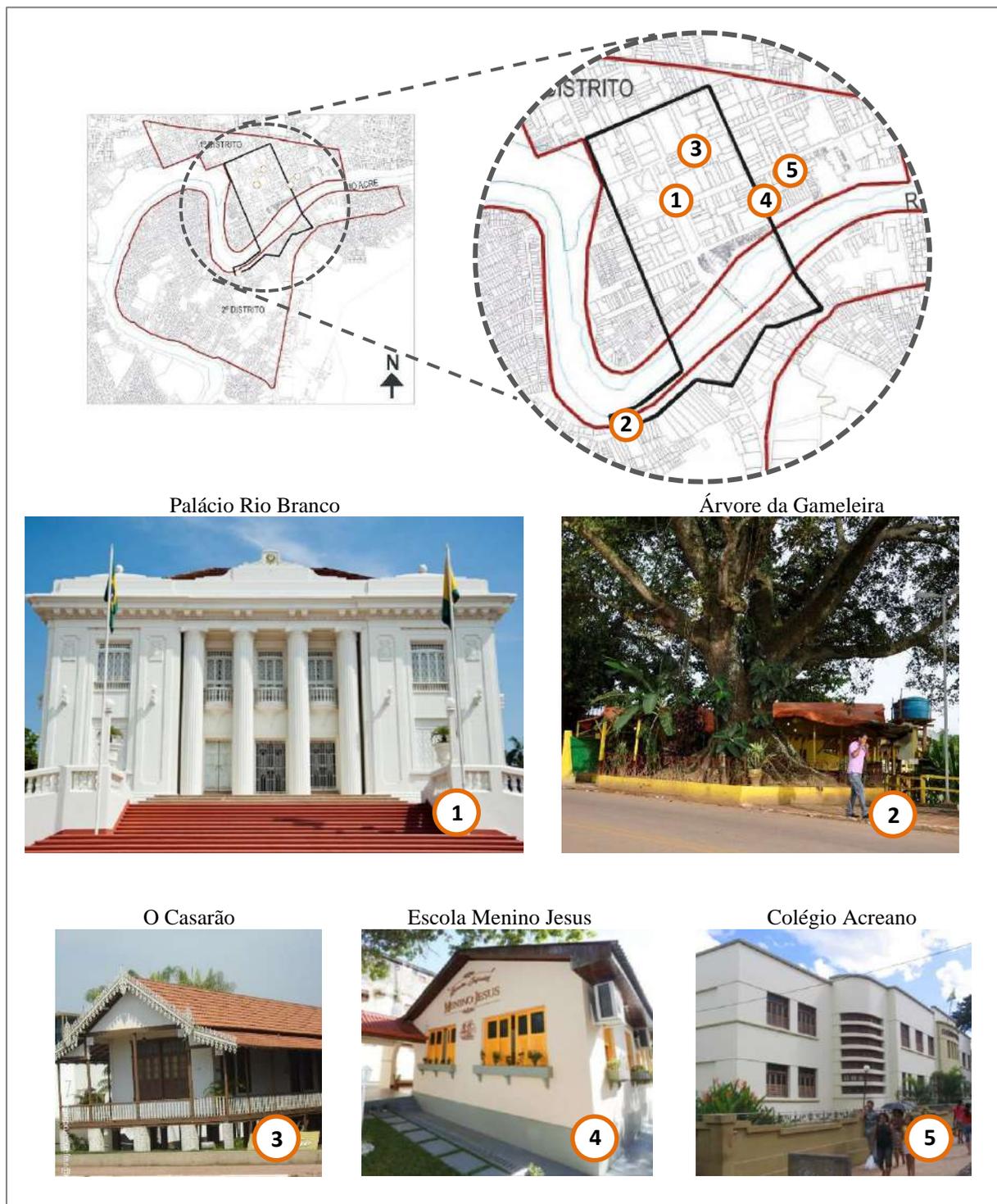
Quadro 06 – Bens indicados para tombamento a nível estadual

<b>Bens Isolados</b>			
			
			
			
			
			
		<p>1 – Palácio da Justiça            2 – Catedral N. S. de Nazaré            3 – SBORBA            4 – Residência Av. Brasil            5 – Palácio do Bispo            6 – Quartel da Polícia M. Branco            7 – Colégio Barão do Rio Branco            8 – Residência Av. Brasil            9 – Ponte JK</p>	<p>10 – SUCAM            11 – Maternidade            12 – Residência Rua Acre            13 – Residência Rua N. S. Conceição            14 – Residência R. Eduardo Assmar            15 – Tentamen            16 – Resid. R. Cunha Matos            17 – SEAP            18 – FUNBESA (castelinho)</p>
<b>Conjuntos</b>			
			
			<p>19 – Conjunto da Fachada da Rua Eduardo Assmar (Calçada da Gameleira)            20 – Conjunto Arquitetônico do entorno do "Novo Mercado Velho"</p>

Fonte: Do autor, 2021.

Fora os bens supracitados, sabe-se também da proteção a nível estadual já existente do Palácio Rio Branco, da árvore da Gameleira, da escola Menino Jesus, do Casarão, do Colégio Acreano (Quadro 07) e do Acervo de Artes da Assembleia Legislativa do Acre (ALEAC):

Quadro 07 – Bens que possuem proteção a nível estadual



Fonte: Do autor, 2021.

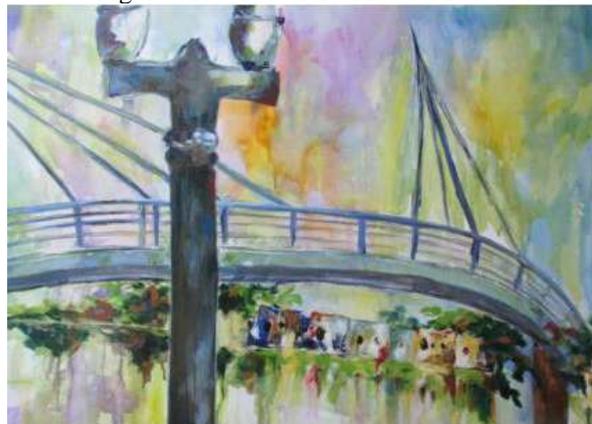
Dos bens que já possuem proteção a nível municipal ou estadual, chama à atenção o conjunto de obras do Acervo de Artes da Assembleia Legislativa do Acre – ALEAC, com obras adquiridas em 2008, tendo em vista a reprodução pictórica da paisagem política provenientes das renovações urbanas dos anos 2000. Sem a pretensão de reduzir essas obras a meras peças de propaganda estatal, compartilha-se aqui das palavras de Albuquerque de parecer ser necessário “[...] atentar para seus apelos imagéticos, para as subjetividades e metáforas que governam os olhares de seus criadores e, especialmente, para sua inserção no interior de uma ‘galeria de arte’ disposta a enaltecer o mito da acreanidade<sup>378</sup>”. Acreanidade esta que as paisagens panorâmicas retratadas em “Gameleira” e “Passarela” da artista plástica Deisi Mello (Figuras 120 e 121) e na obra de Laélia Rodrigues (Figura 122), parecem “[...] remeter a um povoado fantasma ou a uma maquete de lugar-nenhum, sem gente, sem ser vivente algum em seus espaços imaginários<sup>379</sup>”.

Figura 120 – Gameleira. Autora: Deise Mello



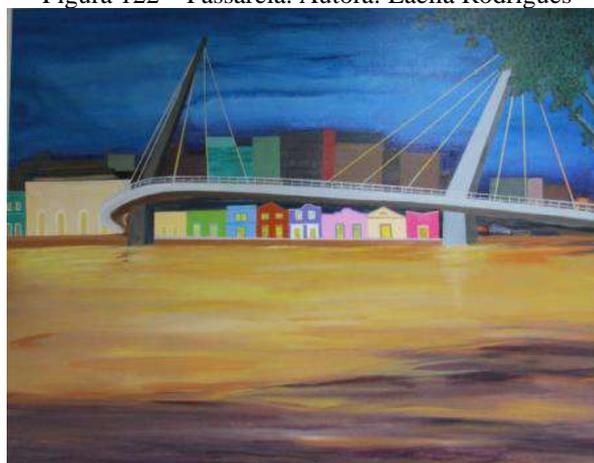
Fonte: Acervo de Artes da ALEAC.

Figura 121 – Passarela. Autora: Deise Mello



Fonte: Acervo de Artes ALEAC.

Figura 122 – Passarela. Autora: Laélia Rodrigues



Fonte: Acervo de Artes da Assembleia Legislativa do Acre (ALEAC).

<sup>378</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 346.

<sup>379</sup> *Ibidem*.

Tais pinturas fazem lembrar a afirmação de Berque de que “A pintura [de paisagem] jamais revelou, portanto, todas as formas do ambiente”<sup>380</sup>. Como também cita Olwig<sup>381</sup>, ao pontuar que afirmação de que o “assunto principal” ou tema da pintura de paisagem era o “cenário natural” - noção que permanece até hoje no senso comum - desvia a atenção das conotações politicamente carregadas de paisagem no discurso artístico e político. Neste caso, a representação de um ideal político do que se construiu como paisagem do centro histórico de Rio Branco, em detrimento da paisagem vernacular, do cotidiano da cidade. Em uma visão geral do acervo, muitas dessas imagens parecem inspiradas ou até mesmo releituras de imagens de clássicos livros de história e geografia, enciclopédias e publicações do IBGE, plataformas de instituições públicas destinadas a promover a “cultura regional”, quase sempre com viés amazonialista, como abordado no Capítulo 1 deste trabalho, como pode ser observado no Quadro 08 a seguir:

Quadro 08 – Obras do Acervo da Assembleia Legislativa do Acre - ALEAC



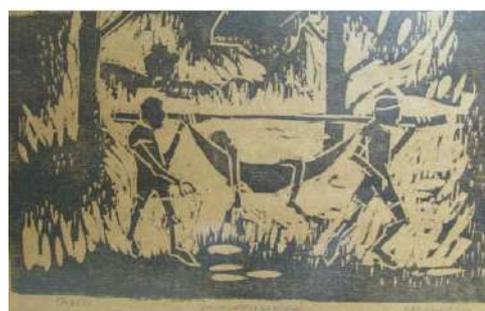
Tímidas. Autor: Ueliton Santana. 160x110cm.



Defumador. Autor: Jorge Rivasplata. 150x85cm.  
Adaptada pelo autor, 2021.



Série Seringueiros. Autor: Dalmir Ferreira. 80x60cm.



Série Seringueiros. Autor: Dalmir Ferreira  
80x60cm.

Fonte: Acervo de Artes da Assembleia Legislativa do Acre (ALEAC).

<sup>380</sup> BERQUE, 2013, p. 8.

<sup>381</sup> OLWIG, 2002.

Albuquerque ressalta a coexistência, não por acaso, dos selecionados monumentos e símbolos de poder, fachadas recriadas, calçadas, mercados, pontes, passarelas, entre outros, que são tematizados com certa insistência, [...] como se procurassem fundir as ideias de ‘povo acreano’, ‘governo acreano’, ‘identidade acreana’, em idealizações repetitivas ao lado de mitificadas figuras do pitoresco mundo amazônico: índios e seringueiros (tomados como categorias étnicas), florestas, rios e outros seres da selva”<sup>382</sup>.

Neste sentido, observa-se que no atual processo de cadastro dos bens listados para tombamento pelos órgãos locais fica nítida a prioridade dada às edificações e símbolos provenientes do período de modernização da cidade, construídos em alvenaria, com escala monumental, caracterizados como marcos políticos das primeiras gestões do território até a metade do século XX relacionados a figuras centrais como Hugo Carneiro e Guiomard Santos. Ainda que estejam sendo incluídas a árvore da Gameleira e algumas edificações isoladas mais singelas, o recorte escolhido apresenta edificações da primeira fase de tentativa de higienização da paisagem vernacular da cidade, mais rebuscadas em sua forma e que, em sua maioria, pertenceram às famílias ricas que se estabeleceram em Rio Branco.

Este processo em curso ignora muitos aspectos abordados no estudo realizado pelo Iphan/AC em 2011, como o fato de algumas áreas e edificações mencionadas anteriormente não terem sido contempladas neste novo cadastro, assim como algumas áreas definidas no Plano Diretor como AEIHC, como os Portos das Catraias e o próprio Bairro 6 de Agosto. Além disso, diferente do inventário de 2011, não fica claro neste processo em curso as questões referentes às reinvenções do casario às margens do Rio Acre com características de pastiche ou “falso histórico”, neste caso, o entorno do Novo Mercado Velho e as fachadas do calçadão da Gameleira. Estes dois são, inclusive, contemplados no processo, pois estão incluídos na lista de bens em processo de tombamento a nível estadual desde 2010.

Segundo as fichas de cadastro referentes ao Conjunto Arquitetônico da Fachada da Rua Eduardo Assmar (atual calçadão da Gameleira), o conjunta consta como “muito alterado” e em estado de conservação “precário”. No entanto, consta na descrição da ficha apenas que:

No ano de 2002 o governo do Estado, através da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, buscando recuperar importante sítio histórico em acentuado estado de degradação na cidade de Rio Branco, bem como despertar o sentimento de pertencimento da sociedade, proteger os prédios ainda existentes de valor histórico e cultural, melhorar a qualidade de vida da população do 2º Distrito, desenvolve projeto de recuperação do núcleo de formação da cidade de Rio Branco. As transformações efetuadas neste espaço foram estruturantes, pois era preciso conter o desbarrancamento do rio. Desta forma, foi construído o acostamento do rio, o qual

---

<sup>382</sup> ALBUQUERQUE, 2019, p. 352.

transformou-se em calçadão, construção das fachadas de 27 prédios, destacando que dentre esses, alguns ainda mantinham características originais, sendo efetuadas intervenção apenas na fachada. Para essa reconstrução foi utilizado os traços arquitetônicos originais que datam da década de 1940<sup>383</sup>.

Os responsáveis pela elaboração das fichas do conjunto, ao mesmo tempo que comentam que foram “[...] efetuadas intervenção apenas na fachada” das edificações que ainda resguardavam traços originais, apontam a “reconstrução” utilizando traços originais da década de 1940, quando tem-se provas concretas que a intervenção se mostra como uma escolha realizada de forma arbitrária de uma linguagem arquitetônica que não condiz com nenhum traço da história da cidade, muito mais voltada a influência política com o intuito de materializar uma paisagem idealizada com apelo turístico. No relatório de sistematização das informações para desenvolvimento do dossiê de tombamento, os técnicos da empresa contratada responsável pelos estudos argumentam que:

Os pequenos prédios, de fachada, em sua maioria estreita, compostos de térreo ou dois pavimentos, compõe um conjunto bastante heterogêneo seja em estado de conservação, estilo e principalmente autenticidade, tendo em vista que um projeto recente de revitalização da área impôs alguns modelos de fachada, ditas, à época, pós-modernas, utilizando uma paleta de cores preconizada naquela ocasião. Deste conjunto, destacam-se, entretanto, algumas construções em madeira, com telhado formando fachadas com frontão triangular, com beirais guarnecidos de lambrequins, que se destacam pela autenticidade<sup>384</sup>.

E concluem na proposição que:

Malgrado as sucessivas alterações que o conjunto de fachadas apresenta, é inegável sua importância, até por essa heterogeneidade, para contar a história da cidade de Rio Branco. Entende-se que incluir este trecho em um eventual tombamento de conjunto paisagístico teria méritos inegáveis, desde que se o compreenda como um subconjunto, inserido dentro da lógica portuária, onde se encontram também a ponte Juscelino Kubistchek e as ocupações da outra margem. Vale ressaltar que alguns poucos imóveis identificados pelos lambrequins mereceriam um tombamento individual, particularmente cobertura, fachadas e volumetria, assim como ações mais efetivas de proteção que eliminem eventuais riscos físicos<sup>385</sup>.

Mesmo mencionando a importância do tombamento individual dos imóveis de madeira ainda remanescentes, estes não apresentam fichas de tombamento individual no processo. Já nas fichas de cadastro para o entorno do “Novo Mercado Velho” (Mercado Municipal), o conjunto arquitetônico está classificado como em “bom” estado de preservação e conservação, assinalada também a opção que o considera como “pouco alterado”. Nas palavras dos técnicos responsáveis no relatório do dossiê de tombamento:

---

<sup>383</sup> IPHAN, 2015. Informação retirada do processo de tombamento estadual em curso, iniciado em 2015 utilizando a metodologia de cadastro de bens do IPHAN, Processo nº 014230004532015-12.

<sup>384</sup> *Ibidem*.

<sup>385</sup> *Ibidem*.

Os imóveis se encontram no entorno do Mercado Velho, apresentam heterogeneidade de estilos arquitetônicos, especialmente na face do logradouro oposta ao mercado. A face de quadra do Mercado apresenta edificações reformadas atendendo a projeto paisagístico semelhante ao empreendido na área conhecida como Gameleira, imprimindo ao conjunto certa homogeneidade, a partir dos traços arquitetônicos característicos do Art Decó e do Proto-Modernismo. A homogeneidade buscada neste trecho remodelado conformou escala bastante adequada à sua apreensão desde a rua que o atende – Epaminondas Jácome, até as visadas que se permitem da outra margem do Rio e das travessias impostas sobre este. As edificações apresentam dois ou três pavimentos, e sua utilização como casas de comércio dinamiza a área, o que familiariza os usuários com a amigável escala desta cidade, conforme se compreende planejada para a nova ocupação. O estado de conservação geral das fachadas é bom e o estado geral de preservação é pouco alterado como conjunto, embora a iconografia tenha permitido verificar a completa remodelação de algumas unidades.

E justificam a proposição de tombamento ao argumentar que:

Do mesmo modo que do outro lado do Rio Acre, as sucessivas remodelações, que buscaram dotar o conjunto de certa homogeneidade, prejudicaram a sua autenticidade. No entanto, a condição presente da escala predial e a forma com que este agrupamento facilita a transição da cidade planejada à margem do Rio Acre, se apresenta como testemunho material da história desta capital. Este trecho, portanto, pode ser compreendido como um subconjunto do conjunto paisagístico a ser protegido, inserido na lógica da cidade portuária, comentada também nos itens referentes à Ponte Juscelino Kubistchek e o Conjunto de Fachadas da Rua Eduardo Assmar. Desta forma, sugere-se salvaguardar no conjunto as características de implantação e volumetria que remetem às primeiras ocupações das margens do Rio Acre.

Vale reforçar que não existem conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos na cidade de Rio Branco, mesmo que se considere a heterogeneidade das fachadas da Gameleira, como consta no argumento dos técnicos ao desconsiderar o pastiche das recriações realizadas nos anos 2000. As edificações que carregam em si traços da paisagem vernacular de Rio Branco encontram-se pulverizadas no território, sendo difícil ter uma leitura enquanto conjunto, sobretudo após tantas intervenções. Em síntese, o que fica claro no processo é que, ao passo em que se valoriza a paisagem cenográfica de caráter político criada, são ignoradas áreas onde a paisagem vernacular de fato pode ser ainda experienciada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMO PROTEGER ESSA PAISAGEM ACREANA?

A partir do panorama abordado na pesquisa foi possível apreender que a paisagem pode ser considerada como um reflexo da sociedade que a compõe e, de forma mais abrangente, como representação cultural, coletiva e/ou individual<sup>386</sup>, aqui observada sob a ótica de duas modalidades paisagísticas coexistentes. Procurou-se aqui extrapolar os conceitos cristalizados em relação a paisagem que a relacionam exclusivamente a aspectos naturais, ornamentais e pitorescos, passando a questionar a relação entre a paisagem e o poder político. Percebeu-se que a classe dominante, nesse caso, o gesto político de construir a paisagem, em menor ou maior grau, se sobressai sobre a paisagem vernacular. Porém, mesmo com o protagonismo que toma a paisagem política, como aponta John B. Jackson, não é possível dissociá-la da paisagem da vida cotidiana pois, “[...] fazer parte de uma paisagem, obter nossa identidade dela é uma pré-condição essencial de nosso estar no mundo, no mais solene significado da frase. É o significado muito expandido da paisagem que torna uma nova definição tão necessária agora<sup>387</sup>. Portanto, não é apenas em função do seu pertencimento ou com determinado ideal estético que devemos considerar as paisagens, mas também pelo modo como estas satisfazem algumas necessidades “existenciais”, do ser humano que são, sobretudo, necessidades afetivas e sociais<sup>388</sup>.

Nesta pesquisa foi traçada uma linha de investigação por meio das noções de paisagem vernacular e paisagem política, rebatidas na realidade da paisagem de Rio Branco, tendo a fotografia como apoio material de análise para compreensão da representação que a cidade adquiriu no decorrer dos anos após as diversas intervenções urbanas as quais foi submetida e como estas vêm repercutindo nas questões da legislação patrimonial e das proposições de tombamento por parte do Estado.

A análise iconográfica do álbum fotográfico *Encontro da História do Acre – Estado 50 anos*, permitiu perceber que no imaginário social da primeira década dos anos 2000, quando o álbum foi produzido, os aspectos monumentais e de grande escala, ou seja, os descritores icônicos políticos, se sobressaíram como representação da paisagem da cidade em detrimento dos descritores vernaculares. Isso se reforça pelo fato de que, de um acervo de mais de cinquenta mil fotografias do fotógrafo Américo de Mello, apenas 11, que registram aspectos vernaculares da paisagem da cidade, foram selecionadas para compor o álbum. Questiona-se qual teria sido

---

<sup>386</sup> BESSE, 2014.

<sup>387</sup> “We have ceased to think of it as remote from our daily lives, and indeed we now believe that to be part of a landscape, to derive our identity from it is an essential precondition of our being-in-the world, in the most solemn meaning of the phrase. It is greatly expanded significance of landscape that makes a new definition so necessary now”. JACKSON, 1984, p. 147.

<sup>388</sup> BESSE, 2014; JACKSON, 1984.

a encomenda para o seu conteúdo, afinal, esta seria a paisagem da cidade escolhida para ficar para a posteridade. Já que foi visto aqui que a paisagem não é um simples conjunto de espaços organizados pelo homem, mas “É também uma sucessão de rastros, de pegadas que superpõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material. A paisagem também é um lugar de memória [...]”<sup>389</sup>. Seria ideal identificar também a circulação deste álbum. Onde foi ou está sendo vendido, o número de exemplares e verificar este impacto. Porém, o tempo de duração da pesquisa para esta dissertação limitou esta investigação ao estudo proposto.

Constatou-se que, por Rio Branco se tratar de uma cidade de ocupação territorial recente, ao compararmos à outras capitais brasileiras, há uma memória viva do tempo presente e ainda não se tem um distanciamento para que se haja maturação e reflexões acerca do seu Patrimônio Cultural e sua paisagem. Além disso, no tocante às edificações, a cidade também não dispõe de um acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico com um repertório expressivo que possa facilmente ser identificado o seu valor patrimonial.

No âmbito municipal da legislação que incide sobre o centro histórico constatou-se que a revisão do Plano Diretor de 2016 - apesar de ter a intenção de conter a verticalização massiva da área - perde força ao alterar a delimitação de Zona de Preservação Histórico-Cultural para Zona de Interesse Histórico e Cultural, fragilizando o instrumento. Ao abordarmos a trajetória da inserção do Acre na política patrimonial nacional ficou evidente que, desde a criação do IPHAN, foi atribuído valor e priorizou-se sítios históricos provenientes do período colonial brasileiro. Esta visão passou a não suprir mais as necessidades e anseios da população a partir da década de 1970, como aponta Fonseca<sup>390</sup>. No entanto, percebe-se que, apesar da flexibilização desta noção a partir da década de 1980 - quando sítios históricos heterogêneos ou de formação histórica mais recente que não são fruto da colonização luso-brasileira passaram a integrar também o catálogo de áreas tombadas e valorizadas pelo órgão - esta permanece tanto no senso comum quanto nas instituições públicas nas esferas municipais e estaduais, como é o caso do Acre e de Rio Branco.

Mesmo Rio Branco não dispendo de exemplares construídos do período do Brasil colônia, por outro lado, a maioria dos estudiosos locais ao abordarem os aspectos sociais e urbanísticos do Acre atribuem as ideias de modernidade e valor sempre atreladas às linguagens arquitetônicas importadas como neoclassicismo, ecletismo e Art Déco, todos pertencentes à

---

<sup>389</sup> BESSE, 2014, p. 33.

<sup>390</sup> FONSECA, 2005.

primeira metade do século XX. Alguns desses aspectos parecem ter sido incorporados pelo poder público local e criou-se uma valorização de determinadas linguagens arquitetônicas em detrimento de outras, assim como de algumas áreas da cidade de maior visibilidade em detrimento da paisagem vernacular que, de maneira geral, pulsa de forma mais latente nos bairros considerados “periféricos”, mas não em sua localização geográfica, e sim em sua constituição social e econômica. Prova desse pensamento foram as intervenções do conjunto construído do Calçadão da Gameleira, do Novo Mercado Velho e da Rua Epaminondas Jacome, abordados no Capítulo 3 da dissertação. Estes que, na maior parte, houve a invenção de edificações para a inserção no conjunto construído, quando ali nunca existiu um exemplar de tal estilo, e até mesmo a construção de fachadas cenográficas sobrepostas às expressões vernaculares edificadas ainda existentes em estado de arruinamento.

Não há na cidade conjuntos urbanos homogêneos preservados, o que poderiam facilitar, de certa forma, a identificação dos valores da paisagem vernacular enquanto expressão importante de seu patrimônio cultural. As edificações de relevante interesse cultural existem, na verdade, de forma rarefeita, esparsas ao longo do sítio urbano, convivendo em meio ao cotidiano das pessoas. Mas que muitas vezes passam despercebidas, tendo em vista que, diferente dos chalés importados ou das edificações em alvenaria, não há uma erudição nesta arquitetura mais singela, mas não menos representativa da paisagem da cidade. Como foi abordado até aqui, o valor está exatamente na modéstia, no modo vernacular de construir e habitar o espaço.

Percebe-se que o atual processo de tombamento, aberto em 2015 a partir do convênio entre o Estado e o IPHAN/AC, não leva em consideração a maioria dos estudos realizados pela gestão do IPHAN/AC entre 2011 e 2012 na forma de inventário do centro histórico de Rio Branco. Todo o apanhado feito sobre a identidade da paisagem vernacular da cidade parece ser ignorado, cedendo lugar a uma escolha arbitrária baseada nas proposições anteriores aos estudos. Esta afirmação se confirma tendo em vista que o atual processo contempla todos os bens elegidos para proteção a partir da extinção dos perímetros que delimitavam os sítios históricos do 1º e 2º Distritos da cidade, como pode ser visto ao compararmos os Quadros 05 e 06 do Capítulo 4.

Cabe ressaltar também que, neste mesmo processo, o conjunto Arquitetônico do “Novo Mercado Velho” consta como em “bom” estado de preservação e conservação e “pouco alterado”, sem qualquer menção às reinvenções abordadas no Capítulo 3 deste trabalho. Já o conjunto da fachada da rua Eduardo Assmar (Calçadão da Gameleira) é classificado como “muito alterado” e em estado de conservação “precário”. Porém, não fica claro qual o tempo

histórico levado em conta como referência. Pouco ou muito alterado em relação a que? De 2002 para o momento presente, apesar das reinvenções, estes conjuntos já fizeram história, ou a referência é a pré-existência vernacular? Existe uma significância cultural para as pessoas em relação aos conjuntos falsos históricos por parte da população local, como se pinta na propaganda política? Vale lembrar que nós brasileiros, por exemplo, vivemos hoje uma Presidência advinda de mentiras bem ditas (*fake news*) e demais violências que estruturaram toda a campanha. Porém, o gesto de voto foi legítimo. Daí, reza a Democracia, impera esse sentido republicano da eleição presidencial. Porém, com as eleições vieram as diversas violências, retrocessos e tantas outras tiranias que hoje testemunhamos. Fazendo um paralelo com a pesquisa, o fato não parece ser a população hoje acreditar, valorar, registrar esta paisagem cenográfica, mas de como o cerne dessa questão se evidencia e quais os efeitos disso, quais consequências, principalmente para a posteridade.

Por exemplo, durante a pesquisa foi possível perceber que no entorno desses novos “Cartões-postais”, áreas menos visíveis dos bairros abordados resguardam permanências da paisagem vernacular da cidade, mas que não são legitimadas pelo poder público, tampouco pela população, pois não consegue atribuir-lhes valor. São negligenciadas em função da eleição da “acrianidade”, uma narrativa que pretendia resgatar uma identidade local, mas quando observada na paisagem, se materializa como uma narrativa histórica heroica, monumental, elitista e higienista, ligada ao poder público e às grandes famílias comerciantes da sociedade majoritária financeira da época, com forte apelo turístico. Mesmo após o reconhecimento da Casa de Chico Mendes em Xapuri, tombada pelo IPHAN como patrimônio nacional, juntamente com seu entorno, não se percebe a valoração desta tipologia arquitetônica e dessa ambiência na capital, visto as recorrentes demolições ou alterações nas poucas edificações que resistem ao tempo.

Portanto, ficam os questionamentos: o que fazer? Como proteger essa paisagem hoje tão fragmentada? Não há como negar que os anseios de “modernidade” proveniente do início do século XX hoje fazem parte da história da cidade e do cotidiano das pessoas. Os atributos da paisagem de Rio Branco parecem estar exatamente na coexistência das duas paisagens. Visto que, apesar da extinção dos perímetros que delimitavam os sítios históricos do Primeiro e Segundo Distritos, ainda consegue-se perceber duas paisagens: no lado esquerdo do rio Acre, a parte alta, seca, planejada, ortogonal, monumental, permanente e formal, que conforma uma paisagem política. No lado direito, a paisagem vernacular, ou seja, a cidade que continua a se adequar às intempéries, alagada, espontânea, sem barreiras definidas, onde o habitar dialoga com a natureza.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rodrigo; RANZI, Alceu. **Geoglifos do Amazônia – Perspectiva aérea**. Florianópolis: Faculdades Energia, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Amazionalismo. *In*: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf (orgs.). **Uwa'kürü. Dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016. Vol. 1. pp. 74-97. Disponível em: <[http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/Uwa\\_k\\_r\\_Dicion\\_rio\\_Anal\\_tico\\_1877679675.pdf](http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/arquivos/Uwa_k_r_Dicion_rio_Anal_tico_1877679675.pdf)>. Acesso em 28 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. História e Historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e as lógicas do progresso. *In*: **Revista Tropos**, v.1, n.4, dez. 2015a. Disponível via: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/342>>. Acesso em 10 de ago. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Uma certa cidade na Amazônia acreana**. Tese de Livre Docência. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA). Universidade Federal do Acre. Rio Branco: UFAC, 2019.

ALBUQUERQUE, Gerson e GOETTERT, Jone Dari. Um mercado, uma cidade: memórias arquitetônicas, narrativas etnográficas e linguagens dos becos. *In*: ALBUQUERQUE, Gerson (org.) **Das margens**. 1 ed. Rio Branco: Nepan, 2016.

ANDRADE, Alex Moreira. **Patrimônio Ambiental e Cultural do Estado do Acre: A Economia do Meio Ambiente como ferramenta de análise de bens ambientais e culturais**. Monografia de Bacharelado. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

B. MEIRA, Sílvio de. **A epopeia do Acre**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

BALUARTE. *In*: **DICIO**, Dicionário Online de Português, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/baluarate/>>

BERQUE, Augustin. Paisagem, Meio e História. *In*: **Paisagem Textos 2**. Tradução: Vladimir Bartalini. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013, p. 31-42.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 26.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de território a Estado – um olhar social....** Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

BRUGNARA, Gisela de Andrade. **A cultura vem a pé: práticas espaciais na Alta Amazônia**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo – PPG- AU/ FAUUSP. São Paulo, 2018. Disponível via: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-18092018-160642/pt-br.php>>. Acesso em 15 de jan. de 2021.

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. **O Estado brasileiro e o processo de formação do espaço do Acre.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – PPG-AU/FAU/USP, São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O discurso fundador do Acre: heroísmo e patriotismo no último oeste.** Dissertação (Mestrado em Linguagem e Identidade) - Programa de Mestrado em Letras, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008.

CARVALHO, Márcio Rodrigo Coêlho de. Área central histórica da cidade de Rio Branco: o desafio da proposição do tombamento em nível nacional a partir das políticas públicas locais. **Patrimônio e políticas públicas.** In: Anais da V Oficina de Pesquisa / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-geral de Documentação e Pesquisa. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

\_\_\_\_\_. Arquitetura no/do território federal do Acre. In: **III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia.** Belém, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Entre o Uwa'kürü e o Acre:** fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

\_\_\_\_\_. Experiências Urbanísticas em Rio Branco: Esboços do planejamento ao longo do séc. XX. In: **III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia.** Belém, 2018b.

\_\_\_\_\_. Quando a arquitetura menor é maior. In: **Anais do ArquiMemória 4 - Encontro Internacional ArquiMemória 4 Sobre Preservação do Patrimônio Edificado.** Salvador, 2013.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a “florestania” e outras histórias. **Nera**, São Paulo, v. 23, n. 51, pp. 117-132, jan./abr. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** 5 ed. Estação Liberdade: UNESP. São Paulo, 2006.

COSTA, Ana Lúcia Reis. **Madeira que cupim não rói:** Xapuri em arquitetura 1913-1945. Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre: Rio Branco, 2002.

COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da; AMORIM, Luiz Manoel DO EIRADO. Acre, história e arquitetura. Tradição vernácula e moderna num ambiente de floresta. In: *Arquitextos*, São Paulo, 07.083, **Vitruvius**, abr 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.083/257>> Acesso em 07 de jul. de 2020.

COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. **Desvendando a Casa Verde amazônica.** Anastilose espacial em núcleos de seringais no Rio Acre, 1870 e 1910. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental.** Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** 1 ed. Coimbra: Edições 70, 2008.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história.** 3 ed. Porto: Livraria Chardron, de Léo & Irmão, Editores, 1909.

DECLARAÇÃO DE XI'AN sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do Patrimônio Cultural. Adotada em Xi'an, China, 21 de outubro de 2005. Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/Brasil, 2006.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** 2. ed. Campinas: Papirus Editora, 1998.

FERREIRA, Alda de Azevedo. **A permanência da paisagem:** os princípios de projeto paisagístico de Haruyoshi Ono. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.

FERREIRA, Alda de Azevedo. Conservação da Paisagem: A preservação da identidade de Rio Branco na criação da Praça da Revolução. *In: Patrimônio e Memória ISSN - 1808 - 1967.* São Paulo: Unesp, v. 12, n. 2, p. 208-231, julho-dezembro, 2016.

FIOCRUZ. Os grandes flagelos do norte *In: FIOCRUZ. A ciência a caminho da roça:* imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992, pp. 111-154.

FONSECA, Marília Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2 ed. Editora UFRJ/Minc. IPHAN. Rio de Janeiro: 2005.

FRANCA, Soad Farias. **A Expansão da Fronteira Acreana.** Brasília: Dupligráfica, 2009.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e o núcleo colonial Seringal empresa (Território do Acre).** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, ano 13, n. 4, out.-dez. 1951, pp. 545-576.

\_\_\_\_\_. **Estudo geográfico do Território do Acre.** Rio de Janeiro: IBGE, 1955

HENDERSON, George L. What (else) We Talk about When We Talk about Landscape: For a Return to the Social Imagination. *In: WILSON, Chris (Ed.) e GROTH, Paul (Ed.). Everyday America:* cultural landscape studies after J. B. Jackson. University of California Press. California, 2003

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) - Patrimônio Imaterial – AC, **site do IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, c2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/520/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Processo nº 01423.000107/2011-19:** Inventário do Centro Histórico de Rio Branco e Xapuri (SICG), desenvolvido entre 2011 e 2012. Rio Branco; Brasília: IPHAN, 2011.

\_\_\_\_\_. **Processo nº 01423.000453/2015-12:** Referente ao convênio entre o Estado do Acre, representado pela Fundação Elias Mansour – FEM e o Iphan/AC para a realização de pesquisa histórica e desenvolvimento de estudos arquitetônicos e urbanísticos, ou as complementações necessárias, que forneçam de subsídio para a proposição de tombamento de 41 bens no Estado do Acre. Rio Branco; Brasília: IPHAN, 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação para as Cidades Históricas: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social.** Brasília: Ed. IPHAN, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/753>>. Acesso em: 28 de mar. de 2021.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the Vernacular Landscape.** Yale University, 1984.

JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e ideias sobre conservação. *In:* CECI – Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

KLEIN, Daniel da Silva. "**... e como são também as construções desta terra**": uma análise narrativa/visual sobre a primeira Rio Branco, Acre (1903-1930), e a necessidade de sua preservação. *Cad. Pesq Cdhis*, Uberlândia, v.26, n.1, jan./jun, 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** 4. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LANDSCAPE. *In:* MERRIAN-WEBSTER, Dicionário Online de inglês. Springfield, 2020. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/landscape>>. Acesso em: 1 de nov. de 2020.

LEAL, Sarah Floresta; MORAES, Fernanda Borges de. Rupturas da formulação à implementação das Políticas Públicas: aspectos do desenvolvimento local no PAC-CH. *In:* **Anais do XVII ENANPUR** - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 22 a 23 de maio de 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2119>> Acesso em: 02 de abr. de 2019.

LIMA, Ana Clara Clementino de. **Palácio Rio Branco:** linguagens de uma arquitetura de poder no Acre. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguagem e identidade) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Federal do Acre, Rio Branco. 2011.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade:** da razão urbana à lógica do consumo. *Álbuns de São Paulo (1887-1954).* São Paulo: Mercado de Letras, 1997.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MADERUELO, Javier. **El paisaje – génesis de um concepto**. 2 ed. Madrid: Abada Editores S.L., 2006.

MARIA, Yanci Ladeira. **Paisagem: cultura-natureza em perspectiva**. Uma abordagem trajetiva do conceito de paisagem. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARINS, Francisco. **Território de Bravos**. São Paulo: Cia Melhoramento, 1976

MARCEL, Yuri. Após 50 anos, ALEAC anula cassação do ex-governador José Augusto. **G1 Acre**, Rio Branco, 08 de maio de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/05/apos-50-anos-aleac-anula-cassacao-de-ex-governador-jose-augusto.html>>. Acesso em 25 de jun. de 2021.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e história – interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, p. 73-98., 1996.

\_\_\_\_\_. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v. 13, n° 1. p. 133-174. Jan-Jun, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle de códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

MELLO, Américo de. **Encontro da História do Acre – Estado 50 Anos**. Edição especial de aniversário de 50 anos Acre Estado. Print Gráfica: Rio Branco, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n° 45, p. 11-36, 2003.

MITCHELL, W. J. T., **Landscape and Power**. 2 ed. The University of Chicago Press: Chicago, 2002.

MORAIS, Maria de Jesus. **"Acreanidade": invenção e reinvenção da identidade acreana**. Tese (Doutorado em Geografia) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

NEVES, Marlúcia Cândida de Oliveira. **A colocação e a casa do seringueiro: exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia**. Gráfica TJ/AC. Rio Branco, 2007.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santos. **Faces da História**. Assis-SP, v. 3, n° 2, p. 194-212, jul.-dez. 2016.

OLWIG, Kenneth Robert. **Representation and alienation in the political landscape.** cultural geographies, SAGE Publications, 2005, 12 (1), pp.19-40. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00572145>>. Acesso em: 05 de nov. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Landscape, nature and the body politic – from Britain’s Renaissance to America’s new world.** The University of Wisconsin Press. Madison, 2002. *E-book*.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais.** São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 1991.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007. Associação Nacional de História – ANPUH, p.2. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20Luiza%20Ugarte%20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

PINTO, Agada Araújo Sardinha. **O Discurso Identitário nos Museus de Rio Branco, Acre:** Uma análise de Narrativas Expositivas. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada:** memória e esquecimento nos álbuns fotográficos. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Narrativas fotográficas sobre a cidade.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 55-90, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO; NEVES, Marcos Vinícius Neves (org.). **A Rio Branco que vivemos:** registro histórico dos 100 anos de Prefeitura. Rio Branco, 2013, p. 166. Disponível em: < [https://issuu.com/guedes\\_filho/docs/a\\_rio\\_branco\\_que\\_vivemos](https://issuu.com/guedes_filho/docs/a_rio_branco_que_vivemos)>. Acesso em 19 de set. de 2020.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870-1912).** Rio Branco: Paim, 1992.

RANZI, Alceu e AGUIAR, Rodrigo. Registro de Geoglifos na Região Amazônica – Brasil. In: SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu e PÄRSSINEN, Martii (orgs). **Arqueologia da Amazônia Ocidental:** os Geoglifos do Acre. EDUFPA. Belém, 2008.

RIO BRANCO. Lei nº 1611 de 27 de outubro de 2006. Aprova e Institui o novo Plano Diretor do Município de Rio Branco e dá outras providências. Capítulo II – Do zoneamento. Art. 118. Disponível em: < <http://portalcg.m.riobranco.ac.gov.br/portal/legislacao/plano-diretor/>>. Acesso em 10 de mar. de 2021.

RIO BRANCO. Lei nº 2222 de 26 de dezembro de 2016. Aprova e institui a revisão do Plano Diretor do Município de Rio Branco e dá outras providências. Disponível em: <<http://portalcg.m.riobranco.ac.gov.br/portal/legislacao/plano-diretor/>>. Acesso em 10 de mar. de 2021.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita e SILVA, Aline de Figueroa. Paisagem Urbana Histórica. In: LACERDA, Norma e ZANCHETTI, Sílvio Mendes (orgs). **Plano de Gestão da Conservação**

**Urbana:** Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

SÁ, Fabia Raggi de. **A modernidade do Art Déco na arquitetura rio-branquense (1946-1950)**. Monografia de Especialização em Natureza, Cultura e Movimentos Sociais na Amazônia, do Departamento de História, da Universidade Federal do Acre – UFAC. Rio Branco: UFAC, 2007.

SANT’ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Artístico e Nacional**. Brasília, n. 35, p. 139-155, 2017.

SANT’ANNA, Márcia. A Herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n. sér. v. 24. n. 1. p. 59-74, 2016.

SCHAAN, Denise; BUENO, Miriam; RANZI, Alceu; BARBOSA, Antonia; SILVA, Arlan; CASAGRANDE, Edegar; RODRIGUES, Allana; DANTAS, Alessandra; RAMPANELLI, Ivandra. Construindo Paisagens Como Espaços Sociais: O Caso Dos Geoglifos Do Acre *In: Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 2010, São Paulo: SAB, V.23, M.1, pp. 30-41.

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento do Acre. **Caminhos do Acre:** escolhas que transformam cidades e vidas. Rio Branco, 2016. Disponível em: <<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/caminhosdoacre-web.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

SILVA, Aline Figueiroa. Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, Recife-PE. *In: Iphan. Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical – Desterros para as regiões do Acre em 1904 e 1910**. 1ª ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade no Acre:** A utopia modernista de Hugo Carneio na década de 1920. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2002.

TOCANTINS, Leandro. **Acre, Rio Branco e o espírito luso**. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1962.

\_\_\_\_\_. **Amazônia:** natureza, homem e espaço. Rio de Janeiro: Conquista, 1960

\_\_\_\_\_. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

\_\_\_\_\_. **Formação histórica do Acre**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Estado do Acre**. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

\_\_\_\_\_. **O rio comanda a vida.** Rio de Janeiro: Record, 1988.

UCHÔA, José Mauro Souza. **Narrativas de professor em formação sobre a didatização de podcasts para o ensino de inglês na floresta.** Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

\_\_\_\_\_. Varadouro. *In*: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf (orgs.). **Uwa'kürü - dicionário analítico.** Rio Branco: Nepan Editora, 2017. Vol. 2. pp. 328-335. Disponível em: <[https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/626/1/Livro\\_UwakuruDicionarioAnalitico.pdf](https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/626/1/Livro_UwakuruDicionarioAnalitico.pdf)>. Acesso em 17 de jun. de 2021.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

VIANA, Ana Paula Bousquet. **Palácio Rio Branco: O palácio que virou museu.** Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2011.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Topografias Imaginárias: A paisagem política do Brasil Holandês em Frans Post, 1637-1669.** Tese de Doutorado – Universidade de Leiden, 2010.

WARNKE, Martin. **Political Landscape - the Art History of Nature.** Londres: Reaktion Books, 2009.

WEIMER, Günter. **Inter-relações Afro-brasileiras na arquitetura.** Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

## APÊNDICE A – FOTOGRAFIA E FOTOCOLAGENS

Figura 75 – Primeiro arruamento da Villa Rio Branco vista a partir do outro lado do rio em 1912



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, *In*: Prefeitura de Rio Branco, 2013.

Figura 76 – Fotocolagem do Calçadão da Gameleira antes da intervenção, 2000



Fonte: Do autor, 2021.

Figura 77 – Fotocolagem do Calçadão da Gameleira após intervenção em 2002



Fonte: Do autor, 2021.

## APÊNDICE B – GRADES INTERPRETATIVAS FOTOGRÁFICAS

**IDENTIFICAÇÃO: 01/41 | Data da fotografia:**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Década de 60 e 70. Balsa ancorada no porto do Mercado Velho, em Rio Branco. Elas Vinham uma vez por ano para transportar a produção da borracha e castanha com destino à Manaus (AM) e Belém (PA).



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO

MEIO URBANO    MEIO RURAL    MEIO RURURBANO

MODALIDADE  
FOTOGRÁFICA

AÉREA    PANORÂMICA    VISTA PARCIAL    VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 02/41 | Data da fotografia: Década de 1960**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Década de 60. Praia da Base. Local onde centenas de pessoas se aglomeravam aos domingos em saudáveis banhos no rio Acre. Os banhistas aproveitavam também para degustar deliciosos pratos regionais e, por que não, umas caipirinhas.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 03/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Década de 70. Navios-gaiolas, chatas e balsas ancoradas no porto de Rio Branco aguardando carregamento de borracha para transportá-la para Manaus e Belém. De lá, parte da produção era revendida para outras regiões do país e do mundo.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 04/41 | Data da fotografia: Década de 1960**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Década de 60. Escadaria que dava acesso do Segundo para o Primeiro Distrito, localizada próxima onde hoje fica a ponte metálica JK. Na ocasião, autoridades governamentais recepcionavam a comitiva do então Ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 05/41 | Data da fotografia: Década de 1960**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Nesta foto, o presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Lourenço Portugal, e o então governador Jorge Kalume acompanham o desembarque da catraia da comitiva do ministro no Primeiro Distrito de Rio Branco.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 06/41 | Data da fotografia: Década de 1960**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** 1966. Aterro construído durante o verão sobre o rio Acre, próximo ao porto da Gameleira. A operação foi montada, pela 1ª vez, para travessia dos primeiros caminhões que chegaram ao Estado, via BR-364, trazendo motores da usina da Eletroacre.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 07/41 | Data da fotografia: Década de 1960**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Final da década de 60. Início da construção da ponte metálica JK. A obra começou a ser executada em 1967 e concluída em 1971. Até então, toda a movimentação de um lado para o outro era feita ou por catraia ou por balsa.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

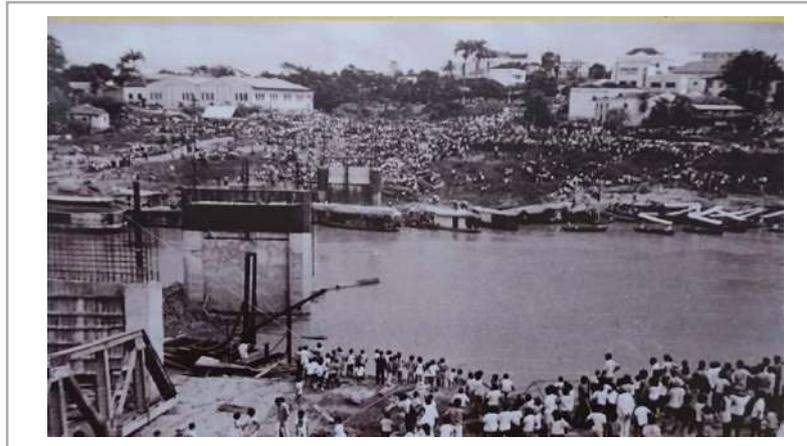
MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 08/41 | Data da fotografia: Década de 1960**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** 07/09/68. No início da construção da ponte metálica, para mostrar a importância da obra, na comemoração do 7 de Setembro, o Governo patrocina um malabarista estrangeiro para se equilibrar sobre um cabo de aço e atravessar o vão livre



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 09/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** 1973. Ponte Coronel Sebastião Dantas na fase final de sua construção. Na margem esquerda do Rio Acre, o porto do Mercado Velho onde os ribeirinhos desembarcavam a produção de hortifrutigranjeiros da região.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 10/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Foto de expectadores atletas participantes da “Corrida pedestre Cel. Sebastião Dantas” passando sobre a ponte de mesmo nome. O nome da corrida e da ponte foi dado em homenagem ao pai do governador do Acre, Wanderlei Dantas.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 11/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Fase inicial da construção da ponte metálica. Vista panorâmica do Primeiro para o Segundo Distrito. Nesta imagem, se vê, ao fundo, a majestosa igreja Nossa Senhora da Conceição, na época, um dos cartões-postais de Rio Branco.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 12/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Final da década de 70. Conclusão da obra de construção da ponte metálica JK. Na época, o Governo teve a preocupação de construir um amplo estacionamento do lado do Primeiro Distrito que, ao longo dos tempos foi sendo ocupado e hoje está livre.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRIPTORIOS FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRIPTORIOS ICÔNICOS

DESCRIPTORIOS ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRIPTORIOS ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 13/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Vista aérea do centro da cidade fotografada também no dia 15 de março na grande alagação de 1971. Ao fundo, o rio Acre, no centro a Catedral Nossa Senhora Nazaré em baixo a rua Rui Barbosa e a cobertura do Hotel Inácio.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 14/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Vista da Praça Eurico Dutra, localizada em frente ao Palácio Rio Branco. Ao centro, vê-se a fonte luminosa e, a seguir, o Obelisco. Embaixo, a frota de carros oficiais da marca Wyllis, veículos predominantes na época (1971).



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 15/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Aeroporto Salgado Filho, 1º aeroporto de Rio Branco, conhecido hoje como Aeroporto Velho. No estacionamento, comitiva do Governo, aguardando chegada dos ministros dos transportes do Brasil, Peru e Bolívia para discutirem o interamericanismo da região.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 16/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** 1972. Vista aérea da Praça Rodrigues Alves, hoje praça da Revolução. Embaixo, cobertura do edifício do antigo Hotel Chuí, hoje prefeitura. À direita, a ex-escola Normal Lourenço Filho, atual Colégio Barão do Rio Branco. À esquerda, QG da Polícia Militar.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 17/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Vista aérea do Bairro Cidade Nova em primeiro plano e, no segundo, do lado esquerdo do rio Acre, o bairro da Base. Embaixo, vê-se a estação rodoviária e, mais à direita, a rua Nossa Srª da Conceição com um aglomerado de casas às suas margens.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 18/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Vista aérea do centro da cidade, em 1975, vendo-se o 2º Distrito e, do outro lado do rio Acre, o Primeiro. Embaixo, à direita, a ponte Cel. Sebastião Dantas e, à esquerda, a ponte JK com uma de suas cabeceiras caída. Ela permaneceu assim por mais de 2 anos.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 19/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Praça Eurico Dutra. Dia 15 de março de 1971, solenidade de posse do gov. Wanderlei Dantas. Sob o olhar atento da multidão, ele, o vice Alberto Costa e secretários mais próximos saem do Palácio da Justiça para serem empossados no Palácio Rio Branco.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

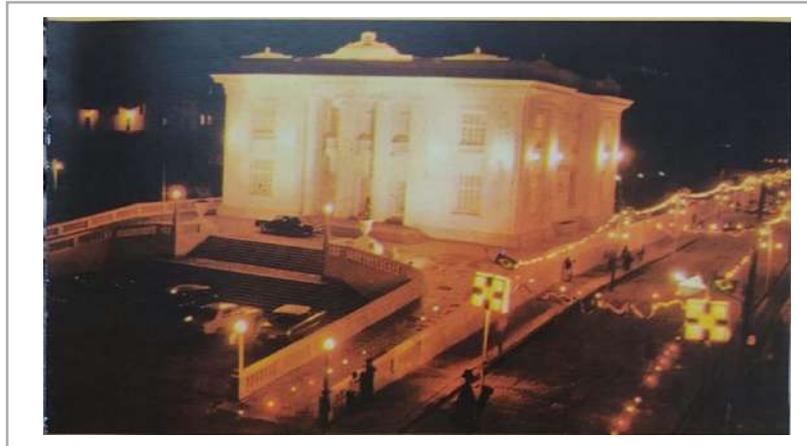
MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 20/41 | Data da fotografia: Anos 2000, por volta de 2002**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Fachada do Palácio Rio Branco. O prédio foi reformado e ornamentado para a comemoração dos 10 anos do Estado. Esta foto, que participou do concurso Retratos do Brasil, realizado pela revista Realidade, mais tarde transformou-se em cartão-postal.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 21/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** 1972. Vista aérea da ponte JK. Embaixo, a Praça da Bandeira e o porto do Mercado Velho. Do outro lado do rio Acre, o Segundo Distrito, área onde a cidade de Rio Branco surgiu no final do século XIX.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 22/41 | Data da fotografia: Década de 1970**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Vista aérea do centro da cidade, vendo-se ao fundo o rio Acre. Embaixo, no centro, o imponente Palácio Rio Branco (construído nos anos 30) e seu majestoso jardim. Na esquina o prédio onde funcionava a Radional (hoje, Teatro Hélio Melo e Café do Teatro).



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 23/41 | Data da fotografia: Década de 1990**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Edifício da Assembleia Legislativa. Quando foi construído, a praça (onde o prédio fica localizado), mudou o nome para Eurico Dutra para Praça Cívica. Na época, no lugar do obelisco e da fonte luminosa, foi construído um moderno monumento.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 24/41 | Data da fotografia: 2008**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Assembleia Legislativa nos dias atuais (2008). Depois de ter sido incendiada nos anos 90, o prédio passou por ampla reforma. A praça ganhou de volta o antigo obelisco e a fonte luminosa e até o nome que tinha anteriormente: Eurico Dutra.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 25/41 | Data da fotografia: Década de 1980**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Praia da Base no final dos anos 80. Do outro lado do rio Acre, vê-se o antigo Porto da Gameleira. Embaixo, a multidão aguarda o início de um dos vários shows que acontecia naquele local. A foto pertence à série de cartões-postais da cidade, feitos na época.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

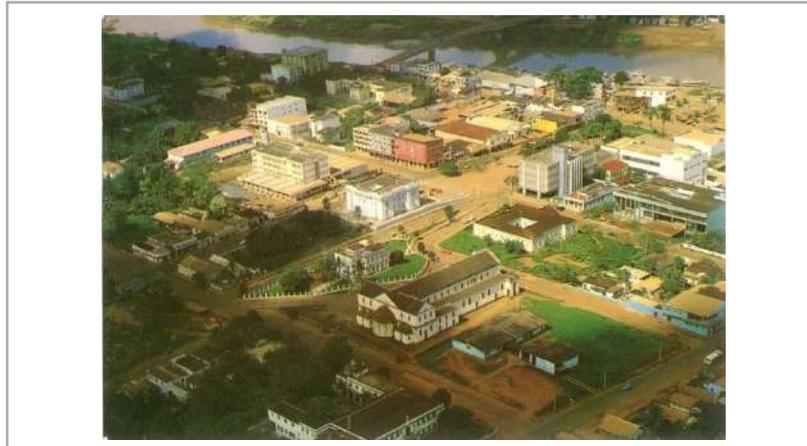
LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
 MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 26/41 | Data da fotografia: Década de 1980**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Centro de Rio Branco, na década de 80. Na época, o boom de construção de edifícios começava a dar o tom de modernidade que a cidade possui hoje. A foto também pertence à série de cartões-postais produzidos e comercializados por Américo de Mello.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

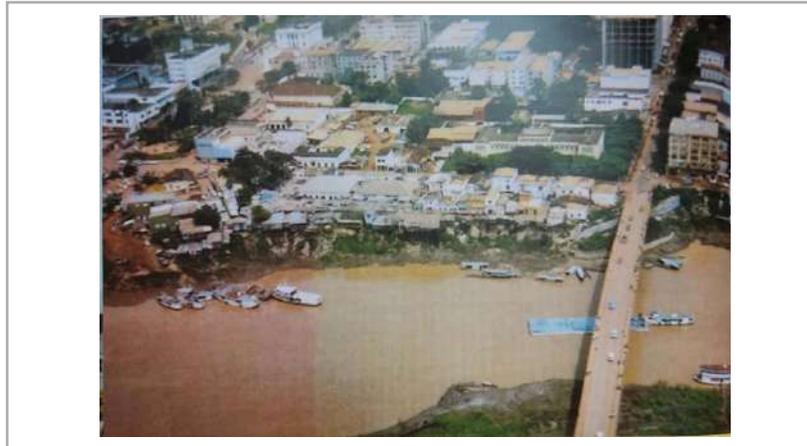
MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 27/41 | Data da fotografia: Década de 1980**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Centro de Rio Branco, também nos anos 80. Acima, do outro lado do rio Acre, vê-se o conjunto arquitetônico que, na época, imprime o tom de modernidade na cidade. À direita, a ponte Cel. Sebastião Dantas, no início da Avenida Marechal Deodoro.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
 MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 28/41 | Data da fotografia: Década de 1980**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Prédio da antiga sede do Banacre, localizado na esquina da rua Benjamin Constant com a Av. Marechal Deodoro. Construído no final dos anos 70 sob a influência arquitetônica de Brasília, o prédio é ainda hoje um dos mais modernos da cidade.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
 MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 29/41 | Data da fotografia: 2002**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

**Legenda do álbum:** Ponte metálica JK, em 2002. Ao fundo o pavilhão acreano fincado no Calçadão da Gameleira. Embaixo, para conter o deslizamento do aterro do Mercado Velho, foi construído este resistente muro de contenção, que deu beleza e harmonia à cidade.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 30/41 | Data da fotografia: 2007**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Praça da Bandeira, em 2007. De baixo para cima, a r. Epaminondas Jácome, lojas em estilo colonial, o paço e a moderníssima passarela gov. Joaquim Macedo. Todo o conj. Arquitetônico surgiu para substituir um amontoado de barracos que havia no local.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO

MEIO URBANO    MEIO RURAL    MEIO RURURBANO

MODALIDADE  
FOTOGRÁFICA

AÉREA    PANORÂMICA    VISTA PARCIAL    VISTA PONTUAL

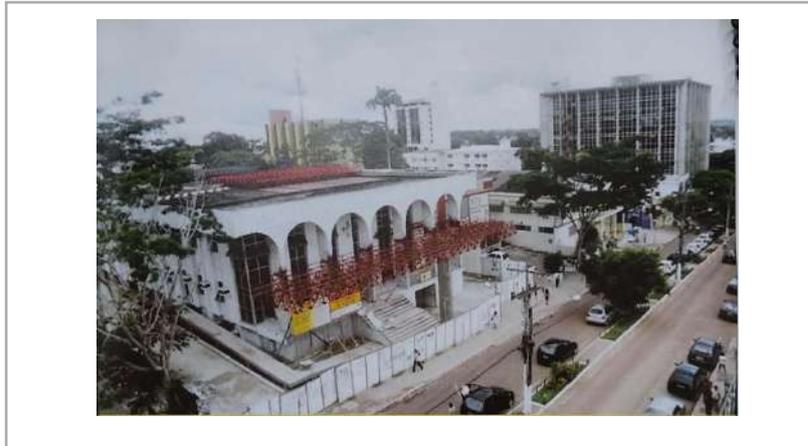
#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 31/41 | Data da fotografia: 2008**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Rua Benjamin Constant, antes da reforma de meados de 2008. Em primeiro plano, vê-se o imponente edifício-sede da Sefaz (Secretaria da Fazenda). No final da rua, à direita, o prédio do extinto Banacre, ainda hoje uma das edificações mais modernas da cidade.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRIPTORIOS FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRIPTORIOS ICÔNICOS

DESCRIPTORIOS ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRIPTORIOS ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 32/41 | Data da fotografia: por volta de 2008**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Passarela gov. Joaquim F. Macedo e, ao fundo, o conjunto arquitetônico do Calçadão da Gameleira. A foto mostra o arrojo e a imponência da engenharia da passarela mostrando a inclinação do piso e a elevação dos pórticos de sustentação de seus cabos.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
 MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 33/41 | Data da fotografia: por volta de 2008**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Vista noturna do rio Acre, no centro da cidade. Em primeiro plano, as águas transbordantes do rio às vésperas do Natal e, ao fundo, o importante conjunto arquitetônico do Calçadão da Gameleira, local onde Rio Branco surgiu.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRIPTORIOS FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
 MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRIPTORIOS ICÔNICOS**

DESCRIPTORIOS ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRIPTORIOS ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 34/41 | Data da fotografia: por volta de 2008**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Vista aérea do centro de Rio Branco, vendo-se, embaixo a área do Primeiro Distrito e, do lado direito, a do Segundo, ligados por duas pontes e uma passarela, construída em 2006, ano em que o Mercado Velho também foi restaurado pelo Governo do Estado.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 35/41 | Data da fotografia: por volta de 2008**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Vista aérea do Segundo e Primeiro Distrito de Rio Branco divididos pelo rio Acre. Ao fundo, na 1ª curva, vê-se a Praia da Base e, do outro lado, o bairro Cidade Nova. Por esta foto, têm-se a noção do tamanho da cidade. (Em 2008, mais de 300 mil habitantes).



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
 MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 36/41 | Data da fotografia: 1971**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Vista aérea da Praça Eurico Dutra em 1971. Da direita para a esquerda, o Palácio Rio Branco, o Palácio do Bispo, o prédio do Basa (Banco da Amazônia) e, ao centro, o antigo Bar Municipal, destruído e, mais recentemente, reconstruído.



## ANÁLISE ICONOGRÁFICA

### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 37/41 | Data da fotografia: 2007**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Vista panorâmica da Praça Eurico Dutra em 2007. Em destaque, à direita, a Avenida Getúlio Vargas. Apesar de ter sido tirada do mesmo ângulo da foto 63 esta não mostra as mesmas edificações por elas estarem encobertas pelas árvores.



### ANÁLISE ICONOGRÁFICA

#### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO

MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE  
FOTOGRÁFICA

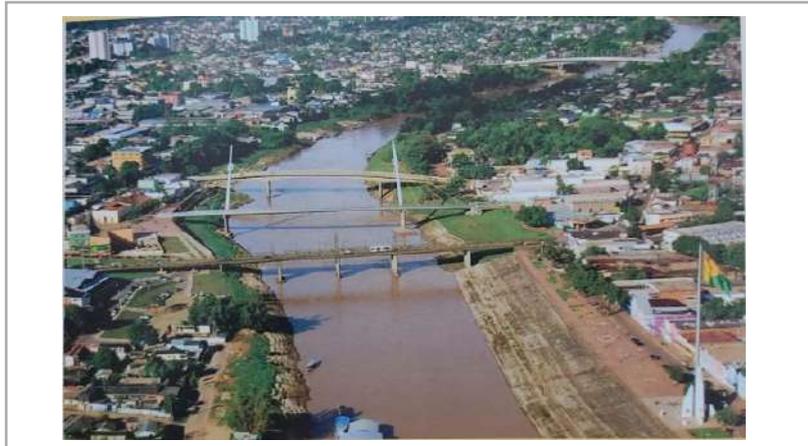
AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

#### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 38/41 | Data da fotografia: por volta de 2012**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Vista aérea do centro da cidade, no primeiro plano vê-se a ponte metálica (jk) passarela Joaquim Macedo e a ponte Coronel Sebastião Dantas em baixo a direita o calçadão da gameleira juntamente o pavilhão acriano e ao fundo a quarta ponte.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
 MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

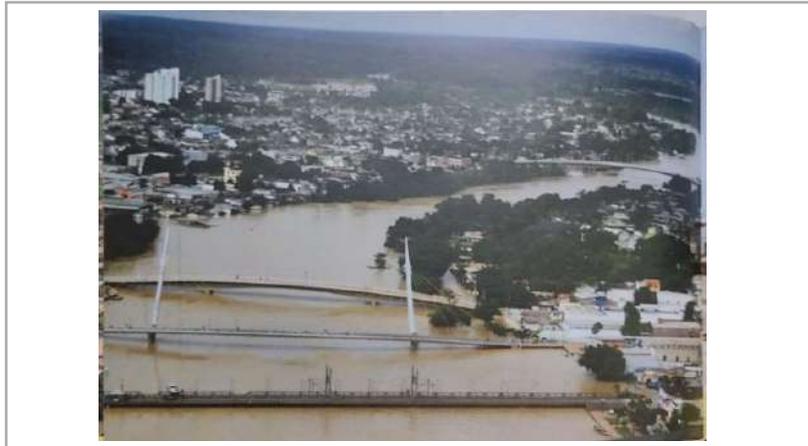
**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 39/41 | Data da fotografia: 2012**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Vista aérea do centro da cidade totalmente encoberto pela alagação de 2012, vendo-se a ponte metálica a passarela Joaquim maceiro e a ponte JK onde os pilares foram totalmente encobertos pelas águas, ao fundo vê-se a Quarta Ponte.



## ANÁLISE ICONOGRÁFICA

### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO

MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO

MODALIDADE  
FOTOGRÁFICA

AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 40/41 | Data da fotografia: 2012**

**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: O mastro do calçadão da Gameleira encoberto pela alagação do dia 22/02/2012.



## ANÁLISE ICONOGRÁFICA

### DESCRITORES FORMAIS

LOCAÇÃO

MEIO URBANO    MEIO RURAL    MEIO RURURBANO

MODALIDADE  
FOTOGRÁFICA

AÉREA    PANORÂMICA    VISTA PARCIAL    VISTA PONTUAL

### DESCRITORES ICÔNICOS

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input checked="" type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input checked="" type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input checked="" type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input checked="" type="checkbox"/> RUPTURA

**IDENTIFICAÇÃO: 41/41 | Data da fotografia: Por volta de 2008**  
**SÉRIE FOTOGRÁFICA: ÁLBUM “Encontro da História do Acre – Estado 50 anos”**

Legenda do álbum: Rio Acre, principal manancial de água potável de Rio Branco. Águas turvas, baixas e balseiros anunciam que vem repiquete. Na margem da direita, vê-se embarcações ancoradas, próximas ao Restaurante Flutuante. Ao fundo, a igreja Nossa Senhora da Conceição e, à esquerda, o Calçadão da Gameleira com o imponente pavilhão acreano.



**ANÁLISE ICONOGRÁFICA**

**DESCRITORES FORMAIS**

LOCAÇÃO  MEIO URBANO  MEIO RURAL  MEIO RURURBANO  
 MODALIDADE FOTOGRÁFICA  AÉREA  PANORÂMICA  VISTA PARCIAL  VISTA PONTUAL

**DESCRITORES ICÔNICOS**

DESCRITORES ICÔNICOS VERNACULARES		DESCRITORES ICÔNICOS POLÍTICOS	
<b>MARCOS CONSTRUÍDOS</b>			
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE GRANDES MARCOS		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENÇA DE GRANDES MARCOS	
<b>ESCALA DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> PEQUENO PORTE/MODESTA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MODESTA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO MONUMENTAL	<input type="checkbox"/> GRANDE PORTE/MONUMENTAL
<b>CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM</b>			
<input type="checkbox"/> ESPONTÂNEA	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO ESPONTÂNEA	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PLANEJADA	<input type="checkbox"/> PLANEJADA
<b>CARÁTER FÍSICO</b>			
<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO EFÊMERO	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO EFÊMERO	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO PERMANÊNCIA	<input type="checkbox"/> CARÁTER FÍSICO DE PERMANÊNCIA
<b>CARACTERÍSTICA TEMPORAL</b>			
<input type="checkbox"/> CONTINUIDADE	<input type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO CONTINUIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> COEXISTÊNCIA PREDOMÍNIO RUPTURA	<input type="checkbox"/> RUPTURA